BENS CULTURAIS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA

Dossiê de Tombamento

BENS CULTURAIS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA

Registro e Iguape - SP

Dossiê de Tombamento

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Cultura
Juca Ferreira

Presidência do Iphan
Luiz Fernando de Almeida

Chefia de Gabinete
Luiz Fernando Villares e Silva

Procuradoria Jurídica Federal
Lúcia Sampaio Alho

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Dalmo Vieira Filho

Departamento do Patrimônio Imaterial
Márcia Genésia Sant'Anna

Departamento de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Departamento de Museus e Centros Culturais
José do Nascimento Junior

Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural
Luiz Philippe Peres Torelly

Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência
Lia Motta

9ª Superintendência Regional – São Paulo
Victor Hugo Mori

EQUIPE

Flávia Brito do Nascimento, arquiteta e urbanista

Simone Scifoni, geógrafa

Simone Toji, antropóloga

Olívia Buscariolli, arquiteta

Fábio Guerreiro, designer

Ricardo Gomes da Silva, fotógrafo

TC Arquitetura

Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais

PESQUISA DE CAMPO

Flávia Brito do Nascimento

Simone Scifoni

REALIZAÇÃO

9ª Superintendência Regional IPHAN / São Paulo

Rua Baronesa de Itu, 639

CEP 01231 001 - São Paulo / SP

Fone: (11) 3826 0744

AGRADECIMENTOS

Adriana Aoki, Kátia Magri, Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro, Carlos Alberto Pereira Júnior, Maria Cristina Moreira Hirota, Inês Kawamoto, José Carlos Batista Pereira - Dedé, Lina Shimuzu, Manuel Chicaoka, Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, Rubens T. Shimizu, Tatiana Salciotto, Tereza Epitácio, Prof. Selma Omuro, Rogério Bessa Gonçalves, Maria Regina Weissheimer e todos os moradores das propriedades visitadas.

Agradecemos, ainda, a parceria para a organização da Oficina Patrimônio da Imigração Japonesa e a participação dos estudantes, educadores e dirigentes das áreas de educação e cultura do município, entre os quais destacamos:
Registro Base Ball Clube, Comissão Centenário de Registro, Associação Comercial, Igreja Episcopal, Diretoria de Ensino de Registro, Escola Adventista de Registro, Associação Budista, Sérgio Hugo Brener (Unesp Campus de Registro), alunos da Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (Unisep), Jornal Regional, Ocelina Pereira (Divisão de Cultura da Prefeitura de Registro), Reinaldo Ozaki (Depto de Desenvolvimento da Prefeitura de Registro), alunos e professores das escolas E.E. Prof. Pascoal Grecco, E.E. Dr. Fábio Barreto, CEES Ricardo José Poci Mendes, E.E. Prof. Riy Prado, , E.E. Ver. Alay José Correa, E.E. Prof. Joaquim Goulart e o Depto Municipal de Educação de Registro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09

CAPÍTULO 1 - QUESTÕES GERAIS DE IMIGRAÇÃO

A IMIGRAÇÃO NO BRASIL 17

NO JAPÃO 22

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL 24

A IMIGRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO 27

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO 29

CAPÍTULO 2 - VALE DO RIBEIRA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

O VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE 33

HISTÓRIA DO VALE DO RIBEIRA 38

OS MUNICÍPIOS

. APIAÍ 41

. CANANÉIA 45

. A GUERRA DE IGUAPE 48

. ELDORADO 53

. IGUAPE 55

. IPORANGA 60

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO VALE DO RIBEIRA 64

DINÂMICA POPULACIONAL 67

COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL 71

OCUPAÇÃO, EMPREGO E ATIVIDADE ECONÔMICA 73

CAPÍTULO 3 - A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA 79

O CONTEXTO GERAL: AS EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NO VALE DO RIBEIRA COMO POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO 80

A CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS JAPONESAS NO VALE DO RIBEIRA 84

. A KKKK E OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO VALE DO RIBEIRA 86

. A OCUPAÇÃO DO SOLO NAS COLÔNIAS E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM 87

. OS PRIMEIROS PRODUTOS COMERCIAIS: ARROZ, CANA-DE-AÇÚCAR E CAFÉ — 91
. O COOPERATIVISMO: MECANISMO DE AUTO-DEFESA DOS IMIGRANTES — 97
O PRIMEIRO NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA: COLÔNIA KATSURA — 99
O NÚCLEO MAIS PRÓSPERO: COLÔNIA DE REGISTRO — 107
. UM PEDAÇO DO JAPÃO RURAL NO BRASIL: A PAISAGEM DO CHÁ E O JUNCO — 113
. JUNCO: TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM REGISTRO — 119
A COLÔNIA DE SETE BARRAS — 123

CAPÍTULO 4 - PATRIMÔNIO MATERIAL: A ARQUITETURA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM REGISTRO E IGUAPE

PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE JAPONÊS EM REGISTRO E IGUAPE — 127
A ARQUITETURA DO VALE DO RIBEIRA — 129
A ARQUITETURA JAPONESA E ARQUITETURA DO IMIGRANTE JAPONÊS: ALGUMAS QUESTÕES EM FACE DA ARQUITETURA BRASILEIRA — 133
O ESTABELECIMENTO DA KKKK E A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE REGISTRO — 140
CASAS E UNIDADES DE PRODUÇÃO RURAL: MODOS DE VIDA E HABITAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES — 147
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E O HABITAT RURAL — 148
A CASA DOS IMIGRANTES JAPONESES EM REGISTRO — 150
A PRIMEIRA HABITAÇÃO — 151
A MORADIA PARA FICAR: TÉCNICA E ESTÉTICA DO IMIGRANTE JAPONÊS NO VALE DO RIBEIRA — 155

CAPÍTULO 5 - PROPOSTA DE PROTEÇÃO

ENTRE O JAPÃO E A AMÉRICA DO SUL, A ARQUITETURA DAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES E OS BENS CULTURAIS DE INTERESSE — 175
EDIFICAÇÕES FABRIS E ADMINISTRATIVAS DE REGISTRO
A SEDE DA KAIGAI KOGYO KABUSHIKI KAISHA - KKKK — 178
. FÁBRICA DE CHÁ SHIMABUKURO — 185
. FÁBRICA DE CHÁ AMAYA — 192
. FÁBRICA DE CHÁ KAWAGIRI — 198
. FÁBRICA DE CHÁ E RESIDÊNCIA SHIMIZU — 200
EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS DE REGISTRO
. RESIDÊNCIA FUKASAWA — 206
. RESIDÊNCIA SR. GOZO OKIYAMA — 213

. RESIDÊNCIA SRA. SUSU OKIYAMA — 219
. RESIDÊNCIA FAMÍLIA HOKUGAWA — 226
. RESIDÊNCIA FAMÍLIA AMAYA — 231
EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS EM REGISTRO
. IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA — 236
. IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER — 241
PRIMEIRAS MUDAS DE CHÁ DA VARIEDADE ASSAM — 245
MUNICÍPIO DE IGUAPE, COLÔNIA DE KATSURA — 248

BIBLIOGRAFIA — 255

APRESENTAÇÃO

No ano em que se comemora o centenário da imigração japonesa no Brasil, a Superintendência do Iphan de São Paulo tem o prazer de apresentar a proposta de tombamento de quatorze bens culturais, quase todos implantados em meio à área rural dos municípios de Registro e Iguape. Estas propriedades são importantes testemunhos da ocupação de parcela do território brasileiro através da implementação de três colônias japonesas no país: Katsura, Iguape e Sete Barras.

A demanda para o estudo e acautelamento de bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira nasceu de um encontro: o estudo realizado pela equipe técnica do Iphan/SP sobre a Paisagem Cultural do Vale do Ribeira e as comemorações dos cem anos da chegada do navio Kasatu Maru no porto de Santos. A partir da coincidência temporal dos dois eventos, consolidou-se rapidamente a iniciativa deste trabalho.

Desde 2007 que a Superintendência Regional do Iphan de São Paulo realiza o trabalho "Paisagem Cultural: Inventário de Conhecimento de Bens Culturais no Vale do Ribeira", desenvolvido no âmbito das ações de inventário do patrimônio cultural promovidas nacionalmente pelo Depam - Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização. A perspectiva do trabalho foi atuar a partir dos conceitos mais abrangentes de patrimônio cultural postos em lei na Constituição de 1988, onde estão englobadas novas formas de entender as expressões intangíveis da cultura e também a natureza. A partir de tais pressupostos, o Iphan tem trabalhado com os conceitos de paisagem cultural para preservar e gerir o patrimônio. Segundo a Carta de Bagé, a paisagem cultural é "o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação homem e natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais".

A conceituação de paisagem cultural levou ao estudo amplificado e inter-relacionado das expressões materiais e imateriais de cultura e dos processos urbanos e rurais de ocupação territorial. O inventário foi, portanto, estruturado multidisciplinarmente e regionalmente, reconhecendo-se o valor do rio Ribeira de Iguape como o grande articulador.

O Vale do Ribeira possui características históricas e culturais merecedoras de atenção no campo do patrimônio por serem paradigmáticas de tais relações. Nele reúnem-se comunidades indígenas, caiçaras, quilombos e pequenos agricultores familiares; encontram-se reservas de água doce, bancos genéticos e patrimônios espeleológicos; situam-se

cidades constituídas desde o século XVI como Iguape, Cananéia, Eldorado e Iporanga, e inúmeros sítios arqueológicos.

Os objetivos foram reconhecer a diversidade cultural da região, atribuir valor ao patrimônio cultural, fomentar ações de salvaguarda a partir da publicização do conhecimento produzido, além de promover o desenvolvimento social e econômico por meio da promoção das referências patrimoniais.

A primeira etapa do inventário, que contou com o apoio investigativo da Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, estruturou as bases para a atuação do Iphan no Vale do Ribeira, buscando levantar dados e informações bem como estabelecer as redes para atuação local. Seus produtos foram sistematizados no Relatório de Atividades do projeto e são, em síntese: análise da paisagem cultural do Vale do Ribeira; levantamento bibliográfico, elaboração de breve história do Vale do Ribeira e dos municípios, levantamento do patrimônio edificado, imaterial, arqueológico (pré-histórico e histórico), natural (unidades de conservação, parques estações e áreas de proteção ambiental); legislação e fontes oficiais de dados informações; levantamento de instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira em nível federal, estadual e municipal, das organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades e associações diversas com descrição da atuação e contatos; pesquisa e reprodução em meio digital do acervo do Condephaat das imagens fotográficas dos núcleos urbanos; levantamento dos processos e dos bens tombados em nível estadual nos municípios de Apiaí, Registro, Eldorado, Iporanga, Cananéia e Iguape; levantamento dos bens naturais da região; sistematização em Fichas de Identificação, modelo Iphan, dos dados referentes aos bens tombados pelo Condephaat em Iguape, Cananéia, Eldorado e Registro; levantamento cartográfico e fotográfico; levantamento de dados sócio-econômicos; levantamento e localização das terras indígenas; levantamento e localização de comunidades quilombolas (terras tituladas, reconhecidas ou em processo de regularização).

Como resultados da etapa inicial foram identificadas expressões culturais em seis municípios: Iguape, Cananéia, Registro, Iporanga, Eldorado e Apiaí. Como patrimônio urbano, foram estudados os núcleos históricos de Iguape, Iporanga e Registro. São núcleos formados pelas atividades econômicas da mineração no período colonial, pela cultura do arroz no século XIX ou do chá no século XX, quer pela exploração ou cultivo, quer pela comercialização. Ouro, arroz e chá promoveram não só a formação dos centros urbanos comercializadores, mas também da zona rural de tais municípios, cujas expres-

sões de cultura são, dentre outras, vestígios de antigas mineradoras, diversos quilombos que deram origem a bairros rurais, propriedades de imigrantes japoneses e fábricas de chá, além de portos fluviais e de caminhos terrestres. A paisagem do Vale está pontuada pelas formas históricas de sua ocupação indissociáveis de culturas intangíveis, como a culinária, conhecimentos tradicionais da pesca, viola, cerâmica, cestaria, celebrações como o Tooro Nagashi, Festas de Nossa Senhora do Livramento, do Bom Jesus de Iguape e de Santo Antônio de Apiaí, e formas de expressão (catira, fandango, carpideiras).

Como parte do processo de pesquisa e levantamento de dados, foi realizada uma viagem de campo pelas técnicas do Iphan Flávia Brito do Nascimento, Simone Scifoni e Simone Toji, em que aconteceram diversas reuniões com dirigentes locais e membros da sociedade civil a fim de incorporar as demandas e também identificar os bens culturais de interesse à proteção. Tal atuação justificou-se pela abordagem da Paisagem Cultural, que significa a gestão de um território e implica na necessidade de constituição de trabalho em rede, que possa articular diferentes esferas do setor público e organizações da sociedade civil, fomentando, desta forma, ações coordenadas de proteção e valorização do patrimônio cultural. Ao longo deste período de trabalho buscou-se organizar a montagem desta rede, a partir da identificação e mapeamento dos agentes envolvidos e o estabelecimento de contatos iniciais viabilizados na execução dos trabalhos de campo.

No município de Registro foi demandado o acautelamento de bens culturais da imigração japonesa, apresentado pela Prefeitura de Registro e pela Associação Cultural Nipobrasileira de Registro. Os bens mencionados, todos projetos locais em desenvolvimento, foram:

- Projeto Rota do Chá (reconhecimento e restauro de bens imóveis situados em fazendas de chá e definição de roteiro de visita);
- Festa do Tooro Nagashi (reconhecimento do rito celebrado pelas famílias de descendentes de imigrantes japoneses, que lançam nas águas do Rio Ribeira velas acesas em respeito ao Dia de Finados);
- Projeto de revitalização do centro de Registro (estudo e restauro de imóveis situados no centro antigo de Registro);
- Conjunto do KKKK (tombamento).

Ao final da etapa inicial do trabalho, concluída em fevereiro de 2008, foi organizado o Planejamento Estratégico para a atuação na região, que, dentre as ações destacou a realização de atividades de contato e discussão com as municipalidades, instituições e entidades locais, além de reunir os especialistas sobre os temas diversos do Vale do Ribeira. O

objetivo do I Encontro de Trabalho Paisagem Cultural no Vale do Ribeira: Planejamento Estratégico foi o de ouvir os problemas concernes ao patrimônio cultural do Vale, as propostas e as demandas referentes à atuação do Iphan. Foi, então, elaborado um documento com as conclusões do Encontro de Trabalho no qual se estabeleceu como prioridade, para o município de Registro, o reconhecimento de bens culturais da imigração japonesa.

O estudo consolidou-se ampliando a esfera da possibilidade de reconhecimento para os remanescentes das duas colônias de imigração nos municípios de Iguape (Colônia de Katsura) e Registro (Colônia de Registro).

Tal iniciativa justificou-se não somente pelo projeto de inventário em curso, mas também por existir o pedido ao Iphan de tombamento de Colônia de Katsura. Por ocasião dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil, o vereador de Iguape Onésio Fernandes Franco solicitou ao Iphan o tombamento dos remanescentes da Colônia de Katsura. A partir do pedido foi aberto o processo nº 1.271.T-88, para estudo, que seguiu aguardando parecer técnico. No pedido, o vereador afirma:

> *O bairro de Jipovura, também conhecido por Katsura, foi efetivamente o local onde se instalou a primeira colônia japonesa do Brasil, nos idos de 1913.*
> *O bairro atingiu seu apogeu em 1945/50, quando sofrendo junto com a decadência de Iguape, começou a experimentar seu declínio.*
> *Hoje o que sobrou são ruínas, o silêncio e lamentável abandono.*

A necessidade de reconhecimento por parte da comunidade local persistiu e, em 2007, por iniciativa do Deputado Federal Arnaldo Madeira, o município de Iguape foi reconhecido "Berço da Colonização Japonesa no Brasil", nos termos do Projeto de Lei nº 7.441 de 2006, publicado no Diário do Senado Federal em setembro de 2007:

> *Justifica ser aquela região considerada o Berço da Colonização Japonesa no Brasil, visto que Jipovura sediou o nascimento dessa colonização em 9 de novembro de 1913, cinco anos após a chegada da primeira leva de 781 imigrantes japoneses que atracaram com o navi o Kasato Maru, no porto de santos, no dia 18 de junho de 1908. (...)*

A contribuição dos colonos para a integração geográfica do Vale do Ribeira é grande. Foram responsáveis pela ligação do porto de Registro a Juquiá, para atingir a estação ferroviária santos-Jundiaí e também, de um estrada ligando cotia a Juquiá, via que hoje passa por Ibiúna, Piedade e Taperaí, completando uma rede de comunicação fluvial, rodoviária e ferroviária que hoje são imprescindíveis para a economia regional.

Em parecer técnico de 20/02/2008, Memo 001/2008 MRW, sobre o referido projeto de lei, a arquiteta Maria Regina Weissheimer, chama a atenção para a necessidade de se ter visão mais global do fenômeno da imigração japonesa no Vale do Ribeira. As transformações culturais e na paisagem motivadas pela sua presença são de grande dimensão. Afirmou, ainda, a necessidade de reconhecimento no âmbito nacional da contribuição japonesa em toda região, sendo preciso "perceber a importância de toda a região e contribuição da corrente migratória japonesa em todo o Brasil."

O estudo que se segue evidencia o significativo potencial patrimonial existente no Vale do Ribeira, com foco específico nos bens culturais ligados aos processos históricos da imigração japonesa. Expressa a necessidade de ações públicas voltadas à proteção, conservação e valorização deste patrimônio capazes de, entre outras coisas, fomentar também a melhoria das condições sócio-econômicas da região. E, finalmente, reflete o esforço de coadunar a necessidade de incluir no rol destes bens expressões ainda não contempladas pelo Iphan e os anseios da sociedade civil organizada e interessada em se ver representada nos bens culturais declarados patrimônio nacional.

CAPÍTULO 1

Questões Gerais de Imigração

Pensaram os seus braços como força de trabalho e de ocupação, pensaram seus corpos e mentes como aportes moral e genético, pensaram a construção de uma nação brasileira. Os imigrantes vieram ao Brasil envoltos em discussões acirradas, que balançavam entre posições de entusiasmo e temor por parte das autoridades e elites brasileiras.

No início do século XIX, discussões sobre o tráfico de africanos e a abolição da escravidão moviam a Europa e, consequentemente, o restante do mundo. Em 1807, a Inglaterra, vivendo intensamente a experiência da Revolução Industrial e a necessidade de criação de um mercado de trabalho livre, decretou o fim do comércio de escravos, demandando que outras nações também o fizessem. A transição do sistema de trabalho escravo para o sistema de trabalho assalariado se colocava em marcha.

No Brasil, a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808 deparou-se não somente com tais pressões internacionais, mas também com a constatação de que naquele momento a população brasileira não passava de 3,6 milhões – dos quais 1,9 milhão eram de escravos – dispersa em alguns pontos do litoral (VIOTTI: 1966). Tal contingente se mostrava insuficiente para desenvolver o vasto território do Brasil e até mesmo para defender suas fronteiras.

Desse modo, a introdução de estrangeiros em terras brasileiras se configurava na imbricação da necessidade de realizar a substituição da mão-de-obra escrava e da necessidade de povoar a imensidão interior do Brasil.

Já em 1808, junto com a abertura dos portos no Brasil e a permissão de se instalar indústria e comércio por todo o território, antes monopólios de Portugal, a administração de D. João VI decretou também o estímulo para que portugueses emigrassem para cá e que estrangeiros tivessem o direito de posse de terras.

Em seguida, devido proximidade de relações entre a Corte portuguesa e a Inglaterra, foi assinado o Tratado de 1810, que entre outras coisas estabelecia a promessa de gradual abolição do tráfico de africanos no Brasil.

A substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, do ponto de vista do Império, era também a oportunidade de realizar a ocupação do território, de modo a ampliar as áreas de lavoura, expandindo e diversificando a produção alimentícia. Não é à toa que em 1818, o orçamento do Império nacional incluiu gastos relativos à formação de colônias de imigrantes não-portugueses próximos aos maiores centros da

época, Rio de Janeiro e Salvador, como estratégia para superar as recorrentes crises de abastecimento de alimentos. Assim é que as Colônias de Leopoldina-BA (1818) e de Nova Friburgo-RJ (1820) são implantadas (CORREA: 2005).

Além disso, acreditava-se que a introdução de estrangeiros de origem européia contribuiria para um paulatino "branqueamento" da população brasileira, conforme pregavam as posições intelectuais européias vigentes, do evolucionismo e do darwinismo social, que estipulavam a "raça branca" como ideal de civilização. Foi nessa perspectiva que imigrantes de origens alemã e suíça foram escolhidos para os primeiros ensaios de formação de colônias de estrangeiros[1].

Apesar de não serem considerados "racialmente" interessantes, 400 chineses foram trazidos ao Rio de Janeiro pela corte em 1819, para a implantação do cultivo e beneficiamento de chá nos terrenos do Jardim Botânico. O chá se tornava produto cobiçado para comercialização no mercado exterior e o Brasil experimentava a possibilidade de desenvolvê-lo como cultura.

Devido a falta de planejamento adequado, dificuldade nas relações entre agentes de recrutamento, encarregados de imigração e imigrantes, nenhuma dessas experiências iniciadas pelo Império no Brasil foram bem-sucedidas e acabaram se extinguindo.

Em 1822, é proclamada a independência do Brasil. A Constituição do Império do Brasil de 1824 trouxe alguns dispositivos novos relativos à presença de estrangeiros, como a liberdade de culto (TAJIRI & YAMASHIRO: 1992), não sendo mais obrigatória a imposição da religião católica.

Mesmo assim, diante da continuidade da presença da corte portuguesa na monarquia brasileira, a política de colonização por meio da imigração continuou a se desenvolver. Atento à flutuação ocupacional na região da bacia platina, o governo brasileiro decidiu fundar, em 1824, o núcleo colonial de São Leopoldo, próximo à cidade de Porto Alegre, província do Rio Grande do Sul, levando primeiramente imigrantes alemães. Para este núcleo, o governo brasileiro custeava o transporte marítimo até Porto Alegre, o transporte terrestre até a colônia e doava lotes de terras, entre 15 a 75 hectares por família, e fornecia animais domésticos e o custo de manutenção da lavoura por dois anos. A terra distribuída não poderia ser vendida durante dez anos. A colônia de São Leopoldo foi considerada a primeira experiência de êxito no Brasil e, cinqüenta anos mais tarde, ela já se tornava município.

Animado com o sucesso do núcleo São Leopoldo, o governo imperial prosse-

[1] Durante o Império português, houve ainda o assentamento, em 1716, de famílias açorianas e portuguesas no Sul, o povoamento do Rio Grande de São Pedro, em 1720, a instalação de famílias açorianas na ilha do Desterro em Santa Catarina em 1748 e de casais açorianos no Pará em 1763. Mas tais colonos não podem ser considerados não-portugueses, segundo CORREA: 2005, pois vieram em sua maioria das possessões portuguesas do Atlântico, para as quais a política vigente da Coroa era manter um equilíbrio entre a população residente e o espaço, e promover de quando em vez um processo emigratório destinado a manter o equilíbrio demográfico desejado pela Corte.

guiu com a política de fundação de núcleos coloniais. A partir de 1839, a introdução de imigrantes e a fundação de núcleos coloniais passaram da competência do poder central para os governos das províncias. Também se concedeu a permissão para que os serviços de imigração e colonização pudessem ser realizados por particulares brasileiros ou estrangeiros. Até 1850, foram criadas mais de quinze colônias, principalmente nas províncias meridionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Porém, devido a instabilidade política que marcou o período da Regência (1831-1840), com a explosão de revoltas e revoluções por todo o país, como a dos Farrapos (1835-1845), dificultaram as ações governamentais e muitas colônias malograram.. Experiências pontuais envolvendo a presença de imigrantes em terras brasileiras sucederam-se até se consolidar uma política de Estado a respeito.

A partir da segunda metade do século XIX, há uma aceleração no processo de suplantação do sistema escravista por via legislativa. Assim, em 1850, é promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que estabeleceu o fim do tráfico e do comércio de escravos. Em seguida, a Lei do Ventre Livre, de 1872, veio garantir a liberdade dos filhos de cativos nascidos a partir daquela data. A Lei dos Sexagenários, aprovada em 1885, concedeu liberdade aos escravos com mais de 65 anos. Até que, enfim, em 1888, veio a abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea.

Embora a instituição de leis fosse importante para sinalizar o fim do sistema escravista, a ausência de políticas para incorporação dos ex-escravos à nova formação econômica e social, prolongou a escravidão por meio da continuidade de práticas e relações sociais, que se mantiveram por muito tempo. Conforme aponta Florestan Fernandes[2], a modernização, acoplada à constituição do capitalismo moderno no Brasil, se fez reiterando a desigualdade de acesso dos negros e mulatos ao mercado de trabalho. Na mesma perspectiva, Otávio Ianni[3] vê o processo de substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, sob o impacto da expansão do capitalismo, enquanto um processo paradoxal e cheio de contradições, em que a transformação do escravo em negro supõe também que a mesma lei que 'liberta' o escravo em processos de manumissão, também lhe imprima a condição de semi-escravo, semi-liberto, semi-homem.

Em meio a isso, a política de imigração se mostrava para as autoridades e elites econômicas brasileiras como alternativa para a necessidade de mão-de-obra nas lavouras diante do declínio do trabalho escravo. Aos poucos, o sentido da presença do imigrante como aquele que buscava uma pequena lavoura de sua propriedade e

[2] FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1965.
[3] IANNI, Otávio. *Metamorfoses do Escravo – Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

gestão mudava para a figura do trabalhador contratado para as fazendas de café. O contrato de trabalho nas fazendas de café podia variar na oferta ao imigrante de parte sobre a produção colhida ou até o próprio assalariamento. O café já despontava como principal economia do país e a província de São Paulo, como veremos mais à frente, será a principal área de produção.

Durante a década de 1880, os governos central e provinciais atuaram diretamente na formação de núcleos coloniais no intuito de continuar a promover a ocupação dos territórios e incrementar a produção de alimentos, enquanto iniciativas de fazendeiros e empresas particulares dedicaram-se principalmente a recrutar imigrantes como trabalhadores contratados para as lavouras, sobretudo, de café. Nessa época, o número de entrada de imigrantes no país mais do que dobra em relação à década anterior. Também nesse período, muitas regiões da Europa passavam por turbulências econômicas e sociais, além de reconfigurações políticas, como foram os casos da Alemanha e Itália, propiciando um intenso fluxo migratório para a América.

No quadro a seguir, podemos acompanhar alguns números:

ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL (1820 – 1929)

Ano/País	Portugal	Itália	Alemanha	Espanha	Japão	Outros	Total
1820-29	-	-	1.984	-	-	7.112	9.096
1830-39	261	180	207	-	-	2.021	2.669
1840-49	491	5	2.139	10	-	2.347	4.992
1850-59	63.272	24	15.806	181	-	28.843	108.126
1860-69	53.618	4.916	16.514	633	-	34.398	110.079
1870-79	67.609	47.100	14.627	3.940	-	60.609	193.885
1880-89	104.491	276.724	19.201	29.066	-	23.997	453.079
1890-99	215.354	670.508	17.034	164.193	-	115.929	1.183.018
1900-09	169.586	221.394	13.848	121.604	861	82.145	635.438
1910-19	318.481	137.868	61.902	181.696	27.732	163.374	863.714
1920-29	301.913	106.835	75.801	81.931	58.284	221.881	846.645
TOTAL	**1.321.076**	**1.465.554**	**239.063**	**583.254**	**86.577**	**715.656**	**4.410.741**

Fonte: Mirador Internacional: Migração *apud* TAJIRI & YAMASHIRO: 1992

Com o período republicado a partir de 1889, a política imigratória brasileira se consolidou, porém as discussões em torno da composição racial dos imigrantes se intensificaram, quando os esforços de afirmação de uma identidade nacional se apoiou no ideário do evolucionismo e da "pureza da raça". A época que se seguiu à abolição da escravatura, não se caracterizou por um ambiente de liberdade e res-

peito à diversidade, ao contrário, foi um tempo marcado pela disseminação de um conceito de raça proveniente das ciências biológicas. Se a República de 1889 trouxe o liberalismo e a igualdade jurídica enquanto promessas de cidadania, a ciência veio responder com a comprovação da desigualdade natural entre os homens (SCHWARCZ: 2002). As defesas do "branqueamento" do povo brasileiro, mais do que nunca, se colocaram como via apropriada para o país acompanhar o desenvolvimento do cenário mundial e inúmeros intelectuais brasileiros como os médicos Sílvio Romero, no Recife e Nina Rodrigues, na Bahia desenvolveram teses baseadas em autores como Darwin, Tylor e Spencer, que influenciariam o pensamento político e social brasileiro pelos próximos trinta anos.

Nesse debate, os imigrantes, ora eram defendidos como condição necessária para realizar o "branqueamento", quando a referência era para os imigrantes europeus; ora eram combatidos como elementos agravadores da formação racial brasileira, quando se tratava dos imigrantes asiáticos e africanos.

> *"Naturalmente estéril a fonte de trabalho indígena, secada pela lei a fonte de trabalho escravo negro, a perigosa tentação de ir buscar braços a outros viveiros de raças inferiores prolíficas embriaga muitos espíritos. (...) Por um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colônia, eis aí o seguro porvir da Antiga América portuguesa."*[4]

Com o recrudescimento dos sentimentos nacionalistas, beirando a xenofobia, a "imigração interna" a partir das populações flageladas da região nordeste do país se mostrava como nova possibilidade de emprego de mão-de-obra nos campos e lavouras do sul. Em levantamento realizado em 1922, do total de 53.145 trabalhadores contratados para os cafezais, 44% eram imigrantes internos (TAJIRI & YAMASHIRO: 1992).

A Quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e os prejuízos com a superprodução agrícola no Brasil solaparam de vez a economia cafeeira. O país engatinhava para uma industrialização possível por meio das reservas de capitais conseguidas com o café, mas as lavouras já não urgiam mais a necessidade de braços de trabalho.

A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1934), a política de imigração arrefeceu, quando foi estipulada a cota de entrada de novos imigrantes de

[4] MARTINS, Oliveira. *O Brazil e as colônias portuguezas*. Lisboa, Bertrand, 1880, p. 151-154 *apud* NOGUEIRA, Arilndo. "Antecedentes da imigração japonesa no Brasil". In: *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.

2% de cada nacionalidade da população já imigrada em solo brasileiro, além de outros mecanismos de restrição de entrada. A migração interna, enfim, se estabeleceu como política de deslocamento de mão-de-obra nacional e novas levas imigratórias de peso iriam ocorrer a partir da Segunda Guerra Mundial.

NO JAPÃO

Do outro lado do mundo, outras configurações sociais, econômicas e políticas moviam o Japão. Após séculos de regime político sob o shogunato, o Japão iniciou, durante a segunda metade do século XIX, sua "modernização" na chamada Era Meiji. As transformações realizadas levaram a inúmeras revoltas camponesas e a enormes deslocamentos populacionais do campo para os centros urbanos. A instabilidade política e a perspectiva do crescimento populacional como problema de superpopulação numa nação de território de proporções ínfimas, levaram a elite japonesa a pensar na emigração como solução para seus problemas domésticos (BJÖRJLUND:2007).

Conscientes da limitação espacial de seu território, as autoridades japonesas não pensaram a emigração apenas como escoadouro de excedente de população, mas como possibilidade de consolidar o próprio Japão, fazendo com que seus cidadãos emigrantes contribuíssem com a nação a partir de outros espaços geográficos. Por isso, as políticas de emigração japonesas estiveram desde o início associadas a uma perspectiva de ocupação expansionista.

O envio de cidadãos japoneses a áreas dentro do próprio país e, mais tarde, a alguns lugares do mundo como Havaí, região chinesa da Manchúria, Estados Unidos e inúmeros países da América Latina como Peru, Bolívia, Argentina e, claro, o Brasil, integrou uma política do Japão de "migração no interesse da nação"[5].

A primeira ação de colonização japonesa teve início em 1870, quando a ilha de Hokkaido, localizada ao norte, tornou-se alvo de uma ocupação massiva. Hokkaido, àquela época, sempre foi habitada pelo povo Ainu, considerado etnicamente distinto dos japoneses. Já a primeira ação de emigração em massa para áreas fora do Japão ocorreu em 1868, ano em que 147 japoneses foram contratados para trabalhar no Havaí e outros 42, para Guam, viabilizados por agentes da iniciativa privada. Tal experiência de emigração se mostrou mal-sucedida, devido maus-tratos infligidos

[5] BJÖRJLUND, Krister. "Migration in the interest of the nation – Population movements to and from Japan since the Meiji era". Siirtolaisuusinstituutti, 2007.

aos trabalhadores japoneses no Havaí, o que levou o governo japonês a resgatar todos os emigrados em 1871. Esse episódio fechou as portas de emigração do Japão até 1885, quando os governos japonês e havaiano concluíram a Convenção de Imigração, na qual agentes das lavouras de frutas e cana-de-açúcar do Havaí foram permitidos a recrutar trabalhadores no Japão (BJÖRJLUND:2007).

A partir de 1894, a emigração de japoneses passou a ser operada por companhias privadas, com o governo criando a lei de Proteção ao Emigrante para regular as ações. Entre 1894 e 1908 mais de 150.000 japoneses foram trabalhar no Havaí por meio de agentes privados de emigração. No mesmo período, trabalhadores japoneses também foram contratados na Austrália, Filipinas, Indochina e Tailândia. Esses emigrantes não eram colonos, eram trabalhadores temporários que passavam alguns anos trabalhando em terras estrangeiras e retornavam ao Japão. A maioria deles era formada de homens.

A presença de japoneses nos Estados Unidos foi numerosa, chegando a 130.000 indivíduos no ano de 1910, mas as companhias de emigração pretendiam mesmo fornecer trabalhadores para serviços nas minas, na pesca e na construção de estradas ao Canadá.

Após a vitória na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) pelo controle dos territórios da Coréia e da Manchúria, o Japão e sua emigração de nacionais começaram a ser vistos com desconfiança pelos países ocidentais. Entre 1907 e 1908, os Estados Unidos mais o Canadá firmam com o Japão o *Gentlemen's Agreement*, no qual se estabeleceu a proibição de saída de trabalhadores japoneses para os Estados Unidos, por extensão o Havaí (naquela época já anexado ao estado americano) e o Canadá. Com o *Quota Immigration Act*, de 1924, encerra-se de vez a imigração de japoneses aos Estados Unidos e Havaí.

Com as crescentes restrições de imigração na América do Norte, o Japão procurou por alternativas nas economias dos países da América Latina. Esta área não se mostrava até então de interesse privilegiado, tanto que entre 1899 e 1908 apenas 18.000 japoneses haviam emigrado principalmente para o México e Peru. O perfil destes era de uma maioria de trabalhadores contratados, que pretendiam retornar à pátria com algumas economias. Como o *Gentlemen's Agreement* solicitava a limitação de imigração também aos territórios adjacentes aos EUA e Canadá, o México se tornou inviável.

Em 1907, o governo japonês passou a permitir a emigração apenas em países nos quais os japoneses pudessem se estabelecer. Assim, a América Latina e, principalmente, o Brasil, passaram a ser foco privilegiado de ação. A imigração de japo-

neses no Brasil contou com importantes investimentos de capitais por parte de ambos os governos japonês e brasileiro. Como resultado do primeiro acordo assinado entre os países, o navio *Kasatu Maru* desembarcou no porto de Santos em 1908 os primeiros 781 japoneses no Brasil (BJÖRJLUND:2007).

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Desde 1895, Brasil e Japão mantinham relações amistosas oficializadas com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, ainda sem qualquer entendimento sobre as questões de imigração.

Até o final do século XIX, o Brasil estava satisfeito com a imigração européia que afluía para as lavouras de café e para os núcleos coloniais no interior do país, apresentando ressalvas à "raça amarela", e assim, à vinda de asiáticos. Ao mesmo tempo, por essa época, o Japão tinha preferência por realizar a emigração de sua população aos países da América do Norte, considerando penosas as condições que os países da América do Sul apresentavam ao tratamento prestados a seus cidadãos.

Somente a partir do momento em que o governo da Itália proibiu o movimento emigratório ao Brasil em 1902, o governo brasileiro passou a considerar a possibilidade de permitir a entrada de japoneses, devido a urgência de mão-de-obra nas lavouras de café do país. Por outro lado, com a assinatura do *Gentlemen's Agreement* entre países da América do Norte e Japão, restringindo a saída de japoneses para aquelas localidades, o governo japonês passou a considerar o Brasil como alternativa viável para continuar sua política de emigração. Nessa confluência de interesses é que Brasil e Japão, enfim iniciaram entendimentos a respeito da migração de grandes contingentes de pessoas.

Em 1907, representante da Companhia Imperial de Imigração, ligada ao governo japonês, visitou o Brasil e assinou compromissos com o governo da Província de São Paulo, principalmente por meio da Secretaria de Agricultura, comandada por Carlos Botelho, que à época era favorável à imigração de japoneses ao Brasil. Esse primeiro acordo estipulou a entrada dos primeiros três mil imigrantes japoneses como trabalhadores contratados para as lavouras paulistas de café (NOGUEIRA: 1973).

Em seguida, em 1908, representante da empresa particular Sindicato de Tókio, Ikutaro Aoyagui, viabilizando o interesse japonês de realizar a imigração que assen-

tasse famílias japonesas em solo brasileiro, assinou com o governo da Província de São Paulo a concessão de 50.000 hectares de terras devolutas na zona do Rio Ribeira de Iguape (MIDORIKAWA: 1928).

Outras iniciativas foram implementadas por meio da associação de empresas de imigração japonesas com autoridades de províncias brasileiras, principalmente para garantir a contratação de trabalhadores para as fazendas de café.

A partir de 1919, o governo japonês decidiu se envolver diretamente com os projetos de imigração e colonização no Brasil e todas as companhias de iniciativa privada foram fundidas formando a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Desenvolvimento) ou mais conhecida no país como KKKK.

Na década de 1920, negociações entre as províncias do Pará e da Amazônia e autoridades japonesas resultaram no estabelecimento de famílias japonesas em terras cedidas nas regiões de Tomé-Açu e Parintins já em 1929 (UCHIYAMA & TAJIRI & YAMASHIRO: 1992).

Desse modo, a realização da imigração de japoneses no Brasil foi principalmente para fornecer trabalhadores contratados e para formação de núcleos coloniais pelo Brasil.

Do ponto-de-vista dos imigrantes japoneses, sua presença em solo brasileiro variava entre três formas principais de encarar sua estadia. O imigrante podia se considerar como *dekassegui*, isto é, trabalhador temporário que após certo tempo tinha a perspectiva de retornar ao Japão com as economias realizadas. Dos que possuíam a expectativa de permanecer no Brasil, havia os que formavam as *shokuminchi* e os que se estabeleciam nas *iju-chi*. As *shokuminchi* foram os núcleos de povoamento que se formaram a partir dos antigos trabalhadores contratados para as fazendas de café. Já as *iju-chi* foram formadas principalmente por meio da ação das companhias de imigração e colonização japonesas, sendo as *iju-chi* consideradas terras nas quais os imigrantes japoneses chegavam como pequenos proprietários (KYOTANY & YAMASHIRO: 1992).

Cada vez mais interessado em consolidar uma política de emigração que assentasse japoneses em terras no além-mar, o governo do Japão fundou em 1929 a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda, mais conhecida como BRATAC (*Burajiro Takushoku Kumiai*). A BRATAC tinha como orientação a formação e administração de todas as *iju-chi* estabelecidas no país.

É por meio da ação da BRATAC que núcleos de povoamento japonês nas regiões de

Bastos e Tietê, na província de São Paulo, e região de Assai, no Paraná, são implementados.

A imigração japonesa ao Brasil pode ser considerada de modo mais amplo, caracterizando-se por períodos significativos das políticas de imigração realizadas. O primeiro período de 1908 a 1923 é visto como a fase experimental, em que a entrada de japoneses no Brasil ainda é pequena e as ações de imigração são tateadas tanto por autoridades brasileiras quanto pelo governo japonês. O próximo período é de 1924 a 1941, em que 1924 marcou o ano em que os EUA proíbe definitivamente a entrada de japoneses e 1941 expressa a data em que o governo brasileiro, diante dos desdobramentos da II Guerra Mundial, proibiu a entrada de japoneses em nosso país. Nesse segundo período, a entrada massiva de imigrantes e o desenvolvimento de inúmeros núcleos coloniais pelas companhias japonesas se consolidaram. Com a proibição de entrada de japoneses no Brasil em 1941, a politica de emigração japonesa passou a se dirigir à região da Manchúria, região nordeste da China. O último período de imigração japonesa é estipulado entre 1952 a 1963, após a Segunda Guerra Mundial. Em 1951, o Brasil tornou a restabelecer relações diplomáticas com o Japão e já em 1952 novas levas de japoneses voltaram a imigrar, porém a maior parte deles vinha por meio de laços com parentes já estabelecidos no Brasil (SAKURAI: 1998).

IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL POR PERÍODO

Período / Total imigrantes	**234.636**	**100%**
1908 - 1923	31.414	13,4%
1924 - 1941	137.572	67,1%
1952 - 1963	45.650	19,5%

Fonte: SUZUKI:1969 *apud* SAKURAI:1998

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir do final da década de 1960, o rápido crescimento da economia japonesa retirou da política de emigração o status de prioridade. O Japão aproveitou os laços com o Brasil para expandir seus negócios e na década de 1970 mais de 500 empresas japonesas se estabeleceram aqui. Em 1973 foi criada a Agência de Cooperação Internacional (JICA) para mediar os investimentos japoneses na economia brasileira. Desse momento em diante a emigração inverterá as posições antigas e o Brasil passará a ser país de origem de emigrados para o Japão.

A IMIGRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Voltando a puxar alguns fios da trama histórica sobre a imigração no Brasil, cabe recuperar algumas experiências realizadas no estado de São Paulo, à época chamada ainda de província. Durante o século XIX, São Paulo era o maior produtor de café, principal artigo da dinâmica da economia brasileira. Como aludido anteriormente, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado já sinalizava seus efeitos, como a carência de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras. A introdução de imigrantes foi pensada como solução e antes mesmo da abolição da escravatura em 1888, a então província de São Paulo contava com iniciativas de particulares, que iriam orientar as políticas de imigração e colonização a serem desenvolvidas pelo governo brasileiro e provincial. Dentre elas, vale recuperar as experiências da Fazenda Ibicaba e da Sociedade Promotora de Imigração.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais conhecido como Senador Vergueiro, foi fazendeiro de café e político brasileiro. Como parlamentar, defendeu posições liberais e antiescravistas, sendo pioneiro na introdução de imigrantes europeus na Fazenda Ibicaba, localizada na região de Limeira.

Por iniciativa própria, o Senador Vergueiro trouxe em 1840 um grupo de oitenta portugueses para Ibicaba. Em seguida, em 1846, cento e setenta e sete famílias de colonos suíços e alemães foram lá estabelecidos também. Esse empreendimento foi realizado simultaneamente com a presença de escravos na fazenda, pois a mão-de-obra cativa não foi dispensada.

Para os imigrantes, o sistema de trabalho proposto foi a parceria, no qual a produção era dividida igualmente entre proprietário e colonos. Pelo sistema, os parceiros responsabilizavam-se por cuidar de determinado número de pés de café, em troca de uma porcentagem do que fosse obtido quando da venda dos grãos. Além disso, era permitido o plantio de pequenas culturas de subsistência, partilhando, assim como o café, a produção com o proprietário das terras.

Devido o desencontro entre práticas do sistema escravista ainda em vigor e a busca por maior autonomia pelos trabalhadores imigrantes, e experiência do sistema de parceria na Fazenda Ibicaba não foi bem-sucedida. Um forte descontentamento por parte dos colonos, gerado pela insatisfação com os critérios para divisão dos lotes de terra e com os duvidosos valores de pesagem das sacas de café, levou os

imigrantes a um levante armado, que necessitou da presença de forças policiais para estabilizar a situação (MARTINS:2004). A insurreição levou os governos da Suíça e da Alemanha a proibir a imigração destinada ao Brasil.

Apesar do desafortunado ensaio, o sistema de parceria se tornou modelo mais tarde para a construção de políticas de contratação de trabalho imigrante.

A Sociedade de Promoção de Imigração atuou de 1886 a 1895, sendo um projeto de uma elite de produtores de café, que por meio dela se articulou a fim de garantir braços para sua lavoura numa época de eminência do fim da escravatura. A imigração fora escolhida como solução para substituição da mão-de-obra cativa, necessitando criar ações que de fato colocassem tal alternativa em marcha. Entre os sócios presentes na fundação da Sociedade estão nomes das famílias Prado, Souza Queirós e Paes de Barro.

Com o objetivo de promover a imigração estrangeira em larga escala para o Estado de São Paulo, a Sociedade de Promoção de Imigração era uma organização da sociedade civil sem caráter especulativo ou de lucro, com capital formado pela contribuição de seus sócios.

Dentre alguns critérios de atuação da Sociedade, a preferência por trazer famílias de imigrantes foi bem particular, pois, na sua perspectiva, a presença de familiares tornava os trabalhadores imigrantes mais seguros e capazes ao trabalho, garantindo permanência maior dos trabalhadores contratados e diminuindo sua rotatividade. Desse modo, as passagens de idosos e recém-nascidos, mesmo que não sendo elementos que contribuiriam para o trabalho, deveriam ter suas despesas de locomoção também patrocinadas pela ação de imigração.

Em seus nove anos de funcionamento, a Sociedade de Promoção de Imigração contratou e introduziu 266.732 imigrantes no Estado de São Paulo, com participação ativa do governo de São Paulo, como na administração da Hospedaria dos Imigrantes, cuja criação foi orientada pela Sociedade. Esta também recebia subvenções provinciais anuais para o pagamento das despesas com localização, contratação, transporte e colocação nas fazendas do estado de imigrantes.

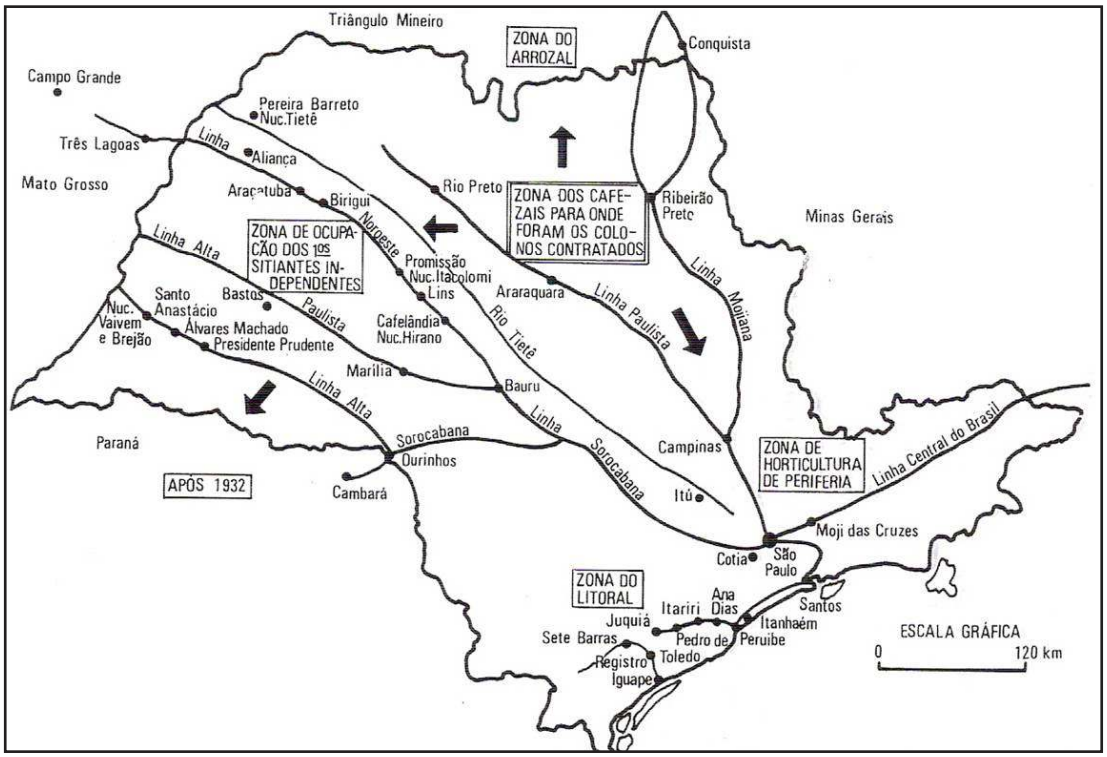
Com a atuação da Sociedade de Promoção de Imigração, os serviços de imigração se transformaram e, mesmo com a sua dissolução em 1895, o governo do Estado de São Paulo continuará com esse mesmo modo de operar a introdução de estrangeiros para manter o fluxo de trabalhadores nas lavouras cafeeiras e para colonizar as terras desocupadas do oeste paulista (SANTOS:2007).

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A data oficial para a chegada ao Brasil da primeira embarcação, o navio *Kasatu Maru*, trazendo os primeiros imigrantes japoneses ao Porto de Santos, é o dia 18 de junho de 1908. Esses pioneiros foram encaminhados aos campos de fazendas do interior do estado de São Paulo e a partir daí, aponta a narrativa, tem início a construção da saga dos japoneses em terras brasileiras.

Como ocorreu com outros imigrantes, os japoneses em São Paulo foram agenciados de duas formas principais, a contratação de trabalho em fazendas no interior paulista e o desbravamento de terras devolutas no estado.

O encaminhamento para o trabalho nas fazendas era, sobretudo, definido pelo traçado das vias ferroviárias, porque as fazendas eram situadas ao longo delas. Assim, as famílias de imigrantes japoneses foram conduzidas para fazendas como a Dumont e Canaã, localizadas na linha Mogiana; fazendas como São Martinho e Guatapará, situadas na linha Paulista; fazenda Sobrado, na linha Sorocabana. Desse modo, os japoneses foram dispersos pelo estado conforme as terras de trabalho estavam distribuídas pelos caminhos férreos.



Do mesmo modo, a criação de núcleos coloniais, promovidos na associação entre governo paulista e companhias japonesas ou pela associação espontânea de trabalhadores cujo contrato de trabalho nas fazendas já haviam terminado, também irá acompanhar o traçado dos trilhos dos trens. No caso da concessão de terras devolutas pelo Estado de São Paulo a companhias japonesas, o núcleo do Vale do Ribeira localizava-se no final da linha Santos-Juquiá e o núcleo de Bastos situava-se no final da linha Paulista, mostrando o interesse do governo paulista em realizar a ocupação de áreas longínquas e pouco habitadas. Muitas famílias japonesas, após trabalharem como contratados nas lavouras do interior, compraram terras em áreas ainda não ocupadas ao longo da cadeia ferroviária. No caso da colônia Hirano, formada por imigrantes japoneses provenientes da fazenda Guatapará, foram desbravadas terras localizadas a 13 quilômetros da estação Presidente Pena, atual Cafelândia. No final da linha Sorocabana, foram formadas as colônias de Vai-Bem e Brejão, localizadas próximas à estação de Álvares Machado, noroeste de São Paulo.

Também nos locais de passagem de embarque e desembarque, como os centros metropolitanos de Santos e São Paulo, houve grande concentração de imigrantes japoneses, formando colônias como a de Cotia, nos arredores de São Paulo, e também realizando a mobilidade social de muitos imigrantes e descendentes por meio da educação e do emprego como profissionais liberais nessas cidades (UCHIYAMA & TAJIRI & YAMASHIRO: 1992).

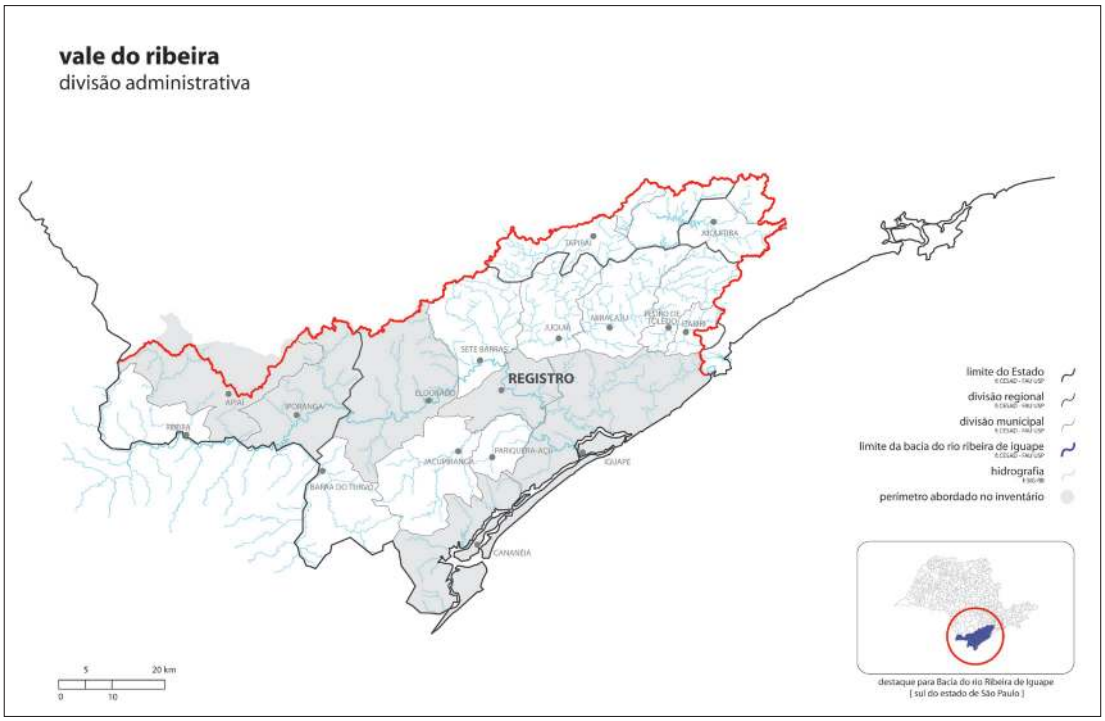
CAPÍTULO 2

Vale do Ribeira: Formação Histórica e Aspectos Sócio-Econômicos

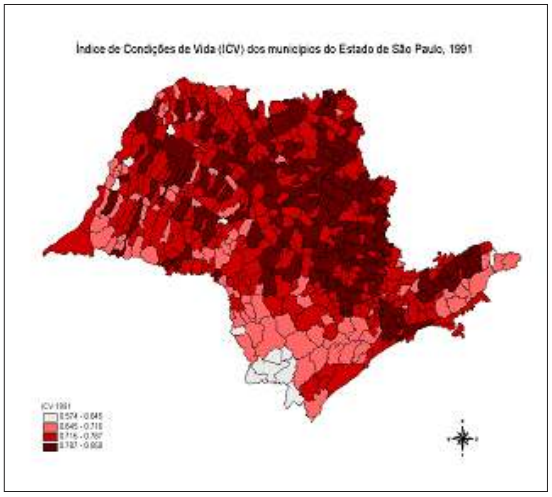
O VALE DO RIBEIRA DE IGUAPE

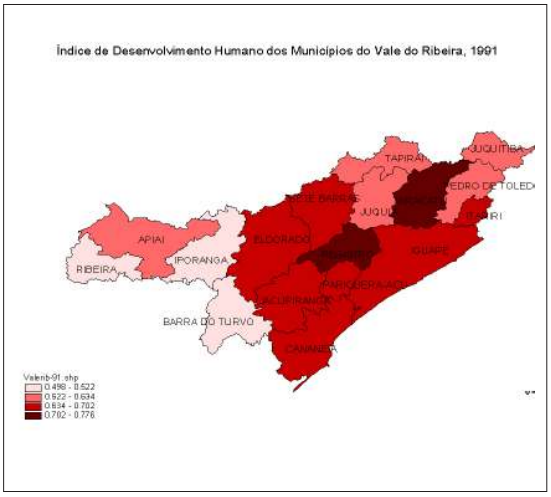
O Vale do Ribeira de Iguape, localizado na região sul do Estado de São Paulo e leste do Paraná, abrange uma área total de aproximadamente 25.000 km^2, dos quais cerca de dois terços (17.000 km^2) estão em território paulista (SMA, 1995). Embora esteja situada a pouco mais de duzentos quilômetros do maior aglomerado urbano-industrial do hemisfério, a região é uma das maiores e mais importantes províncias preservacionistas do país, que concentra uma extensa e complexa paisagem cultural que a singulariza regional e nacionalmente. Com uma economia baseada principalmente na pesca, agricultura (banana, chá, horti-fruticultura), mineração e extrativismo vegetal (palmito) os municípios do vale são ocupados predominantemente por pequenos produtores familiares; pescadores, agricultores, gente das matas, representantes de uma sociedade artesanal e de subsistência, que se constituiu à margem das transformações que caracterizaram a sociedade brasileira do último século.

Estima-se que existam ao menos oito aldeamentos indígenas e cerca de cinqüenta comunidades remanescentes de quilombos em todo o Vale, além de centenas de comunidades rurais tradicionais. Casas de pau-a-pique, roças de toco, festas de padroeiro e mutirões, remédios e doenças caseiras, compõem boa parte desta paisagem de compadres e



Mapa de localização do Vale do Ribeira (Peabiru/IPHAN 2008)





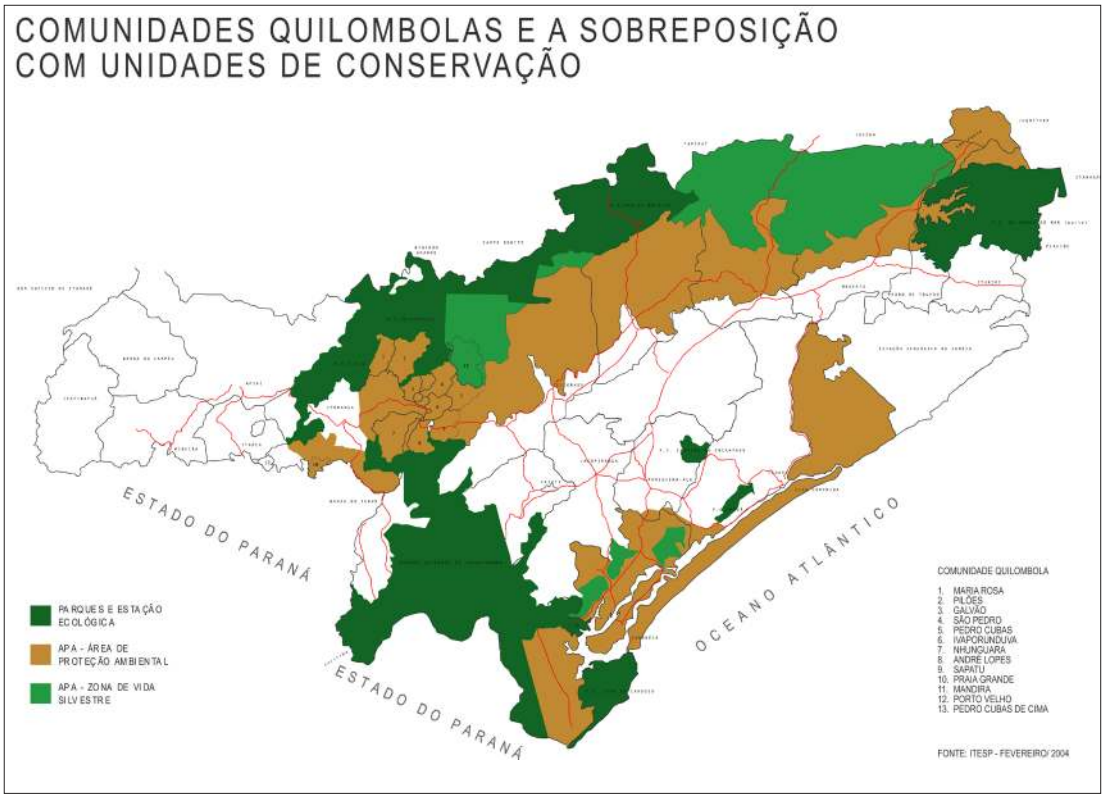
Fonte: PNUD/ IEPA/FJP (1998)

comadres, da vida simples e em harmonia com a natureza. No entanto é também uma das regiões mais miseráveis do país, onde grande parte de sua população vive sob indicadores sócio-econômicos semelhantes àqueles vividos nos bolsões de pobreza do Norte e Nordeste. Cenário no qual faltam escolas, hospitais, saneamento básico, meios de comunicação e todo tipo de serviços e equipamentos públicos necessários para atender a demanda desta população por si carente e sem oportunidades.

Razões históricas, dificuldades de acesso e condições naturais adversas às atividades econômicas, determinaram, até hoje a inserção marginal do Vale nos fluxos mais intensos da dinâmica econômica do país o que permitiu que extensas áreas pudessem se manter preservadas, representando atualmente patrimônio histórico, cultural e ambiental de valor inestimável. Importância mensurável pelo significativo número de projetos de desenvolvidos por universidades e instituições que, de uma maneira geral, visam propor formas mais sofisticadas para seu manejo econômico e preservação sócio cultural. O poder público por sua vez, há anos vem se preocupando em restringir o desenvolvimento "desordenado" da região através da criação de unidades legais de preservação, e da elaboração de legislação específica, com objetivo de normatizar e gerenciar seu uso e ocupação.

Somente nos municípios de Apiaí, Cananéia, Iporanga, Iguape e Registro foram instituídos, além da área pertencente às serras do Mar e Paranapiacaba (objeto de legislação específica), "a Área de Proteção Ambiental (APA), Federal de Iguape, Cananéia e Peruíbe, a APA Estadual da Ilha Comprida, os Parques Estaduais de Jacupiranga e da Ilha do Cardoso, as Zonas de Vida Silvestre de Itapitangui, do Cordeiro, do Arrepiado e da Ilha Comprida, e as Estações Ecológicas da Juréia-Itatins e Chauás"1. Pouco mais de 65% dos ter-

ritório destes municípios estão sob legislação ambiental restritiva, em alguns caso como Iporanga (75,9%) e Iguape (77,8%) este percentual supera dois terços de suas áreas.



Fonte: Peabiru/ IPHAN 2008

ÁREA OCUPADA POR COBERTURA VEGETAL NATIVA EM 1988.			
Município	**Área total do município (em ha)**	**Área ocupada por vegetação nativa (em ha)**	**Sobre a área total do município (em %)**
Apiaí	157.800	52.912	33,53
Registro	68.800	30.797	44,76
Cananéia	133.800	99.490	74,36
Eldorado	171.200	127.263	74,34
Iguape	208.000	161.819	77,80
Iporanga	127.700	96.918	75,90
Total	**867.300**	**569.172**	**65,62**

Tabela 2 Fonte: SMA/Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DPRN

PARQUES ESTADUAIS			
Ilha do Cardoso	[Cananéia]	D. 40.319/62	13.600,00
Intervales	[Ribeirão Grande], Eldorado, Iporanga	D. 40.135/95	46.086,00
Jacupiranga	Cananéia, [Eldorado], Iporanga	D. 145/69	150.000,00
Serra do Mar		D. 10.251/77	
Turístico Alto Ribeira	[Iporanga], Apiaí	D. 32.283/58	35.884,28
Estações Ecológicas			
Chauás	[Iguape]	D. 26.719/87	
Juréia-Itatins *Áreas de Proteção Ambiental*	Iguape, [Peruíbe], Itariri, Miracatu	D. 24.646/86; L. 5.649/87	79.270,00
(APAs)			
Cananéia-Iguape-Peruíbe	Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Miracatu e Peruíbe	DF 90.347/84	...
Serra do Mar	Eldorado, Iporanga,	DE 22.717/84	...
Ilha Comprida	Ilha Comprida	DE 26.881/87 e DE 30.817/89	...

Tabela 3. Unidades de Conservação do Vale do Ribeira e Litoral Sul do Estado de São Paulo: Fonte: Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo, Parte I - Litoral, SMA, 1996. (1) Situação em 31/12; (2) O Município onde se encontra a sede da Unidade de Conservação está destacado entre colchetes; (3) D.- Decreto; L.- Lei; D.L.- Decreto Lei; DE. – Decreto Estadual e D.F.- Decreto Federal. As APAs ocupam parcial ou totalmente os municípios citados. Apud SEADE, (htpp://www.seade.gov.br)

No âmbito da proteção patrimonial, o Condephaat, há décadas vem dedicando especial atenção à região, tendo registrado em seu Livro de Tombo os Centros históricos de Cananéia[2], Iguape[3] e Iporanga[4], além de uma série de imóveis e vestígios históricos e pré-históricos, suprindo, na medida do possível, a ausência institucional em suas dimensões municipais que somente nos últimos anos começam a se esboçar, orientadas principalmente por um escopo turístico e mercantil.

[2] Processo: 09170/69 Tomb.: Res. de 11/12/69 D.O.:12/12/69. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 5, p. 2, 27/4/1971
[3] Processos: 00469/74 Tomb.: Res. de 6/2/75 D.O.: 7/2/75 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 93, p. 11, 17/2/1975
[4] Processo: 00057/71 Tomb.: Res. 18 de 20/6/80 D.O.: 26/6/80 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 132, p. 24, 29/5/1981

Aspecto de uma rua de Iporanga na década de 1940 (Fonte: sítio eletrônico do Instituto Cartográfico e Geográfico).

Laje com o mapa de Cananéia exposta no Museu do Tombo, Portugal. (Fonte: Peabiru/Iphan, 2008)

HISTÓRIA DO VALE DO RIBEIRA

A história do povoamento europeu no Vale do Ribeira de Iguape, têm origens já nas primeiras décadas do século XVI. Os casarões, ruínas e vielas são testemunhas desta longa trajetória de intensa atividade econômica iniciada com a chegada das primeiras caravelas.

> *"Na entrada da barra de Cananéia da banda do continente, sobre umas pedras está o padrão de mármore europeu com quatro palmos de comprimento, dois de largo, um de grossura e as armas reais de Portugal sem Castelos; posto que mais deteriorado do que muitos pensariam, bem se conhece que foi colocado em 1503..."*[5]

Relatos da época colonial dão conta que, quando Martin Afonso de Souza chegou a região da hoje Cananéia, já encontrou ali um pequeno vilarejo habitado por todo tipo de aventureiro que compunha estas populações coloniais originais. Aqui o europeu encontrou além das excelentes condições "portuárias" oferecidas pela laguna, a esperança do ouro, da madeira e do índio de que tanto ansiava.

O rio Ribeira de Iguape orienta a ocupação, determinando a localização das vilas que vão se formando nas margens de seus afluentes. A descoberta de ouro nas serras de

[5] Corografia Brasílica. pe. Aires de Casal, 1817. Ed. Itatiaia, Edusp 1976. pág.107

Foto ao lado: Rio Ribeira de Iguape (Fonte: Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais, SMA)

Foto abaixo à esquerda: Valo Grande, no Rio Ribeira na cidade de Iguape. (Foto: Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais, SMA)

Foto abaixo à direita: Entrada de caverna no PETAR. (Foto: Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo)

Paranapiacaba, Paranaguá e Cadeado, ainda no século XVI, incentivou o intenso processo de ocupação do interior (rio acima), determinando a posição de destaque que a região adquire na administração colonial. Surgem deste modo, sob influência do chamado ciclo paulista de ouro, Iporanga, Apiaí, Registro, Eldorado entre outras. Por outro lado, a articulação fluvial entre estes núcleos e a cidade portuária de Iguape, conferiu a esta cidade grande importância estratégica no controle e exportação da produção das lavras, fomentando seu crescimento e urbanização precoce.

Embora houvesse bastante ouro nas serras, como nos relatam as pesquisas de historiadores da região como Young[6], em pouco tempo este escasseou e sua exploração logo foi preterida com a descoberta das "minas gerais" pelos bandeirantes no século XVII, estagnando a economia regional até o final do século XVIII quando se inicia produção

[6]. Ernesto G. Young. "Subsídios para a História de Iguape". 1903

agrícola em grande escala. A intensa produção agrícola sustentou um processo de urbanização que modelou as feições daquelas cidades, e particular de Iguape.

> *"...oito léguas (ou doze seguindo as tortuosidades da lagoa), ao nordeste da vila de Cananéia está a considerável vila de Iguape, situada na extremidade da lagoa em sítio vistoso e pouco afastada da margem direita do rio Assungüi, que comumente toma o nome da vila. Teve em outro tempo casa de fundir ouro... Exporta-se daqui grande quantidade de arroz".*[7]

De fato, o arroz produzido nas regiões da baixada do Ribeira e nas planícies litorâneas de Iguape e Cananéia, era exportado para mercados europeus e latino-americanos, incrementando a economia local e reanimando o porto de Iguape, principal ponto de escoamento da produção, consolidando-o como importante e movimentado ponto de interligação com Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro. Fonte segura de recursos para o comércio e a burocracia estatal.

A partir do final do século XIX, o eixo econômico começa a se deslocar para a produção de café, cujas lavouras avançavam rapidamente sobre o vale do Paraíba e depois para o interior de São Paulo em busca de clima quente (sem geadas), terra boa, farta e "desocupada". Tudo o que vale do Ribeira de Iguape já não podia oferecer depois de mais de três séculos de contínua exploração.

A economia regional entra em recessão, as grandes fazendas vão sendo abandonadas, a população urbana migra para outras regiões ou refugia-se nos sítios e na subsistência, impondo a acentuada decadência regional. As atividades que sempre mantiveram a economia regional foram declinando. O arroz não foi capaz de atrair investimentos, as terras boas para a lavoura estão cansadas e doentes, fazendo declinar ainda mais a sua produtividade. A construção de estradas de ferro e rodovias, são golpes definitivos para a importância do transporte marítimo nas economias regionais. O porto de Iguape vai perdendo importância como via de escoamento de uma produção cada vez menor e menos interessante.

Nas últimas quatro décadas vários projetos agropecuários e turísticos, atraídos pelo preço relativamente baixo destas terras, por suas características naturais e por uma série de investimentos governamentais, começaram a se instalar na região do vale, avançando rapidamente sobre esse território. O Vale desperta de seu longo pousio. As cidades voltam a crescer principalmente em virtude do turismo, matas, cavernas e praias, antes domínios exclusivos de pes-

[5] Corografia Brasílica. pe. Aires de Casal, 1817. Ed. Itatiaia, Edusp 1976. pág.107

cadores e sitiantes, tornam-se parques ou balneários para onde afluem milhares de viajantes.

Entre os empreendimentos com maiores impactos previsíveis estão a duplicação da BR-116, que está sendo finalizada sem que se fizesse um programa de minimização de impacto, compensação e gerenciamento, e os projetos para a construção de barragens no Rio Ribeira. Seja como hidrelétricas destinadas a fornecer energia para plantas industriais de grande porte, seja como reservatórios para o abastecimento de água para a RMSP, ou como forma de controle de enchentes, estas barragens representam ameaça concreta ao patrimônio geral da região, uma vez que não apenas inundarão parcela significativa do território, como alterarão a dinâmica hidráulica de toda a bacia, com reflexos na região estuárina-lagunar de Iguape-Cananéia.

OS MUNICÍPIOS

APIAÍ

Apesar de elevada à condição de vila apenas em 1771, a localidade de Apiaí aparece referenciada em documentos oficiais desde a década de 1730, indicados por Lourival Oliveira Júnior (1989), entre eles uma lista de moradores datada de 1732 e um conjunto de documentos conhecidos como *Maços de População* que abrangem os anos de 1765, 1776, 1784 e 1798. Ambas encontram-se depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo.

Encravada no topo da Serra do Mar, seu primeiro núcleo populacional originou-se de um deslocamento de mineradores do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema, cujos aluviões davam evidentes sinais de esgotamento.

Os primeiros europeus que chegaram a esta região em meados do século XVII, eram garimpeiros em busca do ouro de aluvião que partiam de Iguape, subiam as corredeiras do rio Ribeira até o local denominado *Porto de Apiahy*, pouco abaixo de *Itaoca*, e de lá alcançaram os ribeirões e córregos, onde era abundante o cascalho aurífero.

Conta-se que um tal de Francisco Xavier Rocha, que havia sido Capitão Mor em Minas, veio parar nestas regiões, com 150 escravos, fundando um pequeno povoado de nome Capoeiras, o primeiro de uma seqüência de assentamento que acompanhavam as prospecções serra adentro, e que dariam origem ao Município de Apiaí, com o nome de Santo Antônio das Minas.

Em 1728, o governador da Capitania, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em visita

Vista Geral no núcleo urbano de Apiaí. (Fonte: Prefeitura do Município de Apiaí)

ao arraial, deu posse a um corpo burocrático, normatizou as atividades de mineração e estabeleceu a forma de cobrança do Donativo Real, cujo montante, 2,5 arrobas de ouro, foi calculado com base em 947 batéias presentes na região àquela época.[8] Em 1770, o Governador D.Luis Antônio de Souza Botelho de Moura elevou o nascente povoado à categoria de Vila, com a nova denominação de Santo Antônio das Minas de Apiahy, o 19º povoado paulista a se tornar município.. Em 1774, a Câmara Municipal começa a funcionar regularmente.

Tais núcleos de povoação foram elevados, por portaria de Morgado de Mateus e sancionada pelo Governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho de Moura, à categoria de Município no ano de 1771. Por força da Lei Estadual de 19 de dezembro de 1906, sob o nº1.038, a Sede Municipal recebeu foros de Cidade. A emancipação político-administrativa consolidou-se, entretanto, no dia 06 de agosto de 1797, com a construção de um pelourinho, à frente da Igreja Matriz, e com a demarcação do perímetro urbano do município. Finalmente, pela Lei Estadual nº2.840, de janeiro de 1937, Apiaí foi elevada à categoria de Comarca.

Os assentamentos que deram origem a primeira Vila localiza-se em três lugares diferentes, a mais antiga, hoje conhecida como *Vila Velha dos Peões*, ao norte do Morro do Ouro, distante alguns quilômetros da atual sede municipal, era, como os outros núcleos,

[8] 1AESP – Papéis referentes às minas de ouro e ferro de diversas localidades. Casa de fundição e almoxerifado de São Paulo e Paranaguá, ordem 347, lata 97.
2AESP – Maços de População, Sorocaba, 1765, rolo 188 e Apiaí, 1776, 1784 e 1798, rolo 1. Em 1765, Apiaí aparecia identificada como freguesia pertencente à vila de Sorocaba.
3O conceito e tipologia de domicílio aqui utilizados estão baseados em COSTA (1981, p. 217).

compostos por aventureiros de toda ordem e de seus escravos.

Havia igreja, cemitério e outras construções de taipa de terra batida pelos escravos negros, que chegou a superar em muito a dos homens brancos. Esgotado o ouro daí, os garimpeiros se transferiram para os ribeirões localizados ao sul do Morro do Ouro, local hoje conhecido como Cordeirópolis, antes, Vila Velha.

Pouco tempo depois, o esgotamento das jazidas conhecidas, e a ausência de novas descobertas na região, condicionaram o refluxo demográfico da freguesia que se observa durante as três décadas seguinte. Em 1737, os moradores do Arraial enviam uma petição em que pedem a isenção do Donativo Real estabelecido em 1728.

Em 1765, o capitão mor Francisco Xavier da Rocha registrava a presença de apenas 123 pessoas livres. O segundo episódio de grande atividade mineratória em Apiaí inicia-se na segunda metade da década de 1770, com a descoberta do "Morro do Ouro"[9]. Surge assim um dos mais importantes garimpos da região e o mais importante assentamento da época.

A população total da vila de Apiaí, que em 1776 era de 434 pessoas, passou para 819 habitantes em 1784, representando um incremento anual de 8,3%. O adensamento populacional registrado foi acompanhado por forte pressão da administração portuguesa, exigindo rigor no cumprimento das ordens sobre a ocupação e exploração do novo descoberto.

Entretanto, a expectativa de uma grande descoberta parece não ter sido concretizada.

Vista da delegacia de Apiaí em 2007, sem muro: o muro foi removido numa reforma. (Foto: Acervo da Pesquisa, dezembro de 2007)

[9] AESP, Documentos Interessantes, V.24, p. 237-40.

Já em meados da década de 1780 pôde-se perceber que a exploração do aludido morro já atingira seu auge. Como se infere da lista nominativa de 1798, a produção total de ouro atingiu a pequena quantia de 1156 oitavas. Naquele ano a população total registrada foi de 891 pessoas, além de representar um ínfimo crescimento em relação ao ano de 1784, mostrava pela primeira vez um predomínio de pessoas livres. Anos mais tarde, um desastroso desmoronamento, no qual mais de cem pessoas morreram soterradas, marca o final da exploração mineral, que jamais se recuperou do esgotamento dos afloramentos conhecidos.

Fazem alusão a Apiahy diversos historiadores, pesquisadores, naturalistas e estudiosos, tais como: João Pandiá Calógeras, Edmundo Krug, J.C.R. Milliet de Saint Adolphe, José Frederico Carlos Rath, Alfredo Moreira Pinto, Francisco de Assis Carvalho Franco, Pedro Taques de Almeida Pais Leme, Theodoro Knecht, Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, Eugênio Egas, M. Auguste de Sant - Hilaire, Monsenhor Luis Castanho de Almeida.

Theodoro Sampaio entende que o topônimo "Apiahy" pode significar "rio menino", versão aceita pela municipalidade, mas que é contradita por uma maioria de estudiosos do tupi-guarani, como Plínio Airosa Galvão, que dá sua explicação mais coerente: "divisor de águas", pois a serra de Paranapiacaba é realmente o divisor das águas das bacias dos rios Ribeira e Paranapanema.

Patrimônio Tombado

SERRA DO MAR E DE PARANAPIACABA

Limites: Estados do Rio de Janeiro e do Paraná Processo Condephaat: 20868/79 Tomb.: Res. 40 de 6/6/85 D.O.: 15/6/85 Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 16, p. 305, 8/9/1986

O conjunto das Serras do Mar e de Paranapiacaba destaca-se pelo seu grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico (condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos da fauna e da flora), e por funcionar como regulador das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da área litorânea e reverso imediato do Planalto Atlântico. A escarpa da Serra do Mar, que serviu no passado de refúgio climático para a floresta úmida de encosta, exibe hoje os últimos remanescentes da cobertura florestal original do Estado de São Paulo, fundamentais para a estabilidade das vertentes de alta declividade aí presentes, sujeitas aos maiores impactos pluviométricos conhecidos no país. A área tombada corresponde a 1.208.810 ha e inclui parques, reservas e áreas de proteção ambiental, esporões, morros isolados, ilhas e tre-

chos de planícies litorâneas, distribuídos entre as coordenadas geográficas 4845 e 4400 longitude Oeste e 2315' e 2500' latitude Sul. Fonte Processo de Tombamento

CANANÉIA

Embora oficialmente fundada em 12 de agosto de 1531 por Martin Afonso de Souza, a história do povoamento europeu na região de Cananéia é bem mais antiga e complexa. No Museu do Tombo em Portugal existe uma laje em mármore, com um mapa da costa brasileira que indica Porto Seguro 1500, Cananéia 1502 e Bacia do Prata 1514, como marcos da passagem para os portugueses.

Ignora-se da data da elevação do povoado a freguesia, mas por provisão de 13 de Julho de 1600 foi criada a Vila de São João Baptista de Cananéia, nome com o qual foi elevada à categoria de Cidade em 06 de julho de 1892. A Lei n.º 975 de 20/12/1905, abreviou seu nome para Cananéia e, em 21 de Julho de 1907, foi incorporado ao município, o Distrito de Paz do Ariri.

Antes da expedição de Martin Afonso em 1531, existem registro da passagem de Cananéia Gonçalo Coelho e Américo Vespuccio em 1502, João Dias de Solis em 1512, Dom Nuno Manoel em 1514, Cristóvão Jacques Aragonês em 1516, Dom Rodrigo Acuña em

Foto do aspecto atual dos imóveis na avenida Beira Mar

[10] Corografia Brasílica. pe. Aires de Casal, 1817. Ed. Itatiaia, Edusp 1976. pág.107

Foto à esquerda: Aspecto atual da Igreja de São João Batista, dezembro de 2007

Foto acima à direita: Foto Murilo Max. s/d

Foto abaixo à direita: foto porto *Bacharel*

1516, Sebastião Caboto em 1526, Diogo Garcia em 1528 entre outros.

Ancorando na Ilha do Bom Abrigo, a frota de Vespúcio, percorreu a Ilha do Cardoso; onde deixa o marco de pedra com as armas de Portugal, em uma praia conhecida desde então como Itacuruça que parece ser um derivativo em Língua Geral de Ita (pedra em Tupi) e curuçá (corruptela de Cruz).

> *"Na entrada da barra de Cananéia da banda do continente, sobre umas pedras está o padrão de mármore europeu com quatro palmos de comprimento, dois de largo, um de grossura e as armas reais de Portugal sem Castelos; posto que mais deteriorado do que muitos pensariam, bem se conhece que foi colocado em 1503..."*[10]

Quando Martin Afonso chega em 1532, é recebido por castelhanos e mestiços, entre os quais o "Bacharel de Cananéia" que tinham estabelecido um povoado conhecido como Maratayama (terra do mar) ou Vila dos Tupis, onde viviam cerca de 200 pessoas. O local era um antigo porto usado pelos índios, mas a falta de registros históricos deixa dúvidas quanto às datas e nomes dos fundadores.

O Bacharel, que pode ter sido Cosme Fernandes Pessoa ou Duarte Peres, era um homem letrado, que gozava de grande prestígio na Corte de Dom Manuel, antes de cair

em desgraça e ser degredado, junto com outros europeus como Francisco Chaves, que também foi deixado em Cananéia, facilitou a aproximação dos europeus com os índios, e a obtenção de informações sobre aquelas paragens.

Pêro Lopes em seu *Diário de Navegação da Armada*, afirma ter encontrado em 1531, um *Bacharel de Cananéia*, Francisco de Chaves e mais seis europeus vivendo em família, com duzentos mestiços e mais de mil e quinhentos índios. Segundo ele, estariam eles há mais de trinta anos no Brasil, o mesmo que atesta Diogo Garcia em documento enviado à Corte Espanhola em 1528.

Jaime Cortesão em Obras Completas Livro III "Os Descobrimentos Portugueses", diz que Bartolomeu Dias, experiente navegador português, largou de São Tomé em dezembro de 1498, para uma viagem de reconhecimento Tordesilhano nas regiões austrais do Brasil, onde o Bacharel teria sido deixado como um marco vivo da soberania portuguesa.

Outro fato reforça a possibilidade da viagem de Bartolomeu Dias, é que Dom Duarte Pacheco Pereira teve encargo semelhante, como ele próprio escreveu no capitulo II do Livro I do Esmeraldo de Situ Orbis. Duarte Pacheco liderou o Tratado de Tordesilhas para Portugal e publicou, com esse nome em 1505, as navegações feitas por ele a mando do El Rei de Portugal. Para Cortesão, Dom Duarte de fato visitou o trecho da costa brasileira entre a embocadura do Maranhão e o delta amazônico e Cananéia, pontos geográficos por onde passava a linha de Tordesilhas que demarcava os limites das soberanias de Portugal e Espanha.

Historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagem e Manoel E. de Azevedo Marques alegam que o Bacharel de Cananéia foi deixado em 24 de janeiro de 1502 pela expedição exploratória de Gaspar de Lemos e o cartógrafo Américo Vespúcio. Teriam sido eles, inclusive, os responsáveis por batizar a região com o nome de Barra do Rio Cananor, por lembrar a localidade perto de Calicúte, na Índia, onde os portugueses mantinham uma feitoria.

Referências ao Bacharel na expedição de 1502, indicam que ele teria sido deixado à 25.º de Ladeza da Costa Sul do Grande Mar Oceano, no lado nordeste da ilha do meio, o que coincide com a ponta do Itacuruça na Ilha do Cardoso. De lá percorre, junto com mais seis degredados, a Ilha Branca (Ilha Comprida), onde se casa com a filha de um cacique e funda a comunidade de Maratayama. Esta comunidade prosperou lá por mais de setenta anos, até se transferir para o atual sítio da Cidade.

A GUERRA DE IGUAPE

São desta época os relatos de um importante confronto entre os primeiros colonizadores e os prepostos da coroa portuguesa entre os quais contabilizavam-se os nomes de João Ramalho, o próprio Martin Afonso e João Pires Cubas (Pai de Brás Cubas). A "*Guerra de Iguape*" (na verdade travada em Cananéia) é o primeiro conflito armado entre europeus travado em solo americano, episódio virtualmente ignorado pela historiografia oficial. O Bacharel e seu cunhado, amigo e sócio o espanhol Rui Mosquera, ambos judeus novos, degredados e maçons, dominavam o comercio local, onde abasteciam os navios que por ali passavam e, graças aos laços de parentesco com o cacique Piquerobi, mantinham estreito relacionamento com índios. Embora cidadão português, ele não demonstrava obediência à Coroa portuguesa negociando com quem lhe aprouvesse, movimentando-se livremente entre Cananéia e São Vicente ou chegou a se estabelecer.

Tais fatos foram suficientes para que D. João II editasse uma ordem de reclusão aos rebeldes, obrigando-os a se limitarem ao lugar de seu desterro. Estes ao receberem a intimação alegam não reconhecer as Terras de Iguape e Cananéia como Portuguesas e sim segundo o Tratado de Tordesilha como terras castelhanas. De volta a Cananéia, toma de assalto uma nau francesa com 4 peças de artilharia que se encontrava em reparos no Estaleiro na Ponta do Pinheirinho (Itapitangui), levantando, junto com 80 de seus homens e mais de uma centena de índios, uma paliçada onde esperam, emboscados, a frota vinda de Santos.

Esta, com tropas portuguesas comandadas pelo capitão mor Pêro de Gois, ao chegar à ponta da Trincheira, são violentamente atacados, tendo o próprio capitão sido ferido e aprisionado. As duas embarcações, agora à serviço dos *rebeldes,* rumam para Santos, onde saqueiam a Vila, roubam o livro do Tombo e matam desafetos. Após os combates, o bacharel e Rui Mosquera, reúnem seus bens em Cananéia e rumam com os demais para as terras castelhanas. Ruy chega ao Porto dos Patos e, depois, aventurou-se pelo Rio da Prata, o Bacharel foi provavelmente morto pelos Carijó em 1537. Suas terras são doadas a amigos leais a Martim Afonso. Henrique Montes ficou com o Porto das Naus (Japuí em São Vicente), Pêro Corrêa, às Terras de Itanhaem e Peruíbe e a João Pires Cubas as terras de Jurubatuba (Santos) e Ilha de Barnabé, todos grandes caçadores de Índios na região de Cananéia Peruíbe e Itanhaem. Martin Afonso, embora tenha recebido duas capitanias, retornou a Portugal em maio de 1533e jamais voltou ao Brasil.

Em 1553 Pedro Correa doa suas terras a Companhia de Jesus, por descargo de consciência, devido à sua conversão ao catolicismo, entre as quais uma fazenda na praia de Peruíbe, que passou a ser o 2.º colégio de meninos órfãos da Irmandade, cujas ruínas recentemente foram tombadas pelo Condephaat.

A partir do século XVII, Cananéia começa a perder importância regional principalmente em decorrência do desenvolvimento do Vale do Ribeira. A agricultura, as instalações para beneficiamento do arroz, os engenhos de cana de açúcar, as fábricas de farinha, as serrarias, os fornos de cerâmica e os estaleiros navais.

Em 1711, foi construída uma armação para a pesca de baleias na Ilha do Bom Abrigo e beneficiamento de seus derivados, principalmente o óleo, bastante valorizado como combustível para a iluminação e aditivo na construção civil[15]. Em 1787, com o édito do capitão-general Bernardo José de Lorena ordena que todas as embarcações que zarpassem dos portos do litoral, ficavam obrigadas a escalar em Santos, Cananéia praticamente desaparece como entreposto marítimo, as grandes fazendas foram sendo abandonadas, os canaviais incendiados, os engenhos desmontados, os estaleiros fecharam e grande parte da população mudou-se para Iguape e Paranaguá em busca de ouro, cuja ocorrência já era registrada desde o fim do século XVI.

A decadência é tão severa que se conta que a população não podendo comprar sal, cozinhava com água do mar. Cananéia chegou a ser considerada "uma das cidades mortas do litoral paulista", conforme: "A Decadência do Litoral Paulista", de Antonio Paulino de Almeida, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Somente em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, os portos e o comércio entre eles foram novamente liberados permitindo que a cidade pudesse retomar sua atividades normais. Com a economia orbitando em torno da pesca, por volta de 1872, contava com 16 estaleiros e mais de 200 embarcações construídas. Em 1889, é construído um cais de pedra para a movimentação do pescado.

À partir de 1930, a vocação pesqueira se consolida e em 1936/7 é construído o Entreposto de Pesca. Na revolução de trinta e dois quando foi invadida por tropas do Rio Grande do Sul lideradas pelo tenente Gumercindo Saraiva, que vieram pôr terra pela trilha do telégrafo estrada do Ariri até o Itapitangui e por mar pela Barra Grande com o navio Itajubá, e auxiliado pelo rebocador Carioca, ficando as tropas sulistas em Cananéia por dois meses.

[15] O óleo de baleia, acrescentado à cal obtida pela trituração dos depósitos , resultava numa excelente argamassa.

Patrimônio Tombado

• A cidade guarda algumas construções destes primeiros tempos sendo a mais evidente a Igreja de São João Baptista, datada de 1577, construída de cal extraído de sambaquis calcinado e azeite de baleia, *punchadas* e derretidas na Ilha do Bom Abrigo.

A localização do primeiro núcleo de ocupação continua sendo desconhecido. Sabe-se que a Ilha do Bom Abrigo era parcialmente habitada quando da chegada de Martin Afonso em 1532; há também indícios de povoamento na Ilha Comprida, onde evidenciam-se vestígios de um aglomeramento marcado por construções de taipa de pilão.

Provavelmente a Vila de Maratayama foi arrasada na grande ressaca de 1542, a mesma que foi responsável pela destruição do primeiro sítio da vila de São Vicente. Esta foi reconstruída logo depois, um pouco adiante da primeira usando como base a antiga Igreja Matriz, onde o solo era mais alto e duro (a cidade esta sobre um Imenso Barranco de Piçarro), propício para agricultura e com água vinda de seis bicas do Morro São João e o próprio Candairó que servia de escudo natural.

Do núcleo estabelecido na ilha de Cananéia, e de que se tem notícias através dos livros da Câmara, pouca coisa restou. As construções de pedra, cobertas com sapé, feitos pelos primeiros povoadores já não existem mais. Desse núcleo conservam-se as ruas e os becos desalinhados. As construções que ainda se conservam, são aquelas feitas no final do Século XVIII e começo do Século XIX. São casa baixas de pedra e cal, arquitetura da metrópole adaptada às condições da Colônia.

A arquitetura urbana mostra-se com casas construídas sobre o alinhamento das vias publicas e as paredes laterais, sobre os limites do terreno. A largura desses terrenos é em geral múltiplo de 2.20 m variando entre 4,40m e 11,00m pois sendo construídas de táipa de pilão, a medida do taipal (uma braça de comprimento) serviu de modulo. A uniformidade das casas é devida, quase sempre pela obediência a padrões fixados em Cartas Régias e mesmo em posturas municipais, embora estas exigências se fizessem apenas para as fachadas voltadas para a via publica regulando as dimensões e o número de aberturas, a altura dos pavimentos e o alinhamento com as edificações vizinhas. O que se constata é que as salas de receber e lojas ficam voltadas para a rua, enquanto os cômodos de estar e locais de trabalho abrem-se para o interior do terreno. Entre esses ambientes situa-se as alcovas destinadas a quartos de dormir e onde dificilmente penetra luz do dia. A ventilação é contudo facilitada pela ausência de forros ou pela abertura nas bandeiras nas portas.

A cobertura é feita com telhado de duas águas, que permite lançar parte da chuva

sobre a rua e a outra sobre o quintal evitando o uso de calhas. Outro tipo de casa urbana que existiu no período colonial foi o sobrado. A diferença fundamental consistia no tipo de piso, pois enquanto na casa térrea ele era de chão batido, aqui aparecia o assoalho no andar superior, onde passava ser a residência da família. O pavimento térreo era então utilizado como loja, ou deixavam-no para acomodar os escravos e animais, ficando às vezes vazio porque era depreciativo habitar ai. Ao fim do Período colonial, começa a aparecer um novo tipo de residência ; a casa de porão. Aproveitando-se das vantagens do velho sobrado, as casas térreas podem assim ter seus pisos assoalhados, representando uma importante melhoria de conforto.

Os sobrados também acabaram sendo construídos sobre porões e neste caso o primeiro pavimento passa ter a utilização social. Esta destinação nova obriga a elevar ainda mais a altura do porão para que o mesmo possa servir de habitação de escravos. Somente à partir de meados do século XX é que aparece um novo tipo de implantação de casa no lote, com o afastamento de uma das divisas laterais, onde surgem grandes quintais ou mesmo jardins. A entrada passa a ser lateral; em geral através de varandas, permitindo assim o fim das alcovas, com o uso de janelas.

Em Cananéia pode-se encontrar também resquícios de arquitetura de conotação Maçônica. Em algumas casa antigas, nas pinturas branca e azul.Nas janelas usava-se a simbologia do Retângulo Áureo da Maçonaria que diz que o espaço entre um vão e outro é o dobro do primeiro e o terceiro é a soma dos dois anteriores (daí os imensos janelões retangulares). Há também os três pilares sobrepostos de alvenaria encontrados em casas de esquinas que lembram o triângulo maçônico ou afrescos em colunas disfarçadas nos pórticos de entrada das residências que indicavam ao visitante que ali morava um maçom. Ali teria, o irmão, guarida se necessário e em alguns casos, indicava até o grau do morador na loja a que pertencia ou os dísticos, representando o Brasão da Família.

Na face sul do Morro de São João, há um Marco Histórico: os argolões, local onde atracavam suas caravelas.

- O marco de pedra em forma de cruz, assinalando a posse do lugar pela coroa portuguesa encontra-se hoje no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro.
- Os dois canhões expostos na praça Martim Afonso, junto à igreja, no centro da cidade, faziam parte de uma fortificação que foi construída para proteger a cidade contra as investidas dos piratas. Segundo Antonio Paulino de Almeida, embora reivindicada desde o século XVI, esta fortificação, somente chegou a ser erguida em 1824, quando tal perigo já não mais existia. Construído sobre um banco de areia na ponta do extremo sul da Ilha Comprida

na entrada da barra, no local hoje conhecido como Poço do Bicho, Forte da Trincheira ou somente Trincheira. Constava de seis peças, um paiol e abrigo para os apetrechos e a guarnição. Em 1897, quando as marés já haviam destruído o lugar e levado consigo três peças, as restantes foram resgatadas e transportadas para Cananéia, da quais, duas estão em exposição pública e uma explodiu durante uma tentativa de tiro em 1930.

Os canhões são ingleses, identificados na inscrição em relevo, onde se vê coroa da casa real inglesa, encimada pela cruz de malta. Ainda, a letra "G", entrelaçada com o número 3, e a letra "R", da palavra latina "Rex", significando: Rei George III da Inglaterra, que reinou de 1760 até 1820. Mais abaixo, Lê-se a data da fundição da peça: 29-III-15, isto é, 29 de março de 1815.

- a casa de pedra do Tabatinguára.
- a casa de Pedra do capitão do Mato do Mandira (antigo engenho de Arroz).
- Comunidades remanescentes de quilombo: dos garimpos existentes nos rios das Minas, Assungüi ,Taquari, Piranga Preto e Mandira, os escravos fugiam para as matas, em direção ao sul do Lagamar, indo atingir o Itapanhoapinda formando assim o primeiro quilombo da Região Sul do Brasil, perseguidos rumam em direção aos rios Vermelho, Araçaúba, Araçaupeva, Varadouro e Bonito já no alto da Serra do Iririú formam um aldeamento a beira do rio que leva o nome de Rio do Quilombo.

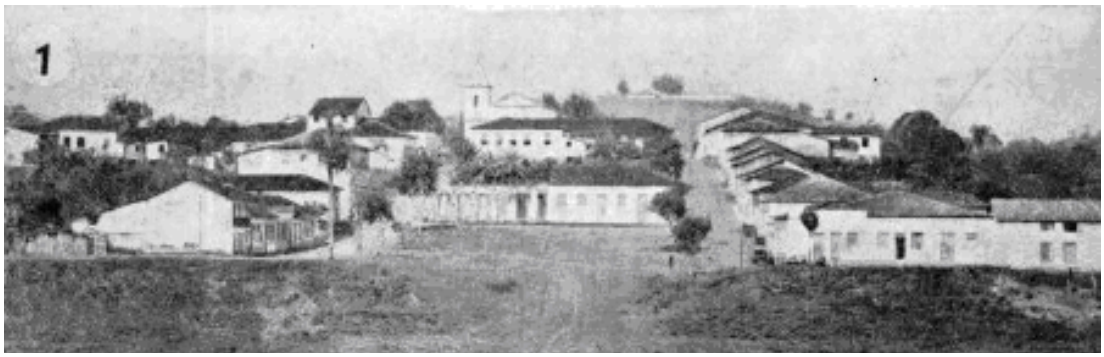
Comunidade Mandira. O Instituto de Terras do Estado de São Paulo ITESP, reconhece o território do bairro da Comunidade Mandirana no Continente de Cananéia, como área Quilombola. O reconhecimento partiu do relatório Técnico Científico, elaborado pela antropóloga Maria Cecília Manzoli Turatti, sobre a identificação étnica e territorial dos Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Mandira. Esta comunidade não foi formado de escravos fugitivos e sim de escravos abandonados pelo senhor, trata-se de uma antiga fazenda abandonada pelos donos, que deixaram os negros velhos, doentes e crianças, contudo a comunidade conseguiu sobreviver.

Vale ressaltar que a "reconstituição do modo de vida da comunidade, contemplando suas estratégias de reprodução econômica, social e cultural, visa demonstrar a singularidade da ocupação humana empreendida no espaço físico em questão por tratar-se de um grupo com raízes vinculadas à escravidão, historicamente datada, ou seja, um segmento social específico, dotado de uma identidade política portadora de direitos assegurados constitucionalmente.

A povoação se formou no fim século XVI, com a migração de exploradores de ouro por toda margem do Ribeira do Iguape, entre eles, Maria Furtada, e os irmãos Capitão Romão, Severino, Antônio e Faustino Pereira Varas, que doaram, em 1757, no sítio Jaquari, atual distrito de Itapeúna, duas casas para construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Guia. Em 1807, ocorreu a primeira grande enchente, repetindo-se dois anos depois. Como medida cautelar, a capela foi transferida em 1916, para um local mais protegido, tendo Romão de França Lisboa doado o terreno que ficava acima da ilha de Formosa, destinado à construção da nova matriz e residência dos moradores.

Freguesia criada com a denominação de Xiririca, por ordem, de 19-01-1763, subordinado ao município de Iguape. Elevado à categoria de vila com a denominação de Xiririca, por lei no 28, de 10-03-1842, desmembrado de Iguape. Sede na vila de Xiririca. Constituído do distrito sede. Instalado em 02-05-1845. Pela lei provincial nº 58, de 21-03-1885, é criado o distrito de Sete Barras e anexado ao município de Xiririca. Elevado à categoria de cidade, pela lei no 10, de 24-05-1895. Pela lei estadual nº 752, de 14-11-1900, é criado o distrito de Jaguari e anexado ao município de Eldorado. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Xiririca é constituído de 3 distritos: Xiririca, Sete Barras e Jaguari. Pela lei estadual nº 924, de 29-10-1915, o distrito de Jaguari passou a denominar-se Itaúna. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Xiririca é constituído de 3 distritos: Xiririca, Sete Barras e Itaúna. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 14334, de 30-11-1944, transfere o distrito de Sete Barras do município de Xiririca para o de Registro. Sob o mesmo decreto altera a denominação de Itaúna para Itapeúna, e ainda pelo referido decreto é criado o distrito de Braço com



A cidade de Eldorado atualmente está completamente voltada de costas para o Ribeira. O antigo porto na praça da matriz (quando esta ainda abria-se pro rio)está desativado e a área está abandonada e sem uso. Ao lado: imagem da cidade vista do rio Ribeira.

Foto à esquerda: Fachada da Igreja Matriz de Eldorado, 2007

Foto acima à direita: Carnaval de rua em 1950. (Fonte: Maria Ap. M. Pinto, "Eldorado: 250 anos de História")

Foto abaixo a direita: Casario da Rua Nove de Julho: poucos destes imóveis em pau-a-pique resistiram ao tempo. (Fonte: Maria Ap. M. Pinto, "Eldorado: 250 anos de História")

terras desmembradas do distrito de Itapeúna. Pela lei estadual nº 233, de 24-12-1948, o município de Xiririca passou a denominar-se Eldorado. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Eldorado, Braço e Itapeúna.

Patrimônio Tombado

CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS Ivaporunduva, às margens do Rio Ribeira do Iguape Processo Condephaat: 18942/70 Tomb.: Res. de 21/7/72 D.O.: 22/7/72 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 115, p. 17, 26/6/1979

A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi erguida por escravos negros, em taipa de pilão, por volta de 1775, na região de Ivaporunduva, cuja riqueza, ainda por esta época, devia-se à extração do ouro. A conclusão das obras da capela apenas se efetivou no século XIX, ocasião em que se introduziu a capela mor, em alvenaria de pedra cangicada. A planta se constitui de nave única e de capela mor, este último corpo menor e mais baixo, coberta por telhado em duas águas. A sua fachada principal, bem simplificada, possui uma única porta e, acima, na altura do coro, duas janelas.

[16] Em 1938, o então prefeito, Manoel Honório Fortes, incumbiu uma comissão de historiadores paulistas, presidida pelo ilustre Alfredo D´Escragnolle Taunay, para estabelecerem a data provável da fundação, sendo aceito o dia 3 de dezembro de 1538.

O povoamento de Iguape teve início em Icapara na década de 1530 [16], e do mesmo modo que Cananéia é atribuído ao degredado português Bacharel Cosme Fernandes – juntamente com o aventureiro castelhano Ruy Garcia de Mosquera. Do mesmo modo que Cananéia, Iguape foi durante as primeiras décadas do século XVI, ponto de passagem de portugueses, espanhóis e franceses, reduto de aventureiros e exploradores. Parte do Centro Histórico Tombado pelo Condephaat, Iguape, construídos com pedra, cal, conchas marinhas, óleo de baleia e melado assim como as ruínas de Itaguá, registram este período de sua história.

Em 1577, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape. Devido a escassez de água potável e das dificuldades de proteção aos ataques de piratas – a população decidiu mudar o povoado, entre os anos de 1600 a 1614, para a planície costeira ao Mar Pequeno, sesmaria de propriedade do capitão Francisco Alvares Marinho, que doou a área para a (re)fundação da vila, onde atualmente se situa a cidade. Em 1619, segundo documento encontrado pelo historiador Ernesto Young, Iguape já é referida como Vila.

Já por volta de 1551-1552, foram descobertos veios auríferos na região de Iguape. A Coroa portuguesa, para evitar contrabando e garantir seu quinto, fundou em Iguape, em

Vista de Iguape (Fonte: Prefeitura Municipal de Iguape)

torno da década de 1630, a Casa de Officina Real da Fundição do Ouro, considerada por alguns historiadores como a primeira casa do gênero no Brasil. Era dirigida pelo brasileiro Manoel dos Reis, que ocupava o cargo de Almotacel (inspetor de pesos de medidas).

Entre as inúmeras histórias que povoam o imaginário local, conta-se era costume presentear as damas com litros de ouro em pó, que usavam para adornar suas cabeleiras. Nessa época, foram construídos alguns dos assobradados que podem ser observados ainda hoje na Praça da Basílica e nas cercanias da cidade.

Em fins do Século XVII, a descoberta das Minas Gerais, a economia de Iguape e Vale do Ribeira entrou em decadência que permanecerá até meados do século seguinte, com o incremento das atividades ligadas à construção naval, quando diversos estaleiros foram estabelecidos nas margens dos rios da região.

É desta época (acredita-se que surja por volta de 1647), o início do culto a imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape que desde então atrai milhares de romeiros de todas as partes do Brasil. Esta é ainda a segunda maior festa religiosa do estado de São Paulo e uma das mais importantes do País.

Em 1949, a cidade recebeu a visita do escritor Albert Camus, Prêmio Nobel de Literatura em 1957, que, acompanhado por Oswald de Andrade, veio conhecer a festa. Suas impressões foram utilizadas para escrever o conto A pedra que cresce, inserido no livro O Exílio e o Reino. A Igreja do Bom Jesus foi iniciada em 1787 e inaugurada, ainda não de toda concluída, em 8 de agosto de 1858. Foi elevada à categoria de Basílica em 1956, quando do centenário do templo.

O período de maior importância econômica da cidade, no entanto, ocorreu durante o final do Século XVIII e a primeira metade do Século XIX, com a exploração da cultura do arroz. O arroz destacou a Vila de Iguape como uma das mais importantes do Império: seu porto, um dos principais do país; sua sociedade, elitizada e fina, comparada à da Corte do Rio de Janeiro. São desta época os mais imponentes casarões que, até hoje, existem em suas principais ruas e praças, como por exemplo, o Vice-Consulado Português, instalado em 1848 e que funcionou até 1920, localizado na Praça da Basílica.

A cidade contava com todos os confortos da opulencia: clubes, teatros, hotéis, gabinete de leitura, jornais. O Porto Grande, era freqüentado por navios de várias partes do País e do Exterior. Casa de Ópera, construída na década de 1830 em "taipas francesas", situada no Canto do Morro, pertencente ao capitão Francisco Carneiro da Silva Braga, o Theatro Iguapense e o Theatro Aurelina, que funcionou até princípio do Século XX.

Foto acima à esquerda: foto tirada entre 1940 / 1950 onde vemos o Largo da Matriz já com seu novo jardim. Os muros foram retirados, novas árvores foram plantadas.

Foto abaixo à esquerda: Fonte do Senhor.

Foto acima à direita: Procissão com a imagem original do Bom Jesus, em 07 de agosto de 1933.

Foto abaixo à direita: Aspectos da Rua do Funil na década de 1940.

Em 1847 foi fundada o *Gabinete de Leitura*, que exibia significativas coleções de livros, havia ainda o *Club Gymnástico e Dramático*, o *Club Dramático Juvenil*, que funcionava na chácara *Gotthard*, que acredita-se, seria a Casa dos Jesuítas. Duas grandes bandas musicais se destacaram nesse período: a *Harpa Protectora dos Artistas* e a *Seis de Agosto*. A partir da segunda metade do século passado surgiram sociedades carnavalescas, que promoviam bailes e desfiles de carros alegóricos.

A condição urbana e portuária da vila, foram determinantes para a expansão da vida boêmia, entre 1792 a 1804, existiam nada menos do que treze taberneiros. Os marinheiros encontravam conforto nos Quatro Cantos – atual cruzamento das Ruas XV de Novembro e Jeremias Júnior (então Rua da Glória e do Riachuelo), onde se localizava o Beco do Inferno (depois Travessa XV de Novembro, Senador Feijó e, atualmente, Sinhô Rollo).

É desta época a construção do Valo Grande, uma das mais importantes obras civis do segundo reinado, cujas marcas estão presentes na cartografia atual da cidade. O arroz, produzido em fazendas distantes ao longo das várzeas do Ribeira, era transportado por embarcações até o Porto do Ribeira (atual Barra do Ribeira), de onde era conduzido por carroças, por mais de três quilômetros até o Porto Grande, no Mar Pequeno, na sede da vila. O transporte custava dez réis por saca e era considerado oneroso. Assim, os vereadores, apoiado pelos agricultores, decidiram abrir uma vala ligando o Rio Ribeira ao Mar Pequeno.

Durante 25 anos, (iniciada, em agosto de 1827, as obras somente terminaram por volta de 1852), escravos escavaram a vala, que passou a ser utilizada a partir de 1852, dando passagem a pequenas canoas. A pequena vala de alguns metros, transformou-se num imenso braço de rio de mais de 200 metros de largura. Suas margens começaram a desbarrancar de maneira vertiginosa; inúmeras casas e ruas inteiras foram tragadas pela erosão, assoreando o Porto Grande, impedindo a entrada de navios de grande calado, e comprometendo o delicado equilíbrio ecológico da Laguna. A partir da segunda metade daquele século, e principalmente depois da abolição da escravidão, a economia da cidade entrou em franca decadência, que nem mesmo o surgimento de indústrias de pesca e do palmito e da lavoura da banana, foi capaz de reerguer.

O Governo do Estado decidiu implantar, a partir da segunda metade do Século XIX,algumas colônias na região. Em Subauma resistem antigos armazéns e moradias de uma próspera colônia agrícola implantada, em 1895. Em 9 de novembro de 1913, foi fundada, no Bairro Jipovura, a Colônia Katsura, a primeira colônia de japoneses, que possuía engenhos de arroz, alambiques, comércio, escola, agência do Correio, indústria de sericultura, médicos e outras comodidades. A colônia entrou em colapso durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitas famílias partiram para outras regiões do Estado. Até a década de 1960, no entanto, ainda tinha certa importância. Hoje, restaram apenas as ruínas.

Com o declínio da lavoura do arroz, já em fins da década de 1920, tinha início a plantação de bananais no município, ciclo econômico que teve muita importância. A partir de meados da década de 1930, começaram a se estabelecer no município várias indústrias de pesca, para a industrialização da manjuba, que conheceu o seu auge entre os anos de 1930 a 1950. Na década de 1940, surgiram indústrias de palmito, que representou, na década de 1950 e 1960, a mais importante economia do município. A mais importante era a Fábrica Caiçara, que enlatava palmito para as marcas Cica e Armour, entre outras. Também, nesse intervalo de tempo, existiram outras atividades econômicas, com relativa

importância, como a fabricação de esteiras de peri e a utilização da caixeta para a produção de tamancos e outros itens.

Patrimônio Tombado

CENTRO HISTÓRICO Centro Processos Condephaat: 00469/74 Tomb.: Res. de 6/2/75 D.O.: 7/2/75 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 93, p. 11, 17/2/1975

O primeiro núcleo de povoamento na área de Iguape foi fundado em 1537, em local diverso do atual. Posteriormente, esse assentamento foi tranferido para o sítio em que permanece até os dias de hoje, uma planície, à beira do Mar. A importância inicial de Iguape esteve relacionada ao ouro de lavagem que a transformou em centro de distribuição de riquezas, período em que se construiu a Casa de Fundição. Após um período de estagnação, a situação foi revertida no final do século XVIII quando se expandiu o cultivo do arroz, tornando-se grande centro produtor e comercial. Elevada à categoria de cidade em 3/4/1849, sofreu poucas alterações até o início do século XX. A arquitetura do núcleo caracteriza-se pela simplicidade, com a maior parte das edificações implantadas no alinhamento frontal dos lotes, geminadas, térreas, construídas em pedra e cal, com telhados em duas águas. Destacam-se desse conjunto homogêneo a Basílica do Senhor Bom Jesus, local de peregrinação de devotos, e alguns sobrados.

Fonte Heloísa Barbosa da Sílvia

CASA TÉRREA Rua São Miguel, 67 Processo Condephaat: 21374/80 Tomb.: Res. 24 de 22/7/81 D.O.: 28/7/81 Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 151, p. 27, 22/12/1981

A casa térrea, localizada à Rua São Miguel, constitui-se em exemplar típico da arquitetura do final do século XVIII, em Iguape. Sua construção original é em alvenaria de pedra e pau-a-pique, tendo sido as suas paredes internas substituídas por paredes em alvenaria de tijolos. Em pontos localizados, como na fachada, por exemplo, foram introduzidos elementos estruturais em alvenaria de pedra. Possui soleiras de granito, forro em apenas um dormitório, ficando o restante da edificação com o telhado aparente em estrutura de madeira e beiral do tipo beira-seveira.

Fonte Processo de Tombamento

MACIÇO DA JURÉIA E RIO VERDE Praia da Juréia Processo Condephaat: 306/73 Tomb.: Res. 11 de 25/7/79 D.O.: 27/7/79 Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 5, p. 303, 18/8/1986

O Maciço da Juréia, situado no centro do litoral sul do Estado de São Paulo, é um dos maciços costeiros, topográfica e paisagisticamente, mais expressivos e melhor preservados entre todos os conjuntos similares existentes em diversos pontos da fachada Atlântica do Sudeste do Brasil. Similar a outros casos de paleo-ilhas continentais, e até mesmo paleo-arquipélagos, transformados em maciços costeiros salientes e relativamente isolados, o bloco serrano da Juréia interrompe localmente uma linha de costas baixas, onde predominam extensos setores de sedimentação, contendo praias-grandes e planícies costeiras poligênicas, dotadas de maior ou menor grau de interiorização. Possui, assim, individualidade geológica e morfológica própria, além de uma notável biomassa vegetal representativa da província florestal das matas atlânticas. Além do Maciço, delimitado a partir da cota altimétrica de 20 metros, inclui-se neste tombamento todo o curso do Rio Verde até sua foz, área esta situada entre as coordenadas UTM 7.287,00-7.280,00 km2 e 278,00-266,00 km2.

Fonte Processo de Tombamento

IPORANGA

Iporanga, originalmente, constituiu arraial na lavra de ouro do ribeirão Iporanga. Os primeiros vestígios de povoamento na localidade onde hoje se situa o Município datam de 1556, possivelmente eram exploradores portugueses, refugiados e aventureiros em busca de riqueza. Entre 1571 e 1755, os mineradores Garcia Rodrigues Pais, José Rolim de Moura, Antônio Leme de Alvarenga e Nuno Mendes Torres ergueram uma capela de taipa no local de outra mais antiga - de sapé - construída pelos antigos moradores. Dessa época restou apenas vestígios de casas, valas e os desvios do ribeirão, pois em fins do século XVIII, a população transferiu-se para a confluência do Iporanga com o Ribeira de Iguape, lá se dedicando à lavoura de subsistência, sobretudo de cana-de-açúcar e arroz.

Uma nova capela, construída anteriormente a 1821, permanece como um marco na cidade e integra-se ao conjunto de casas de pau-a-pique, que ainda se conserva devido ao isolamento geográfico a que foi submetida a cidade. A produção de aguardente, rapadura e farinha de mandioca, bem como o fato de ser ponto de encontro, esporádico, entre as canoas que vinham do litoral e as tropas de muares que desciam do planalto, permitiram a Iporanga um período de relativa riqueza, em meado do século XIX, em 1873 foi elevada `a Vila e, um ano depois, a Município.

Vista da cidade de Iporanga (Fonte: Peabiru / IPHAN 2008)

A implantação da ferrovia e da rodovia no planalto golpeou a relativa prosperidade Iporanguense, pois a atividade comercial concentrou-se naquela região prejudicando a movimentação fluvial, da qual dependia. Freguesia criada com a denominação de Iporanga, por Decreto de 09 de dezembro de 1830, no Município de Apiaí. Lei Provincial no 08, de 04 de março de 1843, transfere o Distrito de Iporanga do Município de Apiaí para o de Xiririca (Atual Eldorado). Elevado a categoria de vila com a denominação de Iporanga, por Lei Provincial nº 39, de 3 de abril de 1873, desmembrado de Xiririca. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 12 de janeiro de 1874. Cidade por Lei Estadual nº 1038, de 19 de dezembro de 1906.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município de Iporanga se compunha do Distrito Sede. Em divisão referente ao ano de 1933, o Município de Iporanga figura com o Distrito Sede. Iporanga foi reduzido à condição de Distrito, pertencente à comarca de Apiaí pelo Decreto nº 6448, de 21 de maio de 1934; e a comarca de Faxina pelo Decreto nº 7087, de 10 de abril de 1935. Em divisão territorial datada de 31-XII-1936, Iporanga figura como distrito Judiciário pertencente ao Município de Apiaí, do termo e comarca de Faxina.

Reintegrado novamente à categoria de município com a denominação de Iporanga, por Lei nº 2780, de 23 de dezembro de 1936, desmembrado de Apiaí. Constituído do

Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 25 de abril de 1937. Em divisão territorial datada de 31-XII-1937, figura o Município de Iporanga pertencente ao termo judiciário de Faxina, da comarca de Faxina, e figurando com 1 só Distrito, Iporanga.

No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938, o Município de Iporanga pertence ao termo judiciário de Apiaí, da comarca de Apiaí, e figura com 1 só Distrito, Iporanga. Pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, o Distrito de Iporanga, do Município de Iporanga perdeu parte do território para o novo Distrito de Barra do Turvo, do mesmo município.

Em 1939-1943, o Município de Iporanga é composto dos Distritos de Iporanga e Barra do Turvo, e pertence ao termo de Apiaí, da comarca de Apiaí. Em virtude do Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1945-1948, o Município de Iporanga ficou composto dos Distritos de Iporanga e Barra do Turvo, e pertence ao termo e comarca de Apiaí.

Lei Estadual no 8092, de 28 de fevereiro de 1964, desmembra do Município de Iporanga o Distrito de Barra do Turvo. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968 o município é constituído do Distrito Sede. Assim permanece no quadro territorial fixado pela Lei nº 233, de 24-XII-1948, para vigorar em 1949-1953, bem como no fixado pela Lei nº 2456, de 30-XII-1953 para vigorar em 1954-1958. Em divisão territorial datada

Foto à esquerda: Igreja Matriz , 2007.

Foto acima à direita: vista da cidade

Foto abaixo a direita: vista da cidade

de 01- VII-1960, o município é constituído do Distrito Sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

A importância patrimonial do centro histórico de Iporanga começou a ganhar destaque a partir da década de 1950 com o interesse do Arquiteto Carlos Lemos, que o destacava como importante arraial de mineração de ouro e sítio arquitetônico de transição entre o período colonial e imperial.

Somente em 1971 foi iniciado oficialmente o processo de tombamento de Iporanga pelo Condephaat, cercado por inúmeros entraves de ordem legal e política, e contando com resistência aberta de parte da população local. Esta situação conflituosa determinou que o tombamento somente fosse aprovado pelo conselho em 1978 e oficializado com a Resolução do Secretário da Cultura, em junho de 1980.

O resultado deste processo se verificou com a destruição sistemática de parcela significativa do patrimônio arquitetônico, em virtude do descaso institucional que se demonstrou incapaz de elaborar uma pedagogia do tombamento inclusiva e participante, permitindo que o ato pudesse ser efetivamente incorporado as práticas sociais locais. Essa contradição tornou-se evidente e dramática com a queda da Torre e parcialmente da Igreja, em 1983.

Patrimônio Tombado

CENTRO HISTÓRICO

Processo Condephaat: 00057/71 Tomb.: Res. 18 de 20/6/80 D.O.: 26/6/80

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 132, p. 24, 29/5/1981

Iporanga, elevada a Município em 12 de janeiro de 1874, tem sua origem ligada a um dos antigos arraiais de mineração, denominado Santo Antônio. Em 1755, quando o arraial já havia se tranformado em povoado, foi contruida a capela em homenagem a Santana e, em 1800, iniciada a construção da Igreja Matriz de Santana. Com a decadência da mineração, voltou-se para as atividades comerciais e, a partir do início deste século, perdeu a supremacia para outros centros, permanecendo, desde então, um longo tempo isolada. Atualmente dedica-se quase que exclusivamente à exploração do turismo. Este período de isolamento propiciou a conservação das 69 edificações tombadas, caracterizadas pela simplicidade e pela utilização do pau-a-pique. O conjunto é formado por casas térreas conjugadas, no alinhamento frontal dos lotes, e cobertura em duas águas com cumeeiras paralelas às calçadas em pedra.

Fonte Processo de Tombamento

ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO VALE DO RIBEIRA

Análises historicamente consagradas a respeito das condições sócio-econômicas do Vale do Ribeira atribuem ao perfil agrícola e semi-artesanal de estrutura produtiva as razões para o raquitismo de sua economia e para as dissonâncias das condições de vida de sua população, quando comparadas com as exibidas no restante do Estado.

MAPAS - Índice de Condições de Vida (ICV) dos Municípios do Estado de São Paulo, 1991; e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos Município do Vale do Ribeira, 1991.

No entanto, embora até recentemente a região tenha sido de fato predominantemente rural, dados disponíveis atualmente apontam para mudanças significativas em suas estruturas produtivas e de ocupação do território, que influenciam diretamente na diversificação e complexidade de suas paisagens sócio-econômicas.

As atividades primárias, hegemônicas até os anos 1980, mantém-se como preponderantes em apenas três municípios: Apiaí, Barra do Turvo e Ribeira. Todos os outros municípios, com exceção de Cajati cujo PIB industrial e pouco maior, assentam suas economias no comércio e no setor de serviços, o único que apresentou aumento na participação nos produtos internos municipais ao longo das últimas duas décadas, concentrando a maior parte da mão-de-obra empregada.

Sob este último aspecto, convêm destacar que apenas Jacupiranga – onde a atividade agrícola absorve cerca de ¼ dos empregos -, Itaóca, Cajati, São Lourenço da Serra e Tapiraí, locais onde o emprego na indústria extrativa e de transformação predominam, fogem a regra regional.

Embora esta mudança se enquadre em uma tendência geral da economia brasileira e particularmente presente no Estado de São Paulo, no caso do Vale, parece resultar muito mais do declínio das atividades primárias tradicionais e do infantilismo crônico da indústria local, do que de um processo de modernização produtiva propriamente dito. Esta retração explica em boa parte a super evidenciação do crescimento de atividades ligadas ao turismo e é explicada pelo peso determinante das recentes políticas governamentais de transferência de renda sejam na forma de recursos originários da Previdência Social, de compensações ambientais ou de assistência social oficial.

Neste sentido, o processo de crescimento econômico atual ou transformações observadas na setorização da economia regional não foram capazes, ainda, de mudar a função geopolítica do Vale do Ribeira como estoque de terras e recursos naturais para a expansão do sistema produtivo paulista, verdadeira razão de sua inserção marginal na dinâmica da economia nacional.

Apesar disso, ou talvez em função disso, a economia do Vale apresentou importante impulso positivo na última década, com repercussões significativas no grau de urbanidade e nas condições gerais de vida de sua população. Neste período apenas Juquiá não apresentou crescimento econômico, resultando no declínio em seus índices de pobreza e desigualdade. Dos restantes, Apiaí e Eldorado tiveram crescimento em suas produções internas acompanhados de recuo em seus indicadores sociais; Ribeira e Itariri apresentaram evolução em todas as variáveis, enquanto que nos demais pobreza e desigualdade se comportaram de modos diferenciados.

Uso do solo e situação jurídica

Municípios	Apiaí, Barra do Chapéu, Bairro do Turvo, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira	Cananéia e Peruíbe	Tapiraí, Eldorado, Juquiá, Cajati, Miracatu, Jacupiranga, Iguape, Itariri e Pedro de Toledo	Registro, Sete Barras e Pariquera Açu	São Lourenço da Serra
Tipo de agricultura predominante	familiar	patronal	familiar	familiar empresarial	patronal
Bem-estar rural	muito baixo	alto	médio	médio	alto
Grau de modernização agrícola	baixo	baixo	médio	médio	alto
Incidência de pobreza	alta	alta	média	média	média
Importância da renda rural	alta	baixa	alta	alta	alta
Dependência de emprego agrícola	alta	baixa	alta	alta	baixa
Nível do índice de condições de vida do município (ICVM)	muito baixo	baixo	baixo	médio	médio
Pior dimensão do ICV	educação, infância e renda	educação	educação	educação	educação
Entorno socio-econômico	estagnado	dinâmica média	baixa dinâmica	baixa dinâmica	dinâmico
Restrições naturais para agricultura	altíssima	altíssima	altíssima	alta	altíssima
Vocação para vida silvestre	altíssima	altíssima	altíssima	média	baixa
Nível de comunidade	local	local	local	local	-
Tipo de comunidade	Predomin. Rural	Predomin. Urbana	Signif. Rural	Signif. Rural	Predomin. urbana

Fonte: Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira de Iguape - Peabiru/IPHAN 2008

O PIB dos municípios do Vale do Ribeira somado alcançaram R$. 2.848.330,00 em 2007, com um PIB/per capita de R$ 6,2 mil, quase um terço do resultado geral do estado de São Paulo com R$ 17.977,00. A renda familiar per capita, por sua vez, variava no início da mesma década entre 0,55 salários mínimos em Ribeira, até 1,39 salários mínimos em Registro. Neste ano nenhum dos municípios apresentava percentual de pobres, cuja renda familiar per capita era menor a meio salário mínimo, inferior a 40% da população. Nos municípios de Iporanga, Ribeira e Ribeirão Branco, este índice orbita em torno de 70% da população.

O Vale do Ribeira é a região menos povoada e urbanizada do Estado de São Paulo. Segundo dados Fundação SEADE, a população total do Vale era de 459.386 pessoas no final de 2007, 35,29% da qual vivia em áreas rurais (162.129 pessoas) e 64,71% em áreas urbanas (297.257 pessoas).

Características demográficas

	1970	1980	1991	1996	2007
População Total	181.153	242.276	299.185	323.174	459.386
População Urbana	56.227	127.731	181.835	209.450	297.257
População Rural	124.926	114.545	117.351	113.724	162.129
Grau de Urbanização (%)	31,0	52,7	60,8	64,8	64,71

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980 1991 e Contagem Populacional de 1996 e 2007

De modo geral, a paisagem é de pequenas cidades pouco povoadas e de composição urbana. Com exceção de Peruíbe, Registro e Juquitiba, a região não apresentava municípios com populações acima de 30 mil habitantes. O município médio ideal teria por volta de 18 mil habitantes, dos quais 12 mil viveriam no núcleo urbano e 6 mil nos bairros rurais.

Outro aspecto demográfico que diferencia o Vale é que apesar da intensa dinâmica de urbanização observada nas últimas décadas, os municípios apresentavam feição fortemente rural. Em 2007, de cada dez habitantes do Estado de São Paulo, pouco menos de 9,4 habitavam as zonas urbanas, enquanto no Vale esta proporção cai para 6,4 habitantes. Ribeira, Barra do Chapéu, Sete Barras, Barra do Turvo, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Eldorado, Itariri, Jacupiranga, Juquiá e Apiaí apresentaram taxas de urbanização abaixo da média da região; sete municípios (28% do total de municípios do Vale) apresentavam índices de urbanização de até 50%; onze municípios (40% do Vale) entre 50 e

75% e os sete restantes apresentavam números acima destas médias.

Os municípios com maior porcentagem de população urbana eram Ilha Comprida (com urbanização de 100%), Peruíbe (98,21%) e São Lourenço da Serra (91,35%), índices maiores ou muito próximos da média encontrada no restante do Estado (93,4%). Ribeira (30,49%), Barra do Chapéu (34,02%) e Sete Barras (34,05%) foram os que apresentaram maiores concentrações de população rural.

Variações atípicas observadas nos dados dos municípios devem levar em consideração discrepâncias relacionadas ao fato relacionado com o desmembramento de parte de sua área para a criação de novos municípios:

a) Município de Apiaí, que teve emancipados os seus distritos para a criação dos municípios de Barra do Chapéu e Itaóca;

b) Município de Ribeira, para o Município de Itapirapuã Paulista;

c) Município de Iguape, para o Município de Ilha Comprida;

d) Município de Jacupiranga, para o Município de Cajatí;

e) Município de Juquitiba, para o Município de São Lourenço da Serra.

A região, além disso, apresenta questões relacionadas à ocupação de áreas reservadas à conservação de remanescentes florestais. Portanto, na discussão sobre o grau de urbanização devem ser incorporadas as questões do dimensionamento das áreas sob proteção ambiental.

DINÂMICA POPULACIONAL

Acompanhando tendência geral observada em todos os estados brasileiros, os municípios da região apresentam redução nas taxas de crescimento de sua população, fato atribuído à queda de fecundidade de forma ampla no Brasil, como também da reestruturação dos fluxos migratórios ocorridos nas últimas décadas, sobretudo no Estado de São Paulo.

Historicamente, o Vale é uma das regiões que apresentam as menores taxas de crescimento populacional do Estado de São Paulo. Entre 1970 e 1980, enquanto a taxa do estado foi de 3,5%, o Vale do Ribeira apresentou taxa de 2,9%. Com isso, a população passou de 181.153 habitantes em 1970 para 242.267 habitantes em 1980 (aumento populacional de 33,7%). Neste período, a região acompanhou a acelerada urbanização que marcou a sociedade brasileira, com uma taxa média anual de crescimento urbano de 7,7%. Isso resultou num grande aumento do grau de urbanização, que passou de

31% em 1970 para 52,7% em 1980. Mesmo assim, este grau de urbanização era baixo se comparado ao Estado de São Paulo como um todo (em torno de 88,6% em 1980). Além disso, a maioria dos municípios da região ainda possuía populações rurais superiores às populações urbanas em 1980.

Taxa média anual de crescimento (em %)

	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Total	2,95	1,94	1,55
Urbana	7,75	3,26	2,87
Rural	- 0,87	0,23	- 0,65

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996.

Entre 1980 e 1991, a região do Vale manteve índices relativamente baixos de crescimento populacional. A população total passou de 242.267 habitantes em 1980 para 299.251 habitantes em 1991, um aumento de 23,5%, com uma taxa de crescimento média anual de 1,9%, mesmo período em que o Estado de São Paulo apresentou uma taxa 2,1%. Em 1991, a população urbana já representava 60,7% da população total do Vale do Ribeira, porém, mais da metade dos municípios ainda possuíam graus de urbanização inferiores a 50%.

Em 1996, a população total do Vale do Ribeira atingiu 323.174 habitantes, o que representa uma taxa média anual de crescimento de 1,55% no período 91/96. Já o grau de urbanização do Vale chegou a 64,8% em 1996. Quanto à densidade demográfica, esta passou de 10,6 hab/km2 em 1970 para 18,7 hab/km2 em 1996. Para efeito de comparação, o Estado de São Paulo, com uma área de 248.600 km2, tinha uma densidade demográfica de 101 hab/km2 em 1980.

Em 2007 a população regional atingiu 459.386 habitantes, o que representou acréscimo de 136.212 habitantes ou algo em torno de 1,60% ao ano. Registro é o município com a mais alta densidade demográfica, seguido de Cajatí, Juquitiba, Itariri, Pariquera-Açu e São Lourenço da Serra, todos eles, diretamente impactados pelo fluxo da rodovia BR-116. Os municípios destacados com as mais baixas densidades demográficas foram Iporanga, Itapirapuã Paulista, Barra do Turvo, Cananéia e Eldorado, que, com exceção de Cananéia – cuja situação encontra explicação em suas dimensões territoriais -, foram os que apresentaram maior concentração de população na área rural.

Com relação à taxa geométrica de crescimento anual da população, embora o ritmo

do crescimento tenha diminuído nas últimas décadas, apresenta percentuais que na média se posicionam muito perto dos números comparáveis à média do Estado de São Paulo, ou seja, em torno de 1,60 no Vale contra 1,55% na média estadual. Estes números, no entanto, quando desagregados, revelam que enquanto as áreas mais fortemente influenciadas pelo turismo de veraneio, como Cananéia e Ilha Comprida, e o entorno da BR-116 apresentaram taxas claramente superiores à média estadual, a região do Alto Vale, especificamente os municípios de Barra do Chapéu, Iporanga, Ribeira, Itaóca e Apiaí, viram sua população oscilar, hora perdendo contingente, hora recuperando-o, mantendo-se em níveis mais ou menos estáveis nas últimas décadas.

Os destaques neste item parecem ser Ribeira, cuja dinâmica populacional é mais constante e consistente, determinada fundamentalmente pela estratégia da Companhia Brasileira de Alumínio, interessada em instalar uma usina hidroelétrica no local, que vem sistematicamente comprando terras no entorno da prevista barragem, e Itaóca, cuja dinâmica sócio-econômica parece estar vinculada diretamente as dificuldades estruturais que o município vem encontrando desde sua emancipação de Apiaí em 1992.

Cabe esclarecer que em virtude da discrepância das informações compiladas pelo IBGE e a Fundação SEADE, não é possível avaliar corretamente a dinâmica populacional de Apiaí. Enquanto a agência paulista aponta crescimento até certo ponto consistente, embora "lento", o órgão federal informava um movimento populacional significativo, enquadrando o município na dinâmica de seus vizinhos mais próximos. Caso semelhante pode ser observado para o município de Iporanga.

Os restante dos municípios apresentaram crescimento populacional mas em taxas inferiores ou próximas à média do estado, a situação preponderante.Chama atenção a taxa de Ilha Comprida (17,8%), que se compreende pela situação de novo município, desmembrado de Iguape em 1992, que desde então instalou boa parte da infra-estrutura necessária, atraindo fluxo o maior de imigrantes da região (32,7%). No período 1996-2007, os núcleos populacionais mais consolidados, como Iguape e Registro, tiveram pequenas taxas de crescimento populacional e a média regional empatou com a do Estado de São Paulo.

De certa forma, estes dados denotam o dinamismo de alguns municípios como pólos de atração de residentes. Cananéia, Pariquera-Açu, Juquitiba e Cajati além de Ilha Comprida, destacam-se neste cenário, que ao contrário daqueles próximos à capital, como Juquitiba e São Lourenço da Serra, não estão na área de influência da Região da Grande São Paulo e, portanto, submetendo-se apenas marginalmente à dinâmica metropolitana.

	Grau de urbanização	Taxa de crescimento
Apiaí	64,57	0,84
Barra do Chapéu	34,02	0,44
Barra do Turvo	43,57	1,60
Cajati	75,79	1,86
Cananéia	86,05	2,56
Eldorado	52,7	0,66
Iguape	81,42	0,76
Ilha Comprida	100	4,61
Iporanga	47,5	0,10
Itaóca	68,2	-1,49
Itapirapuã Paulista	50,45	0,75
Itariri	55	1,83
Jacupiranga	62,74	1,07
Juquiá	65,62	1,63
Juquitiba	71,05	2,92
Miracatu	54,87	1,51
PariqueraAçu	72,36	2,50
Pedro de Toledo	71,18	1,61
Peruíbe	98,21	3,68
Registro	81,92	1,04
Ribeira	30,49	-1,34
Ribeirão Branco	48,82	1,28
São Lourenço da Serra	91,35	4,81
Sete Barras	34,05	0,94
Tapiraí	76,06 4,00	

Fonte: Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira de Iguape - Peabiru/IPHAN 2008

Um estudo elaborado pela Fundação SEADE, visando planejamento estratégico da SABESP, procurou estabelecer a provável evolução dos índices demográficos na UGRHI até o ano de 2020. Segundo o entendimento permitido por esse estudo, em média, a região poderá ter um crescimento de 11% no período 2000 a 2020, vindo a atingir urbanização da ordem de 75%, bem abaixo daqueles calculados para o Estado de São Paulo,

que deverá crescer 20% e atingir uma taxa de urbanização em torno de 96%.

Acompanhando a tendência de desaceleração do crescimento populacional observada no Estado de São Paulo, as regiões administrativas também deverão registrar esse comportamento. As diferenças regionais entre os ritmos de crescimento serão menores. No período 1991/2000, as taxas variavam entre 0,80%, na RA de Presidente Prudente, e 2,31%, nas RAs de Campinas e Sorocaba. Entre 2010 e 2020, a região com o menor ritmo de crescimento populacional deverá ser Araçatuba (0,57%) e a com o maior Sorocaba (1,40%). Esta tendência resultará em uma relativa homogeneidade na dinâmica de crescimento populacional das regiões paulistas.

O aumento na densidade demográfica paulista, resultante do crescimento populacional esperado no futuro não deverá alterar, de modo significativo, a distribuição espacial da população do Estado de São Paulo. As regiões administrativas com maior concentração populacional continuarão sendo as Regiões Metropolitanas de São Paulo (47%) e Campinas (15,2%), assim como as menores permanecerão as de Registro (0,7%) e Barretos (1,0%). Segundo as projeções do SEADE, a composição municipal não deve se alterar substancialmente, observando-se maior concentração populacional na parte leste do Estado.

COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

O crescimento populacional do Vale deve-se fundamentalmente ao seu componente vegetativo, uma vez que a região se consagrou como origem de migração no período 1970/1980 o crescimento populacional foi de 61.114 pessoas. O crescimento vegetativo foi responsável por 87,6% desse aumento populacional, e o saldo migratório por apenas 12,4%. Entre 1980 e 1991, o aumento populacional foi de 57.138 pessoas e o saldo migratório negativo de 15.217 pessoas.

Componentes do crescimento populacional (crescimento vegetativo e saldo migratório) dos Imigrantes do Vale do Ribeira, segundo Estado de residência anterior, 1991.

Estado/Região anterior	População migrante	%
Norte/Nordeste	2.995	6,7
Minas Gerais	1.779	3,9
São Paulo	32.614	72,9
Paraná	5.566	12,4
Santa Catarina/ Rio Grande do Sul	935	2,1
Outros Estados	853	1,9
Total	44.742	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991, tabulações especiais, NEPO.

A grande maioria dos imigrantes (85,3%) se originou dos Estados de São Paulo e Paraná (contra 76,2% nos anos 1970, confirmando a tese que são as regiões limítrofes que enviam migrantes para o Vale.

Dos 24.044 imigrantes de origem urbana, que correspondiam a 73,8% de todos os imigrantes, 72,7% se dirigiram a cidades do Vale e somente 27,3% a áreas rural, ao passo que um terço dos imigrantes de origem rural também se dirigiram às áreas urbanas.

Imigrantes do Vale do Ribeira, segundo Estado de residência anterior, 1991.

Estado/Região anterior	no.	%
Norte/Nordeste	2.995	6,7
Minas Gerais	1.779	3,9
São Paulo	32.614	72,9
Paraná	5.566	12,4
SC/RS	935	2,1
Outros Estados	853	1,9
Total	44.742	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991, tabulações especiais, NEPO.

Dos residentes do Vale, entre 1981 e 1991, 54.243 pessoas mudaram de município, 38.129 deles para municípios fora do Vale do Ribeira, sendo somente 8.279 deles para outros estados (metade destes para o Paraná). Os fluxos intra-estaduais mais importantes são, de novo, para Sorocaba, RMSP e Santos (sendo o primeiro de longe o mais importante).

O quadro que emerge sugere que o volume de mobilidade é grande mas concentrado em movimentos de curta distância. Os demais fluxos são pequenos tanto em termos absolutos quanto relativos. Esse padrão reflete uma região pouco dinâmica, que não atrai nem investimentos nem população. Reflete, também, a precária situação do emprego na região, incapaz de fixar sua população, resultando em uma contínua busca para oportunidades fora das comunidades de origem.

Além dos riscos físico ambientais aos quais a população está exposta em virtude da falta ou precariedade de acesso a equipamentos e serviços públicos, assim como de usufruto de infra-estrutura urbana instalada, a capacidade de resposta destas pessoas aos riscos potenciais, como a pobreza, violência ou empregabilidade, depende da disponibilidade de três tipos de capital sócio-econômico: o econômico-financeiro (vinculado às condições de emprego e renda); o humano (educação formal e acesso cultural); e o social, como aquele que permite o enfrentamento de suas vulnerabilidades a partir das relações sociais com outras pessoas e instituições coletivas (formais ou não) existentes, e que neste estudo, em virtude das peculiaridades sociais do assentamento, se voltou à caracterização do núcleo familiar ou domiciliar como seu marcador privilegiado.

Nota-se que os municípios localizados nos extremos norte e litorâneo do Vale apresentam comportamento similar: beneficiam-se da riqueza das regiões metropolitanas adjacentes ou da atividade turística no litoral (Grande São Paulo e Baixada Santista), mas revelam-se precárias do ponto-de-vista da qualidade de vida da população local.

OCUPAÇÃO, EMPREGO E ATIVIDADE ECONÔMICA

Até bem recentemente o Vale do Ribeira era uma região essencialmente agrícola, mas o que os dados disponíveis mostram é que tem havido importantes mudanças na composição setorial da economia do território. Apenas em três municípios as atividades primárias são

preponderantes em termos de participação no PIB: Apiaí, Barra do Turvo e Ribeira. Quatro municípios têm na indústria a principal atividade econômica: Ilha Comprida, Itariri, Juquitiba e Miracatu. Em todas as outras os serviços contribuem com a maior fatia do PIB local.

Também em termos de empregos a preponderância vem do setor de serviços. Exceções são a atividade agrícola em Jacupiranga, responsável por 25% do total, e a atividade industrial extrativa e de transformação, com 42% em Itaoca e Cajati, 28% em São Lourenço da Serra, 27% em Tapiraí. O setor de serviços foi também o único que apresentou aumento ao longo dos anos 1990.

Mas ao lado dessa situação precária pode-se também observar que ao longo dos anos mais recentes, apenas um município não apresentou crescimento econômico: Juquiá, onde também as variáveis desigualdade e pobreza pioraram no período. Nos outros em que houve crescimento, em dois deles isso se fez acompanhado de uma piora na desigualdade e na pobreza (Apiaí e Eldorado), em outros dois houve melhora nas três variáveis (Ribeira e Itariri), e nos demais doze desigualdade e pobreza evoluíram em direções diferentes.

Por trás desta dinâmica, onde somente o setor de serviços apresentou evolução positiva e passa a responder pela maioria do emprego no Vale do Ribeira, pode estar um peso determinante das transferências governamentais na forma de programas sociais, de compensações ambientais e de recursos originários da previdência social.

A despeito da maior pobreza e do menor número de alternativas econômicas para obtenção de renda, na última década, de 1991 a 2001, na Região do Vale do Ribeira foram criados 27.798 empregos formais. A maioria deles no setor de serviços, com 20.672 empregos ocupados. Porém, o setor industrial teve queda de 317 postos ocupados no mesmo período, sendo que as maiores baixas ocorreram nos municípios mais carentes, sem a compensação de ocupação no setor de serviços como em outros municípios. A variação dos postos totais, entre 1995 e 2001, foi de 65%, na região, contra 6% no Estado.

Os indicadores sociais e de renda do Vale do Ribeira, disponíveis para a década de 1990, parecem corroborar a imagem que já faz parte do senso comum: uma região de baixa dinâmica econômica e qualidade de vida sofrível. Os mapas que representam o ICV e o IDH dos municípios do estado de São Paulo mostram claramente o contraste dos municípios do Vale do Ribeira com o restante do Estado de São Paulo. Enquanto o IDH da maior parte dos municípios paulistas se encontra nas faixas média e alta, no Vale do Ribeira a maior parte se encontra na faixa do mais baixo IDH.

Os dados do IPEA/PNUD (2005) indicam que para o Brasil, o IDH em 2000 era

0,766, e no Estado de São Paulo 0,820. No Vale do Ribeira a larga maioria dos municípios está abaixo destes números. Dois municípios se encontram no segundo quintil: Registro e Peruíbe. Um município se situa no terceiro quintil, intermediário. Oito municípios estão no quarto quintil. Os demais quinze municípios, a maioria absoluta, estão situados no último quintil, com IDH-M entre 0,554 e 0,666.

O reconhecimento da dinâmica territorial nos 25 municípios do Vale do Ribeira, feito a partir da analise de indicadores demográficos, sociais e econômicos por Coelho et al (2005), confirmou a persistência da pobreza na região, mas ao contrário dos diagnósticos correntes que apontam para a estagnação da região identificou tendências de dinamização e de heterogeneização no território, reveladas a partir de: a) uma mudança demográfica, com alguns municípios superando a tendência de êxodo generalizado; b) uma mudança na composição setorial da economia territorial, com um crescimento de novas atividades, sobretudo no ramo de serviços; c) uma melhoria localizada de indicadores de desenvolvimento – tanto na dimensão econômica como nas dimensões social e ambiental. Nesse sentido, enquanto 13 municípios acompanharam a média de crescimento demográfico estadual, 8 tiveram crescimento superior à média e 4 decresceram. Também encontramos melhora dos indicadores de saúde e educação em 8 municípios. Houve, ainda, crescimento econômico em 24 municípios, com forte predominância do setor de serviços em 17 deles.

CAPÍTULO 3

A imigração japonesa no Vale do Ribeira

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA

"Desde a primeira vez que tivemos oportunidade de viajar por terras da Baixada do Ribeira, ficamos surpreendidos com um aspecto da referida área, até então para nós praticamente desconhecido: a importância que ela tivera do ponto de vista das tentativas de colonização no Estado de São Paulo. Sabíamos do papel dos japoneses na organização de Colônias suas junto ao Ribeira, mesmo porque foram muitos os trabalhos, relatórios e mesmo livros publicados a respeito. Entretanto, a não ser referências particulares, freqüentemente incompletas, muitas vezes apenas dedicadas a esta ou aquela iniciativa, não conhecíamos nada publicado, onde se encarasse a Baixada do Ribeira como verdadeira área-laboratório, nas qual se fizeram numerosas e diferenciadas experiências de colonização, uma das quais foi a dos japoneses."(PETRONE, 1966:96)

Um vasto território considerado despovoado, à margem do império do café, conforme apresentou Papy (1952), com propriedades a baixo preço, grandes extensões de terras devolutas e, ao mesmo tempo, uma região próxima ao litoral, contando com portos de expressão como Cananéia e Iguape; foram esses os motivos que fizeram do Vale do Ribeira um laboratório de experiências de colonização, conforme destacou Petrone.

Foram experiências de colonização diversas, quer iniciativas públicas do governo imperial, ou também privadas, de caráter individual ou empresarial. Além disso, implicaram na chegada de colonos de diferentes origens como italianos, alemães, poloneses, austríacos, entre outros e, também japoneses, esses representando o maior contingente numérico.

Segundo Petrone, a colonização japonesa se destacou deste conjunto por ter constituído a única experiência realmente exitosa, que fixou os colonos a terra e que se consolidou no tempo e no espaço geográfico, criando uma paisagem peculiar, particularmente no que se refere ao núcleo de imigração de Registro.

A explicação para esse êxito e, ao mesmo tempo, para o fracasso das demais iniciativas prende-se a uma série de fatores que envolvem, de um lado, as sempre lembradas condições naturais locais, mas também e, principalmente, as características de organização e administração destas iniciativas.

Cenas do cotidiano nos núcleos japoneses do Ribeira: a família, o trabalho no campo e o cooperativismo. Fonte: Escola Adventista de Registro, 2008.

O CONTEXTO GERAL: AS EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NO VALE DO RIBEIRA COMO POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

As mais antigas iniciativas de colonização na região deram-se em meados do século XIX, entre 1855 e 1862, portanto, foram contemporâneas a criação dos primeiros núcleos coloniais no Espírito Santo, em Santa Catarina (Vale do Itajaí) e no Rio Grande do Sul.

Foi por iniciativa do governo imperial que foram criadas as primeiras colônias no Vale do Ribeira: Pariquera-Açu e Cananéia, posteriormente administradas pelo governo provincial e estadual. Para lá se direcionaram europeus de diferentes procedências - Ale-

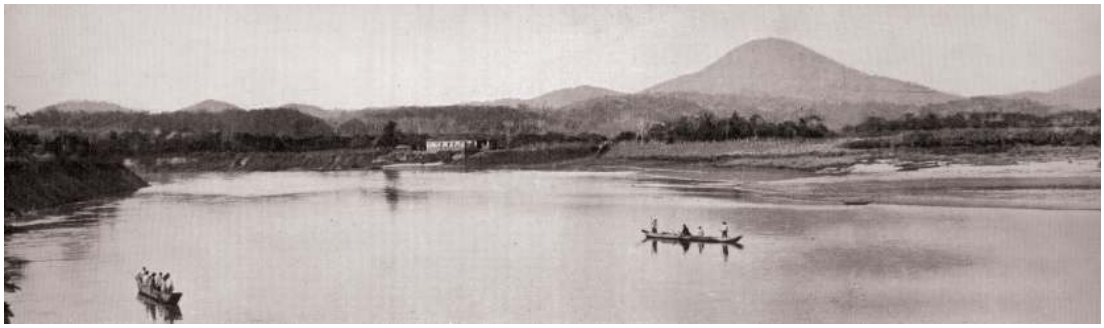
manha, Polônia, Suécia, Itália – além de russos, que tiveram como primeiro desafio o enfrentamento das condições típicas do ambiente tropical: umidade e temperaturas elevadas e uniformes, presença constante de brejos e vargedos com águas indecisas, mosquitos.

Ambas as colônias ficavam em terras da baixada litorânea, junto ao chamado complexo lagamar, formado por planícies arenosas cortadas por rios de traçado indeciso e águas escuras, cobertas por matas de restinga ou mangues e recortadas por pequenas serras como de Itapitangui, Arrepiado, Mandira e do Miguel, onde também vicejava a exuberante mata atlântica.

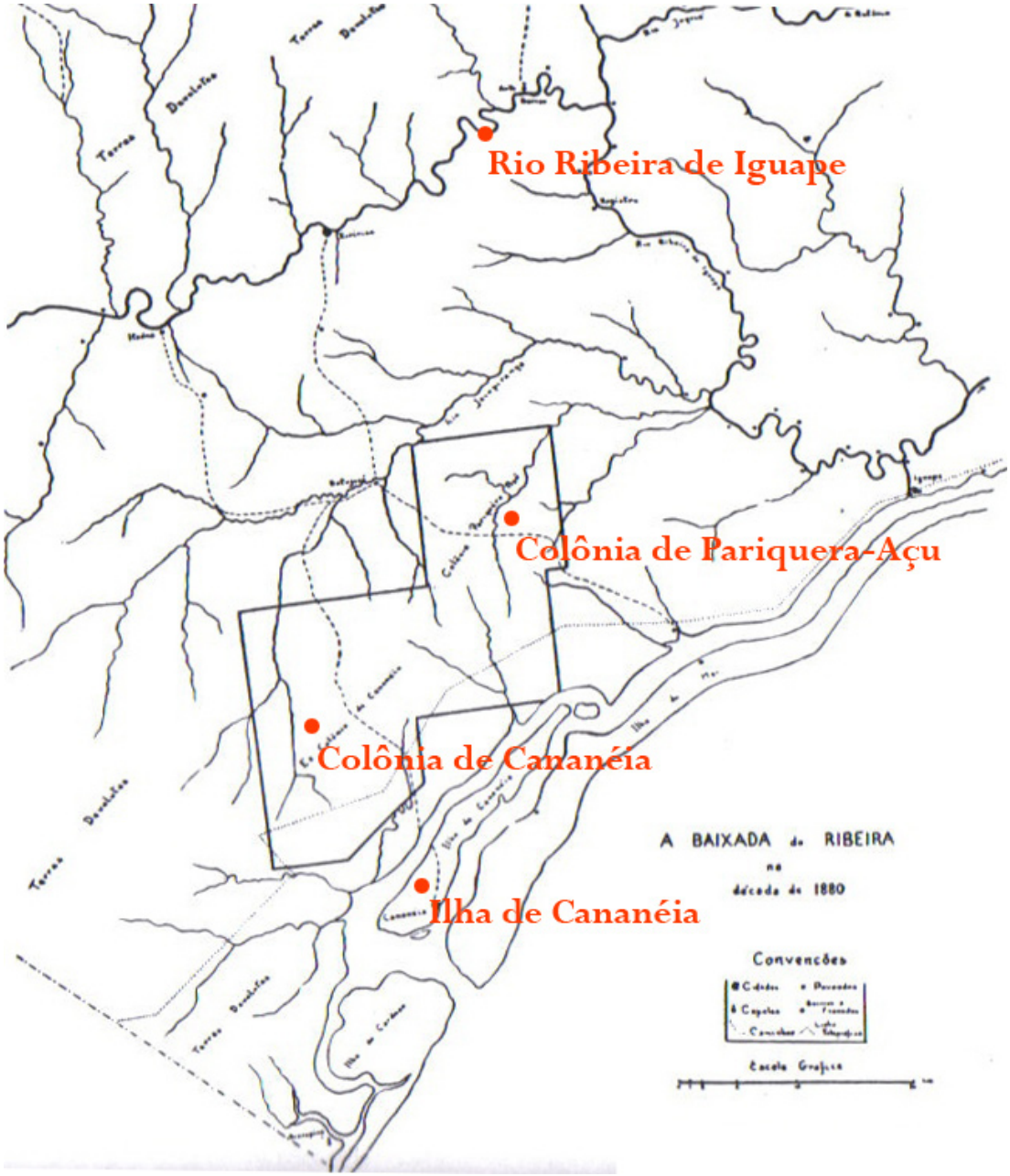
Alguns anos após, surgiram iniciativas particulares de colonização no Vale do Ribeira, como a dos confederados norte-americanos, entre 1865 e 1870, os quais não chegaram a criar um núcleo, permanecendo dispersos pela extensa região, indo desde Cananéia até a antiga Xiririca, Rio Ribeira acima. No Vale do Rio Juquiá tentaram fundar *Lizzieland*, em uma área de 100 milhas quadradas, segundo Petrone. Entretanto, segundo o autor, esses imigrantes permaneceram poucos anos em razão de seu isolamento, do insucesso na lavoura e das dificuldades de acesso ao mercado pela falta de vias de escoamento, o que os fez migrarem para outras partes do estado.

Outras experiências particulares deram-se já no século XX, a partir da primeira década, com a formação dos núcleos japoneses em terras do então município de Iguape e, alguns anos mais tarde, novamente em Cananéia, com a criação da Colônia Santa Maria. No caso desta última, instalada em 1925 pela Empresa de Terras e Colonização Santa Maria, recebeu principalmente imigrantes austríacos e alemães.

Em linhas gerais, as experiências de colonização estrangeira empreendidas no Vale, desde o século XIX, diferenciavam-se quer pelo tipo de iniciativa – governamental ou privada – quer pela origem dos imigrantes concentrando: ingleses e irlandeses na Colônia de Cananéia; alemães e austríacos, em Cananéia e Pariquera-Açu; norte-americanos no



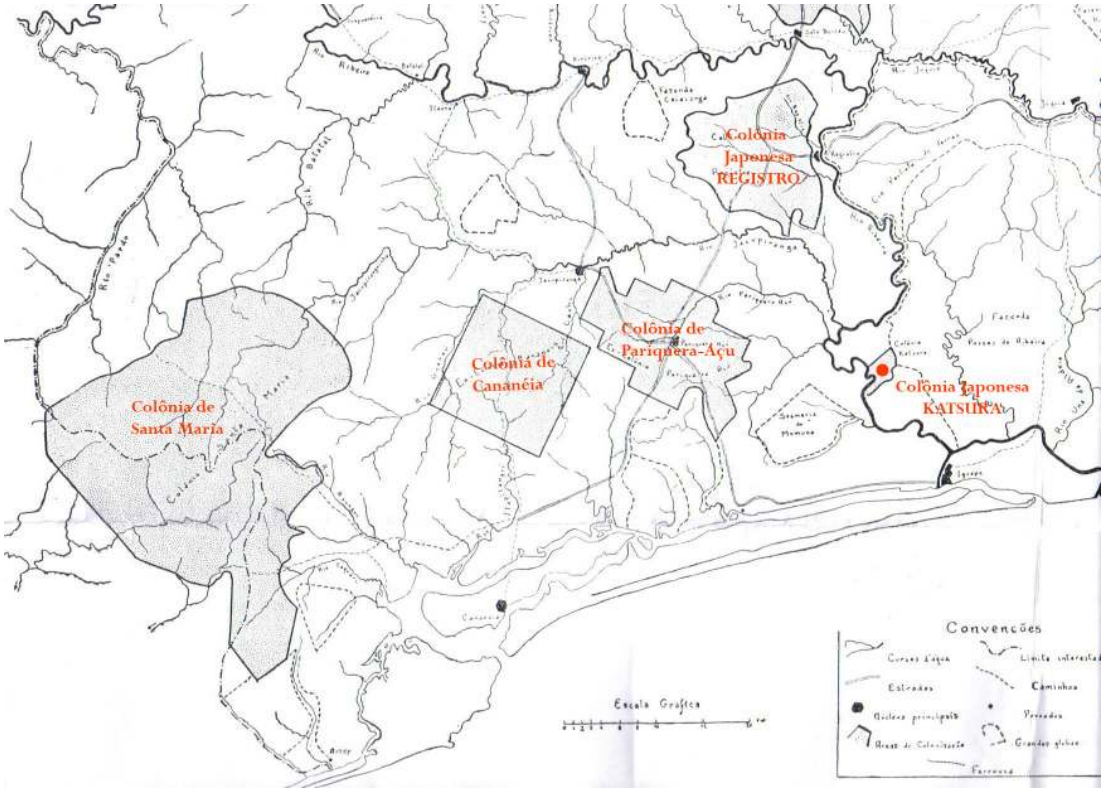
Paisagem encontrada pela Comissão Geográfica e Geológica em exploração realizada na região do Ribeira de Iguape, em 1907. Ao fundo a Serra do Votupoca, mancando a paisagem.



Mapa dos Núcleos coloniais de Pariquera-Açu e Cananéia. Fonte: Petrone, 1966.

Vale do Juquiá, principalmente; italianos em Pariquera-Açu, como grupo mais numeroso; e, por fim, japoneses que representaram o maior contingente de colonos estrangeiros chegados à região, principalmente entre 1920 e 1940.

Segundo Petrone, a colonização no Ribeira não deu resultados muito favoráveis, pois poucas parcelas de imigrantes permaneceram. As colônias de Cananéia e Santa Maria foram praticamente abandonadas e alguns poucos ficaram em Pariquera-Açu.



Mapa das colônias criadas no Vale do Ribeira. Fonte: Petrone, 1966.

Em relação às colônias japonesas foi diferente, pois os três núcleos fundados prosperaram até meados do século XX. Entretanto destes, apenas Registro guarda, ainda hoje, em sua paisagem os traços mais marcantes dessa colonização.

Para Francis Burton (apud Petrone, p.110) "o país era tropical demais para os europeus". Mata fechada, calor, umidade, drenagem indecisa abastecida de lençóis de água rasos em solos arenosos, insetos e toda a variedade de fauna local.

Ambiente original encontrado pelos imigrantes japoneses em Registro. (Álbum da Imigração)

Mas, segundo o próprio autor, o papel dessas condições naturais deve ser relativizado, já que outros fatores contribuíram para o fracasso dos núcleos. Entre eles pode-se citar a desilusão dos colonos frente à realidade encontrada, principalmente em função da propaganda que se fez da terra, associando-se a exuberância da mata nativa à fertilidade dos solos.

Na realidade, os solos arenosos esgotaram-se rapidamente pelo cultivo sem adubação, ao mesmo tempo em que as condições climáticas não possibilitavam o cultivo de produtos da zona temperada. O ambiente natural era um grande desconhecido para o imigrante que não dispunha, nem de técnicas, nem de conhecimentos adequados para aquela situação.

Problemas relacionados ao isolamento geográfico e, conseqüentemente, a dificuldade de circulação e acesso aos mercados contribuíram para a desilusão dos colonos, fato agravado pela heterogeneidade dos grupos, com culturas e religiões diferentes, que dificultou a formação de comunidades. E por fim, a descontinuidade de soluções por parte das instituições responsáveis pela administração destes núcleos selaram seu destino.

A própria Secretaria de Agricultura, em Relatório do ano de 1897, admite que os resultados refletem a "defeituosa organização da administração dos núcleos", pois os colonos ficaram entregues a si próprios, sem qualquer orientação (Petrone, 1966:114). O fato é que, aos poucos, as famílias foram deixando a região, migrando para o planalto, principalmente nas primeiras décadas do século XX, permanecendo, na década de 1950, quando o autor realizou sua pesquisa, apenas uma população imigrante residual, de poloneses e italianos e alguns poucos alemães em Pariquera-Açu.

A CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS JAPONESAS NO VALE DO RIBEIRA

A colonização japonesa no Vale do Ribeira teve um caráter completamente diferenciado em relação às demais iniciativas de fixação desses imigrantes no território paulista, nas quais os colonos chegavam como mão de obra para as fazendas de café, posteriormente conseguindo ter acesso a terra, transformando-se em pequeno produtor. No caso do vale, os imigrantes já se instalaram na região como pequenos proprietários. Segundo Midorikama (1928), tratava-se de um plano de colonização nunca visto até aquele momento e em um ambiente "cheio de curiosidades".

A presença japonesa no Vale do Ribeira prende-se aos próprios primórdios da imigração japonesa no Brasil, já que foi alguns poucos anos depois da chegada dos primeiros imigrantes no

Porto de Santos, em 1908, que o governo paulista assinou um novo contrato com uma empresa japonesa para promover a imigração, agora tendo como destino principal o Vale do Ribeira.

O primeiro passo para viabilizar a constituição dessas colônias na região foi dado em 1912, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Sindicato de Tókio, cujo representante era Ikutaro Aoyagi (HASEGAWA & RUEDA, 1932). O compromisso era de doação de uma vasta extensão de terras devolutas no Vale do Ribeira, além de concessão de recursos financeiros e de isenção de impostos. Em contrapartida, a instituição japonesa deveria introduzir duas mil famílias na região, num período de quatro anos. O contrato foi repassado pelo Sindicato para a Brasil Takushoku Kaisha, em 30 de junho de 1913, empresa posteriormente incorporada a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK, também chamada de Kaiko ou de Companhia de Desenvolvimento Internacional). A partir de 1917, a Kaiko conduziria toda a colonização japonesa no Vale do Ribeira.

A escolha do Vale do Ribeira foi estratégica: ao percorrer o Brasil procurando terras para os colonos, o advogado do Sindicato se interessou pela ampla região de várzea, ideal para o cultivo do arroz ao qual o colono estava acostumado e, além disso, próxima ao litoral.

As terras doadas pelo Estado localizavam-se junto ao Porto fluvial de Registro, atual município de mesmo nome, mas que à época pertencia a Iguape. Apesar disso, foi em outro local, a quilômetros de distância e à jusante do Porto fluvial de Registro, que foi instalada a primeira colônia de japoneses no Vale: a Colônia Katsura. Os dois núcleos que se seguiram foram: Registro, o mais florescente deles e Sete Barras, o último a ser criado. A instalação de Katsura como primeira colônia deu-se devido às dificuldades encontradas pelo governo do estado na demarcação das terras a serem doadas, que até então pertenciam, em grande parte, ao município de Iguape. Com o atraso na entrega dessas terras, a Câmara Municipal de Iguape se prontificou a oferecer uma alternativa: a doação de terra em um local denominado Jipuvura, situado mais à montante da cidade.

Os três núcleos de colonização diferenciam-se quanto à origem das terras e a sua dimensão total, além de suas trajetórias de ocupação ao longo da história. Katsura e Registro foram fundados a partir de apoio governamental brasileiro quanto à doação de terras, enquanto em Sete Barras foi a KKKK que adquiriu a propriedade para posterior colonização. Registro foi o maior núcleo de todos, com 50 mil hectares, seguido de Sete Barras com 25 mil e por último Katsura, a menor delas, com 859 hectares. Sendo o maior e mais próspero dos três núcleos, Registro firmou-se no cenário regional como a capital do Vale do Ribeira, representando a experiência de maior êxito no âmbito de todas as iniciativas de colonização na região.

A KKKK E OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO VALE DO RIBEIRA

Formada em dezembro de 1917, a partir da fusão de quatro empresas japonesas, entre elas a Sociedade Anônima Kokuku Imin Kaisha (a primeira organização japonesa a atuar em colonização no Brasil), a Kaiko, como era chamada a KKKK[1], tinha agências em vários países como Peru, Colômbia, Cuba e Filipinas. No Brasil, a sucursal da empresa estava instalada no centro da cidade de São Paulo, em função dos contratos firmados com o governo paulista, por meio dos quais entraram no estado, de 1908 até 1932, cerca de 91 mil imigrantes, 90% do contingente total.

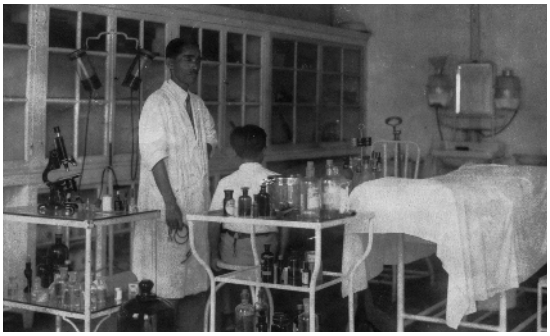
Para os colonos que vieram para o Vale do Ribeira, a Kaiko instituiu um empréstimo de 1.200 *yens* por família, que deveria ser pago num período de cinco anos, o que nem sempre foi obedecido, segundo relata Almeida (1956). Muitas famílias abandonaram o Vale antes dos três anos de colonização e, as que ficaram, por vezes tinham sua dívida aumentada com a aquisição de alimentos, ferramentas e medicamentos. As dívidas foram pagas paulatinamente até a segunda guerra mundial e, assim, a prosperidade de muitos colonos só começou a acontecer depois desse momento.

Além de introduzir os colonos em novas terras, a empresa tinha entre as suas finalidades atuar na gestão e apoio aos núcleos em variadas áreas como agricultura, mineração, pesca, comércio, indústria, obras de engenharia e arquitetura. Para Petrone, a Kaiko era uma organização poderosa e a forma como atuava guarda relação com a fase de expansão econômica e política em que se encontrava o Japão à época.

Segundo o autor, as atividades da Kaiko nos núcleos foi decisiva e fez da imigração japonesa no Vale do Ribeira um fato inteiramente diferenciado das demais experiências de colonização na região: "As japonesas surgiram e se desenvolveram sob a égide de uma organização muito forte, e cremos que a isso se deve, em grande parte, o seu maior desenvolvimento." (Petrone, 1966: 154). Não somente loteou as terras, introduziu os imigrantes e distribuiu os lotes para a venda, mas prestou contínua assistência aos colonos, de forma com que pudessem se adaptar a nova terra e obter as condições necessárias para a produção e o seu escoamento e venda.

Postos zootécnicos para controle a apoio à criação de animais; campos de experiência agrícola e fazendas experimentais, onde eram testados e melhorados os produtos a serem introduzidos nas propriedades; unidades de beneficiamento dos produtos agrícolas como engenhos de arroz, açúcar e aguardente; posto experimental para criação do bicho da

[1] Significado da sigla KKKK: Kaigai (ultramarino), Kogyo (desenvolvimento industrial), Kobushiki (anônima), kaisha (sociedade).



À esquerda: Colégio particular da Sede de Registro, fundado pela Kaiko. (Álbum da Imigração).
à direita: Posto Médico em Registro. (Álbum da Imigração).

seda; serrarias para fornecimento de matéria-prima à construção civil; postos médicos, escolas, correio, casas de comércio e igreja; uma rede de caminhos vicinais ligando os lotes coloniais ao porto; são exemplos dos serviços de apoio e da infra-estrutura implantada pela Kaiko nos núcleos para viabilizar o seu desenvolvimento.

A OCUPAÇÃO DO SOLO NAS COLÔNIAS E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

"Sobre a correnteza mansa das águas sinuosas do Ribeira, ao sopro refrescante dum arripio da Serra do Mar, sulcos formando um leque doirado: – uma canoa…
*- Eis-nos no **Registro**! – gritou alegremente, um ente extranho, contemplando o céu de um crepúsculo attrahente em sua belleza, cujo debrum das suas ondas doiradas ia-se transformando em roxo, depois, cinzento, e mais tarde preto.*
*- **Vance vá alli no Registro, e diga ao home que venha vê o minerá** – ordenou o branco ao canoeiro, que pela sua physionomia se conhecia logo da raça indígena.*
*O índio, caminhando pelo oiteiro do morro, que enfrentava o porto, entrou em casa do **Registro**, situada no tope. Logo, appareceu, ao lado do índio, uma figura respeitável, com trajes de guerreiro portuguez, com um livro no braço. Descem o morro, rumando-se ao porto, onde o viajante o recebe com reverencia. Cumprimentos de estylo são trocados entre os dois homens. O ultimo, pesa uma barra de ouro apresentado pelo viajante e assenta o seu peso no livro. O da canoa paga-lhe o imposto.*
*- O Senhor póde partir – disse o senhor do **Registro**, solenemente.*

Abraços, votos de boa viagem, ***até a volta****... o canoeiro solta o cabo e o barco desapparece na escuridão das águas, deixando apenas a saudade dos leques sul-cateros... (MIDORIKAMA, 1928: 15)*

À chegada dos primeiros imigrantes japoneses nas colônias de Katsura e Registro, a paisagem encontrada era muito próxima das condições originais.

No caso de Registro, apesar de sua importante função portuária no período colonial, ligada ao controle da produção e escoamento do ouro pelo Rio Ribeira, na historiografia não se encontram referências sobre uma ocupação expressiva no lugar, principalmente depois da decadência desta atividade econômica, ainda no século XVIII e até ser instalada o núcleo de colonização de Registro, no início do século XX.

O relatório da exploração do Rio Ribeira de Iguape, elaborado em 1908 pela Comissão Geographica e Geológica, identifica em Registro e, também, em Jipovura, local onde foi im-

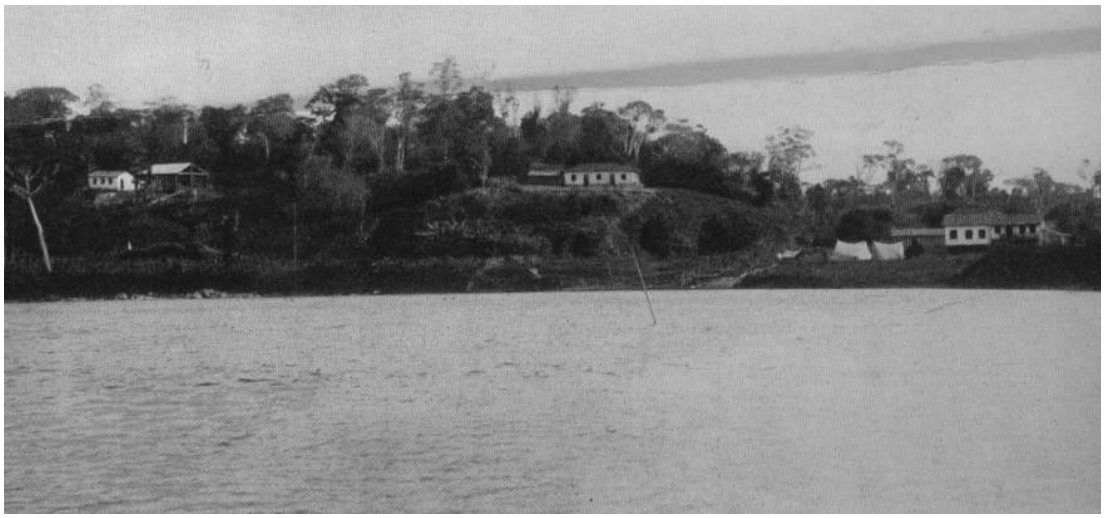
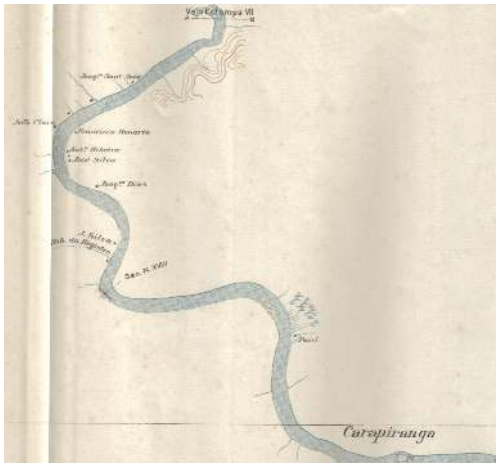
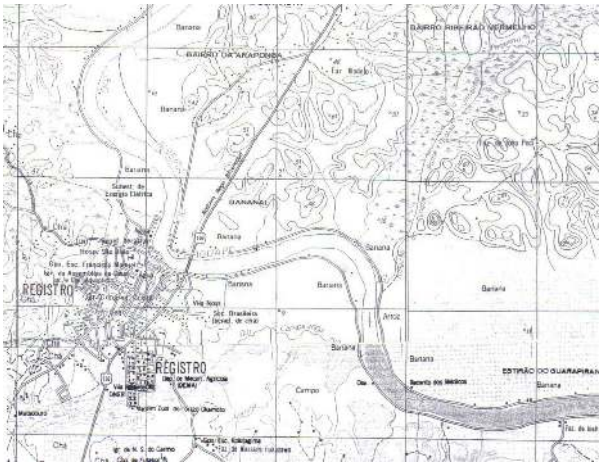


Foto de 1908 mostrando a pequena elevação chamada de Morro da Espia, onde se encontrava o Posto Fiscal de controle do escoamento do ouro. Á direita o Porto de Registro, com poucas construções próximas. A mata atlântica predominava na paisagem (Comissão Geographica e Geológica, 1908).





À esquerda: cartografia de 1908 da CGG evidenciando a ausência de ocupação do antigo Porto de Registro. À direita, carta do IBGE para auxiliar na comparação.

plantado o núcleo de Katsura, apenas uma ocupação dispersa ao longo do rio, alguns poucos sítios que não chegam a constituir-se em povoado, conforme mostra a cartografia elaborada.

O porto de Registro, no período colonial, esteve intimamente ligado ao garimpo de ouro nas localidades de Apiaí, Eldorado e Iporanga, localidades à montante. O ouro era transportado pelo rio até o Porto de Iguape, no litoral, sendo o controle da extração e comércio feito no lugar que recebeu o nome de Porto de Registro e onde funcionava um posto fiscal, criado em 1746. O posto foi estrategicamente montado no alto do Morro da Espia, junto a uma curva do Rio Ribeira, ponto de importante visualização do trajeto do rio e de quem por ele passava.

Segundo o relatório da PEABIRU (2008), as canoas eram revistadas e registradas por um agente da coroa portuguesa, que se encarregava de cobrar o quinto que periodicamente era enviado à Casa da Moeda (ou Casa dos Contos) na vila de Iguape, onde era fundido e cunhado. A instalação do posto de Registro foi determinante para o povoamento de localidades que, como Sete Barras, surgiram como rotas de fuga de taxação.

Com a decadência da exploração do ouro no Alto Ribeira, a região permaneceu praticamente desabitada até a instalação dos núcleos de colonização japonesa e o antigo ancoradouro à beira do rio apresentava-se sem nenhuma expressão.

Assim sendo, a paisagem à época do início da colonização japonesa pode ser traduzida como um quadro onde predominavam terras baixas, planas e suavemente onduladas, cortadas ora por pequenos córregos e ribeirões assentados em vales de fundos planos, ou por várzeas amplas como o chamado Brejão do Bamburral ou pela grande planície do Ribeira de Iguape. De acordo com Silveira (1952), por onde os cursos se espraiavam tudo resultava da inundação, sendo os solos produto dos depósitos que as águas deixavam.

O quadro natural completava-se com um mosaico de vegetação que compreendia a exuberante mata atlântica nas colinas e terraços abrigados das cheias dos rios, ora especializando-se em bosques de caixeta junto ao baixo Ribeira, e as formações herbáceas adaptadas à constante umidade dos vargedos, compostas por taboas, lírios do brejo e peri.

Neste cenário de mata atlântica, destaca-se uma espécie que tornou-se símbolo da cidade de Registro, já que conseguiu permanecer por algum tempo mesmo com o crescimento da cidade: o guaracui, também denominado popularmente de angelim-do-campo ou em linguagem científica, *Andira anthelmia* (Vell.). Com copa frondosa e madeira dura e pesada, a planta é pioneira rústica e ocorre preferencialmente em fundos de vale e encostas úmidas, tanto no interior da floresta primária densa, como em formações abertas e secundárias (LORENZI, 1992).

Segundo Petrone, como em outras partes do país, a própria existência da floresta era

Antes e depois. À esquerda: paisagem original do centro de Registro e em destaque o guaracuí, espécie nativa da mata atlântica e símbolo da cidade. À direita: avenida central de Registro apresentando algumas construções e ao fundo o mesmo guaracuí (Álbum da Imigração).

considerada um indicativo da existência de solos férteis, não havendo critérios para a escolha de qual a área a ser derrubada e queimada. "O machado e o fogo foram, e continuam sendo os instrumentos utilizados para a obtenção do espaço agrícola". (PETRONE, 1966: 242).

O crescimento da área agrícola foi se dando paulatinamente, ao longo das primeiras décadas do século XX, a partir da aquisição dos lotes coloniais e desmatamento para a produção de gêneros de subsistência, como o milho, feijão e mandioca, além da exploração comercial, nas lavouras de arroz, café, cana-de-açúcar e posteriormente de chá e banana.

Cenas do desbravamento da mata para ocupação do solo nas colônias japonesas.

OS PRIMEIROS PRODUTOS COMERCIAIS: ARROZ, CANA-DE-AÇÚCAR E CAFÉ

De acordo com Sakata & Wakisaka (1992), praticamente todos os imigrantes japoneses que entraram no Brasil, no período que antecedeu a II Guerra Mundial e nos anos que se seguiram, passaram, de alguma forma, por uma experiência agrícola, já que em sua grande maioria eram lavradores.

Assim sendo, deixaram uma grande contribuição para a agricultura nacional, ora introduzindo produtos agrícolas que eram básicos no cotidiano destes imigrantes, como é o caso do arroz, ora empenhando-se em produzir comercialmente variedades pouco exploradas em território nacional. Foram responsáveis pela diversificação da produção agrícola brasileira, principalmente em relação às frutas e hortaliças, introduzindo aqui o morango, o poncã e o caqui, ou a abóbora japonesa, o pepino aodai e a acelga, só para citar alguns exemplos. Como fibras naturais trouxeram o junco e o rami e, como especiarias, a pimenta do reino e o chá preto.

Outra importante contribuição, segundo os autores, deve-se ao estabelecimento de uma agricultura intensiva. Nos primeiros anos de imigração (1908-1912), a média de terras por família era de apenas 1,1 hectare, o que colocava a necessidade de tirar o máximo da propriedade para o sustento da família. Sendo assim, diferentes culturas eram tentadas e dividiam as terras com a criação de animais.

Nas colônias japonesas do Vale do Ribeira houve também tentativas de criação do bicho-da-seda, como atividade subsidiária, porém sem muito sucesso. Cabe destacar ainda, como importante contribuição destes imigrantes, a formação das cooperativas agrícolas, como forma de auto-defesa em uma terra nova.

No Vale do Ribeira, os imigrantes procuraram aproveitar as condições ambientais existentes em seu próprio favor. Assim, o terreno úmido das várzeas, que na colônia de Registro, quer em Katsura, foi intensamente utilizado para o cultivo do arroz, um produto tipicamente ribeirinho e que demanda água em quantidade para seu desenvolvimento.

O arroz não era uma novidade na região, já que desde o final do século XVIII era plantado em grandes quantidades na faixa litorânea, de Iguape à Cananéia e subindo pelo Rio Ribeira até as proximidades com Iporanga. Inicialmente plantado como produto de subsistência, tornou-se, no século XIX, o principal produto de exportação da região.

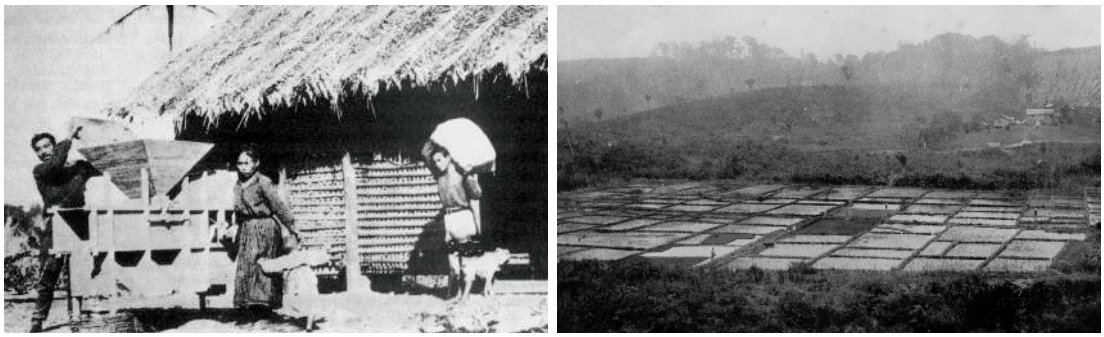
Segundo Petrone, a grande maioria dos colonos reproduziu no cultivo do arroz os mesmos sistemas técnicos rudimentares aplicados pelos caboclos desde o século

Cenas da criação do bicho da seda em Registro (Álbum da Imigração).

XIX. Esse sistema tradicional iniciava com o desmatamento do terreno e posterior queimada, sendo o plantio feito em seguida, sem outro tratamento do solo. A colheita era feita a canivete, cortando espiga por espiga, de forma a aproveitar melhor a produção. O terreno preparado novamente para o plantio sofria nova queimada, que era a forma mais cômoda de mantê-lo limpo.

Apesar de seguir esse sistema tradicional, segundo o autor, os japoneses das colônias de Katsura e Registro trouxeram algumas inovações no cultivo do produto: a maioria procurou abolir as queimadas entre os plantios, mantendo o terreno limpo entre a colheita e o novo plantio, assim como passou a utilizar a foice para colher as astes com as espigas.

O arroz, beneficiado por meio das máquinas trazidas pela Kaiko, tornou-se o principal meio de vida para os colonos de Katsura e Registro. Em Katsura o beneficiamento era feito por meio da sociedade cooperativa, em seu engenho localizado ao lado do



À esquerda: colonos japoneses utilizando máquina de beneficiar arroz. À direita: arrozais em Registro (Escola Adventista e Álbum da imigração).

ancoradouro no Rio Ribeira e, em Registro, era processado nas instalações da KKKK, também situadas à beira rio, junto ao Porto Fluvial. Essas instalações representaram uma das primeiras benfeitorias trazidas pela empresa para o núcleo de Registro, em 1920. Contavam, segundo Segawa (2002), com quatro galpões de armazenamento, sendo um de secos e molhados, um edifício com instalações de engenho de beneficiamento de arroz com equipamento de caldeiraria para movimentar as máquinas e escritórios.

> *Dado o isolamento relativo da colônia e dos colonizadores – dispersos na área rural -, o conjunto KKKK centralizava toda a infra-estrutura comercial e produtiva da região, encarregando-se do armazenamento da produção agrícola bruta (o arroz foi das primeiras produções dos colonos japoneses, dada a intimidade de sua cultura na terra de origem), o seu beneficiamento em maquinaria sofisticada e o escoamento desta produção no mercado consumidor por via fluvial, com o porto defronte ao conjunto como saída principal. Ao mesmo tempo, os colonizadores obtinham na sede da KKKK equipamentos, utensílios e gêneros alimentícios para o seu trabalho e sobrevivência, garantida por essa infra-estrutura nos moldes de uma cooperativa. (SEGAWA, 2002: 18)*

Os dados relativos à exportação no Porto de Registro mostram que nos primeiros anos de instalação da colônia, o arroz constituiu praticamente a principal fonte de renda dos colonos, representando 96% do volume comercial do porto nos anos de 1919 e 1920. Nos anos que se seguiram, ainda que constasse como um produto importante na vida econômica de Registro, o arroz dividiu atenção dos colonos com outros produtos, sendo os derivados de cana – açúcar e aguardente – e o café, responsáveis por uma parte significativa do volume de exportações (por volta de 1/3 das exportações). Isso significava a busca de diversificação da produção, com os japoneses apostando em outros produtos que tinham, à época, uma demanda comercial.

À esquerda: Galpões da KKKK junto ao Porto de Registro, na década de 1920 (Escola Adventista de Registro). À direita: Galpões da KKKK e os vapores junto ao Porto de Registro, na década de 1920 (Álbum da imigração).

Hoje, apesar de Registro e Iguape serem, ainda hoje, os maiores produtores de arroz no Vale do Ribeira, pode-se dizer que o produto ocupa posição secundária na produção agrícola de ambos os municípios. Em Registro a área total plantada de arroz, 272 hectares, é inferior a área ocupada com culturas tradicionais como o chá e a banana e, também, de culturas novas como o palmito e a pupunha. Em Iguape, a área plantada de 242 hectares é superada pelo cultivo de palmito, banana e chuchu (Fonte: CATI, 2008).

MOVIMENTO COMMERCIAL NO PORTO DE REGISTRO

EXPORTAÇÃO

	1919-1920	1920-1921	1921-1922	1922-1923	1923-1924	1924-1925	1925-1926	1926-1927	1927-1928	1928-1929	1929-1930	1930-1931
Arroz em casca				40:500$000	260:405$000	775:068$000	303:322$000	323:578$300	608:256$000	669:081$600	136:946$000	50:484$000
Arroz beneficiado	134:066$000	306:901$000	70:167$000	238:632$000	440:922$000	474:471$000	479:610$000	372:581$000	458:943$000	504:727$300	288:785$000	265:108$000
Produtos suinos				14:450$000	20:232$000	56:580$000	35:990$000	24:070$000		22:000$000	20:000$000	27:350$000
Aguardente	3:862$000	12:026$000	6:281$000	29:505$000	110:672$000	226:876$000	302:983$000	120:008$400	111:700$000	122:870$000	40:000$000	5:300$000
Assucar	1:581$000	78:996$000	19:475$000	66:185$000	46:697$000	52:048$000	26:728$000	38:166$000	33:100$000	36:410$000	11:560$000	11:312$000
Café				5:980$000	2:945$000	84:224$000	29:675$000	92:257$000	184:815$000	203:296$000	112:455$000	366:210$000
Milho				2:050$000	57:687$000	19:628$000	638$000	4:240$000	5:440$000	5:984$000	2:745$000	1:380$000
Feijão					81:477$000	15:269$000	23:029$000	25:602$000	39:945$000	43:939$500	19:150$000	11:880$000
Farinha de mandioca				3:515$000	4:412$000	7:965$000	7:824$000	7:095$000	14:090$000	15:499$000	4:020$000	8:096$000
Carvão vegetal				1:000$000	2:848$000	2:500$000		150$000		4:422$000	4:020$000	
Gado				1:716$000	421$000	1:465$000	64:444$000	7:200$000				6:300$000
Diversos			9:294$000		3:101$000	12:000$000	49:117$000	4:600$000	18:670$000	20:780$500	20:000$000	8:840$000
Aves								2:238$000				
Linguiça								5:350$000	18:346$000	20:180$600		
Ferragens								2:782$000				
Chá										18:280$000	20:000$000	35:000$000
Fumo em corda										1:000$000	1:485$000	9:999$000
Banha											7:370$000	
Inflamaveis											15:000$000	
Soja												6:975$000
Casulos												19:800$000
Porcos Exp. e consumo												82:500$000
Laranjas												2:000$000
TOTAL	139:519$000	397:023$000	105:217$000	463:533$000	1,031:919$000	1,678:094$000	1,317:360$000	1,036:918$300	1,488:605$000	1,688:471$000	599:966$000	918:334$000

Colheita da cana (Álbum da imigração).

Ainda nos anos iniciais à implantação do núcleo de Registro, os derivados da cana, tais como o açúcar e aguardente contribuíram para o fortalecimento de sua economia, sendo também exportados pelo porto. Assim como o arroz, a KKKK também instalou, nos núcleos de Registro e Katsura, engenhos de beneficiamento do produto, viabilizando, assim, a exploração comercial dos derivados de cana.

Colheita da cana (Álbum da imigração).

Até o final da década de 1920, a produção e exportação destes produtos cresceram continuamente, sofrendo uma grande crise a partir de 1929 e 1930. Segundo Prado Junior (1983), no período republicano até 1930, o açúcar perdeu a importância que tivera como produto central de uma economia agrária nacional voltada à exportação e, conseqüentemente, a produção voltou-se para abastecimento interno. Mas, na década de 1930, o estado de São Paulo tornou-se auto-suficiente em produção de açúcar, o que levou o governo federal a limitar a produção por um sistema de quotas, para evitar o colapso da economia açucareira do nordeste.

Até o ano de 1927 os derivados da cana-de-açúcar responderam pelo segundo lugar em volume de exportações no porto fluvial, perdendo, a partir desse ano, para o café.

O café foi plantado desde a chegada dos primeiros imigrantes em Registro e começou a aparecer como produto de exportação a partir do período 1922/1923, mas sem grande expressão, contando com 2% do volume exportado. A maior parte dos pés de café situavam-se na terceira seção do núcleo (Sambu), atual bairro rural de Carapiranga, seguida da quarta seção (Yambu) em Taquaruçu e da quinta, (Goobo), em Raposa. Juntas essas três seções chegaram a ter na década de 1930, um total de quase 800 mil pés de café (Hasegawa & Rueda, 1932).

A expansão dos cafezais de Registro deu-se a partir dos esforços empregados no campo de experiência agrícola, por Torao Hanzawa, que buscou melhorar a qualidade do produto frente à concorrência com outras regiões do estado.

Desta forma, no período 1930/1931, o café superou o arroz em volume de exportação, representando 40% das exportações no Porto, enquanto o arroz ficava com 29%. Apesar disso, a produção de café, tanto de Registro, como de outros municípios do Vale, não teve maior expressão no contexto da economia cafeeira do estado, com o interior paulista representando sua principal área de destaque.

A produção de café deixou marcas ainda presentes na paisagem das colônias, princi-

À esquerda: Cafezal em Registro.
À direita: secagem do café em Registro. (Álbum da Imigração).

palmente pela existência de antigos terreiros de secagem do produto junto às antigas residências de colonos japoneses. O café era plantado muito próximo dos chasais, segundo Petrone, provavelmente para o aproveitamento da mão de obra, que era um problema na região. A dimensão dos terreiros testemunha que a produção era de pequena expressão, em função do tamanho dos lotes e da própria condição ecológica dos terrenos.

Além dessas culturas em escala comercial, o cotidiano das colônias japonesas era dividido entre os produtos considerados de subsistência, como o milho, o feijão e a mandioca, mas que também eram exportados pelo Porto Fluvial, além do fumo em corda e da criação de animais como galinhas e porcos.

À esquerda: fumo em corda. À direita: criação de porcos em Registro.

Criação de galinhas (Álbum da Imigração, 1938).

O COOPERATIVISMO: MECANISMO DE AUTO-DEFESA DOS IMIGRANTES

Segundo Sakata & Wakisaba (1992), a criação das sociedades cooperativas por imigrantes japoneses no Brasil, seguiram uma tendência que se constituiu no Japão, na década de 1910. Os imigrantes que conheceram de perto essas organizações no Japão, trataram de reproduzi-las aqui como um mecanismo de auto-defesa para o enfrentamento de um ambiente inteiramente novo.

As cooperativas cuidavam da produção agrícola, bem como da comercialização dos produtos, já que as dificuldades com o domínio da língua nem sempre garantiam melhores condições de colocação dos produtos nos mercados.

No caso das sociedades cooperativas japonesas do Vale do Ribeira, a sua presença na vida econômica dos núcleos era ainda maior, pois buscavam garantir o abastecimento de gêneros de subsistência, com preços menores, eliminando a figura do atravessador. Além disso, nos primeiros anos de funcionamento dos núcleos, enquanto não haviam máquinas para beneficiar o arroz, as cooperativas se encarregavam de providenciar o processamento (HASEGAWA & RUEDA, 1932).

Em função de seu papel importante na estabilidade econômica dos núcleos, as cooperativas foram incentivadas pelo governo japonês, por meio do Consulado Geral do Japão, que

Sociedade Cooperativa de Registro, situada próxima ao porto fluvial. Fonte: Escola Adventista.

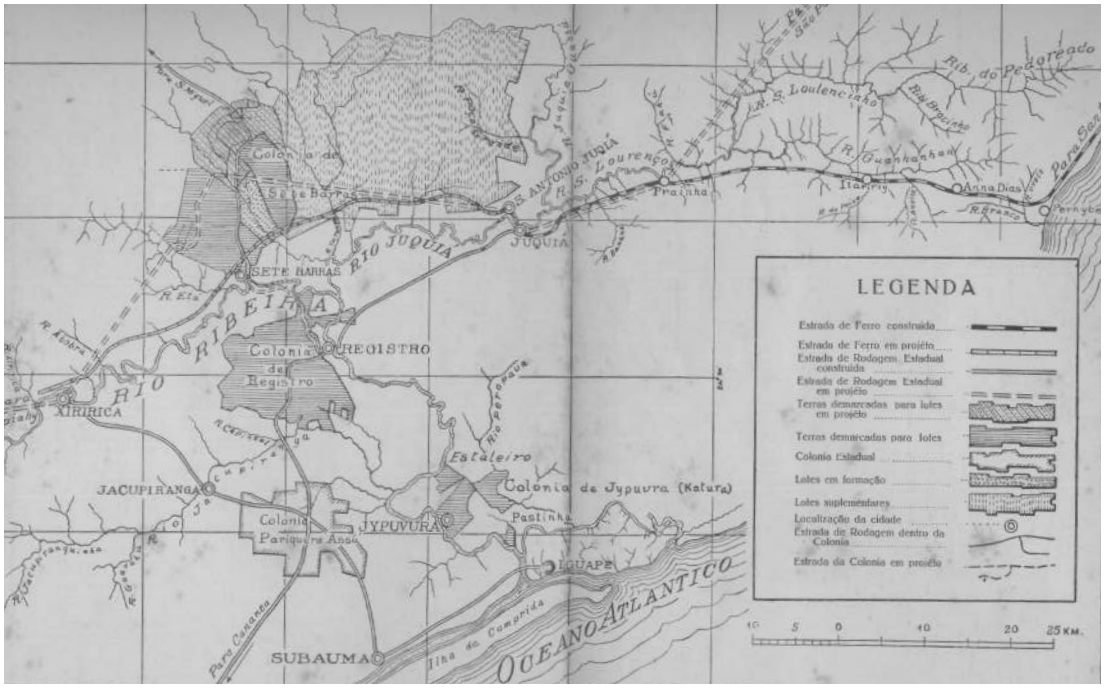
À esquerda: Sociedade Cooperativa de Sete Barras. À direita: Sociedade Cooperativa de Katsura: embarque do arroz produzido no núcleo. (Álbum da Imigração)

providenciou orientação e assistência técnica para a formação destas, além de subsídios para aquisição de instalações. Em 1932, quando foi criada a primeira legislação específica que regulamentava o funcionamento destas instituições, já estavam registradas 145 sociedades cooperativas, envolvendo imigrantes japoneses, segundo Sakata & Wakisaba.

No Vale do Ribeira, em 1927, cada núcleo de colonização japonesa formou sua própria cooperativa, as quais foram contemporâneas da criação da própria CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia), que foi, durante muitos anos, uma das maiores e mais fortes organizações atuando no Brasil.

Tuneo Hayashi, o último remanescente da antiga colônia de Katsura, que em 1988 ainda ali se encontrava, descreve esse importante papel que a cooperativa tinha para a vida dos imigrantes: "A colônia era administrada por uma sociedade cooperativa de responsabilidade dos agricultores. Dava toda a assistência, fazia experimentos agrícolas, propunha culturas, beneficiava e comercializava" (COELHO, 1988). Foi assim que uma série de produtos tipicamente japoneses foi introduzida com sucesso ali, tais como o alho nira, a soja, o arroz moti e a berinjela nasubi.

A experiência do cooperativismo, que no início foi geral, abrangendo diversas atividades de apoio para os núcleos, em Registro atingiu o máximo de especialização, com a formação de unidades cooperativas para os produtores do chá e para os produtores de junco.



Mapa das colônias no Vale do Ribeira (Petrone, 1952).

O PRIMEIRO NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA: COLÔNIA KATSURA

A Colônia Katsura, fundada no município de Iguape em 1913 numa localidade chamada Jipuvura, encontrava-se situada no baixo curso do Rio Ribeira de Iguape, área em que a planície costeira alterna sedimentação de origem fluvial com a contribuição marinha, em terrenos praticamente planos, com altitudes um pouco acima do nível do mar (5-10 metros).

A umidade elevada e a abundante pluviosidade, típicas desta zona climática, contribuem para o rico potencial de recursos hídricos, que é uma realidade que salta aos olhos quando se percorre a área: águas indecisas que vão e que vem, curvas de rios que se ampliam em lagoas marginais, as quais funcionam como ancoradouros naturais para os barcos, ou berçário para peixes que buscam águas calmas para a sua reprodução. Desse conjunto de terras baixas se destacam alguns morros cristalinos, de altitude que atinge no máximo 200 metros (Serra da Momuna, Morro de Jipuvura), cobertos ainda por Mata Atlântica e que são um referencial no horizonte dessa paisagem plana: os lugares são reconhecidos principalmente por essa geografia especial.

Criada a partir da doação de terras por parte da Câmara Municipal de Iguape, com o

Rio Ribeira e ao fundo Morro do Jipuvura.

Vegetação típica das margens das lagoas e do rio Ribeira: aguapé formando um tapete contínuo. Ao fundo, antigo porto de Jipuvura.

Mapa da Comissão Geographica e Geológica de 1908, mostrando o povoado de Jipuvura, onde se instalou o núcleo de Katsura em 1913.

auxílio do então prefeito de Iguape, Coronel Jeremias Junior, o nome da colônia era uma homenagem ao primeiro-ministro japonês Taro Katsura. Ela foi instalada em terras do antigo Sítio Jipuvura, adquirido um ano antes pelo município com o intuito justamente de formação de uma colônia agrícola. As razões para a instalação do núcleo neste lugar, segundo Handa (1987), devem-se à proximidade com o porto de Iguape e as condições ecológicas propícias ao plantio do arroz.

Parte da infra-estrutura e serviços de apoio instalados pela Kaiko no núcleo estava prevista no contrato firmado com o governo municipal, como é o caso dos caminhos necessários para as comunicações internas ou das escolas públicas, divididas para cada sexo, conforme apresentou Midorikama. O contrato previa, também, em caso de dissolução da empresa ou de proibição de seu funcionamento pelo governo, que as terras doadas e benfeitorias instaladas seriam incorporadas ao patrimônio municipal, sem direito à indenização e considerada extinta a doação.

As primeiras famílias a ocuparem a Colônia Katsura foram recrutadas no bairro da Liberdade, na capital, já que foram frustrados os planos iniciais de trazer imigrantes que haviam se instalado nas fazendas de café do interior.

> *Os primeiros candidatos foram alguns operários qualificados, que na época trabalhavam numa fundição de ferro da capital. Eram todos portadores de experiência, trazida ainda da pátria e adquirida em estaleiros e instalações da marinha. Graças a essa qualificação, recebiam também na fábrica brasileira um tratamento à altura. A vida urbana, no entanto, não se mostrava fácil (HANDA, 1987:336).*

Tudo ocorreu de forma bastante rápida: em agosto de 1913 foi apresentado na Câmara Municipal de Iguape um projeto de lei autorizando o prefeito a adquirir as terras onde seria criado o núcleo; dois meses depois é assinada a Lei nº 43 que legalizava a aquisição e, menos de um mês após, é fundada a colônia, em 09 de novembro de 1913, quando aportou o primeiro grupo de imigrantes japoneses. A doação das terras para a Kaiko foi feita em janeiro do ano seguinte.

As terras da colônia, o equivalente a 859 hectares e situadas na várzea do Rio Ribeira de Iguape, receberam inicialmente 20 famílias, entre as quais colonos como Katsumi Fujita, Choichi Ono, Hidekit Nomura, Shiniti Fukamoto, Uichi Kiniyui, Wasataro Wata-

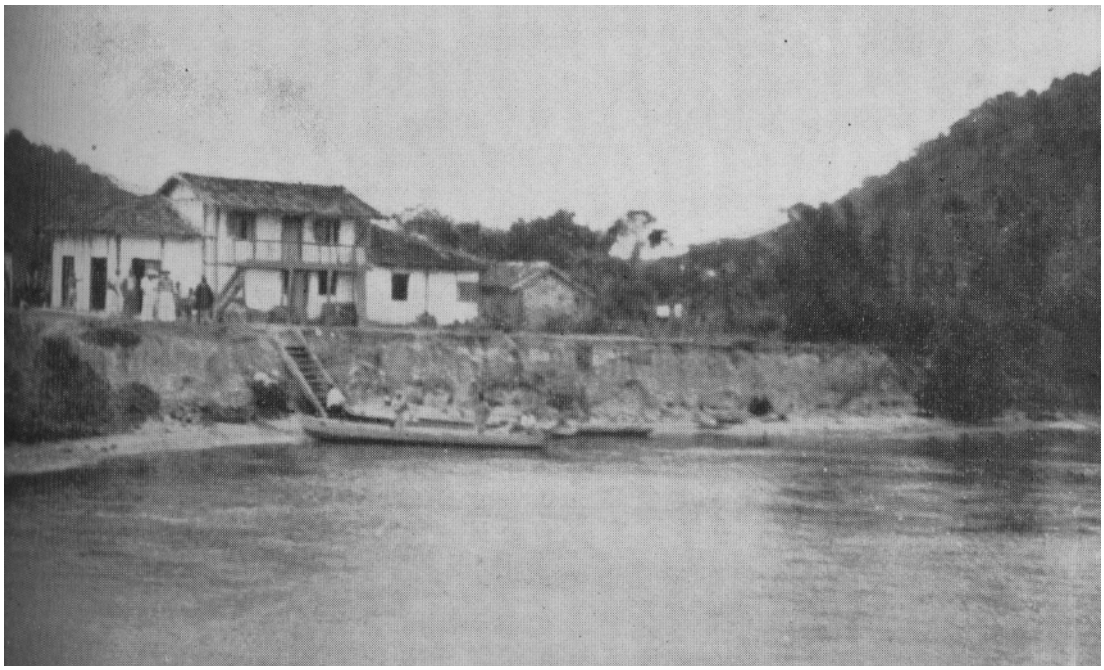
nabe, Motoichi Yoshimoto e famílias Tadano, Takano, Namba, Aoki, Haiassaki, Kumiama Kaeriyama e Yanaguizawa. Mas tarde chegaram as famílias Maeda, Miahida, Hashimoto e outras (PEREIRA JUNIOR, 2005).

Dados mostram que a população do núcleo oscilou pouco, entre 1917 e 1931, em geral entre 25 a 31 famílias, correspondendo de 150 a 170 pessoas (HASEGAWA & RUEDA, 1932). A principal atividade econômica era o cultivo do arroz, que atingiu tal expressão chegando a contar com quatro engenhos de beneficiamento do produto. Além disso, plantavam cana produzindo como derivados o açúcar e a aguardente.

A proximidade com o rio Ribeira garantiu, desde cedo, para a colônia de Katsura meios de transporte eficiente para o escoamento dessa produção, já que desde meados do século XX funcionava regularmente a linha de navegação a vapor entre Xiririca e Iguape, subvencionada pelo governo. A proximidade do rio também garantiu uma boa quantidade de pescados para a alimentação, principalmente a saborosa manjuba, que era também estocada depois de seca ao sol.

Como atividades de finalidade comercial contava ainda com a produção de arroz, farinha de mandioca e de aguardente, processado em diversos alambiques. A KKKK criou uma boa infra-estrutura para viabilização das atividades da colônia, dentre elas a implantação de campo de experiência agrícola, no qual os japoneses introduziram culturas que vieram de sua terra natal como alho nira, berinjela nasubi, soja e arroz moti.

Segundo Handa, a Kaiko não poupou esforços para proporcionar aos colonos re-



Porto de Jipuvura, junto à barranca do Rio Ribeira de Iguape. (BALDUS & WILLEMS, 1941)

cém-chegados as condições necessárias para a fixação na área, pois temia que os colonos, recrutados com tanta dificuldade, viessem a abandonar o núcleo. Assim é que o gerente da companhia de colonização, Sr. Ikutaro Aoyagui, resolveu fixar residência na cidade de Iguape, de onde saía freqüentemente para fiscalizar a área sob sua responsabilidade, que, de barco, distava uma hora.

Devido às dificuldades iniciais, em razão da pouca experiência agrícola dos colonos, a Kaiko lançou mão de uma nova alternativa para o núcleo, tornando os colonos em uma espécie de arrendatários: a empresa dava 15 mil m^2 de terras e moradia e, em contrapartida, os colonos deveriam cultivar arroz ou cana-de-açúcar, com os lucros divididos em 25% para a empresa e 75% para o produtor.

O sistema implantado deu resultado e os colonos trabalharam arduamente e, em conjunto, visando à fixação e à instalação definitiva do núcleo e atraindo mais imigrantes para lá. O trabalho coletivo na colheita ou na construção da casa, que para o caiçara é chamado de mutirão, os japoneses denominavam de ajutório.

Tuneo Hayashi, o último remanescente da antiga colônia que, em 1988, ainda se encontrava ali, contou em reportagem da época que, no auge de Katsura, o moinho beneficiava 12 mil sacas de arroz por safra. "Os atacadistas vinham de vapor buscar a produção. Era o arroz mais famoso de São Paulo" (COELHO, 1988). Ainda segundo ele, Katsura foi, depois de Iguape, o povoado mais adiantado do Vale do Ribeira.

O núcleo foi bastante florescente até a 2ª Guerra Mundial, contando com escola, agência de correio, casas de comércio, clube social, igreja católica e até luz elétrica produzida por máquina à vapor (PEREIRA JUNIOR, 2005).

Nos anos 1950, Katsura entrou em declínio, principalmente devido à desativação dos vapores que circulavam pelo Rio, o que deixou as famílias isoladas. As famílias dos colonos, a partir dos anos 1960, começaram a migrar para Registro, para a cidade de Iguape, entre outras.

À esquerda: Armazém japonês no Porto de Jipuvura (BALDUS & WILLEMS, 1941).
À direita: Pensão japonesa em Jipuvura (BALDUS & WILLEMS, 1941)

O que restou hoje do antigo núcleo de Katsura é pouco: ruínas do engenho de beneficiamento de arroz e a sede social, ambas da Sociedade Cooperativa de Katsura, fundada em 1988; duas últimas residências da época dos colonos japoneses; um maquinário espalhado e abandonado em meio à planície arenosa.

Atualmente na área da antiga Colônia Katsura predomina uma ocupação rural extremamente rarefeita. A dificuldade de acesso é um dos fatores que explicam esse isolamento geográfico, pois só é possível chegar por barco, atravessando o Rio Ribeira. Os últimos colonos japoneses que ali ainda resistiram (o casal Tuneo e Sumie Hayashi), deixaram o povoado depois dos anos 1980. A propriedade foi vendida e recentemente está sendo implantado um projeto de exploração agrícola. Nesta propriedade se encontra a última residência de colonos, cercada pela mata de restinga que recobre a planície. Praticamente não há população moradora, a não ser os trabalhadores que para lá se deslocam durante a jornada de trabalho e uma família que ocupa um imóvel na barranca do rio, a jusante do antigo porto de Jipuvura.

Junto à margem esquerda do rio Ribeira encontra-se mais uma das residências tradicionais de colonos, porém já parcialmente destruída pela erosão da margem do rio e, junto dela, um antigo alambique, com maquinário e tonéis. Nesta residência mora uma família de caseiros que cuida da propriedade.

A destruição da casa testemunha as conseqüências de uma dinâmica natural típica daqueles terrenos, condicionada pelos processos de erosão/sedimentação conduzidos pelo Rio Ribeira de Iguape: suas pronunciadas curvas são resultado do trabalho executado pela corrente de água do rio que escava a margem côncava, zona de maior velocidade da água, depositando material na margem convexa, que é constantemente construída pelo acréscimo de aluvião. Em seus arredores aparece uma vegetação adaptada a essas condições naturais: flora higrófila, com espécies como lírios do brejo, taboa e peri, que formam coberturas densas e extensas ao longo dos cursos d' água.

Mais à montante pelo rio, nessa mesma margem esquerda e junto a uma lagoa marginal que serve de ancoradouro encontra-se como primeiros vestígios, o engenho e a sede social da Cooperativa de Agricultores. Situados em meio à planície arenosa, área já sem vegetação, mas cercada em seu horizonte por uma mata densa. Das estruturas restaram praticamente só paredes e, no caso do engenho, algumas peças de maquinário sujeitas à deterioração pelo tempo. Nas áreas limítrofes ficavam a igreja, o campo de futebol, a escola, assim dizem aqueles que conheceram o que era o núcleo, mas sem evidência

Residência remanescente da ocupação japonesa, porém em parte destruída por ação da erosão na margem do rio.

materiais a não ser pedaços de telhas, tijolos e outros materiais de construção. A empresa de adquiriu a propriedade está realizando atividades de terraplenagem no local, o que contribui para um cenário de deterioração.

Caminhando pela planície, entrando por um acesso novo aberto em meio a exuberante mata de restinga encontra-se aquela que representa a última das residências de colonos japoneses, localizada em meio da floresta, já distante da margem do Ribeira e abrigada, portanto das cheias e da erosão fluvial. Encontra-se abandonada, mas ainda guarda algum mobiliário interno como cama, fogão de lenha e até um *usso*, o típico pilão de amassar moti, o arroz japonês. Um exemplar que parece testemunhar os primeiros tempos do que foi a colonização japonesa no início do século, com o desafio do enfrentamento daquelas condições naturais típicas, da mata alta e fechada cercando o horizonte, o calor, os pequenos rios de águas escuras que aparecem à todo momento e em todo lugar, os sons dos pássaros, o incômodo das picadas dos mosquitos. Está cercada da mata original que recobria a planície, a chamada mata de restinga, uma vegetação de clima quente e úmido, alta e biodiversa, que destaca dos demais tipos de mata atlântica por ter se adaptado a condições ecológicas específicas como solo arenoso e ambiente de alta salinidade que constituem fatores de limitação ao desenvolvimento dessa vegetação.

Maquinário e equipamentos abandonados.

Antigos alambique e casa de farinha.

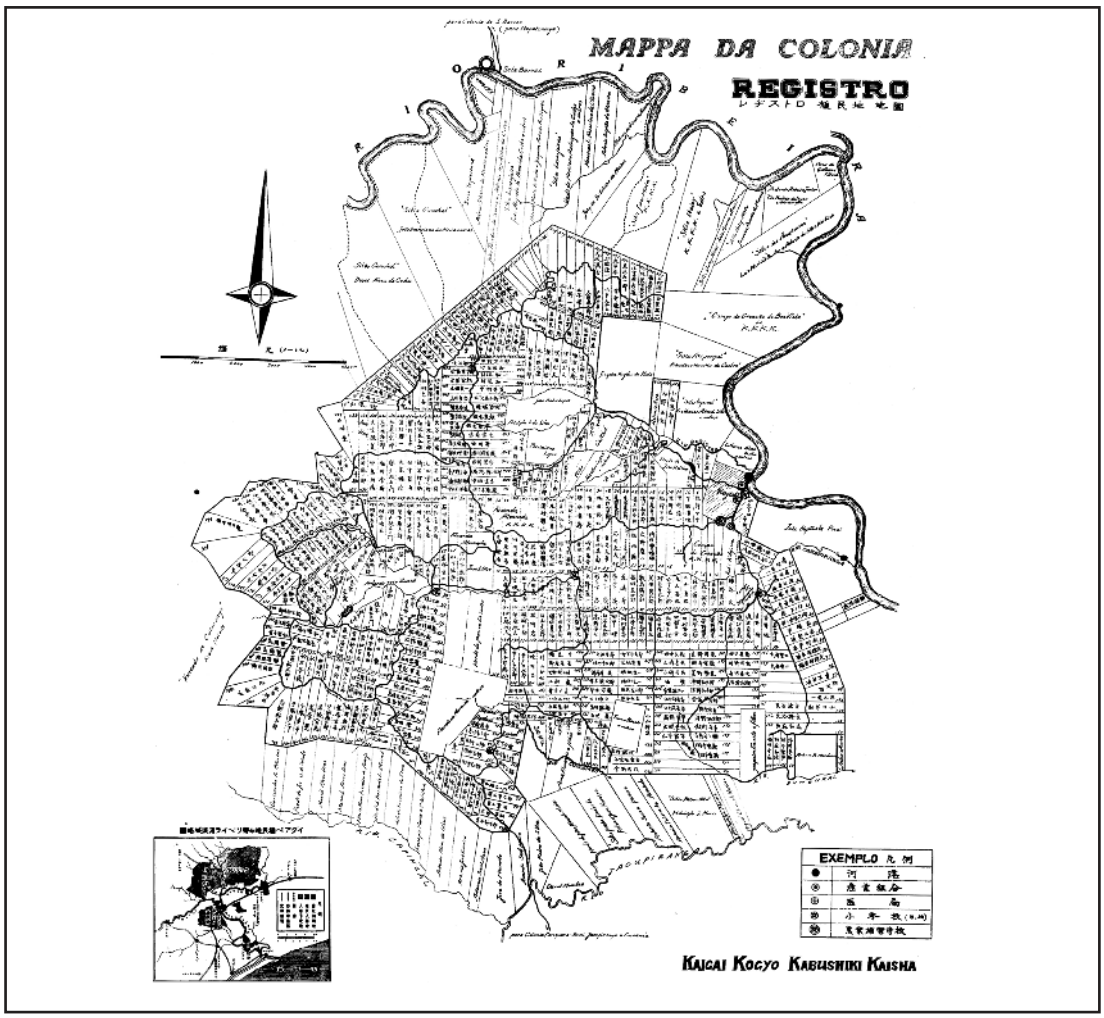
Sede social e engenho da Sociedade Cooperativa de Katsura.

À esquerda: última residência de colonos em Katsura. À direita: acesso à residência no meio da mata.

O NÚCLEO MAIS PRÓSPERO: COLÔNIA DE REGISTRO

Apesar da importância adquirida pelo núcleo de Katsura, foi em Registro que a colonização atingiu uma dimensão mais expressiva, constituindo-se na maior e a mais próspera das três colônias.

Em terras que totalizavam 50 mil hectares, concentrou também a maior parte dos colonos japoneses, além de contar com maior estrutura por parte da empresa administradora, a KKKK. A empresa não somente loteou e introduziu as famílias nas colônias por ela administradas, como também prestou assistência técnica aos colonos nos primeiros anos de estada, criou campos de experiência agrícola (em Registro e Katsura), instalou escolas e postos médicos e, ainda nesta primeira década do século XX, adquiriu cerca de 25 mil hectares para criar a Colônia de Sete Barras.

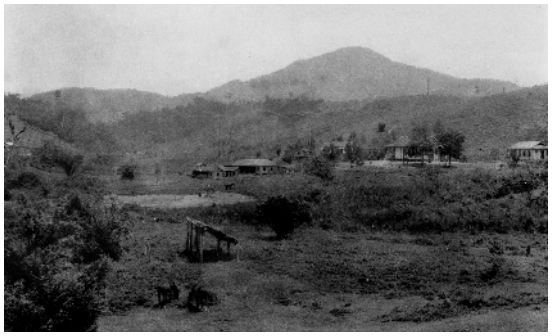


Mapa da Colônia de Registro (Álbum da Imigração Japonesa)

A Colônia de Registro, apesar de situada ainda nesse conjunto de terras baixas e sedimentares, quentes e úmidas, tem uma morfologia da paisagem que se diferencia da sua irmã, Katsura. O núcleo, situado mais à montante e na margem direita do Rio Ribeira, assentou-se sobre um sítio físico no qual predominam colinas baixas e pequenas, entre 20 e 100 metros de altitude, cortadas por vales de fundo plano onde correm os afluentes do Ribeira (Carapiranga, Quilombo, Taquaruçu, Boa Vista, todos que deram origem ao nome dos bairros rurais ou dos setores do núcleo).

Neste cenário de relevo suave destacam algumas elevações que se tornaram importantes referências locais. A primeira delas é o Morro da Espia, elevação de aproximadamente 31 metros de altitude, ponto mais alto próximo ao centro antigo e onde foi fundado o posto fiscal de controle do ouro no período colonial, como já foi dito. Situado atualmente em meio à área urbana de Registro, tem suas encostas ocupadas por residências e ruas, além da Igreja de São Francisco de Assis, em seu ponto mais alto.

Mas a grande referência local de paisagem na colônia sempre foi e ainda é a Serra de Votupoca. Com seus quase 400 metros de altitude, emersa em um conjunto de terras cujas cumeadas não chegam a 100 metros, funciona como uma moldura da paisagem, sendo visualizada de diferentes partes do município e representando o ponto culminante do município deste setor do Vale do Ribeira.



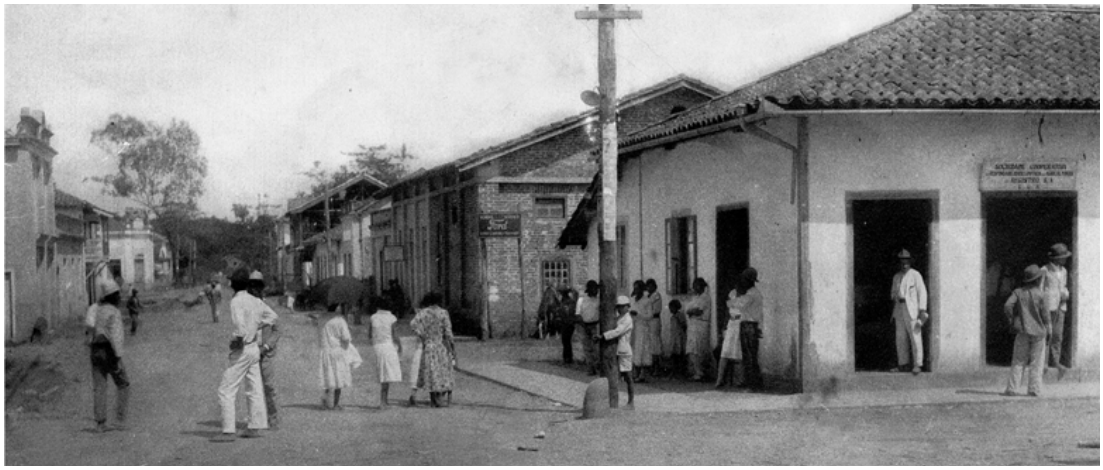
À esquerda: Serra do Votupoca em Álbum da Imigração Japonesa. À direita: O Porto de Registro no início da colonização japonesa. Nota-se a vegetação de mata atlântica em todo o trecho e algumas poucas construções próximas ao porto. Fonte: EAR, 2008.

Os primeiros anos de instalação da colônia não foram nada fáceis, conta Tokuo Murawasa, imigrante que chegou ao país com seis anos. Tudo era problema, desde o solo, o clima, as plantas, a alimentação, as doenças e a língua estranha. Nos primeiros tempos a alimentação era a base de peixe, abundante no rio Ribeira e afluentes e, ao mesmo tempo, alimento básico dos japoneses. "Ninguém sabia como se defender do berne, do bicho-de-pé, da malária e das cobras venenosas", conta Murasawa (COELHO, 1988).

Nos anos 1930 a colônia já estava consolidada. Por meio da KKKK implantou-se uma rede de estradas vicinais com a função de ligar os lotes mais distantes ao porto fluvial de Registro, rompendo com a condição de isolamento que dificultou a vida nas outras colônias como Pariquera-Açu e Cananéia.

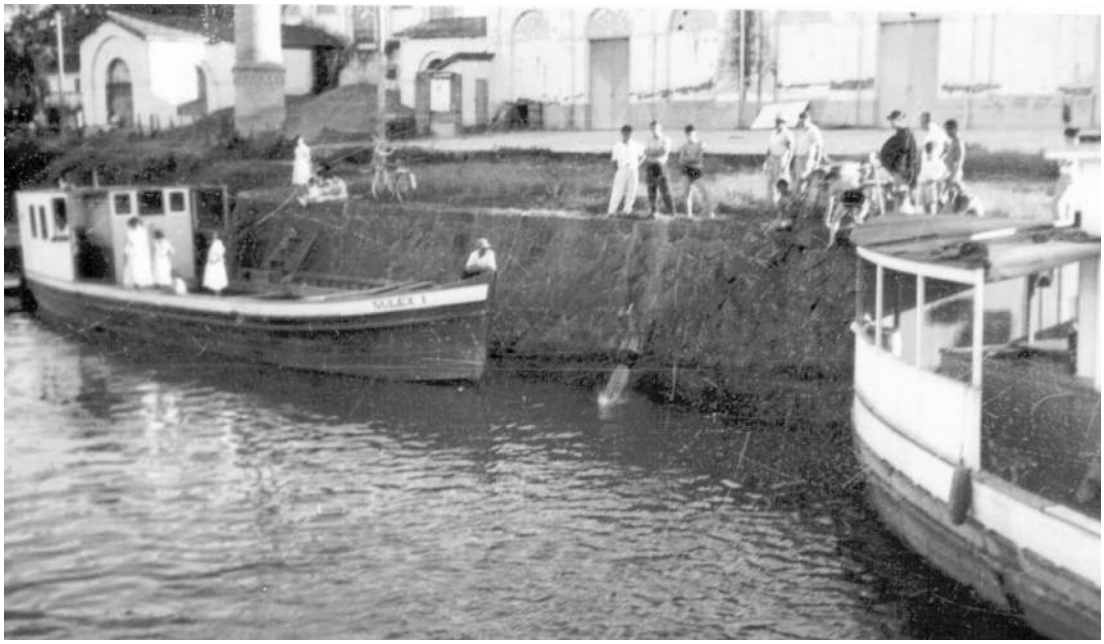
Os lotes com cerca de 10 alqueires (24,2 ha.), de formato retangular com testada de 200 metros por 1.000 metros de fundos foram planejados com a garantia de frente para as vicinais e de acesso aos cursos d'água (Petrone, 1966). Para o colono que conseguiu juntar algumas economias, o investimento na aquisição de novas terras foi preferido, ao invés de gastos com conforto para si e para a família. Assim sendo, com o tempo, houve uma tendência à ampliação da área média das propriedades, segundo coloca Almeida (1956), revertido, por vezes, pela retalhação dos lotes por divisão de herança.

> *Graças à sua invulgar capacidade de trabalho, senso de responsabilidade, anseio de elevar-se socialmente e à coesão social do grupo, o japonês do Vale do Ribeira de Iguape pode resistir às condições adversas de uma região subdesenvolvida, de fraca densidade demográfica, de parcos e difíceis meios de comunicação com os grandes centros consumidores (ALMEIDA, 1965:72).*



Rua do centro urbano de Registro, as primeiras décadas do século XX. Urbanização fomentada pela crescimento do núcleo de colonização.

À esquerda: Vapor Cândido Rodrigues que fazia o transporte fluvial entre Iguape e Registro. À direita: vapor estacionado em frente aos armazéns da KKKK em registro (Escola Adventista de Registro)

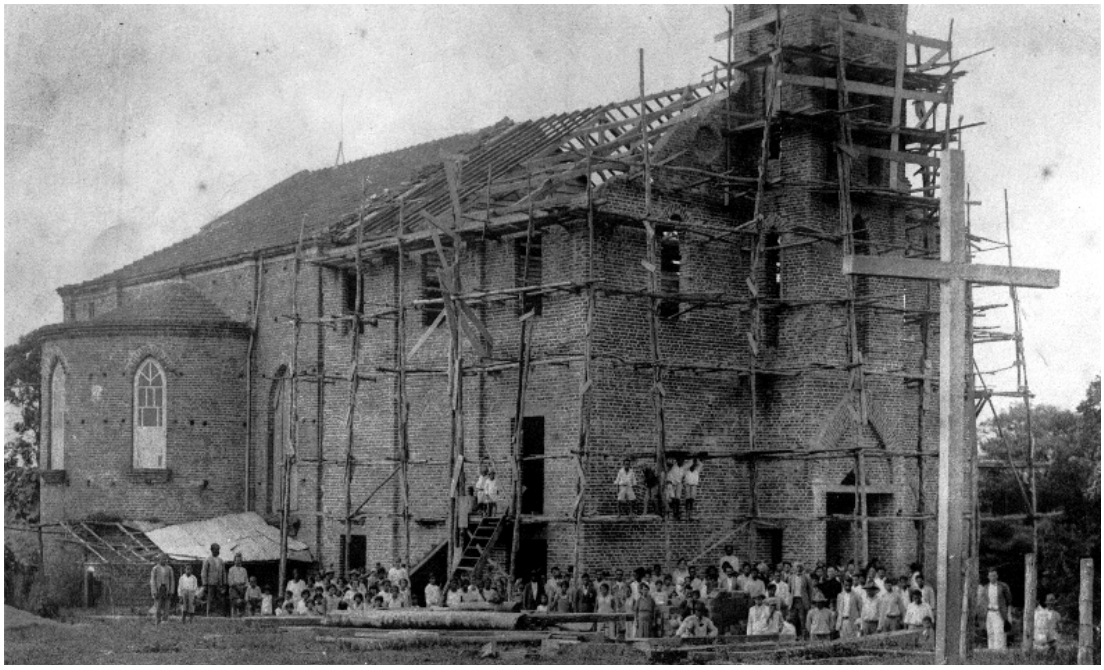


Embarcações junto ao Porto de Registro (Escola Adventista de Registro)

Assim, a colonização japonesa em Registro revalorizou a área do antigo porto fluvial, abandonado após a decadência do garimpo do ouro rio acima. O transporte eficiente dos vapores ao longo do Ribeira, propiciou escoamento e comercialização da produção de arroz e chá, fato que provocou o crescimento da ocupação em seus arredores.

Em 1922, a KKKK instalou em Registro seu centro de operações contando com quatro galpões de armazenamento, unidade de beneficiamento de arroz, escritórios e armazéns de secos e molhados. Segundo Petrone (1966), este fato beneficiou Registro, que se tornou a "capital das colônias japonesas".

A KKKK também foi a responsável pela construção da Igreja de São Francisco de Assis, no alto do Morro da Espia, organizando a arrecadação de recursos junto à comunidade e, inclusive, junto a católicos mais influentes e empresas do Japão. A pedra fundamental foi lançada em 1926 em razão da quantidade de adeptos do catolicismo e a necessidade de mostrar a integração dos imigrantes à nova terra.



Construção da Igreja de São Francisco de Assis, no alto do Morro da Espia, Registro (Álbum da Imigração Japonesa)

Para Mori (1992), a construção de igrejas católicas em áreas de colonização japonesa no território paulista, como ocorreu em Registro, Promissão e Álvares Machado, significava mais uma manifestação da vontade de adaptação ao ambiente brasileiro do que propriamente uma conversão ao catolicismo. Do ponto de vista psicológico, segundo esse autor, certamente se assemelha a ter construído um templo. Segundo Midorikama, os colonos de Registro dividiam-se, do ponto de vista religioso, em católicos, protestantes e budistas, sendo os primeiros mais numerosos, total superior a um terço dos habitantes.

Para facilitar a administração do núcleo, em função de sua grande extensão, Registro possuía uma divisão interna em quarteirões e seções, dirigidos por uma liderança eleita, o que não ocorreu com a colônia de Katsura. O status dos ocupantes de tais cargos era elevado, apesar de não serem remunerados.

Segundo Almeida, o sistema adotado na organização territorial aproxima-se do *mura* do Japão rural, no qual as famílias moradoras mais próximas se integram em unidades espaciais, no caso, as cinco maiores chamadas de Ichibu (atual zona urbana), Niibu (campo de experiência e Bamburral), Sambu, Yambu e Goobo (Fonte: Oficina Mapa Falante). As cinco seções foram posteriormente subdivididas em 26 quarteirões, englobando, assim, os 577 lotes rurais, dos quais 510 se encontravam ocupados até 1928.

Essas cinco seções formaram a Associação Japonesa de Registro, conforme indica Midorikama. Para o autor, a associação tinha uma organização mais ou menos idêntica a uma

fotos aéreas de Registro, junto ao antigo porto fluvial (IGC, décadas de 1940 e 1950)

comuna, corporação autônoma adaptada nas colônias alemãs do sul, no século XIX. Para completar a forma de organização interna do núcleo havia ainda um sistema de corporações de caráter esportivo, recreativo, social e econômico formado pelos Registro Club, Liga dos Moços de Registro, Clube Esportivo de Regsitro e Cooperativa dos Agrocultores.

Mas a semelhança no sistema de ordenamento territorial não se reproduziu em todos os sentidos da chamada "mura" como vila rural japonesa, pois conforme discute Ono (1973), uma de suas características positivas é o fato de que a proximidade estimula uma competição entre os produtores, o que resulta na melhoria geral das condições da produção agrícola. O sentido de competição, que é forte entre os produtores, é uma atitude condicionada pela estrutura do "mura", sendo que estes não se mostram propensos à troca de informação sobre novas culturas, de acordo com o que assinala o autor.

Ao contrário, em Registro, o que se identifica em experiências como a produção do chá e do junco é exatamente o espírito de cooperação entre os colonos, que foi responsável pela expansão destas novas culturas introduzidas pioneiramente ali. Para Almeida (1956:76): "O espírito associativo, disposição para o trabalho e senso de responsabilidade são os traços mais positivos da cultura dominante na comunidade nipônica da baixada do Ribeira".

Hoje, ao contrário de Katsura, a Colônia de Registro ainda contém diversos vestígios materiais do que foi o auge da colonização: são antigas residências de colonos, construções que guardam uma técnica específica que alia conhecimento japonês à adaptação ao meio tropical; antigas fábricas de chá e os campos de cultivo que conformam uma paisagem rural única e típica; equipamentos de infra-estrutura e apoio, como é o caso dos galpões da KKKK, do porto fluvial de Registro, da Igreja São Francisco de Assis e da Igreja Anglicana.

...As fileiras, regularíssimas, dispõem-se de alto a baixo das vertentes, no conjunto, e vistas à distância... (Petrone, 1966: 186)

Além do cultivo dos produtos já conhecidos na região, como o arroz, o milho, a mandioca e o feijão, esses três últimos para a subsistência, a Colônia de Registro se destacou pela introdução de um fato inteiramente novo, segundo Petrone: a cultura do chá.

Para o autor, a paisagem do chá é típica de Registro, pois fora daí só aparece esporadicamente. Ocupa os terrenos nas colinas suaves, ficando, deste modo, ao abrigo das cheias dos rios. Em geral é plantada seguindo as curvas de nível, garantindo proteção ao solo, já que com o seu crescimento, as mudas se unem formando uma cobertura densa, fechada e homogênea. A beleza da paisagem do chá em Registro é produto deste conjunto de fatores, de um lado, o sítio físico propício e, de outro, a forma como as lavouras foram dispostas. Vez em outra a uniformidade da paisagem é rompida por um trecho de mata atlântica preservado, ou nos topos ou junto ao vale de pequenos rios.

A uniformidade é dada pelos cuidados com a planta, já que desde a formação dos chasais cumpre-se a tarefa incansável de repor as mudas que morreram, de forma a garantir que as fileiras estejam sempre contínuas. Outro cuidado é com a altura das touceiras, mantida homogênea quando ocorrem as colheitas das folhas. O resultado é uma paisagem singular, mantida por uma forma de apropriação do espaço em consonância as características naturais dos terrenos.

A vocação natural da região favoreceu o plantio. As colinas foram a condição física

Colinas suaves, abrigadas das cheias, oferecem a melhor condição para o desenvolvimento do chá em Registro.

Paisagem do chá no bairro rural de Bamburral, cercada pela mata atlântica da várzea do Ribeira

Colhedeira de chá. Fábrica Amaya, 2008.

Fábrica de Chá Shimabucuro, desativada. Área pertencente à Unesp.

que contribuiu, desde cedo, para o desenvolvimento da agricultura comercial do chá. A origem dos terrenos propiciou a formação de solos com boa drenagem, condição essencial para o desenvolvimento da cultura do chá. Essa planta arbustiva e rústica teve boa adaptação às condições naturais de Registro em terrenos com pequena declividade, chuvas regulares o ano todo e solos que não encharcam. O chá, assim como o arroz, compõem a trajetória dos imigrantes japoneses em terras brasileiras, aliados no cotidiano destes colonos, seja para o consumo próprio ou como fonte de renda.

O plantio do chá ocorre entre setembro e novembro, no período das águas. Com dois anos a planta começa a produzir, tornando-se comercializável com três anos. A colheita ocorre de agosto a maio, sendo em número aproximado de 20 por safra. Para o chá preto colhem-se apenas os brotos mais tenros. A colheita pode ser manual, com auxílio de tesoura ou de colhedeira mecanizada. Tradicionalmente, em Registro, era feita manualmente utilizando mão de obra feminina e de crianças, uma vez que se necessita de maior habilidade para a apanha das folhas terminais. Assim sendo, a demanda por mão-de-obra é grande. Na Fazenda Okamoto, na década de 1950, Petrone identificou o uso de 10 famílias para tratar de 50 hectares de chá.

O beneficiamento da planta, feito tradicionalmente nas antigas fábricas de chá, implicava em uma seqüência de etapas. Em primeiro lugar as folhas deveriam ser desidratadas e para isso elas eram colocadas em redes, espalhadas manualmente, em grandes ambientes das antigas fábricas, ventilados pela grande quantidade de janelas. Seguia-se a fase de rolamento, onde as folhas murchas, submetidas à pressão, tinham retirado seu excesso de tanino. Na terceira etapa, as folhas iam para ambiente climatizado em umidade 90%, em processo de fermentação. Em seguida, vinha a secagem em tambor que girava sobre forno de carvão e depois era torrado sobre forno a lenha. A última fase consistia em seleção e classificação, utilizando máquina cortadeira e peneira, deixando o produto pronto para o estoque. (KUNIYOSHI & PIRES, 1984).

O plantio do chá em Registro teve início 1922, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês que havia chegado a Registro três anos antes, plantou as primeiras sementes da variedade chinesa (Thea sinensis), visando abastecer o consumo local por chá verde. Em 1935 ele introduziu em suas terras a variedade assam, com folhas mais largas e sendo assim, mais produtiva, procurando atingir o mercado brasileiro, já que a variedade chinesa não produzia chá preto de boa qualidade.

A história da introdução destas primeiras mudas de chá assam no Brasil é no míni-

À esquerda, placa indicativa das primeiras mudas do Brasil. À dieita, primeiras matrizes de chá assam preservadas na Fazenda Chá Ribeira.

mo curiosa. Regressando de uma viagem de navio pelo Japão, ao passar pelo Sri Lanka, Okamoto visitou uma plantação de chá e obteve, a muito custo, algumas sementes desta variedade. Como não era permitido embarcar com as sementes, escondeu-as dentro de um pão e, na viagem de volta, conseguiu fazê-las brotar. Ao desembarcar no porto de Santos, Okatomoto tinha em mãos 65 mudas de chá, as quais foram as matrizes de uma variedade que se espalhou por Registro. Essas matrizes encontram-se ainda hoje protegidas e preservadas em um canteiro cercado, no interior da Fazenda Chá Ribeira, da família Okamoto. Sua primeira plantação começou com duas mil mudas e, em 1934, já possuía 195 hectares de chá plantado, cuja fabricação iniciou em 1929.

O sucesso de Okamoto com o chá preto estimulou vários colonos a plantarem em suas próprias terras, ele era considerado um exemplo a ser seguido. Assim sendo, na década de 1930, no bairro de Quilombo, foi fundada a Fábrica de Chá Tupy, sob a direção de Yokichi Namie. Para vender a produção do chá em São Paulo foi convocado Katzuzo Yamammoto, imigrante que não se adaptou à prática da agricultura. A produção era grande e, para garantir acesso à todos ao mercado, formou-se neste momento a Cooperativa de Produtores de Chá do Sul de São Paulo, a qual incluía também a Fábrica de Chá Tupy.

Além de garantir a venda, a cooperativa se encarregava, também, de proporcionar melhoramentos na produção. Nesta década ainda, foi trazido para Registro um técnico japonês responsável pela orientação sobre o processo de beneficiamento do chá, o que resultou em uma melhoria do produto final e, conseqüentemente um aumento das exportações. A cooperativa chegou a responder, em sua fase áurea, a 60% do total nacional de chá.

Durante a segunda guerra, as dificuldades com o comércio internacional no Pacífico, estimularam a exportação do chá de Registro, transformando o Brasil, da condição de importador em exportador. Nesta época Registro chegou a ter 42 fábricas de chá, a maior parte de pequeno porte e espalhadas pelos bairros rurais como Quilombo, Carapi-

Pés de chá na Fazenda Experimental em Registro.

ranga, Areias, Raposa e Bamburral. O chá preto, exportado por Registro, atingiu mercados como Argentina, Chile, EUA, Holanda e Alemanha.

Com o final da 2ª guerra o chá de Registro passou a enfrentar dificuldades pela perda de mercados, já que a sua qualidade não era das melhores em função da falta de uniformidade. Como resposta apostou-se na expansão e modernização. O produtor Shusaku Yamamoto se associou a Standard Brand, uma empresa multinacional, para a construção de uma grande fábrica em Registro, com capacidade para 700 toneladas/ano. A Cooperativa Agrícola de Cotia assumiu a antiga Fábrica de Chá Tupy, quando a Cooperativa de Produtores de Chá do Sul de São Paulo foi liquidada em conseqüência à entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Essa fábrica chegou a ter capacidade de beneficiamento igual a Standart Brands.

A busca por melhorias técnicas na produção levou os profissionais das empresas à países como Índia e Sri Lanka, para conhecerem novos métodos de beneficiamento. Além disso, maquinário foi importado da Inglaterra.

A concentração de capital acentuou-se com o tempo e as pequenas unidades foram fechando, sendo a produção da folha vendida diretamente as beneficiadoras que conseguiram se manter.

A expansão do cultivo em Registro foi de tal ordem que o município concentra hoje a quase totalidade da produção do Brasil: entre 98% e 99% do chá preto exportado pelo Brasil vem do Vale do Ribeira, e na região, Registro destaca-se como o grande produtor. A Índia, um dos grandes e tradicionais produtores de chá preto do mundo, vem comprando

o produto do Brasil, para misturá-lo ao seu produto e depois revendê-lo. O chá é usado por grandes empresas do ramo alimentício para a fabricação de bebidas, como a Nestlé e a Lipton/Pepsi-Cola. Como ele é nativo de regiões subtropicais com clima de monções, metade da produção mundial é oriunda da China e Índia. Outra grande parte vem do Quênia, Indonésia, Sri Lanka e Turquia.

A produção em Registro se concentra, hoje, entre pequenos e médios proprietários, em propriedades de 20 a 50 hectares, muitos dos quais vendem sua produção para as fábricas que funcionam no município. A mais tradicional delas e a maior do ramo é a "Chá Ribeira", empresa fundada por Torazo Okamoto, ainda hoje de propriedade familiar, com seus filhos presidindo os negócios e situada no bairro de Morro Alto.

Outro importante produtor é o Chá Amaya, situado no bairro de Bamburral. Além da fábrica, a propriedade abriga uma residência antiga de colonos japoneses, bem preservada e circundada por um lago e por vegetação expressiva, de importância paisagística.

Antiga fábrica de Chá de Okamoto (Chá Ribeira). Construção já demolida. Fonte: (Álbum da Imigração, 2008)

Abaixo à esquerda: sede nova da fazenda de chá Shimizu

Abaixo à direita: fárbrica de chá Amaya

(Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Ao fundo Fábrica Amaya e lago no interior da propriedade.

JUNCO: TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM REGISTRO

Outro produto típico que os japoneses exploraram nas várzeas foi o junco. Ele foi introduzido no Brasil pelo imigrante Shigeru Yoshimura, em 1931, com mudas trazidas de Okiyama para Registro, embrulhadas em pedaço de estopa escondida no bolso.

Plantadas as mudas, Yoshimura distribuiu-as entre companheiros de viagem formando plantações que se espalharam pela colônia. As condições ecológicas locais representaram uma vantagem na produção do junco, já que com abundância de calor e umidade, a possibilidade de colheita ampliou-se em três vezes por ano, ao contrário do Japão em que ocorre apenas uma vez.

Para beneficiar o produto, em 1934, a Kaiko providenciou um tear apropriado dando início a produção de um artigo até hoje tipicamente regional: as esteiras. Toda a produção sempre foi e ainda é

Junco, plantado nos alagados do Ribeira e afluentes (Álbum da Imigração).

familiar, pais e filhos trabalham junto no plantio, colheita e beneficiamento. O processo de confecção das esteiras inicia com uma espécie de desfibradeira, onde a haste é repartida em duas, ficando mais finas. Depois são espalhadas sobre um terreiro, para secar, quando adquirem um tom marrom.

O Vale do Ribeira se tornou o único produtor desse tipo de junco na Américas, todo ele resultado das matrizes trazidas por Yoshimura. Com a morte de seu pai, Takashi Yoshimura continuou a produção com o filho Jorge, na fábrica que antes ficava na zona rural, mas que com a expansão da urbanização, fica hoje, quase dentro da cidade.

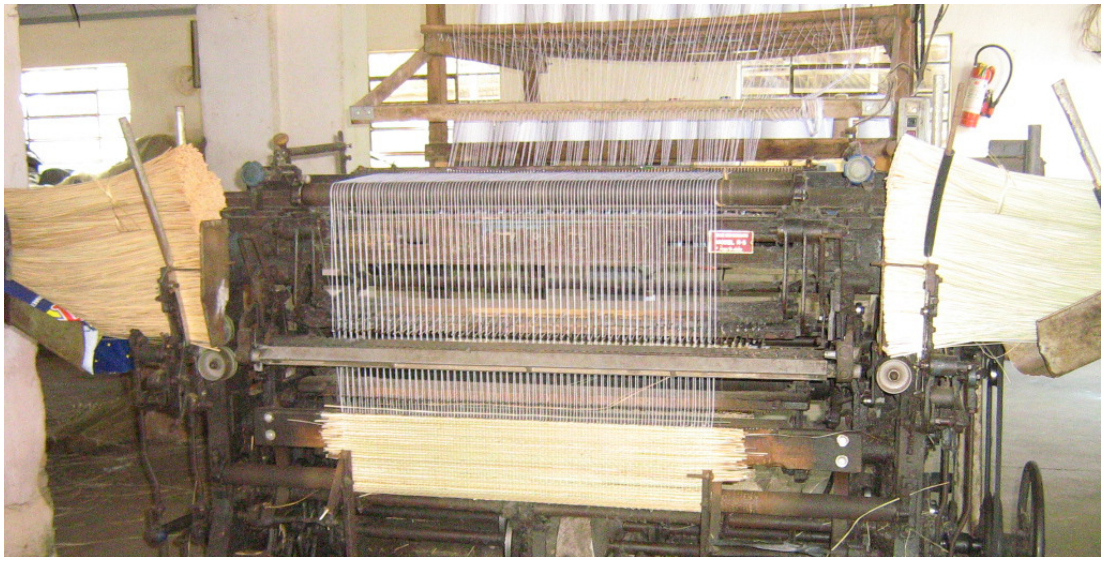
Além das famosas esteiras e dos chinelos de junco, a produção diversificou, a partir de um projeto em conjunto com o Sebrae. Hoje estão sendo produzidos bonés, chapéus, *puffs*, almofadas, mochilas. Mas nem todos aderiram ao projeto e a família Yoshimura, por exemplo, preferiu continuar mantendo a tradição dos chinelos e esteiras.

Em reportagem recente para um jornal paulista, o Sr. Yoshimura explica que o pai poderia ter plantado sozinho, em Registro, o junco trazido do exterior, detendo assim o monopólio do produto. Mas que, ao contrário, preferiu dividir sua experiência com os conterrâneos. "É costume japonês repartir com os outros", disse ele, explicando a atitude do pai, que favoreceu a expansão do junco pelo município (Revista da Folha, 15/06/2008).

O junco é encontrado hoje, plantado nos vales de fundo plano que separa as colinas suaves de Registro. Sua textura e altura uniforme formam uma espécie de tapete verde nestes fundos de vale. Em seu processo de beneficiamento, que começa com a secagem ao sol, em terreiros ou em encostas

suaves das colinas, mantém sua textura uniforme, agora em tons amarronzados. Em ambos os momentos da produção, o junco conforma uma paisagem típica e única, de grande beleza e ao mesmo tempo enorme simplicidade.

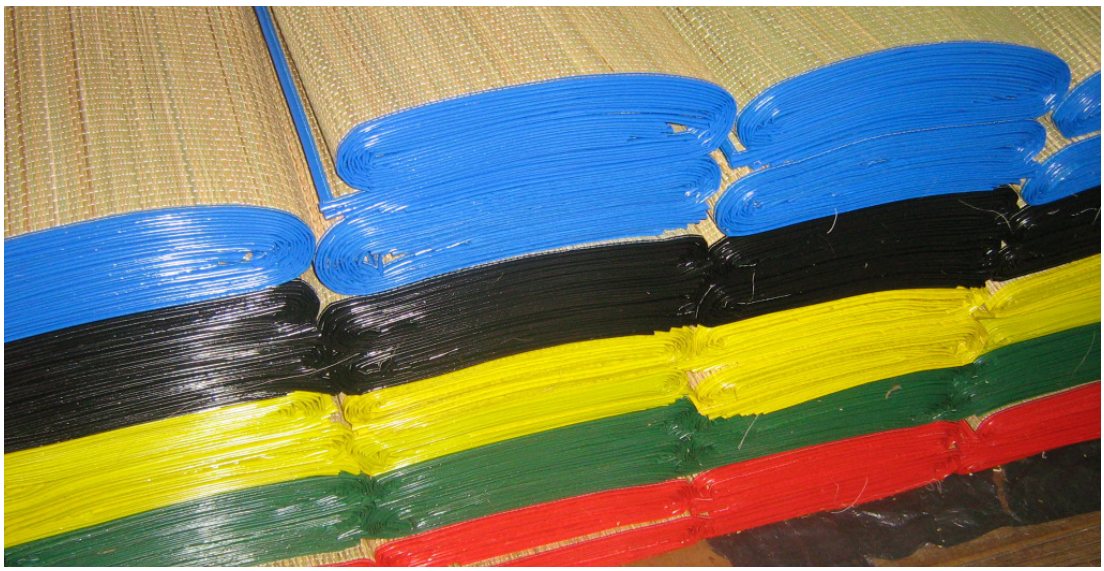
Filho e neto do Sr. Yoshimura, o pioneiro no plantio do junco no Brasil.



Primeira máquina trazida para Registro para produção de estiras, ainda em funcionamento.

Secagem do junco, bairro de Boa Vista em Registro, 2008.

Fábrica de Esteiras do Sr. Yoshimura



Produção tradicional da Fábrica de Esteiras do Sr. Yoshimura

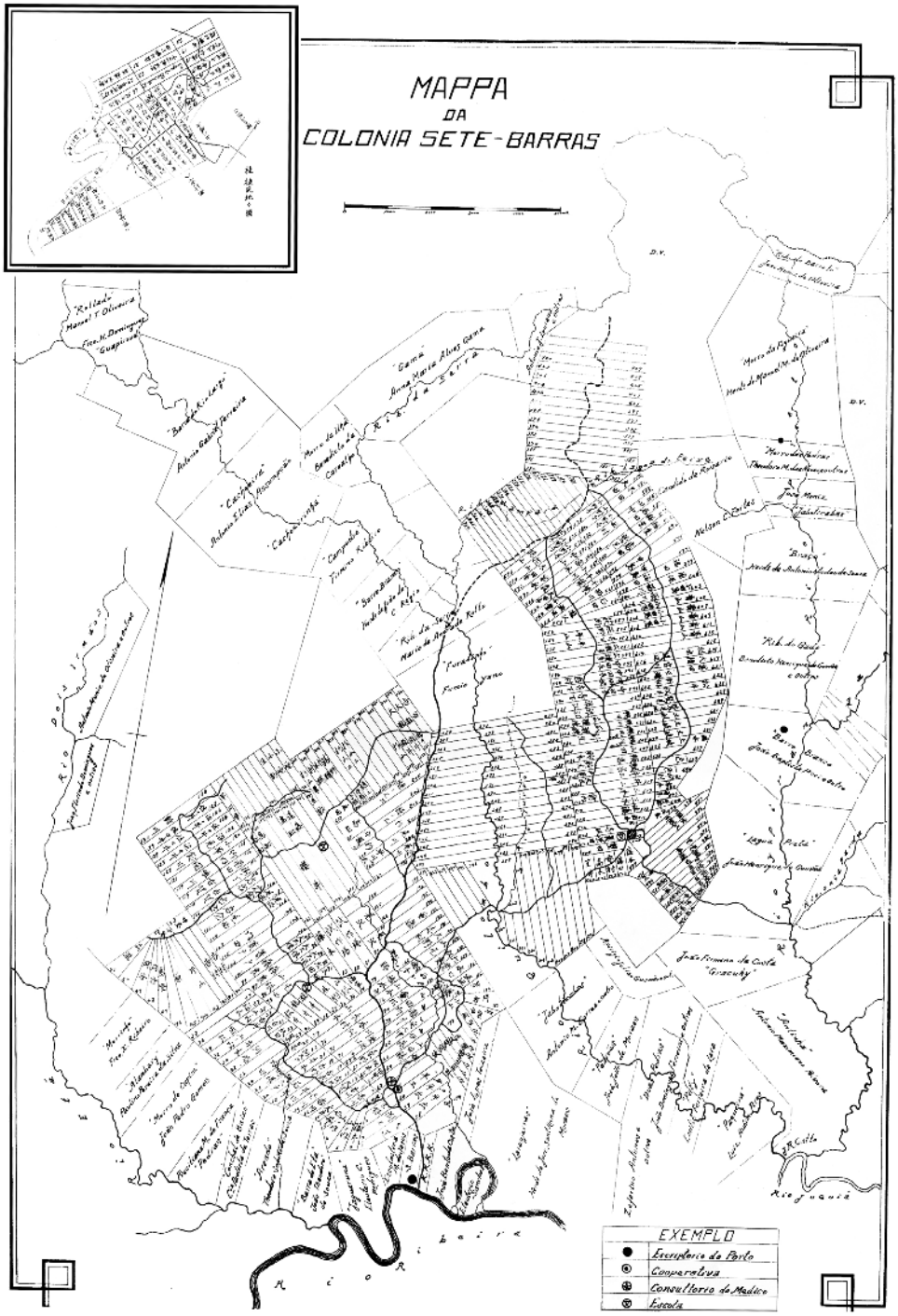
Secagem do junco em terreiro

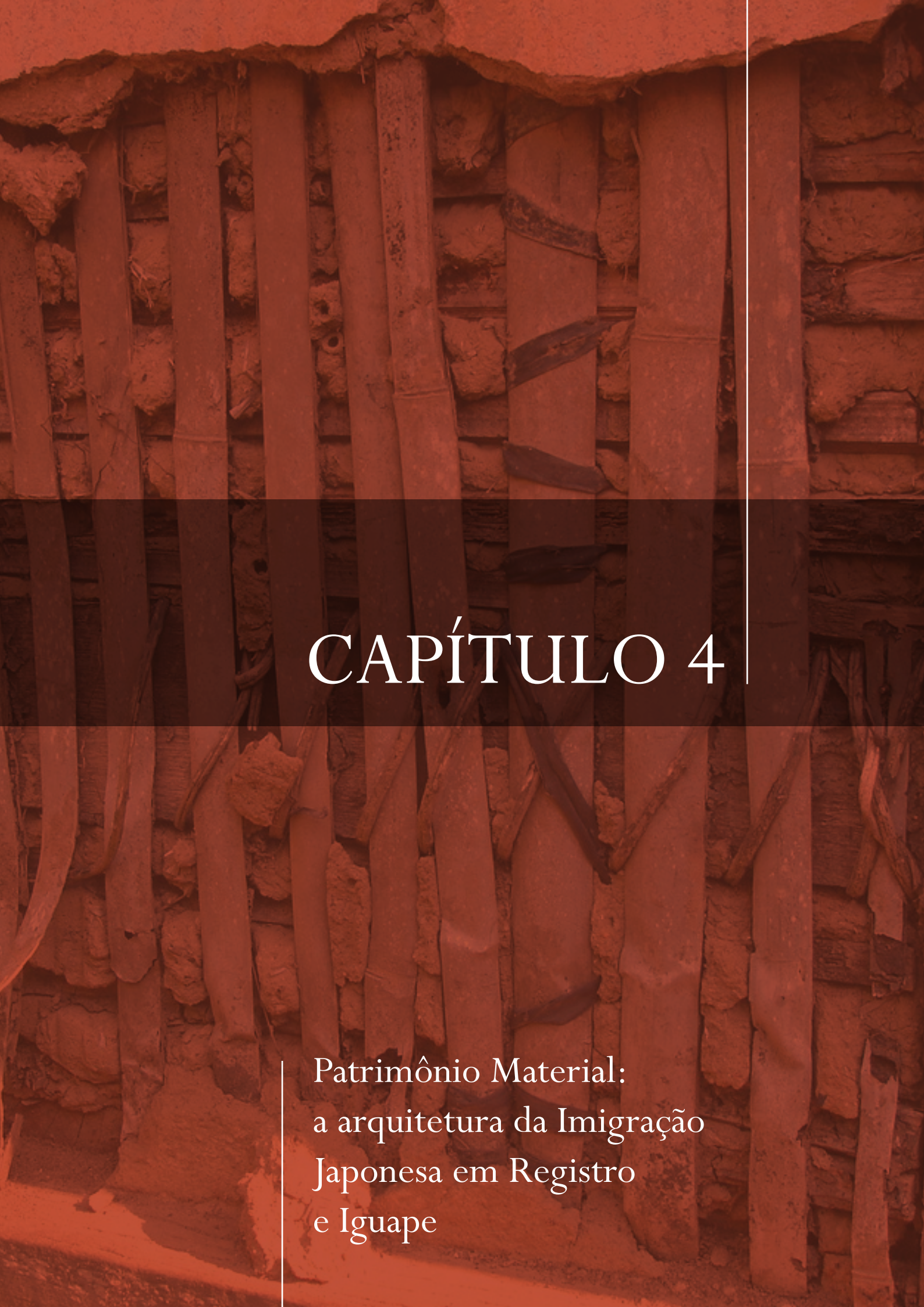
A COLÔNIA DE SETE BARRAS

A última das colônias japonesas implantadas no vale situava-se nas terras entre os rios Etá e Quilombo, ambos tributários do Ribeira de Iguape, em situação mais a montante de Registro. Formada a partir da aquisição de terras pela Kaiko, a colonização em Sete Barras não atingiu a expressão dos seus núcleos irmãos. Teve início com oito famílias e, até 1927, um pouco mais da metade dos lotes havia sido ocupado, 124 de um total de 204, correspondendo a 3 mil hectares de um conjunto de 5.642 hectares. De sua constituição, na década de 1920, até o ano de 1927 entraram no núcleo cerca de seiscentos imigrantes, contra os quase quatro mil de Registro.

A exploração agrícola acompanhava as atividades de Registro, destacando-se a produção de arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar e café, além da criação de animais e o extrativismo da madeira, recurso abundante em uma região de mata atlântica, ao sopé da Serra do Mar.

Assim como nas demais, a Kaiko implantou um sistema de estradas vicinais, escolas, posto de profilaxia e campos de experiência, além de um escritório cuja chefia foi conferida ao engenheiro Tioiti Ono.


MAPPA
DA
COLONIA SETE-BARRAS
EXEMPLO
Escriptorio do Porto
Cooperativa
Consultorio do Medico
Escola



CAPÍTULO 4

Patrimônio Material: a arquitetura da Imigração Japonesa em Registro e Iguape

PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE JAPONÊS EM REGISTRO E IGUAPE

"A presença do colono japonês na Baixada (...) deixou marcas mais profundas que as dos outros núcleos coloniais. Paisagisticamente as áreas de colonização japonesas, especialmente a de Registro, rapidamente se distinguiram do restante da Baixada, dados os elementos culturais nelas introduzidos pelos colonos. Tornaram-se áreas com densidades populacionais mais elevadas que o conjunto (...). A densidade da rede viária, o movimento do embarcadouro de Registro, a multiplicação das culturas, especialmente as áreas relativamente extensas onde a mata foi substituída pelas lavouras de chá, são elementos desusados nas paisagens regionais.

Tais fatos seriam suficientes para diferenciar a colonização japonesa em toda região, das demais iniciativas que aí tivemos. (...) A continuidade das terras ocupadas por colonos japoneses, raramente nacionais, a presença de um organismo orientador poderoso como era a Kaigai, forçosamente deveriam contribuir para a permanência da bagagem cultural de origem, particularmente por se tratar de um grupo culturalmente tão diferente do povoador pré-existente."(Pasquale Petrone. A Baixada do Ribeira. p. 161-162)

Atribuir valor ao patrimônio cultural do imigrante japonês nos municípios de Registro e Iguape não é tarefa simples. Diversas são suas marcas na paisagem cultural do Vale do Ribeira, que vão desde a arquitetura das habitações, os chazais, o trabalho com junco, passando pela própria cidade de Registro e pela festa do Tooro Nagashi.

Alguns bens foram sendo, com o passar do tempo, investidos de significados e identificados pela comunidade como ligados ao passado e às suas tradições. Outros, no processo de pensar e construir o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e seus valores, ganharam sentido mais recentemente.

A primeira aproximação com os bens materiais em questão aconteceu por ocasião dos levantamentos de campo no âmbito do projeto Paisagem Cultural: Inventário de Bens Culturais do Vale do Ribeira. Em reuniões com representantes da comunidade e da prefeitura foram indicadas e dadas a conhecer algumas construções consideradas importantes. Após o aprofundamento dos trabalhos, com pesquisas bibliográficas, contato com especialistas e retorno aos municípios, novas indicações ficaram evidentes, cujos resultados podem ser vistos nas páginas que se seguem.

Tendo em vista a necessidade de envolver a comunidade e de escutar como pensam

e como se vêem os moradores, a equipe de inventário levou a termo a Oficina "Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro". Realizada em 10 de junho de 2008, na cidade de Registro, a oficina objetivou construir coletivamente um mapa que pudesse representar a memória da imigração japonesa, incluindo os lugares de acontecimento, as histórias de vida e as marcas do tempo, a partir da visão dos próprios protagonistas dessa história. Nesse sentido a comunidade foi convidada a trazer a sua contribuição a partir de relatos e memórias, fotos antigas, documentos, desenhos, ou indicando lugares representativos. Foi organizada em conjunto com diversas instituições públicas e privadas da área de cultura e educação do município, envolvendo desde os educadores e gestores culturais até alunos do ensino fundamental, médio e superior.

A atividade fez parte de uma estratégia de educação patrimonial desenvolvida *pari passu* aos levantamentos do inventário. Entendida como um componente essencial de todo o processo de identificação e proteção do patrimônio cultural e não meramente como uma atividade de divulgação, a educação patrimonial possibilita contribuir para a construção e fortalecimento dos laços entre a tutela institucional pública e as populações locais, criando um canal de participação social nesse processo.

Além de atender aos objetivos da educação patrimonial, a oficina constituiu-se em uma estratégia para complementar o levantamento de dados preliminar, feito em fontes documentais e bibliográficas. Como a maior parte dos bens identificados encontra-se situado dispersamente em área rural do município, a oficina do Mapa do Patrimônio da Imigração possibilitou criar grupos de apoio à realização dos trabalhos de campo, nos dias que se seguiram, facilitando a sua localização e identificação.

Para a sua realização utilizou-se a técnica de pesquisa-participante chamada de "mapa falante", por meio da qual os convidados, divididos em grupos de discussão, elaboram uma representação coletiva de determinada realidade, um desenho feito conjuntamente a partir de uma situação-problema colocada. Buscou-se, dessa maneira, diagnosticar uma situação, formular propostas de atuação e construir novos conhecimentos. A situação colocada aos participantes foi pensar o que simbolizaria melhor o patrimônio da imigração japonesa na região, solicitando aos presentes que a localizassem no mapa, além de justificar a sua escolha.

O resultado foi a indicação de diversos bens situados em área rural e urbana, alguns dos quais já levantados pela pesquisa preliminar, além de outros até aquele momento desconhecidos, mas principalmente, a oficina representou uma oportunidade de entender de que forma aqueles bens encontram-se referenciados na memória social.

À esquerda: representantes da Igreja Anglicana e do Bunkiô apresentam indicações de bens para constar no Mapa do Patrimônio da Imigração.
À direita: grupos indicam e justificam suas sugestões.

A ARQUITETURA DO VALE DO RIBEIRA

Estudar a arquitetura da região do Vale do Ribeira é colocar em evidência processos sociais e econômicos de ocupação e formação do território nacional, como a conquista do litoral e a interiorização, a economia do ouro e do arroz, o cultivo de chá e a imigração. A arquitetura ainda existente, apropriada e sucessivamente revestida de novos significados, permite também compreender certa dimensão dos processos sociais da cultura, como os modos de morar. A arquitetura é documento histórico, que deve ser interpretado e investido de significado, para fins de pesquisa, valoração patrimonial, construção identitária e apropriação econômica.

Para valorar as suas expressões arquitetônicas e compreender seu potencial é necessário ter em conta o contexto e os processos sociais que as produziram e que seguem dotando-as de sentido. No Vale do Ribeira encontram-se técnicas e formas de ocupação tanto do litoral, como construções em pedra, e do planalto, como edificações com técnicas de barro. Estas denotam a complexidade e a singularidade do patrimônio material do vale, resultado da sua história, de seu povoamento, das estratégias e contingências econômicas, do território e das sociabilidades.

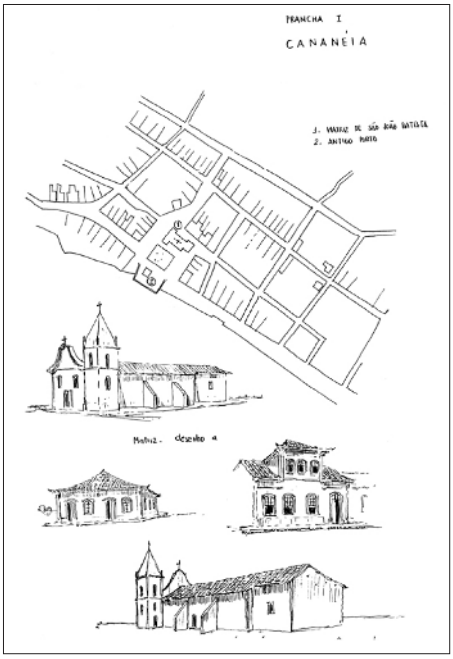
O litoral do Vale do Ribeira foi local chave para a projeção de expedições ao sertão, desde os primeiros tempos da conquista ibérica. A união entre as coroas portuguesa e espanhola entre 1580 e 1640 tornou o Tratado de Tordesilhas não operativo no sul do País. No litoral estão os municípios de Cananéia e Iguape, construídos em pedra e cal, dentre os primeiros núcleos urbanos de São Paulo. Foram erguidos segundo ordenamentos da Coroa Portuguesa, para abrigar a administração pública, ocupar o território, e cumprir funções de guarda do território. Voltadas para as funções litorâneas, de caráter eminentemente portuário, foram também o contato com o interior por meio do rio Ribeira de Iguape, que trans-

portava os produtos, ao mesmo tempo em que forjava os modos de ser e construir.

Em Cananéia, cujo centro histórico é tombado pelo Condephaat, persistem as edificações do final do século XVIII e começo do século XIX como casas baixas de pedra e cal construídas no alinhamento da rua com cobertura em duas águas e, ainda, sobrados do final do XIX erigidos sobre porões utilizados para fins comerciais. Dentre as construções do núcleo urbano destacam-se a Igreja de São João Batista (1577), construída em pedra e cal extraída dos sambaquis, e a casa de pedra do Tabatinguara. Na área rural, como testemunho do cultivo do arroz há o antigo engenho conhecido como Casa de Pedras do Capitão do Mato do Mandira.

O núcleo urbano de Iguape está dentre os mais bem preservados e caracterizados do Estado de São Paulo, com arquitetura e urbanismos capazes de contar a sua trajetória. O sítio urbano, localizado entre o Morro da Espia, o Canal do Valo Grande e o Mar Pequeno, caracteriza-se por ser plano e composto por importantes casas e sobrados de pedra e cal, com coberturas de telha de barro. Eles remontam ao período da exploração aurífera no século XVI, das atividades ligadas à construção naval a partir de meados do XVIII e da cultura de arroz no século XIX. Dentre as especificidades podemos citar o arruamento das ruas de traçado defensivo, com ruas em funil fechadas ao exterior, com aberturas e estreitamentos que dão aos percursos caráter dinâmico e as praças da Basílica e de São

Rua de Cananéia. (Fonte: Peabiru/ IPHAN, 2008)



À esquerda: casa com camarinha em Cananéia (Fonte: H. Kruse, 1942)

À direita: Arquitetura de Cananéia (Fonte: Andrade, sem data)

Benedito. As Igrejas da Matriz, de São Benedito e do Rosário sobressaem-se na massa construída. A festa do Bom Jesus de Iguape, que atrai milhares de romeiros de todo Brasil para celebrarem o padroeiro, inaugurada em 1858, é ponto focal no tecido construído. Destacam-se, também, o Sobrado do Toledo, relevante exemplar neoclássico e as casas do chamado Funil, hoje Rua das Neves, o mais antigo conjunto arquitetônico da cidade.

Centro Histórico de Iguape (Fonte: F. Brito, 2008)

Saindo do litoral e subindo para as terras médias do Vale do Ribeira, as soluções em pau-a-pique tornaram-se comuns, tendo em vista a formação de arraiais motivados pela extração do ouro de aluvião. A pouca duração da atividade econômica ligada ao ouro, fez com que as características da ocupação local fossem a agricultura e, em alguns locais, ainda vinculadas à mineração.

Em Iporanga, antigo arraial de mineração às margens do Rio Ribeira de Iguape, restam vestígios de casas, valas e desvios do ribeirão, uma vez que a população transferiu-se para a confluência do Iporanga com o Ribeira de Iguape, dedicando-se à lavoura de cana-de-açúcar e arroz.

Iporanga(Fonte: F. Brito, 2008)

A presença dos imigrantes japoneses e europeus em Registro, Sete Barras, Jacupiranga e Barra Grande trouxe para a região as técnicas da madeira, que, por sua vez, foram mescladas às formas de construir locais, sobretudo de barro.

A arquitetura dos imigrantes japoneses, construída no início do século XX, é exemplo da diversidade e singularidade arquitetônica do Vale do Ribeira. São edificações que revelam tais processos sociais e são feitas a partir das peculiaridades dos próprios imigrantes orientais. Alguns destes eram exímios carpinteiros, com grande destreza nas técnicas da madeira. Mesmo utilizando algumas das técnicas já conhecidas em terras brasileiras, o fizeram conferindo as marcas de sua própria cultura e conhecimento. Sua arquitetura não é testemunho apenas dos processos políticos e sociais de imigração. Ela é também exemplar das formas de construir e da tecnologia dos imigrantes.

A ARQUITETURA JAPONESA E ARQUITETURA DO IMIGRANTE JAPONÊS: ALGUMAS QUESTÕES EM FACE DA ARQUITETURA BRASILEIRA

As manifestações da arquitetura popular despertaram de modo descontínuo interesse por parte de arquitetos e pesquisadores dentro e fora da academia. O Iphan, desde os primeiros anos, ocupou-se desta arquitetura produzindo inúmeros estudos e ações de salvaguarda de exemplares. Trabalhos teóricos como os de Gilberto Freyre sobre os mocambos do Recife, publicado no primeiro número da Revista do SPHAN, ou de Lúcio Costa e de Mário de Andrade, atestam o interesse da Instituição pelo tema.

Ao longo do tempo, muitas das ações efetivas de salvaguarda da arquitetura popular no âmbito rural foram dando lugar a outras demandas. Nos anos 80 (ALCÂNTARA, s/d), Pedro Alcântara chamou a atenção para a falta de trabalhos sistemáticos de inventário neste campo. Disto decorria o desconhecimento do universo de bens e logo a ausência de política de preservação de bens culturais. Como não se tinha quadro mais "geral e real de referência", não se atribuía valor à arquitetura rural. Era necessário, como apontava o arquiteto naquela ocasião, identificar as edificações e/ou conjuntos que mereceriam apenas documentação daquelas que mereceriam tombamento de conjunto, seja pela homogeneidade tipológica que apresentavam, seja por constituírem série histórica significativa.

O patrimônio edificado rural e popular gerou muito interesse no Iphan, mas de modo esporádicos e não sistematizado no âmbito do território nacional. Os estudos realizados por Antônio Luís Dias de Andrade sobre o Vale do Paraíba e a arquitetura do café são exemplos importantes do esforço empreendido na compreensão e definição da arquitetura popular. Mais recentemente, o projeto Roteiros Nacionais da Imigração, em Santa Catarina, deu novo fôlego institucional ao tema, na medida em foram inventariados e tombados bens imóveis expressivos da arquitetura rural, popular e produzida por imigrantes.

Para Weimer (2005), embora muitos autores refiram-se às expressões construtivas da arquitetura popular com o nome de vernácula, este termo seria inadequado. Buscando a etimologia da palavra, que significa escravo, bobo, patife e velhaco, conclui que não se aplicam à esta arquitetura tão rica e diversa. Afirma que popular seria o mais apropriado para designar a arquitetura feita a partir da relação com a natureza e da adaptação e readaptação cultural em torno das mesmas no tempo e no espaço.

A primeira característica da arquitetura popular é a simplicidade, resultado da utilização de materiais fornecidos pelo meio ambiente. A segunda seria a adaptabilidade. A criatividade é outra característica fundamental da arquitetura popular, resultante da adaptação das técnicas aos materiais disponíveis.

A arquitetura realizada pelos imigrantes de diversas origens em todo território nacional são testemunhos eloqüentes da adaptabilidade e da criatividade na adoção de materiais e técnicas locais a partir da cultura de origem.

Casa enxaimel português no Vale do Ribeira - SP (Fonte: Wiemer, 2005, p. 89)

"(...) aqui [no Brasil] temos exemplos belíssimos podem ser encontrados nas mais variadas correntes imigratórias do Brasil. (...) Um exemplo são as realizações da arquitetura dos imigrantes japoneses, que vieram do lugar mais afastado do Brasil; seus mestres conseguiram realizar uma arquitetura primorosa". (WEIMER, 2005:XLI, XLII)

Casas enxaimel (Fonte: Roteiros nacionais de imigração - SC, 2008)

Desde muito tempo a presença de europeus não lusitanos foi freqüente no País, mas é com a abertura dos portos em 1808 que ela cresceu em número. Os diversos imigrantes trouxeram técnicas construtivas que foram adaptadas e/ou reinterpretadas no Brasil. A técnica do enxaimel (estruturas de madeira realizada com peças encaixadas) chegou por duas vias: a dos alemães e a dos portugueses. Suevos e visigodos levaram o enxaimel para a Península Ibérica, que, com condições ambientais muito diversas da alemã, a adaptaram. No enxaimel português, encontrado em todo o Brasil, sobretudo no norte de Minas e sul da Bahia, as peças não ficavam todas aparentes, apenas os requadros das portas e janelas.

No caso do enxaimel de origem alemã, com exemplares esplendorosos no Vale do Itajaí em Santa Catarina, alvo de tombamento recente pelo Iphan, a estrutura apresenta algumas diferenças. As peças ficavam todas aparentes, sendo ressaltadas pela cor, pintadas com alcatrão para impermeabilização e contrastar com a alvenaria, geralmente caiada. (WEIMER, 2005)

Entender sob a denominação de popular a arquitetura japonesa praticada no Brasil, pode ser uma vertente possível de interpretação. Muitas vezes, as casas construídas pelos imigrantes japoneses, eram de fato feitas sem arquitetos. Muitas vezes, como é o caso do casarão do chá, havia mestres carpinteiros que vieram do Japão para tentar a vida no País e aqui exerceram sua profissão.

As contribuições dos imigrantes japoneses no Brasil são relativamente pouco conhecidas, sobretudo se comparadas às dos alemães, italianos e eslavos. A maestria dos carpinteiros japoneses resultou em casas de vivenda e palácios amplamente reconhecidos pelos arquitetos e admirados pelos grandes mestres do movimento moderno, como Walter Gropius e Frank Lloyd Wright. As afinidades mais evidentes entre a arquitetura moderno e japonesa são a utilização de estrutura independente e o sistema modular.

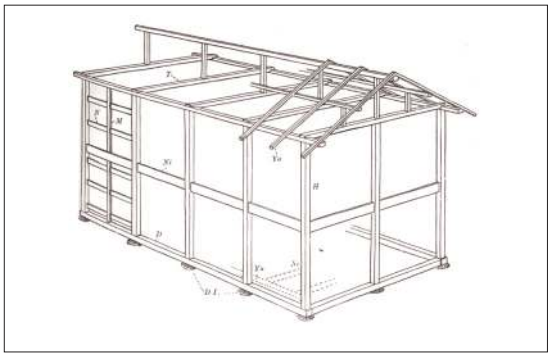
Historicamente, a arquitetura no Japão foi construída para ter alta resistência, e, ao mesmo tempo, ser a mais leve possível, de modo a resistir aos terremotos. Sendo o Japão um país de muitas florestas, é natural que o material básico de construção fosse a madeira. É o uso preferencial da madeira que confere singularidade à arquitetura japonesa, utilizada com grande plasticidade e engenhosidade. Chamam atenção a engenhosidade na ligação dos elementos estruturais, a precisão com que as portas de correr se adaptam às soleiras, a escolha cuidadosa das madeiras dos forros e dos demais ambientes interiores e a ordenação singular dos elementos internos. (STROEDER, 1962)

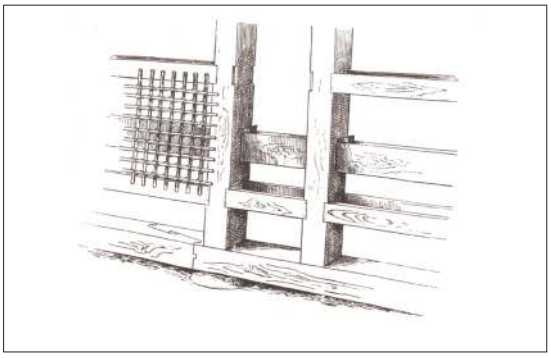
A madeira no Japão era historicamente tratada com a ensamblagem para resistir aos

esforços de compressão e de tração, tendo em vista os terremotos. Neste processo, os carpinteiros tornaram-se os grandes mestres da construção, e tem um protagonismo único em sua arquitetura. Outros madeiras foram também utilizados, como a terra para os vedos, a pedra para as fundações, o papel no interior e a laca nos elementos internos e externos.

São características gerais da arquitetura japonesa as fundações especiais, cômodos arejados com pisos internos cobertos por *tatami*, que dão a modulação dos espaços e dos elementos arquitetônicos. É necessário ter em conta que a ocupação milenar do território japonês fez surgir arquiteturas muito diferenciadas, tanto esteticamente, quanto construtivamente, conforme a região do país. Há que se ter em conta, também, a importância da religiosidade e dos aspectos simbólicos de que estão revestidos todos seus elementos arquitetônicos.

Edward Morse, em estudo clássico do final do século XIX sobre a arquitetura japonesa, mostra que a arquitetura residencial, em geral, parte de uma estrutura simples: os pilares saem do solo e são encaixados nas vigas. O pé direito é guarnecido por tiras curtas fixadas nos encaixes apropriados das colunas, às quais estão presas ripas de bambu ou por longas tiras de madeira que passam através de encaixes nas colunas às quais estão firmemente presas.





Vigamento de uma casa comum de dois andares e estrutura lateral (Fonte: HALL, 1990: 47, 40)

Os pilares da estrutura repousam diretamente sob as pedras lavradas e a construção ergue-se a pelo menos 50cm do chão. No Japão, em alguns casos, o espaço das colunas é coberto por tábuas, o que não foi verificado nos exemplares nacionais. (MORSE, 1990)

As paredes externas, quanto são em madeira, são feitas de tábuas finas fixadas nos elementos estruturais, seja horizontalmente, seja verticalmente (neste caso, presas por cintas de bambu). Quanto à separação dos espaços internos, em geral, são leves divisórias feitas por biombos corrediços, podendo ser encontradas paredes em gesso (mais raramente).

Pode-se sintetizar as características da casa tradicional japonesa nos seguintes elementos (GOUVÊA, 2000:30-31):

1. Fundações – utilizam sapata corrida em pedra, sobre as quais se apóiam os arranques em madeira para o desenvolvimento da estrutura;
2. Piso elevado, utilizado em diversas construções tradicionais, com variações de altura e travamento;
3. Utilização de *tatami* como mobiliário básico e modulador das dimensões da edificação;
4. Vedações em madeira, adobe ou tijolos;
5. Utilização de divisórias internas para separação dos cômodos, podendo ser em papel, bambu ou madeira;
6. Grandes vãos de abertura para portas e janelas, denotando a estrutura independente da construção;
7. Forros em madeira trabalhada, papel ou lava, com variações em altura e de relevos;
8. Coberturas com curvaturas suaves e madeiramento dos beirais e cumeeiras aparentes com detalhes de encaixes e entalhes.

Exemplos de habitações japonesas, aspéctos interiores e exteriores. (Fonte: UEDA, 1998, p. 63, 111, 122, 154)

No caso brasileiro, alguns esforços de pesquisa foram empreendidos no sentido de conhecer as formas de moradia, apropriação e reapropriação do construir e do habitat do imigrante japonês e suas relações a arquitetura praticada no Japão. Podemos citar a dissertação de mestrado de Rogério Bessa Gonçalves, sobre a arquitetura do imigrante japonês em Registro, e as pesquisas de Celina Kuniyoshi e Walter Pires sobre o Casarão do Chá e também sobre a arquitetura da imigração japonesa de modo geral. O clássico estudo de Pasquale Petrone sobre o Vale do Ribeira fornece informações preciosas sobre as formas de moradia e paisagem do imigrante japonês. No entanto, frente ao volume de pesquisas sobre aspectos históricos e sociais do imigrante e frente ao significado social dos espaços construídos pelos imigrantes no País, ainda é muito insipiente a bibliografia sobre o tema.

O exemplar mais conhecido da arquitetura da imigração japonesa no Brasil é o Casarão do Chá, tombado pelo Iphan e pelo Condephaat. Situado em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, o casarão, como ficou conhecido, foi uma fábrica de chá empreendida pela Sociedade Katakura, empresa japonesa da Província de Nagano produtora de tecidos. Tendo fracassado a iniciativa de produção de tecidos no país, a empresa investiu em projetos agroindustriais. A partir dos anos 30 tornou-se produtora de chá (já amplamente cultivado no Vale do Ribeira), que acabou por ser o principal produto comercializado pela empresa, pelas condições políticas da II Guerra Mundial, quando se interromperam as importações de chá provenientes da Índia, elevando seu preço no mercado internacional.

Tais fatores levaram à necessidade de ampliação das instalações de beneficiamento de chá. Em 1942, foi encomendado ao arquiteto-carpinteiro japonês radicado no Brasil, Kazuo Hanaoka, o projeto para a fábrica de chá, realizado a partir do programa de necessidades estabelecido pelo agrônomo Furihata, responsável pela produção de chá.

Hanaoka, que havia chegado ao Brasil em 1929, adaptou as técnicas construtivas japonesas na edificação utilizando materiais locais e a mão-de-obra existente na região. Construída em madeira totalmente ensamblada, a estrutura repousa sobre blocos de pedra, assim como nas construções tradicionais japonesas, sem haver qualquer amarração entre a estrutura e o embasamento. O sistema estrutural consiste em dez pilares dispostos em fileiras duplas ligadas às vigas transversais e longitudinais. No segundo pavimento, ambiente de secagem das folhas de chá, é visível a cobertura, composta por tesouras apoiadas nas duas fileiras centrais de pilares. (KUNIYOSHI & PIRES, 1984)

O Casarão do Chá foi construído num momento em que os imigrantes japoneses já se encontravam estabelecidos no País, situação em muito distinta dos primeiros colonos. Estão

presentes na edificação diversos elementos arquitetônicos que remetem a palácios e templos japoneses. Esteticamente, o que mais dá este sentido à edificação è a cobertura, ela mesma em linhas curvas e com frontão triangular arrematado por coroamento entalhado na madeira.

> *O emprego do componente formal japonês de madeira exuberante, talvez um pouco mistificado, representa a apropriação de uma iconografia que expressa manifestação pela manutenção da identidade cultural do grupo, e de uma forma sofisticada. (KUNIYOSHI & PIRES, 1984:104)*

Casarão do Chá, Mogi das Cruzes (Fonte: Victor Hugo Mori, sem data)

O ESTABELECIMENTO DA KKKK E A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE REGISTRO

A partir da segunda metade do século XIX, conforme mostra Eduardo Pereira (2006), diversos núcleos coloniais foram instalados nas proximidades da cidade de São Paulo em áreas urbanas estruturadas pelas ferrovias. Imigrantes de origens variadas, como italianos, suíços e alemães, vinham trabalhar na cafeicultura, em olarias e em outras atividades rurais. Tais colônias eram organizadas com divisão dos lotes, e a concessão dos mesmos à exploração dos colonos.

A imigração japonesa em Registro encontra paralelos com este sistema em que as colônias deram origem a núcleos urbanos.

A chegada de imigrantes no porto de Registro (Fonte: HANDA, 1987 p.350)

O empreendimento colonizador nipônico deu a Registro sua condição própria de existência, até tornar-se atualidade o município economicamente mais importante do Vale do Ribeira. Em 1926 foi elevado a distrito policial, em 1934 a distrito da paz e em 1944 à condição de município, motivado pelo momento político da II Guerra Mundial.

Segundo Rogério Gonçalves, em 1913 foi entregue à empresa Brasil Tokucshoko Kaisha a concessão do contrato para captação de mão de obra imigrante. A empresa, que, em 1918, com a fusão de empresas particulares de imigração, foi denominada Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha - KKKK, tornou-se proprietária de uma gleba de cerca de 90 milhões de metros quadrados nos arredores do distrito policial, na região denominada "Posto de Registro".

Registro, que só se tornaria município nos anos 40, pertencia ao município de Iguape. A localidade tinha grande importância desde o período colonial por abrigar o posto

de cobrança do quinto do ouro à Coroa Portuguesa. Não há, contudo, vestígios da fase colonial no município, a não ser pelo nome da cidade, que segue lembrando a origem do núcleo urbano.

Com o esgotamento aurífero, de acordo com Valentim, as terras do médio Vale do Ribeira foram ocupadas com a rizicultura, o grande motor econômico da região durante o século XIX até a metade do século XX, com auge entre 1840 e 1860. A região de Registro, ao que se supõe, tornou-se passagem dos produtos agrícolas que percorriam o rio Ribeira de Iguape, cuja navegação foi incrementada em 1850 com portos de Xiririca (atual Eldorado), Iguape e Cananéia, que passaram a ser servidos por linhas regulares de navios a vapor.

O século XIX não deixou vestígios materiais na cidade de Registro e as fotos do núcleo urbano com a chegada dos imigrantes, deixa claro o caráter de ocupação em processo, com obras, ruas em terra, e pouco aspecto de habitabilidade.

Ruas do centro de Registro nos anos 30 (Fonte: Álbum da Imigração Japonesa, 1934)

À esquerda: Hotel Registro nos anos 30

À direita: casa npp centro de Registro nos anos 30 (Fonte: Álbum da Imigração Japonesa, 1934)

Pasquale Petrone afirma, com base no estudo de Krug, que a localidade até o início do século XX, nada mais era que duas ou três casas de pau a pique, cujo acesso e via de transporte era exclusivamente o rio Ribeira. Pelo mapa de implantação da Colônia de Registro, pode-se inferir que existiam algumas fazendas, cujas terras foram incorporadas à colônia. Não há informações quanto à existência de construções oitocentistas no que é hoje o centro da cidade.

Não se sabe até o momento se houve alguma forma de planejamento para Registro e

se regras de traçado e ocupação foram estabelecidas pela KKKK. Fotografias de meados do século XX mostram ruas sem calçamento e diversas casas com referências à arquitetura japonesa. Alguns poucos imóveis são ainda capazes de contar esta ocupação inicial. Segundo Vicente Unzer, em estudo dos anos 50:

> *Registro cresceu sem plano urbanístico. (...) Não há calçamento nem meio-fio nas ruas que, em sua maioria, têm traçado irregular. Não existem, também, praças ajardinadas. O sítio onde se ergue a cidade é, porém, bonito (...)"(ALMEIDA, 1953:40)*

À esquerda: vista da cidade de Registro nos anos 50.

À direita: vista da cidade de uma rua de Registro. (Fonte: Almeida, 1953, p. 5)

O vetor de ocupação do núcleo urbano foi o porto, junto do qual se construiu a sede da KKKK. A sede desta empresa era composta por quatro galpões de armazenamento e um edifício com instalações de engenho de beneficiamento de arroz e equipamento de calderaria, localizam-se no sopé do Morro da Espia e diferenciam-se do todo construído do núcleo urbano.

No primeiro momento de instalação da KKKK, a empresa forneceu suporte técnico aos colonos, de modo que as suas principais culturas se desenvolvessem conforme o esperado. Como a via circulação era o rio Ribeira de Iguape (os produtos saíam de Registro com destino à Estação de Juquiá ou ao Porto de Iguape), a Kaigai concentrou as suas atividades junto ao porto de Registro, visando atender ao beneficiamento e à comercialização de produtos. Construíram edificações destinadas à administração (escritórios da companhia, sede da cooperativa dos agricultores), beneficiamento e comercialização (armazém e engenho de beneficiamento de arroz, engenho de açúcar), além de infra-estrutura básica (ambulatório, farmácia, hospedaria e mercado).

KKKK
(Fonte: R. Gomes da Silva, 2008)

A partir do porto, saía uma rua perpendicular ao rio Ribeira, atual Av. Prefeito Jonas Banks Leite, principal zona de comércio da cidade. Nos arredores da zona portuária, percebem-se dois núcleos de ocupação ligados ao período de implantação da cidade: a região do Morro da Espia, no alto do qual está a Igreja de São Francisco Xavier, e as ruas Joaquim Marques e Seji Sumida, onde alguns sobrados têm características de início do século XX, embora bastante alterados. Com a abertura da BR-116, a Régis Bittencourt, o eixo de acesso à cidade foi transferido para as margens da rodovia.

À esquerda: Rio Ribeira de Iguape visto do porto de Registro.

À direita: Centro Antigo de Registro

(Fonte: R. Gomes da Silva, 2008)

Centro de Registro
(Fonte: R. Gomes
da Silva, 2008)

Vista aérea da
cidade de Registro

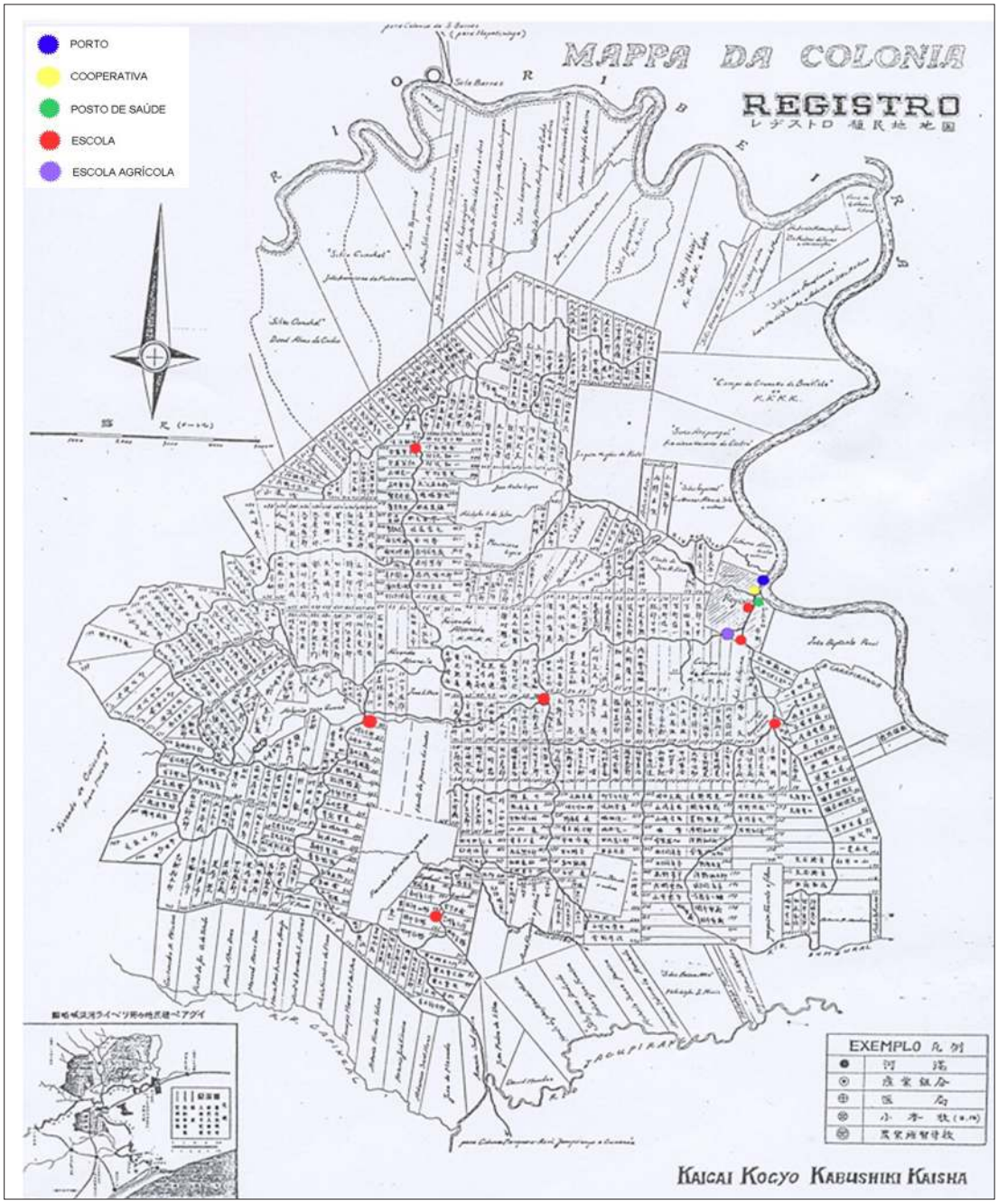
A KKKK, empresa filial da Companhia Imperial Japonesa de Imigração, estabeleceu toda a estrutura para abrigar as famílias japonesas, dividindo as glebas e construindo equipamentos sociais e comunitários. Como já informado, a empresa tinha diversas atividades econômicas, dentre as quais a imigração, como fornecimento de capitais, compra e venda de imóveis, agricultura, pecuária, pesca, mineração, indústrias ligadas à agricultura, ações bancárias, transportes marítimos e terrestres.

À esquerda: escritório da KKKK na rua Silveira Martins - São Paulo nos anos 30 (Fonte: HANDA, 1987, p. 578)

À direita: casa de Imigrantes Japoneses no Vale do Ribeira (Fonte: Álbum da Imigração

A empresa orientou a colonização em todas as suas instâncias, como relatou Petrone. Dividiu as propriedades em lotes, assentou quase 500 famílias, e prestou auxílio contínuo aos colonos, tomando cuidados para que encontrassem trabalho e pudessem escoar as mercadorias.

O processo de construção da infra-estrutura da colônia ganhou força entre 1919 e 1920. Como é possível verificar no Mapa da Colônia de Registro, a área rural foi loteada e estabelecidas diversas estradas e caminhos vicinais, muito importantes para garantir o comércio e a ligação com as demais colônias de Jipovura e de Sete Barras. Abriam também a estrada entre o porto de Registro e Juquiá para dar acesso à estrada de ferro Santos-Juquiá, evitando-se a necessidade de navegar o Ribeira acima e subir o Juquiá, tarefa que não era simples. A estrutura de estradas rurais sistematizou a ocupação rural, que, por sua vez tinha regras claras.



Mapa da Colônia Registro (Fonte: Álbum da Imigração Japonesa, 1934)

CASAS E UNIDADES DE PRODUÇÃO RURAL: MODOS DE VIDA E HABITAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES

A Colônia de Registro, chamada Registro-Gô, era dividida em cinco seções, denominadas *Ku*, que tinham em torno de 1.200 alqueires. As seções tinham o nome de: 1ª Itibu (Centro), 2ª Niibu (Campo de Experiência), 3ª Sambu (Carapiranga), 4ª Yombu (Taquaruçu) e 5ª Goobo (Raposa). Estas eram subdivididas em *Kumi*, como que "unidades de vizinhança", compostas por pequeno número de famílias e organizadoras da vida comunitária. No eixo de cada Seção estava a Praça Rural com o Centro de Convivência, o *Kaikan*, espaço das atividades comunitárias e, num raio de cerca de 2,5 quilômetros, localizava-se a escola. (AOKI, 2006; KKKK, 1932)

Não há vestígios materiais mais evidentes desta subdivisão do município de Registro, tão pouco dos equipamentos comunitários, que foram demolidos ou descaracterizados. Os nomes de alguns bairros como Campo de Experiência são o testemunho desta organização territorial inicial realizada pela KKKK.

As propriedades tinham por volta de 10 alqueires (24,2 hectares), dispostas em lotes estreitos e compridos, com proporções retangulares, com 200m de testada por 1.000m de profundidade, em geral, próximos a águas correntes superficiais.

Segundo Kuniyoshi, Segawa e Pires (1985), a ocupação inicial obedeceu ao ritmo da chegada dos imigrantes, sendo primeiro ocupados os terrenos mais próximos ao núcleo urbano e ao porto e posteriormente os mais distantes.

Vista aérea da zona rural de Registro, vendo-se lotes e caminhos rurais (Fonte: DAEE Registro, 2000)

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E O HABITAT RURAL

De modo geral, três foram as formas de fixação no espaço realizadas pelos imigrantes japoneses no Brasil até a II Guerra Mundial: mão-de-obra nas fazendas de café, arrendatário ou meeiro e proprietário. Na primeira situação, o imigrante chegava a uma unidade produtiva já estruturada, com terreiro, plantação, tulha e casa de colono e era incorporado ao sistema. Sua interferência na paisagem era restrita pela própria organização estabelecida. Como arrendatário ou meeiro, tinha um relacionamento bastante precário com a terra, e a construção de casas ficava por conta das relações contratuais estabelecidas. (KUNIYOSHI, SEGAWA & PIRES, 1985)

Já na condição de proprietário, duas distinções podem ser feitas: a daquele imigrante que vinha como colono, com a missão de povoar e cultivar terras inóspitas, a aquele que, com sua força de trabalho, acumulava dinheiro e acabava por adquirir terras. As colônias do Vale do Ribeira (Katsura, Registro e Sete Barras) foram áreas pioneiras de imigração japonesa, fixadas segundo parâmetros próprios de colonização transformadas e recriadas a partir do contato com as condições locais.

O Vale do Ribeira que encontraram os imigrantes caracteriza-se em sua organização espacial pela dispersão do ambiente rural, de uma parte espontânea e de outra decorrente do processo de povoamento dos núcleos coloniais.

A região de Registro tem as densidades populacionais mais altas do Vale do Ribeira, cujo elemento diferencial é a orientalização que ocorreu com a imigração. A presença de mais de 4.000 pessoas do Japão, numa região escassamente povoada, provocou impactos populacionais significativos. (PETRONE, 1966)

Dois momentos distinguiram a ocupação japonesa no Vale do Ribeira: a primeira fase, de 1913 até meados dos anos 30 e a segunda fase dos anos 30 até os anos 60. O esforço de desbravar o território ainda desconhecido, sem vias de comunicação terrestre e sem de infra-estrutura básica, levou à necessidade, nesse primeiro momento, de apoio da KKKK. Para assentarem-se na região de Registro, os colonos contaram com a orientação de agrônomos japoneses e dos campos de experiência. Estes consistiam em áreas para testes de técnicas e produtos agrícolas que seriam desenvolvidos pelos colonos e comercializados pela KKKK.

No entanto, Pasquale Petrone afirma que apesar da orientação destes técnicos, a maior parte dos colonos estruturou seu espaço agrícola conforme as técnicas e sistemas que vigoravam na região A prática da derrubada das queimadas, o uso da enxada como

instrumento de trabalho e o sistema de culturas itinerantes eram práticas comuns entre os caboclos que foram aproveitadas pelos imigrantes.

À esquerda: a queimada da mata

À direita: casa construída com a mata desmatada no entorno. Exemplo em Lençóis Paulista. (Fonte: HANDA, 1987, p. 223 e 228)

Ao mesmo tempo, os japoneses dominavam diversas técnicas agrícolas e utilizaram os caboclos como assalariados. A coesão social foi mantida pela própria KKKK, que organizava e regulamentava o território, adotando um sistema chamado "mura" que vinha da terra de origem. A "mura" consiste de uma forma tradicionalmente adotada no Japão de organização comunitária rural e configuradora da agricultura rural. (ONO, 1973)

Pode-se entender que as colônias de imigração, como a de Registro, ao estabelecerem a organização em lotes e em bairros, de certa forma, buscavam transformar a região em muras típicas japonesas, reproduzindo sua estrutura social. Os integrantes das muras são, *per si*, pequenos produtores independentes, mas que reproduzem relações de mutualidade social. (ONO, 1973)

Em Registro o habitat foi fruto do planejamento da KKKK, que fez a divisão em lotes, criou a rede de caminhos vicinais e teve forte influência dos fatores físicos. As casas, sempre próximas de caminhos vicinais, normalmente localizam-se a meia encosta, podendo aparecer em colinas mais baixas e suaves. Os fundos dos vales são ocupados por com pastagens, e acima destas os caminhos e nas cercanias a casa de habitação. O chá está nas encostas e no alto das colinas. Pontuando a paisagem encontram-se as casas dos colonos. (PETRONE, 1966: 280)

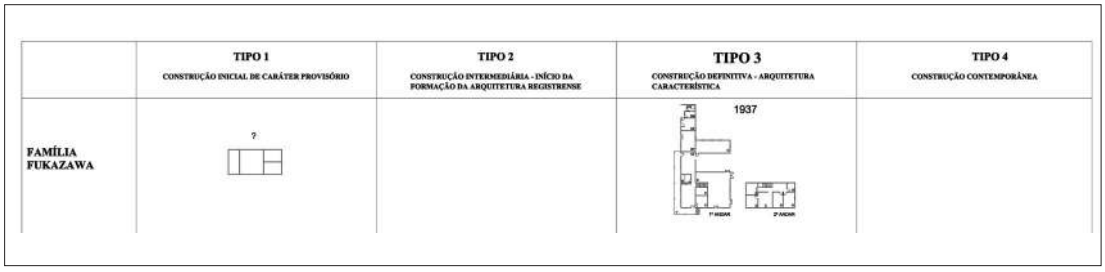
A homogeneidade sobre o território foi mantida até a II Guerra Mundial, quando diversas ações do Estado Novo contribuíram para dissolvê-la e incorporar os imigrantes ao "homem novo" varguista.

A CASA DOS IMIGRANTES JAPONESES EM REGISTRO

"Na observação e interpretação das paisagens culturais, especialmente dos elementos que contribuem para a definição das formas de habitat rural, a casa surge quase sempre como um dos fatos de maior significação. Normalmente ela pode orientar, por freqüentemente espelhá-las, na consideração e interpretação das condições ligadas às formas de organização do espaço agrícola, aos problemas de tipo de culturas em face do comércio, aos de sítios e aspectos relacionados com o quadro natural, assim como aquelas condições decorrentes dos materiais de construção disponível, ou ainda seus habitantes, com suas técnicas peculiares." (Pasquale Petrone. A Baixada do Ribeira. p. 287-288)

De acordo com o estudo realizado por Adriana Aoki, os imigrantes, ao longo do processo de instalação, desde a chegada até a efetiva moradia, trocavam de casa três vezes.

A primeira, provisória, era a moradia inicial, feita rudimentarmente, para atender à necessidade de abrigo imediato. A segunda era construída com mais vagar, quando já se tinha atingido situação financeira de alguma estabilidade. Esta é, em geral, a casa caracterizada como sendo de imigrantes japoneses, tanto por ser representativa culturalmente, quando por ter sido que a persistiu até o presente. A terceira casa corresponde àquela construída na atualidade, freqüentemente anexa ou muito próxima à edificação original e que visa atender aos confortos da vida contemporânea, como cozinha equipada e banheiro. O abandono progressivo da casa tradicional está também relacionado à mudança de status social e aos símbolos de vida das novas gerações.

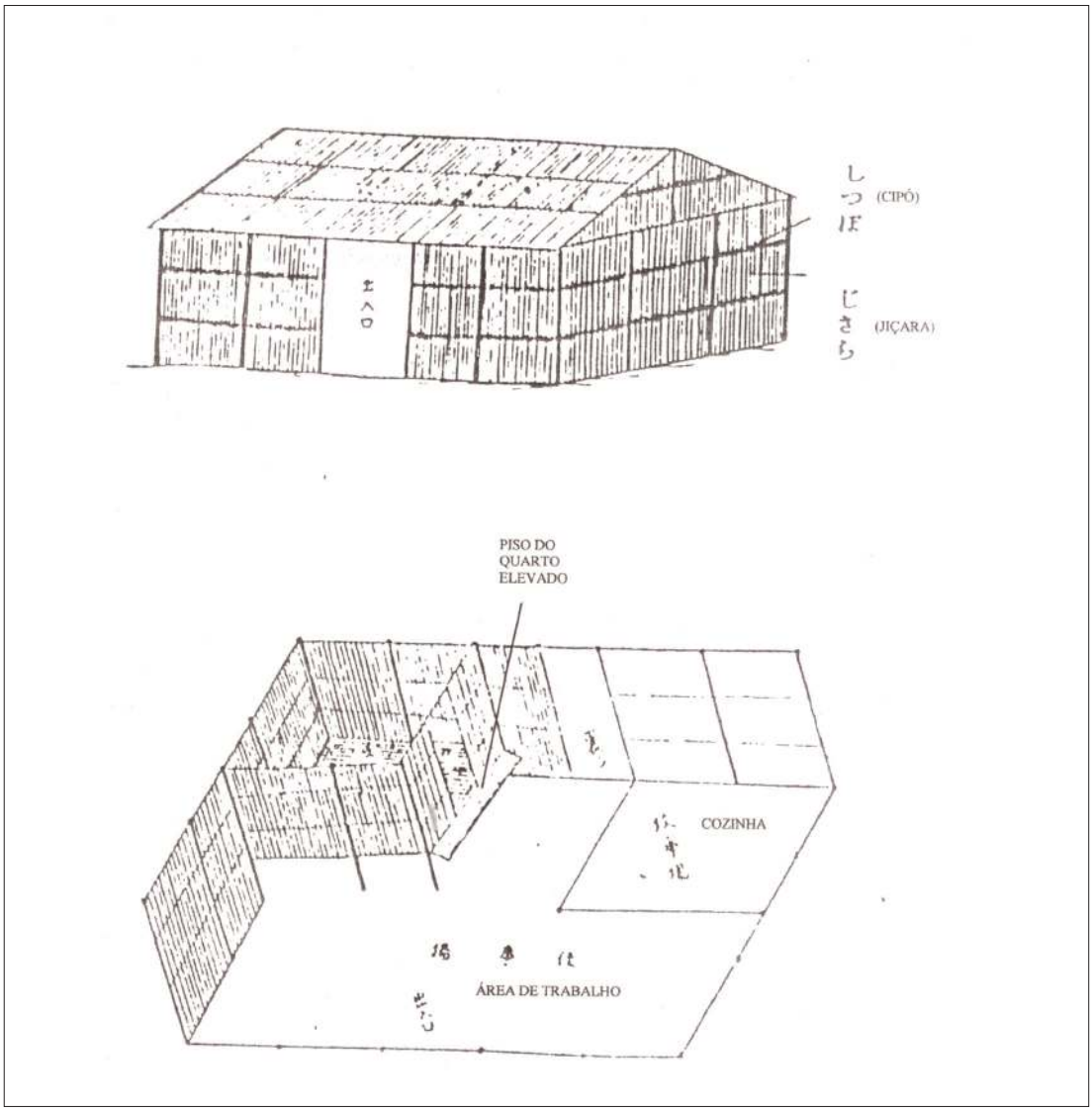


Quadro evolutivo da casa registrense (Fonte: Adriana Aoki, 2006)

No caso da colônia de Katsura, de início os colonos se instalaram em alojamentos, barracos utilizados pelos caboclos, posteriormente reformados. Depois, como nas outras colônias, foram para os seus lotes e construíram, num processo lento, as próprias residências. (HANDA, 1987: 338)

A PRIMEIRA HABITAÇÃO

A primeira morada estava dentre as preocupações da KKKK, que estabelecia suas dimensões e características básicas. As medidas das casas eram baseadas em modelos bidimensionais definidos pela medida do tatame, de formato retangular, de 1 *ken* (1,80m) x ½ *ken* (0,90m). A casa recomendada pela KKKK, para uma família de 5 pessoas, deveria ter 5 *ken* (9m) x 3 *ken* (5,40m). A casa, em duas águas, deveria ser construída em palmeira jiçara amarrada com cipó. O interior dividia-se em três partes: área de trabalho, que ocupava a maior porção, a cozinha e um aposento de piso elevado. Esta divisão interna, desde o princípio, conforme as indicações da KKKK, reiteradas pela própria tradição, remetia às construções rurais japoneses. (YAMAKI, 2000 Apud AOKI, 2006)



Modelo da casa inicial, segundo a KKKK (Fonte: Adriana Aoki, 2006, p. 12)

De acordo com Rogério Gonçalves, apesar do auxílio técnico da KKKK, as primeiras casas e até mesmo o início do plantio, baseavam-se em métodos empíricos. Esta primeira casa remetia às construções dos caboclos da região, cujas técnicas de construir eram amplamente utilizadas.

As casas populares tradicionais da zona da mata atlântica, como as de Iguape e Cananéia, conforme estudo de Barbosa (1999), eram feitas predominantemente em madeira e, em alguns casos em pau-a-pique. A casa característica tem "revestimento de tábuas fixadas verticalmente e arrematadas com mata-junta, em uma estrutura independente composta de esteios, frechais e baldrames; as telhas são de duas ou quatro águas com telhas de barro ou fibrocimento". A madeira era mais utilizada por ser material considerado nobre, e também muito abundante, além de ser técnica construtiva tradicional. Sua planta é retangular, de um pavimento, com três cômodos e cozinha anexada à casa principal, com telhado mais baixo que o principal.

Existem também na região muitas casas de farinha ou edificações utilizadas de depósito ou serviços, construídas em estrutura portante e vedação de tábuas ou bambu, similares ao que teria sido a primitiva casa do colono. Como mostrou Pereira (2006) os anexos conservados como galinheiros, depósitos e ou oficinas são também documentos desta primeira ocupação.

Barracão de serviços da casa da senhora Okiyama (Fonte: F. Brito, 2008)

À esquerda: casa de farinha em Jipovura.

À direita: casa anexa à residência do senhor Gozo Okiyama, que teria sido local de cultivo de bichos de seda. (Fonte: F. Brito, 2008)

Para implantação da casa, primeiramente era desmatado o terreno. Há que se ter em conta as inúmeras dificuldades para o estabelecimento, tendo em vista as diferenças entre geográficas e culturais. Conhecer a terra, seus materiais, além da própria língua era árdua tarefa. É o que mostra o relato de Yonosuke Yamada, gerente da KKKK falando sobre Registro:

> *"No insipiente núcleo de colonização tive oportunidade de sentir pessoalmente a energia dos colonizadores. A meus olhos recém-chegados do Japão, esta mobilização geral apresentava-se como algo inédito, ao mesmo tempo que me vi obrigado a reconhecer que a tarefa da colonização exige dos emigrantes, no exterior, uma extrema firmeza de propósitos e uma imensa dose de obstinação."(HANDA, 1987:344)*

Desmatamento e construção do barracão de serviço e primeira morada. (Fonte: HANDA, 1987, p. 219)

A precariedade da primeira casa advinha não da falta de conhecimento técnico construtivo, mas da falta de intimidade com o meio físico. As dificuldades tinham início na derrubada do terreno. Logo os colonos perceberam a impossibilidade de com apenas os membros da família, e com os instrumentos que tinham, de proceder ao desmatamento. Sem o manejo experiente do machado e conhecimento da mata, passaram a recrutar a mão-de-obra do caboclo. Em Katsura, conforme mostrou Handa (1987), por situar-se na várzea, as dificuldades de queimada da mata eram imensas. O nacatirão-do-brejo (quaresmeira), árvore bastante comum na região, era grande obstáculo, pois de difícil secagem. Os saberes e técnicas do caboclo foram, portanto, logo apropriados desde o estágio de ocupação do lote.

Embora a Kaigai tenha estabelecido uma olaria para confecção de tijolos, esta não atendia aos colonos, eram apenas para as benfeitorias da empresa. Tendo em vista a dificuldade de transporte de materiais manufaturados e a impossibilidade de comprá-los, os imigrantes tiveram que lançar mão dos recursos da natureza, como árvores, barro, palmeiras e plantas diversas.

As primeiras casas eram rústicas e com chão de terra batida, tinham as paredes de ripas de palmeira jiçara treliçada ou bambus cortados em meia cana, fincados diretamente no chão, unidos com amarrações de fibras vegetais ou cipó. O reboco, quando existia, era feito somente no interior. As janelas eram os espaços de vedação sem reboco, fechadas com saco de juta. A cobertura era de bambu ou jiçara que dava apoio folhas de bananeira.

Interessante observar que a construção da primeira moradia ocorria de modo muito similar aos dos imigrantes de outras origens como italianos, estudados por Eduardo Pereira. Segundo este autor, as casas eram a própria "expressão da emergência", erguidas com madeiras roliças, cortadas à mão, taipa de mão, sobras de materiais e bambus.

À esquerda: casa de colonos construída em palmeira jiçara. Família trabalhando na seleção dos grãos de arroz. (Fonte: HANDA, 1987, p. 351)

À direita: casa primitiva do núcleo colonial Nova Europa em Araraquara, c. 1910. (Fonte: Pereira, 2006, p.8)

A MORADIA PARA FICAR: TÉCNICA E ESTÉTICA DO IMIGRANTE JAPONÊS NO VALE DO RIBEIRA

No processo de ocupação do território e adaptação ao meio, as casas são elementos fundamentais de resignificação dos universos. Para Vicente Unzer de Almeida (1953), a ausência ou presença de certos materiais de construção, as possibilidades econômicas e as condições climáticas levaram a certos tipos de moradia, que são exemplares dos processos mais globais de transformação e também de exposição dos próprios saberes, valores, expressões e técnicas.

> *"No Vale do Ribeira de Iguape, o japonês não pode construir casas de bambu forradas de papel, com janelas e portas corrediças. Mas ele pode aplicar à habitação traços de arquitetura nipônica (...). É na forma dos telhados, na divisão interna dos cômodos e sua destinação, bem como na aplicação sistemática de vigas de madeira bem plainadas, de metro em metro, nas paredes que se nota a influência do estilo oriental nas casas de Registro."(ALMEIDA, 1953:67)*

Residência Fukasawa. (Fonte: F. Brito, 2008)

À esquerda: residência sr. Shimizu

À direita: residência Chicaoka (Fonte: F. Brito, 2008)

Assim que o imigrante atingia certo poder aquisitivo, o que poderia demorar em torno de cinco, tinha início o processo de construção da segunda moradia. Esta era construída com mais vagar, empregando-se explicitamente as técnicas construtivas japonesas.

Embora tenham vindo alguns mestres carpinteiros entre os imigrantes trazidos pela KKKK, não se tem muita informação sobre a sua atuação na região. O domínio da carpintaria era habilidade de muitos japoneses (técnica secular de sua cultura), que, ao chegaram no Brasil, empregaram estes conhecimentos na construção de suas casas. Segundo Rogério Gonçalves (2003), uma das razões para a arquitetura japonesa chamar a atenção do mundo ocidental é o domínio do arquiteto-carpinteiro (conhecidos no Japão como *Daiku*) dos materiais construtivos, sobretudo da madeira.

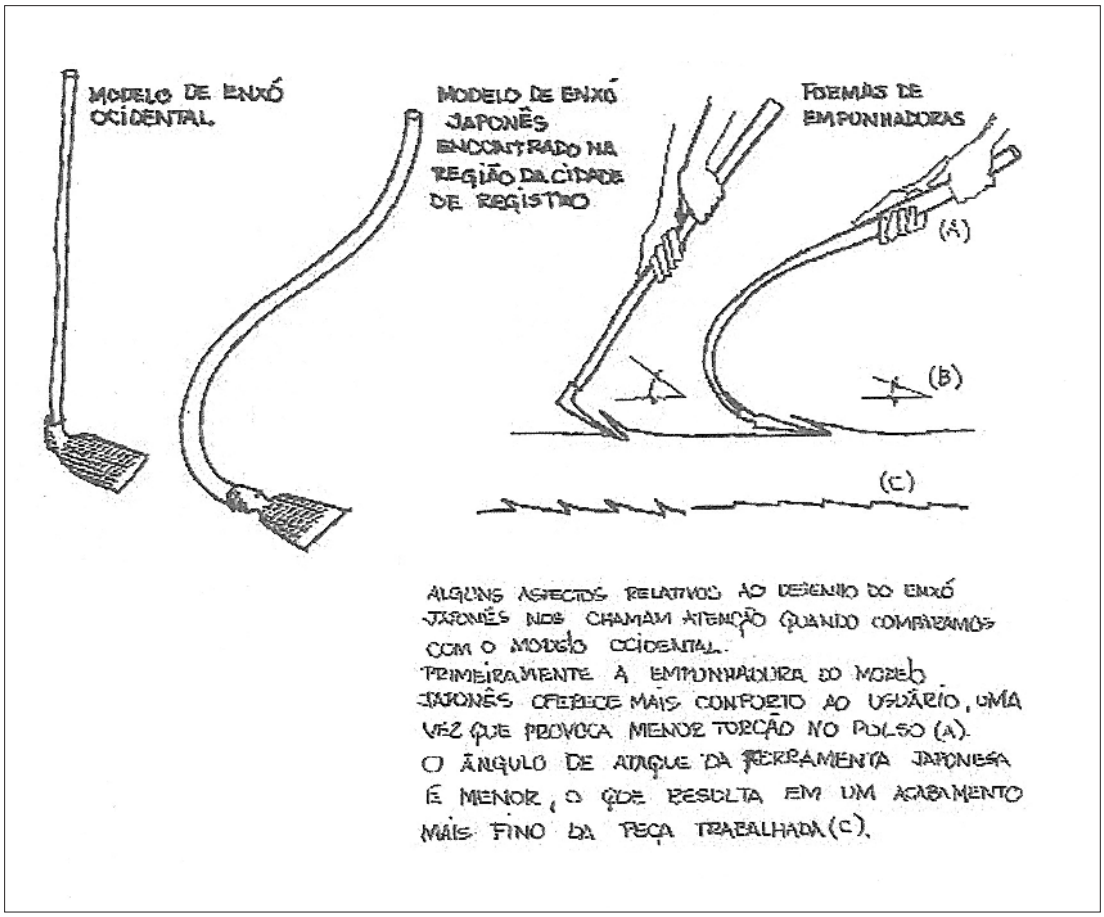
O mestre imigrante mais famoso no Brasil do qual há dados biográficos e profissionais, é Kazuo Hanaoka, carpinteiro especializado em restauro e manutenção de palácios japoneses. No Brasil, construiu o Casarão do Chá, cuja cobertura mescla três modelos tradicionais de coberturas palacianas. (GONÇALVES, 2003)

No caso de Registro, embora haja notícias de mestres-carpinteiros bastante habilidosos, o que é facilmente verificável pela arquitetura pesquisada, informações mais substantivas perderam-se no tempo. Os colonizadores, em sua maioria, fizeram as vezes de carpinteiro para erguer suas primeiras habitações. Após algumas experiências aplicadas na construção da primeira morada, em que a técnica e os conhecimentos do caboclo preponderaram, na casa definitiva estão explícitas as técnicas orientais. (KUNIYOSHI, SEGAWA & PIRES, 1985)

Detalhes de coberturas de edificações - Residência Osawa, Residência Sra. Okiyama e Fábrica de Chá Kawagiri - vendo-se o tratamento da madeira (Fonte: F. Brito, 2008)

O processo construtivo tinha início no tratamento da madeira. Após a seleção das árvores a serem utilizadas na edificação, definia-se a data do corte, que deveria ocorrer em períodos de lua minguante ou crescente. Cortava-se a árvore na região do alburno da madeira, de modo a interromper o fluxo da seiva e causar a morte da árvore. Com a tora no solo, retiravam-se os galhos do tronco que era submerso em água corrente por aproximadamente duas semanas, para remoção total da seiva. Depois as peças eram tratadas com sabão caipira, que contém soda caustica em sua composição para a proteção contra xilófagos, tratamento que era complementado após a peça seca com seu polimento com cera de abelhas. (GONÇALVES, 2003:74-77)

Após o tratamento da madeira (as mais utilizadas eram mandigaú, peroba guatambu e cedro), iniciava-se o processo de corte das madeiras, ou desdobro. As ferramentas empregadas eram japonesas, segundo as técnicas próprias de sua carpintaria. O instrumental era pesado e bastante variado: serras de desdobro, trançadores e serrotes de várias tamanhos. Dentre estes, destaca-se a enxó japonesa, que fornecia acabamento perfeitamente liso. O acabamento era fornecido pela lâmina muito afiada, e também curvatura do cabo, que dava ângulo de corte mais agudo em relação à superfície a ser lavrada.

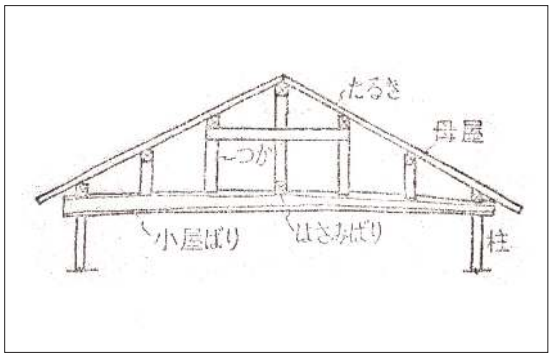


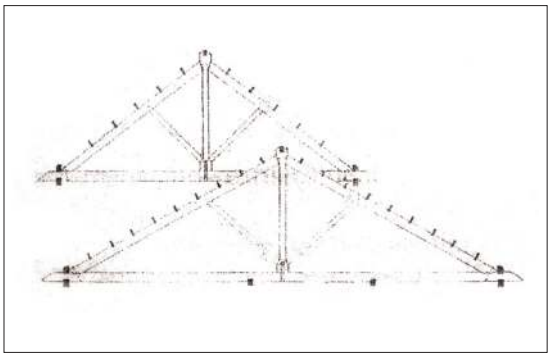
Enxó (Fonte: Gonçalves, 2003, p. 82)

Do arsenal de ferramentas empregadas pelos japoneses segundo suas técnicas próprias, empregadas de acordo com materiais locais, surgiam as arquiteturas de feições orientais construídas no Brasil. Qual seria o diferencial destas construções com relação àquelas construídas no Vale do Ribeira, e até em Minas ou Bahia com técnicas similares?

Sobre o caráter oriental desta arquitetura, devemos citar a enfática afirmação de Kuniyoshi, Segawa e Pires:

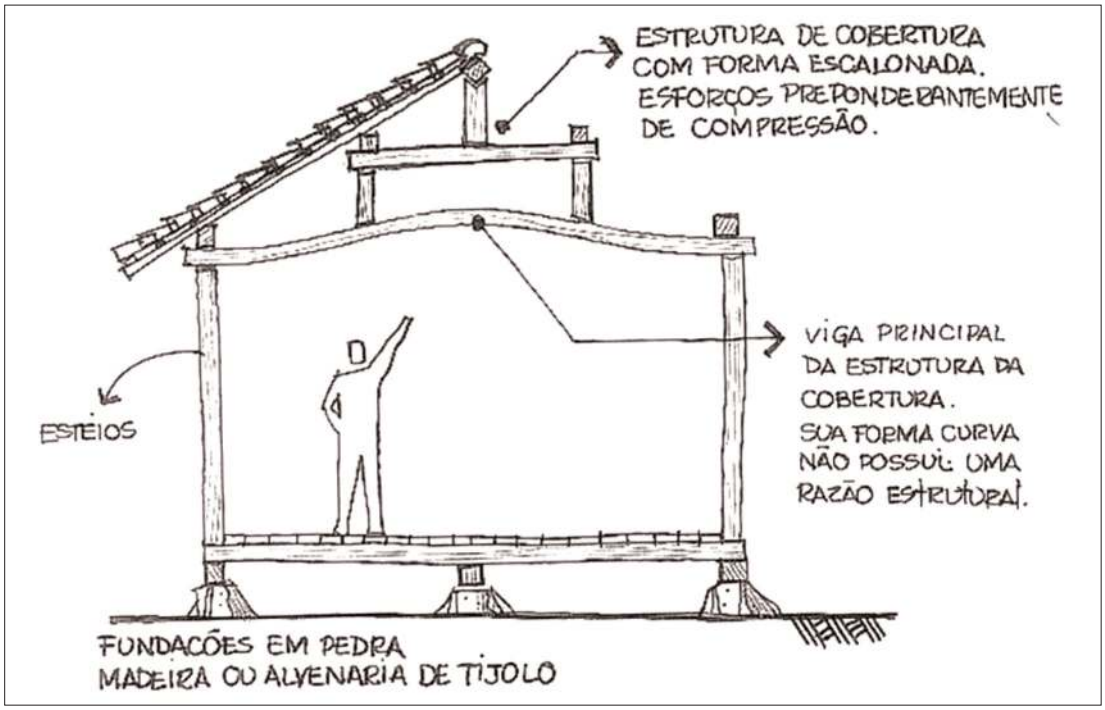
> *Uma avaliação mais cuidadosa permite afirmar que, embora haja similaridade nos sistemas construtivos, a casa do japonês foi construída empregando os recursos da carpintaria nipônica, com larga adoção de sambladuras própria do repertório oriental, dispensando qualquer vinculação que não fosse o encaixe entre todas as peças. (KUNIYOSHI, SEGAWA & PIRES, 1985)*





À esquerda: tesoura japonesa.

À direita: tesoura brasileira. (Fonte: Adriana Aoki, 2006, p. 16)



Esquema de uma estrutura de uma cobertura típica. (Fonte: Gonçalves, 2003, p. 120)

As sambladuras eram domínio das técnicas japonesas, reveladas com clareza com nas coberturas. Nelas era utilizada a estrutura conhecida como *kioro-gumi*, duas linhas de comprimentos adequadas à inclinação da cobertura, com a linha superior sustentada com pontaletes. Estas estruturas muitas vezes ficavam aparentes nos oitões e permitiam a cobertura tipicamente oriental, chamada *irimoya*. Rogério Gonçalves identificou diversos tipos de coberturas, porém todas com o mesmo conceito, com desenho de vigas escalonadas, que apresentam a secção natural do tronco, fornecendo elementos de grande beleza plástica. No princípio as coberturas eram feitas de palha, folhas de jiçara ou lascas de madeira (em geral cedro cortado em lâminas), que, com o passar do tempo foram sendo substituídas por telhas de barro e mais recentemente por amianto. Em aspecto técnico importante das coberturas das construções em Registro eram os amplos beirais, que, como na arquitetura paulista, protegiam as vedações executadas em argamassa de barro das intempéries.

Como na tradição japonesa, as edificações ficavam suspensas do piso por meio de alicerces dispostos no sistema modular *ken*. As fundações suspendiam os baldrames em média 45 cm acima do solo, protegendo a edificação da umidade, evitando-se a deterioração da madeira e da taipa, bem como permitindo a ventilação do edifício. No caso de Registro, as fundações encontradas são de alvenaria de tijolos, e um único caso em que o próprio terreno compactado faz as vezes de fundação.

Detalhes de fundações das Residências Tomatsu e Lotto.
(Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Detalhes de fundações das residências da sra. Okiyama e do sr. Gozo Okiyama. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Os esteios eram também ordenados de maneira modular, distanciados entre si aproximadamente ½ *ken*. Esta disposição estabelecia rigoroso ritmo nas fachadas, bem como a posição de portas e de janelas. Possuíam dimensões e formas variadas, mais comuns em secções quadradas, lavradas a enxó, aparecendo mais ocasionalmente em formas roliças naturais do tronco.

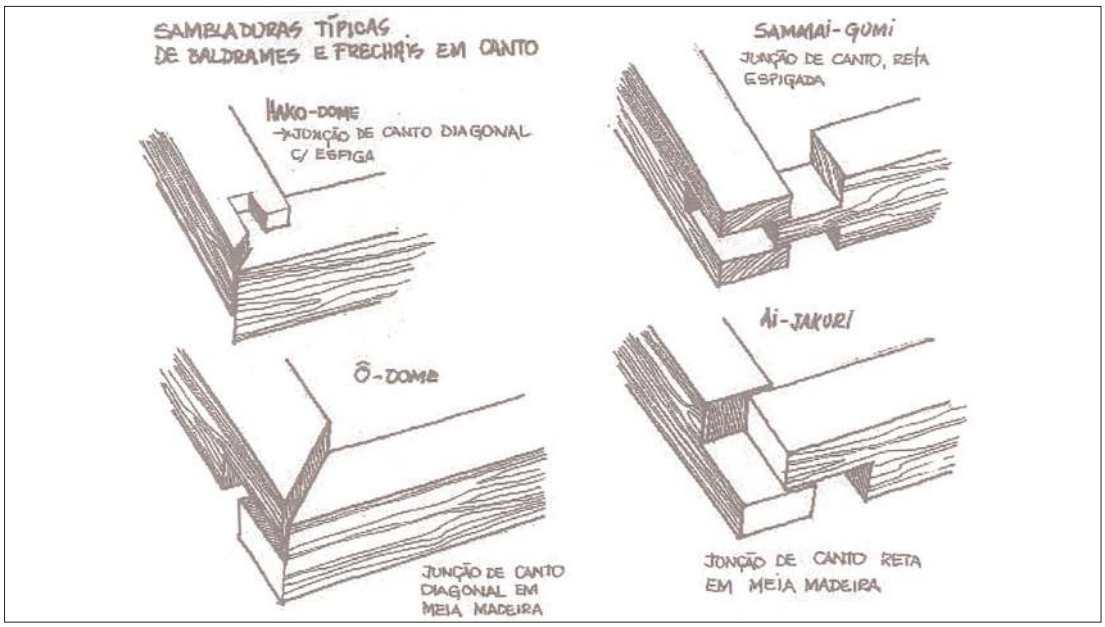
Detalhes de portas. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Detalhes de esquadrias. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

As estruturas eram unidas pelo sistema de encaixes sem pregos e que poderia ser desmontado. Havia um grande repertório de técnicas para encaixes das vigas e esteios, como o *komi-sen* (união das peças por meio de uma espiga) e o *jigoku-kusabi* (travamento da espiga por meio de cunhas). Na união das vigas, principalmente de baldrames e frechais, é identificável a sambladura chamada *kanawa-tsugi*, que respondia a todos os esforços estruturais de tração, cisalhamento, torção e compressão. Já no encontro das vigas de canto, o pesquisador Rogério Gonçalves (2003) identificou ao menos quatro tipos: *ai-jakuri* (a mais simples, com recortes de 90º em meia madeira), a *ô-dome* (um recorte em forma de "s" e duas espigas), a *samai-gumi* (recortes de 90º em espigas horizontais, semelhantes à junção tipo macho-fêmea) e a *hako-dome* (a mais complexa, com junção de em espigas verticais em forma de "s" e arremate final em meia esquadria).

Detalhes de telhado da residência Osawa. (Fonte: F. Brito, 2008)

Detalhes de telhados. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

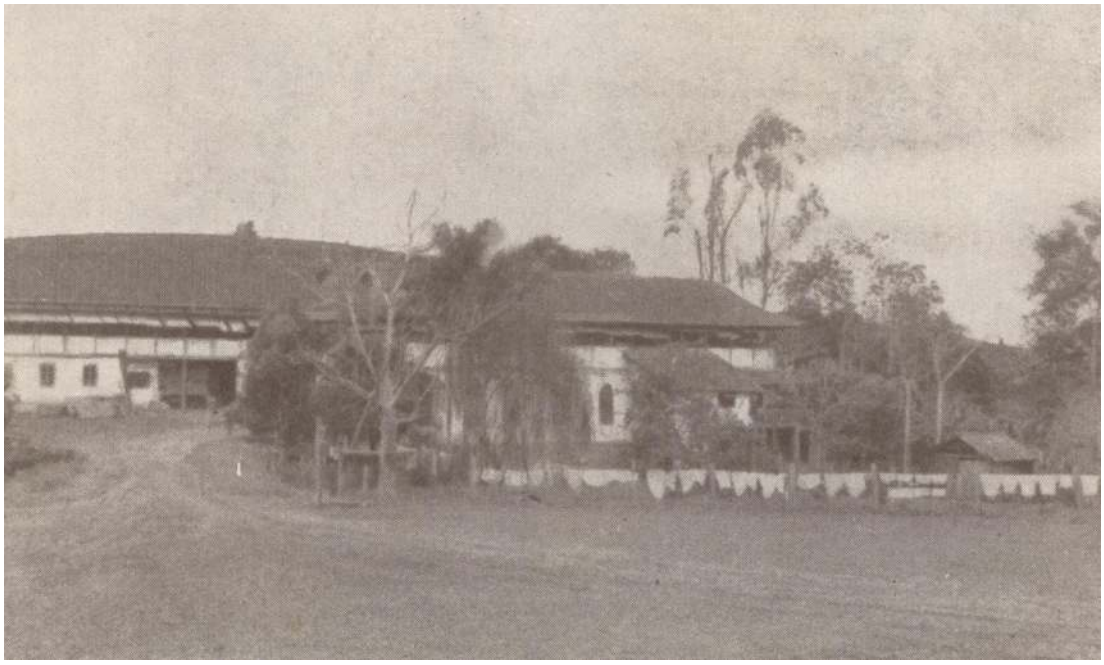


Sambladuras típicas. (Fonte: Gonçalves, 2003, p. 129)

A localização dos vãos era derivada do sistema estrutural. Em geral, seus fechamentos eram bastante simples, feitos em madeira, sem vidros, no sistema de abrir e fechar. As pranchas encaixavam-se por meio da união macho-fêmea. Os caixilhos mais elaborados, com composições de madeira e vidro são de época posterior, em geral dos anos 30 e 40.

Eram comuns, agora mais raros, os caixilhos de abrir articulados horizontalmente, empregados em edifícios fabris. Às vezes eram empregados dois panos de esquadrias sobrepostos. (GONÇALVES, 2003:144-145) Baldus e Willems descreveram tais esquadrias encontradas na fábrica de Chá Ribeira, já demolida:

> *(...) os postigos basculantes da fábrica de "Chá Ribeira" são levantados para fora, e assim os vimos em várias casas de japoneses. Não queremos afirmar, com isso, que o postigo basculante seja um traço proveniente do Japão, pois para tal afirmação faltam-nos documentos. O certo, porém, é que estes postigos aparecem como um dos característicos de casas de japoneses na zona estudada. (BALDUS &WILLEMS, 1944:125)*



Fazenda de Chá Okamoto. (Fonte: Baldus & Willems, 1944, p. 125)

Outros tipos interessantes de vãos merecem ser citados, como o vão circular junto à porta de entrada da casa do Sr. Okiyama. A treliça de bambu à vista é resultado da remoção da argamassa de barro. Sua função era a de garantir a ventilação junto à área de cocção da casa, reduzindo a fumaça e os odores produzidos pelos fogões a lenha.

Detalhe da janela casa sr. Gozo Okiyama (Fonte: F. Brito, 2008)

Feita a estrutura da construção, as vedações externas eram, em todos os casos pesquisados, à exceção da Fábrica de Chá e Esteira Kawagiro, em taipa de mão. As ripas de jiçara eram cortadas em meia cana e amarradas com raízes de imbé, formado um treliçado, que por sua vez era fixado em rebaixos pré-executados lateralmente nos esteios, baldrames e vigas. Nesta malha portante era aplicada a argamassa de barro, composta, geralmente de três camadas. A primeira camada era de argila grossa com fibras vegetais como palha de arroz, e aplicada em método similar à taipa de sopapo. A segunda camada regularizava o painel e tinha fibras finas e longas. A camada de acabamento era aplicada com espátula de madeira, feita em argila de grãos finos e fibras vegetais picadas. (GONÇALVES, 2003: 136-137)

Segundo Baldus e Willems em estudo realizado nos 40, "a palha de arroz é um traço japonês que parece ter também funções estéticas, pois encontramo-no em obras representativas da arquitetura nipônica." E o cuidado com o trabalho da argamassa alisada caprichosamente, era também um traço distintivo da estética nipônica que diferenciava suas casas daquelas construídas pelos caboclos.

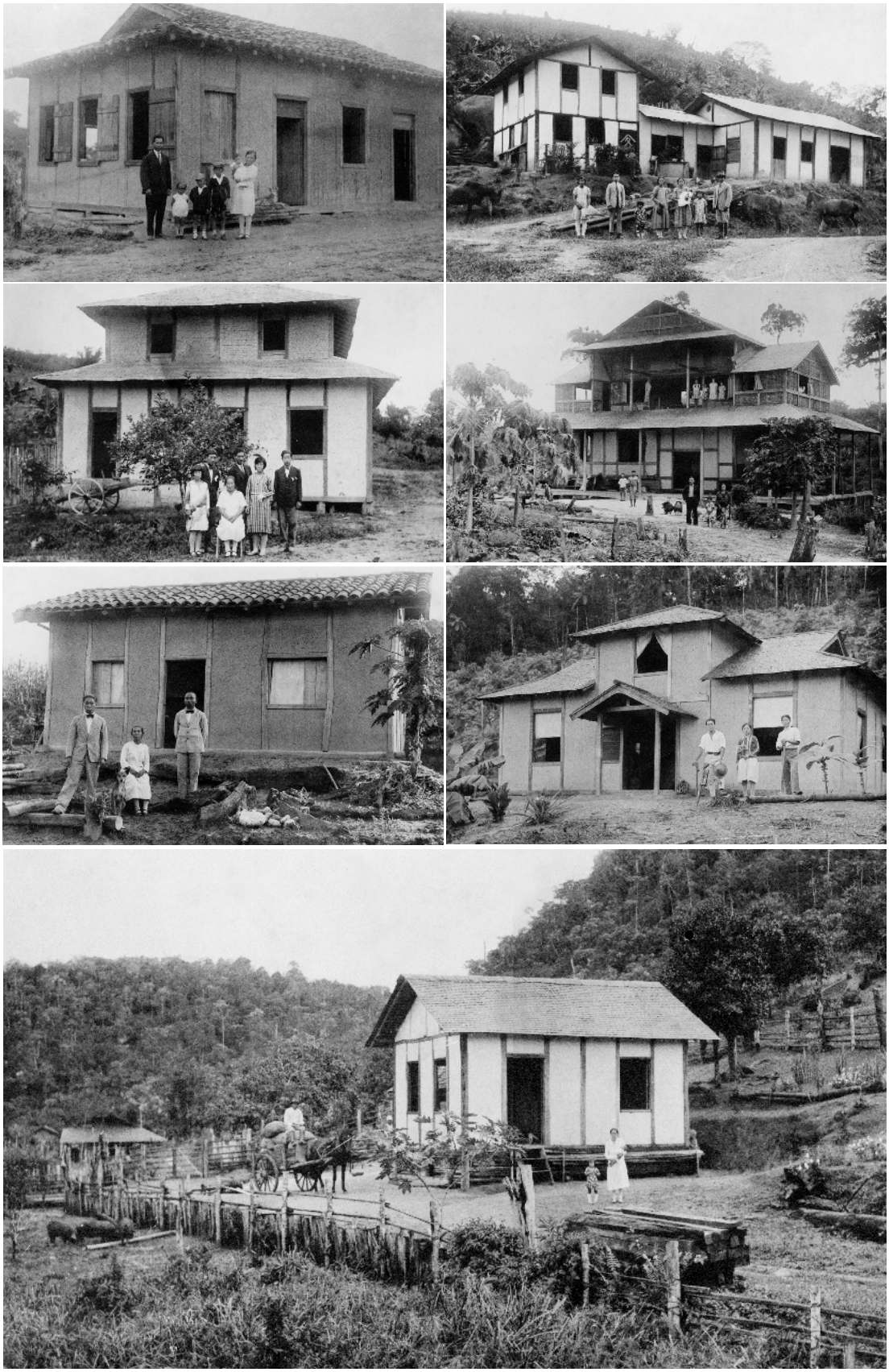
Exemplos das técnicas construtivas das casas de Registro (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Exemplos das técnicas construtivas das casas de Registro (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Os construtores japoneses deixavam à mostra o madeiramento estrutural, fazendo contraste com a argamassa cuidadosamente realizada, resultando em planos de fachada de composição geométrica ordenada. Segundo Pasquale Petrone:

As edificações rurais da arquitetura japonesa em Registro podiam ser dispostas em um ou dois pavimentos. Quando de um andar, o piso era invariavelmente suspenso do chão. No caso de construção assobradada, no térreo situava-se áreas para serviço ou criação de animais. Este era, em geral, com piso de terra batida.

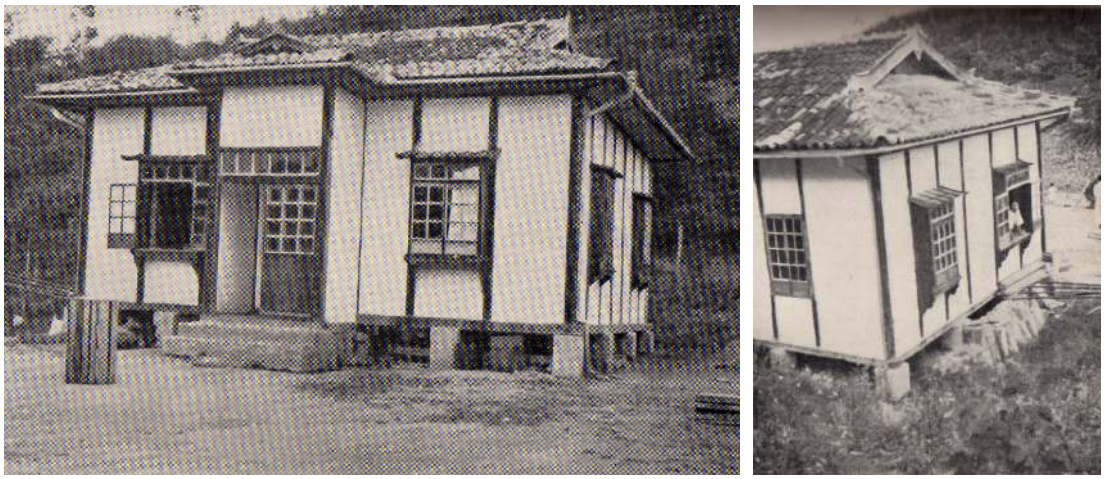
Baldus e Willems, assim descrevem a habitação encontrada em Registro nos anos 40:



Casas rurais em Registro (Fonte: Álbum da Imigração Japonesa, 1934)

Edificações em Registro (Fonte: Álbum da Imigração Japonesa, 1934)

NaVila de Registro podemos distinguir, grosso modo, quatro tipos de habitações: sobrados, casas térreas de embasamento comum, casas construída sobre estacas e casebres, isto é, construções de pau a pique, rudimentares, chão batido, sem pintura e em mau estado de conservação. (BALDUS &WILLEMS, 1944:122)



Casa em Registro estudada por Baldus e Willems. (BALDUS E WILLEMS, 1941)

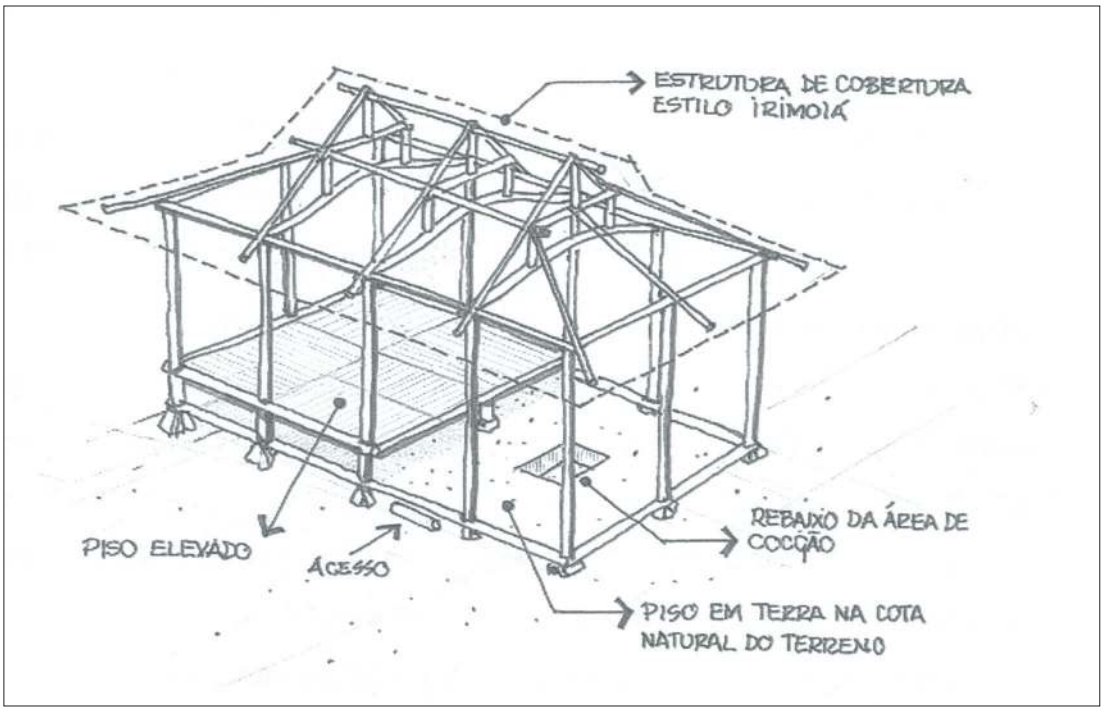
Casa em Registro estudada por Baldus e Willems. (BALDUS E WILLEMS, 1941)

As instalações hidro-sanitárias localizavam-se no exterior da casa, já o abastecimento de água era realizado precariamente por meio de poços ou do desvio de cursos de água. O banheiro, em geral, ficava em construção à parte, nos fundos, tal como na casa cabocla, e era chamado de "casinha". Já a cozinha situava-se anexa à edificação principal, mas em corpo independente. A cobertura era extensão dos beirais da casa e o piso em terra batida, também remetendo à casa cabocla.

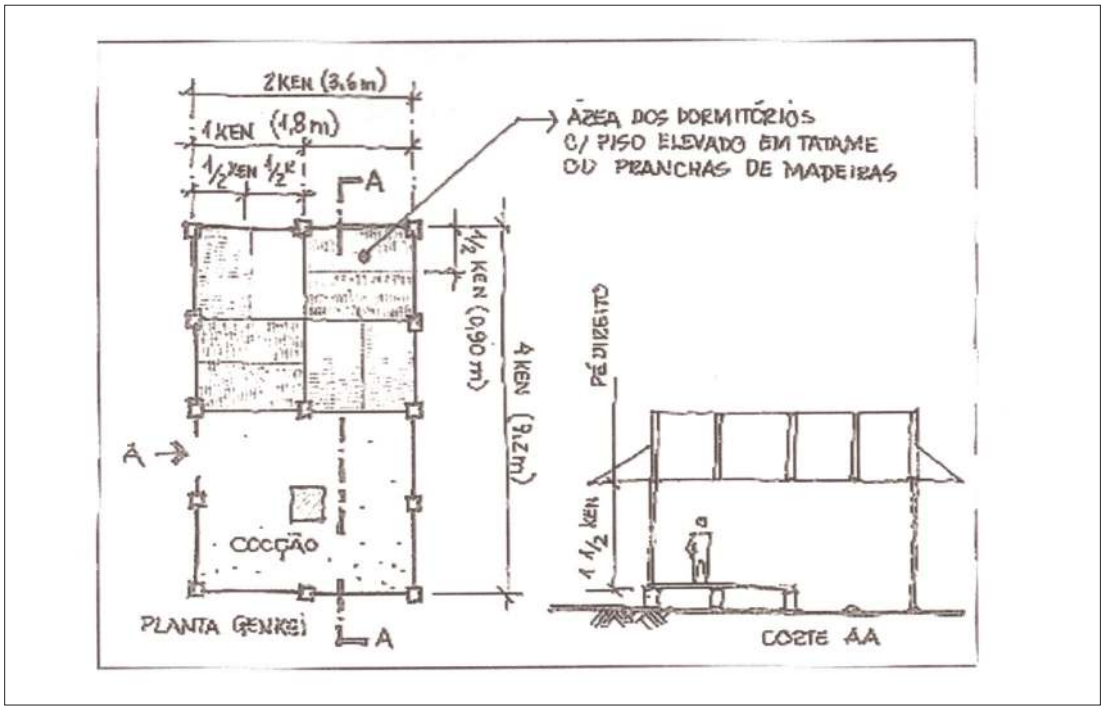
Cozinha da residência em Jipovura. (Fonte: F. Brito, 2008)

Com relação à distribuição interna, algumas casas apresentavam o modo de organização dos edifícios tradicionais japoneses, conhecido como *genkey*. (GONÇALVES, 2003:63) O genkey consiste de divisão bastante característica do Japão, típica das áreas rurais, e representa um atributo social de distinção e hierarquia. São plantas arquitetônicas com representações simbólicas da cultura japonesa, dos princípios do xintoísmo relacionados ao yin e yang. O conjunto de conceitos opostos, como acima-abaixo, natural-artificial, céu-terra, determina a divisão dos ambientes, bem como seu atributo cultural de distinção e hierarquia social. Em geral, há uma parte elevada do solo pelo piso em madeira, e outra, a nível do solo com piso em terra batida, destinada à cozinha.

O telhado nessas casas, a fachada, o vestíbulo (genkan), o reboque das paredes e, mesmo, a disposição dos cômodos seguem, muitas vezes, as formas tradicionais japonesas, ou pelo menos, adotam traços arquitetônicos japoneses numa acomodação com elementos da cultura brasileira. (SAITO, 1955: 331)



Estrutura da casa japonesa (Fonte: Gonçalves, 2002, p. 65)



Esquema do Genkey (Fonte: Gonçalves, 2002, p. 88)

As divisórias de correr características da arquitetura japonesa não foram aplicadas nas construções de Registro. Considera-se que o caráter de rural e de precariedade de matéria prima fez com que logo os colonos desistissem deste tipo de solução. (BALDUS & WILLEMS, 1944) As divisões em madeira fixa são recorrentes, utilizadas para separação dos cômodos internos. Quando a casa está disposta em dois pavimentos, há uma escada em madeira, cujos degraus tem espelhos altos, muito características das edificações orientais. Elas podem ser internas ou externas à casa, neste caso, ligando a varanda.

Interiores de casas em Registro e Iguape. Residência Sra. Okiyama, Residência Osawa e Casa em Jipovura (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Os ambientes internos eram simples, despojados de mobiliários mais elaborados. O hábito de usar *tatames* tanto para sentar, quanto como cama (neste caso cobertos com futons), foi se perdendo com o passar do tempo, assim como o hábito de tirar os sapatos. (YAMAKI, 1997) Os costumes ocidentais foram sendo incorporados, e logo os carpinteiros japoneses estavam fabricando móveis. Nas casas visitadas verificou-se o uso de mobiliário ocidental. Observa-se, contudo, a pouca presença de armários e existência comum de cabides de madeira para pendurar roupas.

> *Em todas casas de famílias japonesas visitadas, o mobiliário embora menos numeroso é muito semelhante ao das casas brasileiras do interior paulista, de status econômico correspondente. O mesmo cômodo serve, geralmente, como sala de visita e sala de camas comuns. No dormitório duma casa rural percebemos, ao lado de camas comuns o futon, o habitual acolchoado japonês. Foi a única vez que deparamos com tal objeto que está desaparecendo rapidamente. (BALDUS &WILLEMS, 1944:129)*

Kuniyoshi e Pires (1984:45) estruturaram no livro sobre o Casarão do Chá um resumo sobre as características da arquitetura japonesa presentes naquela edificação. Acreditamos que estas se aplicam às residências e fábricas encontradas em Registro construídas pelos imigrantes. Apresentamos os principais pontos, com alguns acréscimos e supressões:

1. Estrutura independente em madeira;
2. Planta livre com poucas divisórias;
3. Presença de alguns aspectos formais dos telhados japoneses, como o de tipo irimoya;
4. No caso do Casarão do Chá, fundações em blocos de pedra sem amarração com a estrutura do edifício. Nas edificações de Registro, edificações com estrutura suspensa do solo cerca de 50 cm;
5. Estrutura de madeira aparente;
6. Uso da taipa de mão com bambu nas vedações;
7. Uso da modulação pelas dimensões do tatami (1,80m – 1 ken x 0,90m – ½ ken);
8. Esquadrias sustentadas pela estrutura de madeira do edifício.

CAPÍTULO 5

Proposta de proteção

ENTRE O JAPÃO E A AMÉRICA DO SUL, A ARQUITETURA DAS COLÔNIAS DE IMIGRANTES E OS BENS CULTURAIS DE INTERESSE

Pode-se dividir as tipologias arquitetônicas encontradas em Registro e Iguape e propostas para o tombamento em nível federal em três grupos, conforme seu uso: edificações funcionais (fabris e administrativas), edificações residenciais e edificações religiosas. Outros equipamentos importantes para a instalação da colônia como escolas e edificações de saúde, não persistiram no tempo, tendo sido demolidos ou profundamente alterados.

A mais marcante edificação de uso fabril em Registro é a sede da KKKK. Ela foi o elemento estruturante da ocupação da região que é hoje o município de Registro e deu a partida à urbanização da cidade, a partir do rio Ribeira de Iguape. Construída em tijolos aparentes, em acordo com as características da arquitetura industrial, seus quatro galpões são exemplares únicos desta arquitetura.

As fábricas de chá são outro grupo de edificações fabris muito importantes na ocupação da região, presentes como atividade principal ou como alternativa econômica ao café desde praticamente os momentos iniciais da imigração. Diversas foram alteradas ou demolidas, e, em geral, não conservam as características originais. Este é o caso do Chá Ribeira, cuja casa primeira e fábrica deu lugar a exemplares em concreto, construídos em tempos recentes. Mas segue de grande importância para a comunidade e preserva as primeiras mudas de chá do tipo *assan*, responsáveis pelo estabelecimento e crescimento do cultivo da planta na região, sendo em si, um bem patrimonializável.

A fábrica de chá Shimabucuro representa a arquitetura dos chazais. Construída em estrutura auto-portante de madeira com vedos em tijolos, tem as dimensões, proporções e elementos construtivos deste programa arquitetônico. As fábricas de chá Kawagiri e Shimizu mantém as características volumétricas e de proporção da Shimabucuro, construídas estrutura de madeira em vedação em tijolos ou em taipa, com esquadrias de madeira. Já a Fábrica de Chá Amaya compõe-se de diversos galpões industriais que circundam a habitação construída nos anos 20, sendo tipologicamente diversa das demais.

Em Jipovura, município de Iguape, encontram-se os vestígios materiais da antiga Colônia Katsura. Junto ao rio Ribeira de Iguape, logo à saída do antigo porto estão das ruínas do engenho e a sede social. Ambos são edificados em tijolos, com funções originais ligadas aos processos produtivos e sociais da colônia.

O segundo grupo de tipologias arquitetônicas é o das residências. Nestas estão evidenciadas de modo marcante as relações entre a tradição local e as técnicas dos imigrantes, materializados em edificações de singularidade plástica e construtiva. Encontramos diversos exemplos (cerca de 20 propriedades rurais) muito significativos desta arquitetura, cujo estado de preservação e conservação é bastante variado. Em face do que foi construído em Registro e Iguape, este número é muito pequeno. Os fatores que contribuíram para sua deterioração foram a agressividade do clima, as características dos materiais empregados e seus procedimentos construtivos, como modulação e sambladuras estruturais, os quais pressupunham a constante manutenção e substituição. (GONÇALVES, 2003)

Pelas transformações culturais e os constrangimentos históricos (como as políticas estabelecidas para os imigrantes japoneses a partir da II Guerra Mundial) acesso a materiais industrializados e progressivo abandono das casas para moradia em edificações novas, construídas em alvenaria de tijolos, as tradições de manutenção das casas antigas foi perdendo, pouco a pouco, o hábito de ser realizada.

As residências da família Hokugawa, Amaya, Fukasawa, do Sr. Gozo Okiyama e da Sra. Susu Okiyama foram destacadas ao longo do processo de estudo como representativas por terem entre si grande diversidade de soluções, ao mesmo tempo em que conservam a unidade enquanto arquitetura da imigração japonesa. Todas são ricas no que se refere à técnica e à plasticidade. São construídas com estrutura auto-portante em madeira, com madeiramento encaixado (sambladuras) sem a utilização de pregos, e com vedações em pau-a-pique, com palha do arroz misturada ao barro. O telhado era feito primeiramente em palha, sendo substituído por telhas de barro, e, mais recentemente por fibrocimento. A estrutura das casas é suspensa do chão por embasamento que pode ser em tijolos ou em pedra. Na Colônia de Jipovura persiste uma única residência, que apresenta as mesmas características técnicas das casas de Registro. Trata-se, contudo, de edificação mais simples, em apenas um pavimento, e com área construída menor. A cozinha, separada do corpo construído, remete às casas caboclas.

Temos, ainda, como edificações religiosas: a Igreja de São Francisco Xavier e a Igreja Episcopal Anglicana. As duas são construções muito distintas entre si e que revelam o caráter da religiosidade dos imigrantes e seus processos históricos de adaptação e transformação. A Igreja de São Francisco Xavier, erguida no centro de Registro, junto ao KKKK remete ao esforço de conjugação com os valores religiosos brasileiros do catolicismo. Já a Igreja Episcopal, mostra os esforços dos colonos de manutenção da própria cultura e

religiosidade. Na arquitetura de cada templo religioso estão expressas as religiosidades distintas dos imigrantes e seus modos de estabelecimento em terras brasileiras.

Finalmente, para complementar o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da imigração japonesa no Vale do Ribeira, há que se incluir na proposta de tombamento as primeiras mudas de chá da variedade assam (chá preto) trazidas para o país no início dos anos 1920, as quais se tornaram as matrizes para toda a produção nacional existente hoje e que se encontram preservadas em canteiro próprio junto a propriedade do Chá Ribeira.

EDIFICAÇÕES FABRIS E ADMINISTRATIVAS DE REGISTRO

A SEDE DA KAIGAI KOGYO KABUSHIKI KAISHA - KKKK

O conjunto KKKK, tombado pelo Condephaat (Processo nº 22.261/1982, 24.000/1992 e 01.274/1985) é constituído por quatro galpões e uma chaminé de 20 metros de altura, numa área de 3.500 metros quadrados, no centro velho de Registro, às margens do Rio Ribeira de Iguape. A edificação foi implantada junto ao porto de Registro, de onde se podia acompanhar a movimentação das embarcações que historicamente percorreram o rio Ribeira de Iguape transportando gente e produtos. No momento de instalação da empresa, foi o vetor de ocupação e crescimento da cidade, o que se transformou com a abertura da Rodovia Régis Bittencourt.

O conjunto foi construído pela KKKK entre os anos 1920 e 1922, para apoiar os imigrantes japoneses e centralizar as operações comerciais, industriais e burocráticas da empresa, as quais foram ativas por cerca de dezessete anos. Funcionavam neste conjunto o beneficiamento do arroz (com caldeiras para movimentar as máquinas), a armazenagem do arroz, os escritórios da empresa KKKK e um armazém de secos e molhados. Estas atividades eram organizadas em quatro galpões de armazenamento e um edifício com instalações para beneficiamento.

As obras começaram em 1920 e, segundo informa Hugo Segawa, o projeto teria vindo de fora. Os quatro galpões são de tijolo aparente (alvenaria portante), têm arcadas nas elevações principais, as coberturas são em duas águas, apoiadas em tesouras em madeira. As laterais são abertas por bandeiras semi-circulares em ferro que garantem sua iluminação natural.

O edifício para beneficiamento de arroz possui três pavimentos, também em alvenaria de tijolos, com cobertura em estrutura metálica. A iluminação era feita de modo similar aos galpões, com caixilhos em arco pleno. A ligação entre os galpões e o engenho era feita por meio de um longo alpendre voltado para a cidade. Sua estrutura, um prisma para abrigar a maquinaria de beneficiamento, pelo porte e tamanho era rara em São Paulo neste período.

A organização espacial e a circulação dos produtos no conjunto construído obedecia ao fluxo da matéria prima que vinha do interior, era processada nos galpões, para posteriormente embarcar no Porto de Registro, localizado em frente ao conjunto.

Do ponto de vista arquitetônico, os galpões e o engenho não apresentam características japonesas evidentes. Os tijolos eram provenientes de olaria montada pela Kaigai e as telhas

cerâmicas eram trazidas de Iguape. Era o madeiramento da cobertura que trazia a mão-de-obra do imigrante japonês, já que realizada pelos carpinteiros trazidos pela empresa.

Nos anos 90 iniciou-se o processo de restauro do KKKK com projeto do escritório Brasil Arquitetura realizado pela Prefeitura Municipal de Registro com vistas a abrigar um centro de cultura e educação. O programa de ocupação das edificações propôs para os galpões áreas de estar e convivência, salas de aulas e espaço para exposições temporárias. Foi construída edificação nova destinada ao auditório reversível, possibilitando apresentações internas e externas. O antigo engenho foi restaurado para abrigar o Memorial da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira, com acervo de objetos doados pelas famílias descendentes dos primeiros colonos, como ferramentas, fotos, maquinário, mapas e desenhos. Além disto, um rico acervo artístico de cerca de 50 pinturas, desenhos e esculturas de artistas plásticos de origem nipônica foi constituído com doações angariadas pelos arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci, autores do projeto arquitetônico.

O projeto não se restringiu aos galpões edificados. Foram propostas áreas de lazer às margens do rio Ribeira de Iguape, junto ao antigo e histórico porto, do qual já não havia mais vestígios materiais. Uma orla acompanha o Morro da Espia, no alto do qual está a Igreja de São Francisco Xavier, e se encerra em grande praça de convivência marcada pela escultura Guaracuí de Tomie Otake. Nas margens do rio Ribeira que acontece a cerimônia do Tooro Nagashi no Dia de Finados, 2 de novembro, patrimônio intangível de grande significado para o Vale do Ribeira.

KKKK, 2008
(Fonte: Ricardo Gomes da Silva)

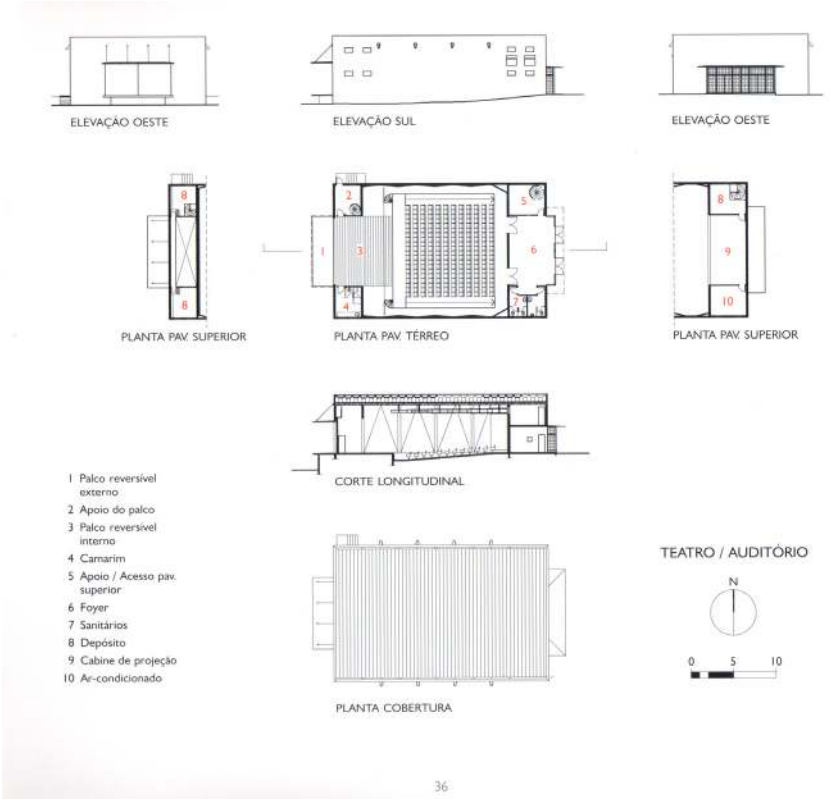
KKKK, 2008
(Fonte: Ricardo
Gomes da Silva)

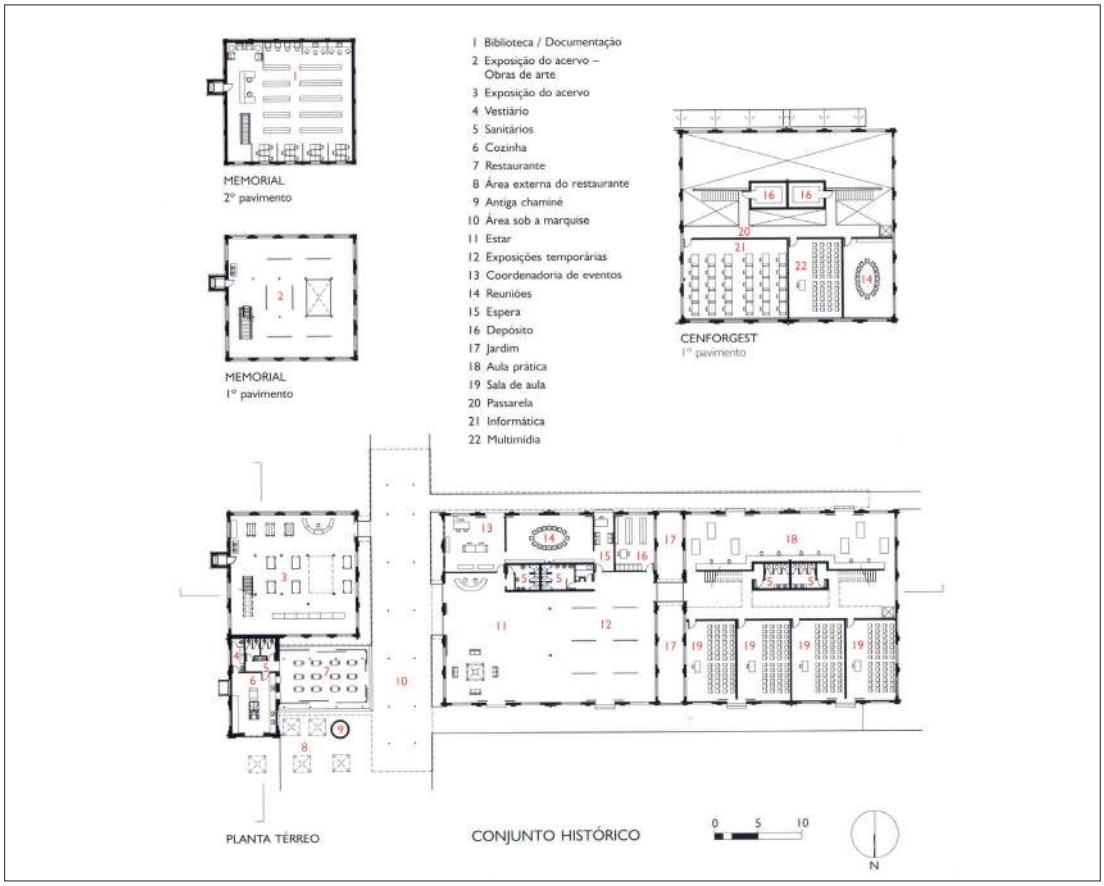
KKKK, 2008
(Fonte: Ricardo
Gomes da Silva)

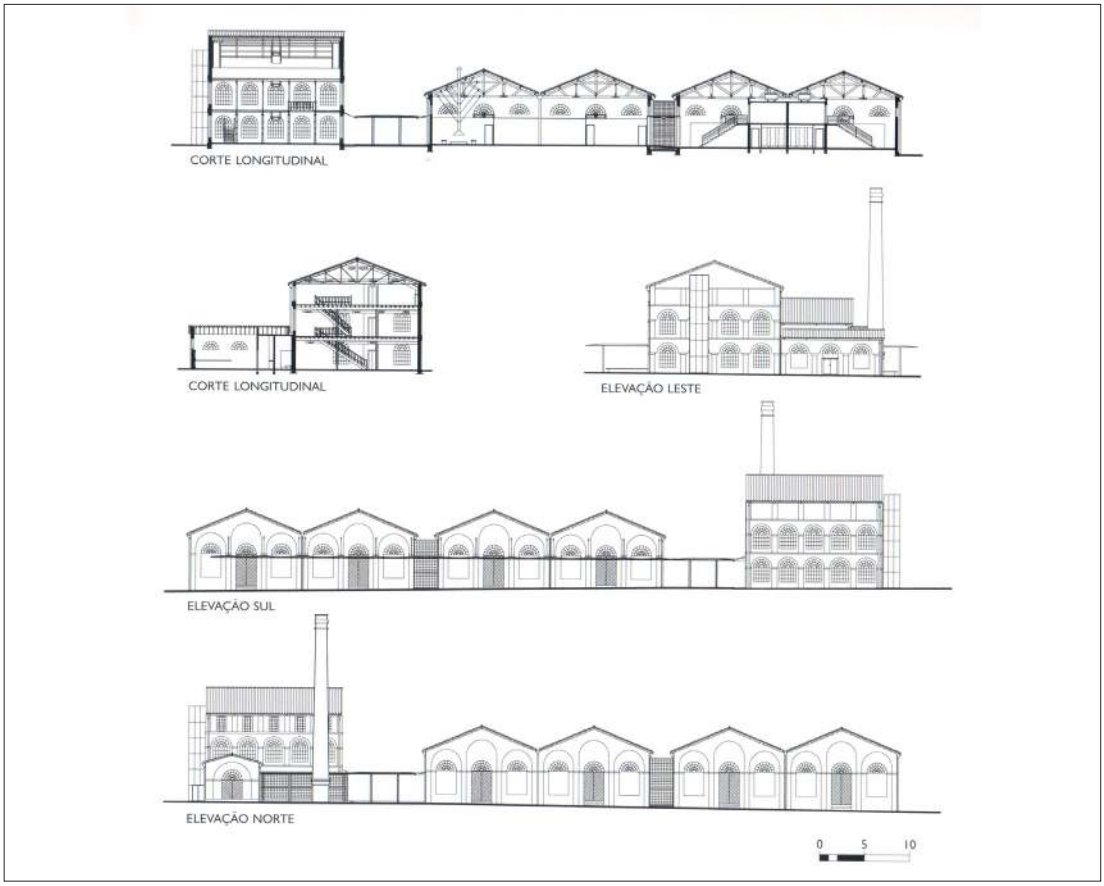
Segawa, 2002: 25, 36, 44 e 45)

Primeiros estudos para o teatro.

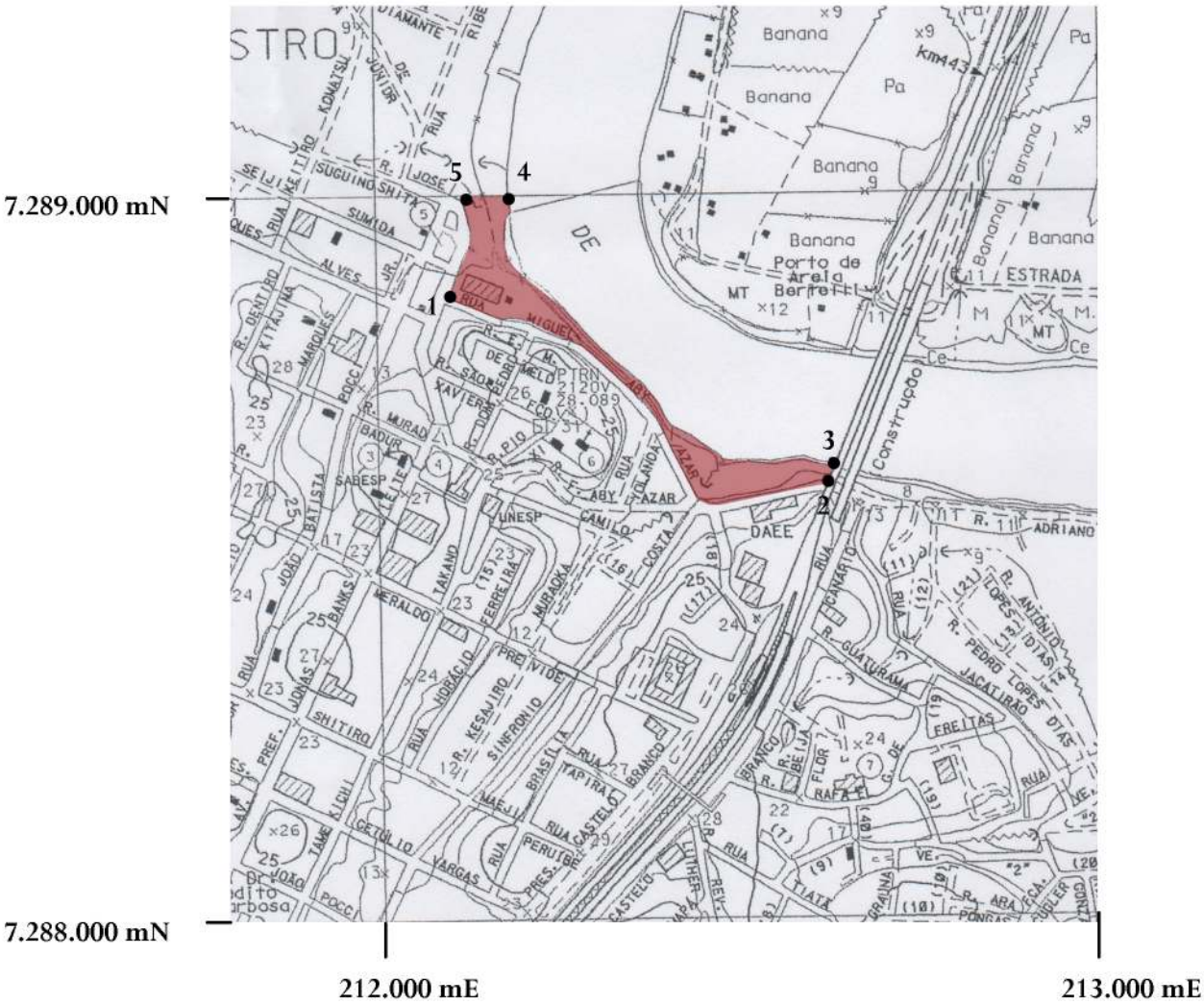
Página do caderno do primeiro projeto de recuperação do KKKK.







Segawa, 2002: 25, 36, 44 e 45)



Poligonal de área situada entre coordenadas:
parte do ponto 1 (7.288.860 mN e 212.100 mE), seguindo rumo leste pelo alinhamento da Rua Muguel Aby Azar até o ponto 2 (7.288.610 mN e 212.620 mE). Deste segue rumo norte até o ponto 3 (7.288.625 mN e 212.625 mE). Segue pela margem direita do Rio Ribeira de Iguape rumo oeste até o ponto 4 (7.289.000 mN e 212.180 mE). Segue pela coordenada 7.289.000 rumo oeste até o ponto 5, junto à intersecção com a coordenada 212.120 mE. Segue rumo sul pelo alinhamento da rua José Segunio Shita e depois pela rua Seiji Sumida até encontrar o ponto 1, fechando o perímetro.

Fonte: folha 114/86 IGC - 1-10.000 2004

FÁBRICA DE CHÁ SHIMABUKURO

A partir da adoção do chá como forma de cultivo pelos colonos japoneses, incrementada após o fracasso da produção de café na região e a alta do preço internacional do chá após a crise de 1929, estabeleceu-se uma nova tipologia industrial: a fábrica de chá. Aquelas construídas em Registro remetem diretamente ao empreendimento colonizador de Registro e fazem parte dos processos históricos de adaptação e recriação do meio.

A cultura do chá em Registro teve impulso em 1935 quando o Sr. Torazo Okamoto introduziu a variedade de chá tipo *assan* (chá preto), mais rentável e de melhor qualidade, trazida da Índia. A partir de então, a teicultura, os chazais e as fábricas, dominaram a paisagem de Registro, em face da propulsão da agroindústria do produto de origem oriental. Inúmeros colonos voltaram-se para o chá, inclusive industrializando o produto, o que exigia a construção de galpões e a aquisição de equipamentos adequados.

A partir dos anos 30 proliferou em Registro uma nova tipologia arquitetônica, as fábricas de chá. Grosso modo são galpões para o abrigo do maquinário e com área para o murchamento das folhas. Estas são as instalações mais características das fábricas de chá, pois são um salão amplo em que se dispõem os brotos para murchamento e desidratação por meio de ventilação natural.

Não se sabe muito sobre os processos de elaboração destas construções. Kuniyoshi, Segawa e Pires (1985) apontam que à época da instalação das mesmas, técnicos japoneses vieram ao país para orientar os produtores. Acredita-se que dessa orientação veio o partido assobradado das edificações, com salão superior livre de pilares centrais e térreo para processamento das folhas. As fábricas apresentam dimensões semelhantes, cerca de 7 x 14 metros e as técnicas construtivas, em geral, são as mesmas empregadas das moradias, estrutura independente de madeira, com vedações em taipa ou tijolos.

Fábrica de chá Shimabucuro (Fonte: F. Brito, 2008)

A edificação construída para abrigar a fábrica de chá Shimabucuro, obedece à tipologia das fábricas de chá da região de Registro. Tem partido assobradado, planta com as dimensões de cerca de 7 x 14 metros, com estrutura de madeira rica em sambladuras caracteristicamente orientais.

Implantada junto a um desnível de cerca de meio metro no terreno, o acesso principal da edificação acontece pelo nível superior por meio de ponte em madeira de pequena inclinação. Esta se une à varanda, também em madeira, que percorre toda a fachada frontal, e conta com guarda-corpo em madeira, cobertura em telha cerâmica e apoiada por pilares ancorados no piso inferior.

Toda a estrutura é suspensa do chão cerca de 50 cm por pilares de tipolos aparentes.

A fachada é composta simetricamente, com sete vãos, sendo o do meio de acesso à fábrica. O nível superior, como nas demais fábricas de chá, é ambiente livre de divisões e amplamente arejado. O piso em tábuas de madeira é sustentado por barrotes apoiados em um pilar central no térreo e nas paredes laterais autoportantes em tijolos. As janelas tem esquadrias que otimizam a ventilação: um sistema de bandeiras inferiores pivotantes feitas em madeira, abaixo do peitoril, com cerca de 70 cm, abre-se ao exterior. Esta particularidade das esquadrias das fábricas de chá foi observada nos anos 40 por Willems e Baldus na Fábrica de Chá Okamoto, chamados de postigos basculantes, tal como descrito anteriormente.

Os dois pavimentos comunicam-se por meio da escada de madeira situada na varanda, cujas feições remetem àquelas encontradas nas casas de colonos japoneses. O andar térreo é marcado pela fileira de pilares centrais que apóiam o piso do nível superior.

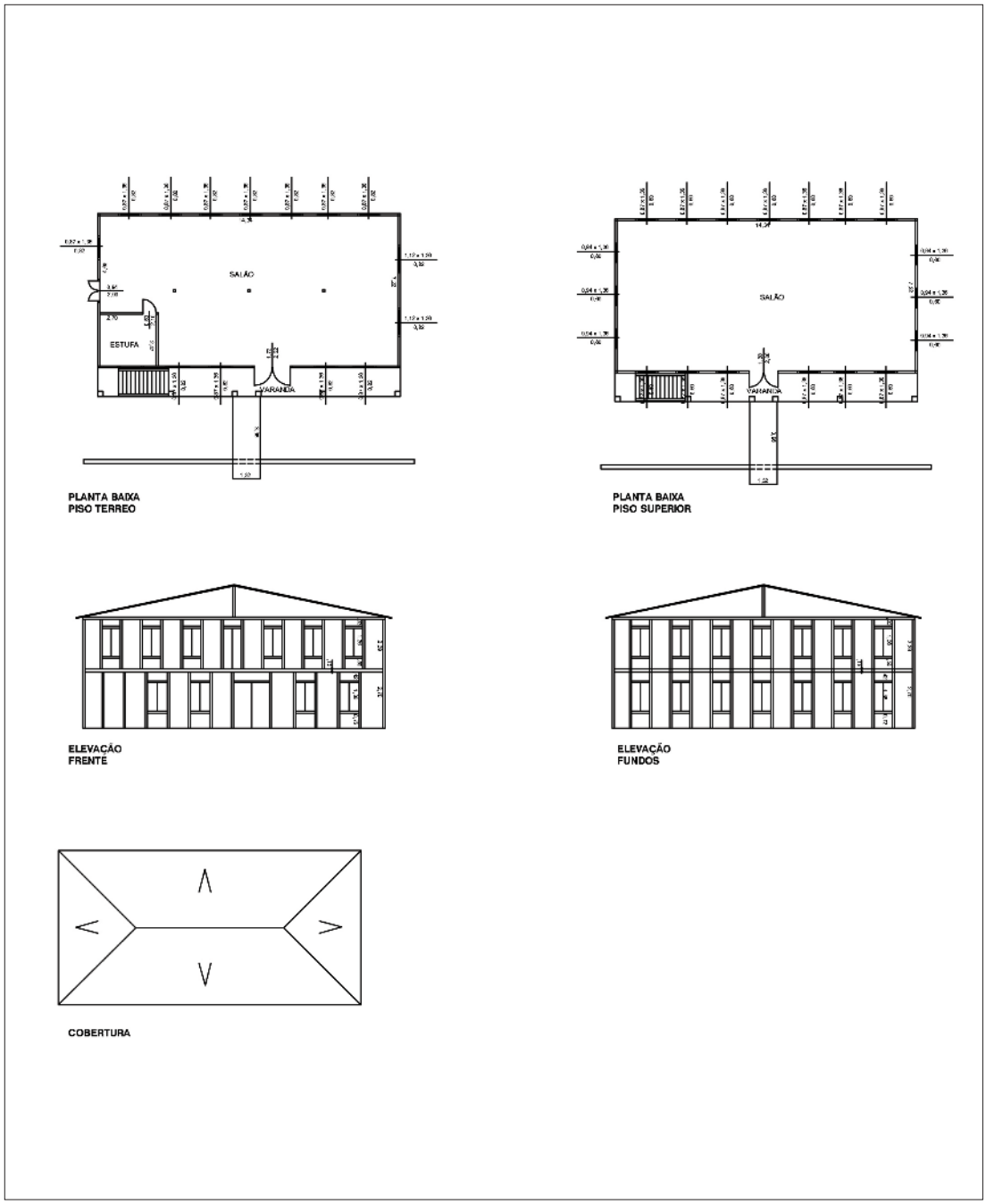
Os pavimentos contam com aberturas em toda a dimensão que são dispostas em acordo com o ritmo da própria estrutura. O emboço da massa deixa aparente, tanto interna, quanto externamente, a estrutura em madeira, cujos elaborados detalhes de sambladuras não põem dúvidas a origem e à vinculação cultural de sua realização. A cobertura, em telha cerâmica, é feita em treliças de madeira.

A fábrica situa-se num terreno de cerca de 30 mil metros quadrados, no bairro Agrochá, onde existem outras edificações recentes e que serviam à fábrica e à moradia. A fábrica encontra-se atualmente vazia, tendo sido transferida à UNESP – Universidade Estadual Paulista, que pretende instalar no terreno as edificações do Campus Registro e, na antiga fábrica, o Museu do Chá. Seu estado de conservação é razoável e edificação está bastante caracterizada, contando com um anexo junto à lateral direita da edificação principal.

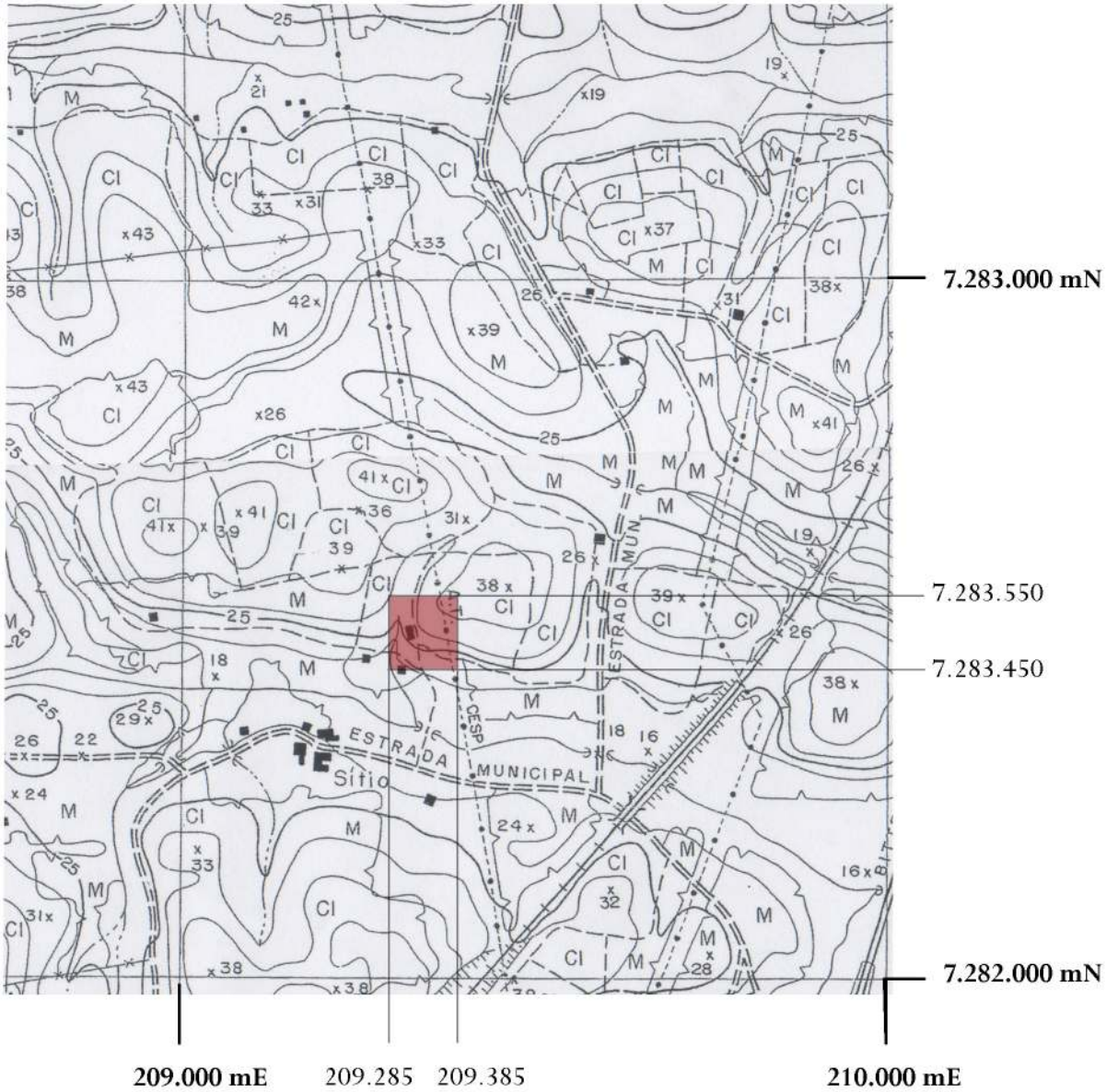
Interior da fábrica de chá Shimabucuro (Fonte: F. Brito e R. Gomes da Silva, 2008)

Fábrica de chá Shimabucuro (Fonte: F. Brito e R. Gomes da Silva, 2008)

Detalhe das sambladuras da Fábrica de chá Shimabucuro (Fonte: F. Brito e S. Scifoni 2008)



Plantas e elevações da fábrica de chá Chimabucuro (Fonte: UNESP)



Fonte: folhas
116/86
115/86
IGC - 1-10.000
1989

FÁBRICA DE CHÁ AMAYA

O complexo fabril Amaya é dos maiores ainda em atividade na região. Diferentemente do chá Shimabucuro, não conta com a sede característica da época de implantação da agroindústria do chá em Registro.

Está implantado junto à estrada de terra, no bairro Campo de Experiência, e dois acessos à propriedade são possíveis: um junto à própria fábrica e outro junto à área de residência. Um grande lago dividido ao meio por barragem confere o ar bucólico do local. A moradia da família, construída entre os anos 70 e 80, volta-se para o lago e está envolta em vegetação ornamental. Nos fundos da casa de moradia atual, está a área de produção.

Diversos galpões de proporções retangulares e quase todos com um pavimento são dispostos em forma de "U". No meio deste, situa-se a residência original da família, construída segundo a técnica e estética oriental. Nos galpões pode-se perceber alguns vestígios da tecnologia japonesa de sambladuras, sobretudo nas coberturas, como no galpão situado mais ao fundo do terreno. No geral, estão modificados pelas reformas impostas pelas adaptações tecnológicas de processamento de chá. Uma pequena construção na lateral dos galpões, junto à chaminé de tijolos aparentes, tem o telhado *irimoya*, característico das construções japonesas.

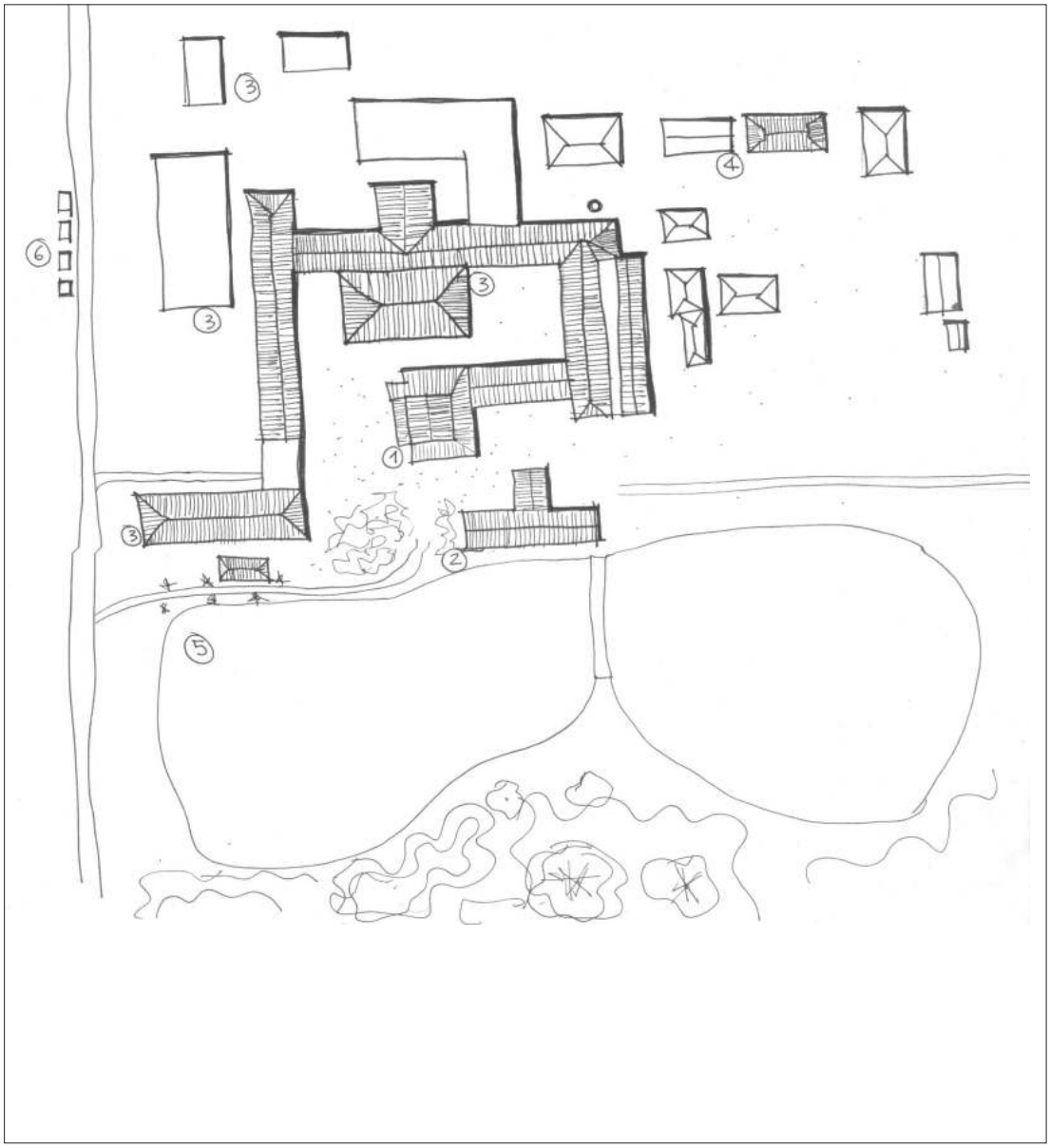
A casa antiga dos Amaya, construída em 1923, é disposta em dois pavimentos, contando com uma varanda no piso superior. O corpo principal tem cobertura de duas águas em telha francesa e está edificado com estrutura independente de madeira, aparente nas fachadas. Anexos para equipamentos hidro-sanitários e quartos foram erigidos em um pavimento à volta de toda edificação, com cobertura em meia-água.

Pintada de branco com esquadrias e demais detalhes em madeira em azul claro, destaca-se em meio às residências construídas em Registro pelo colonos, tanto pelas dimensões, quanto por estar implantada em meio à fábrica de chá.

Fábrica de chá Amaya. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

Fábrica de chá Amaya. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

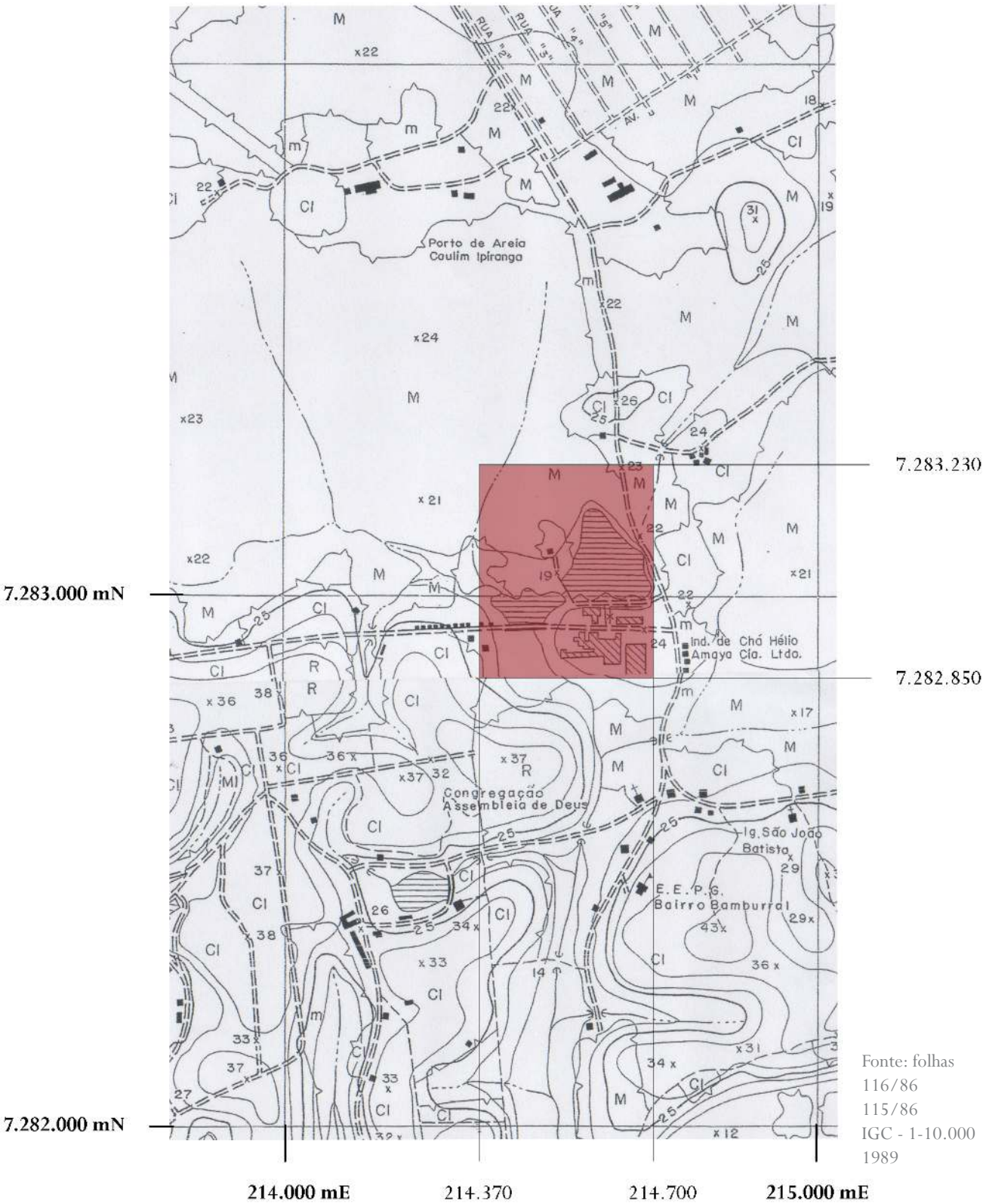
Fábrica de chá Amaya. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)



Croqui de implantação da fábrica de chá Amaya. (Fonte: F. Brito, 2008)

Legenda:

1. Residência antiga
2. Residência nova
3. Fábrica de chá
4. Depósitos
5. Lago
6. Casa de colonos



Fonte: folhas
116/86
115/86
IGC - 1-10.000
1989

FÁBRICA DE CHÁ KAWAGIRI

A fábrica de chá Kawagiri está implantada em terreno sem desníveis, junto à estrada de terra principal de acesso à propriedade, no bairro Areias. Sua edificação segue as proporções das demais fábricas de chá estudadas, como a Shimizu e a Shimabukuro, com estrutura modulada em madeira, vedações em taipa ou em tijolos e diversas aberturas, sobretudo no pavimento superior para garantir a aeração e secagem das folhas de chá.

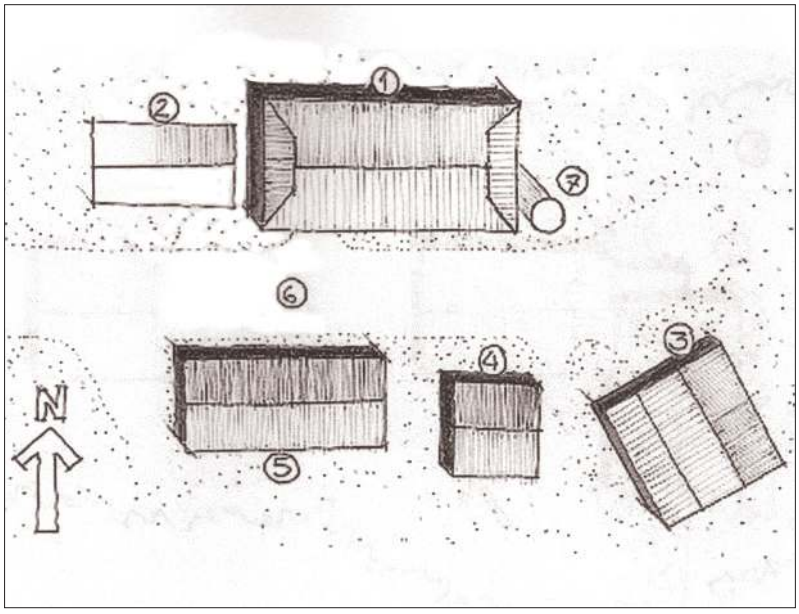
O pavimento térreo tem estrutura de pilares periféricos de tijolos maciços aparentes, e, em seu intercolúnio, grandes caixilhos em madeira, sem vidros, com aberturas ao exterior. Os pilares internos são em madeira e sustentam os barrotes do piso do andar superior, todo em madeira. As janelas do segundo pavimento consistem em esquadrias de madeira sem vidros com aberturas pivotantes em dois níveis, acima do peitoril e abaixo do mesmo até cerca de 30 cm do piso. Na lateral esquerda da edificação localiza-se a chaminé em tijolos aparentes.

Um corpo mais alto, porém integrado ao corpo da fábrica, tem cobertura que se projeta ao exterior da edificação, perfazendo uma varanda de pé-direito duplo. A vedação do segundo pavimento deste corpo é feita em madeira. A cobertura de telha cerâmica foi substituída por amianto, sem que isto comprometa a leitura do bem imóvel, embora disturbe sua unidade potencial.

A moradia primitiva e a segunda moradia dos colonos foram demolidas, não restando vestígios das mesmas. Uma nova edificação em alvenaria de tijolos e estrutura de concreto armado foi construída para abrigar a família.

Fábrica de chá Kawagiri. (Fonte: R. Gomes da Silva 2008)

Fábrica de chá Kawagiri. (Fonte: F. Brito, 2008)



Legenda:

1. Fábrica de chá
2. posição da primeira morada, demolida
3. segunda morada
4. casa de colono
5. moradia atual em alvenaria
6. acesso
7. chaminé da fábrica de chá

Croqui de implantação da fábrica de chá Kawagiri. (Fonte: Gonçalves, 2003 - p. 105)

FÁBRICA DE CHÁ E RESIDÊNCIA SHIMIZU

A fábrica de chá Shimizu foi construída para ter dupla função, abrigar a família e a fábrica de chá e é dos exemplares arquitetônicos fabris que apresenta o maior apuro técnico e cuidado plástico.

A edificação foi construída pelo Sr. Sojiro Shimizu, que chegou ao Brasil em julho de 1925 por meio do empreendimento da KKKK, aos 38 anos. Inicialmente aventurou-se no cultivo do café, para depois iniciar a plantação e processamento do chá. Como os demais imigrantes, habitou de pronto uma casa provisória, próxima de onde está a fábrica. Com o incremento do chá, contratou o mestre-carpinteiro Minoru Ushino para executar a obra do edifício em questão que passou a abrigar a família.

Segundo relato do Sr. Toshiro Shimizu, filho de Sojiro Shimizu e atual proprietário da casa, seu pai entregou o projeto ao carpinteiro para que ele fizesse a casa conforme seu desejo, já que o mesmo estava prestes a parar de trabalhar como carpinteiro.

O edifício organiza-se em dois pavimentos, conforme a tipologia das fábricas de chá, tendo as dimensões de 7 x 14 metros, obedecendo ao padrão das demais. É realizado em estrutura independente de madeira, com vedações em taipa de mão e suspende-se 30 cm do piso por embasamento de tijolos maciços. Uma varanda em madeira ocupa todo o segundo pavimento da fachada principal. Está colocada à frente do volume prismático e suspende-se do piso por pilares em tijolos aparentes, o que lhe confere certa monumentalidade. As envasaduras são em madeira canela, de tom escuro, tendo as janelas sistema de abrir e fechar, conjugando vidro e madeira, o que é raro nos casos estudados. Ostenta telhado *irimoya*, cujas telhas de barro foram substituídas por fibrocimento.

Está implantada no sopé de uma pequena elevação, perpendicular ao acesso principal da propriedade. Ao lado e pouco à frente da casa, ergue-se edificação mais recente, em concreto armado, utilizada como estufa de plantas ornamentais. Originalmente servia à fábrica, hoje desativada.

Uma nova casa foi construída para a família, onde mora o proprietário, e a fábrica antiga está ocupada, no térreo, pelos empregados e o segundo andar encontra-se desocupado. Segundo alguns depoimentos, o térreo teria servido também, quando de sua construção, à moradia. Seu estado de conservação é frágil, mas ainda apresenta os elementos arquitetônicos que lhe caracterizam.

Fábrica de chá Shimizu. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

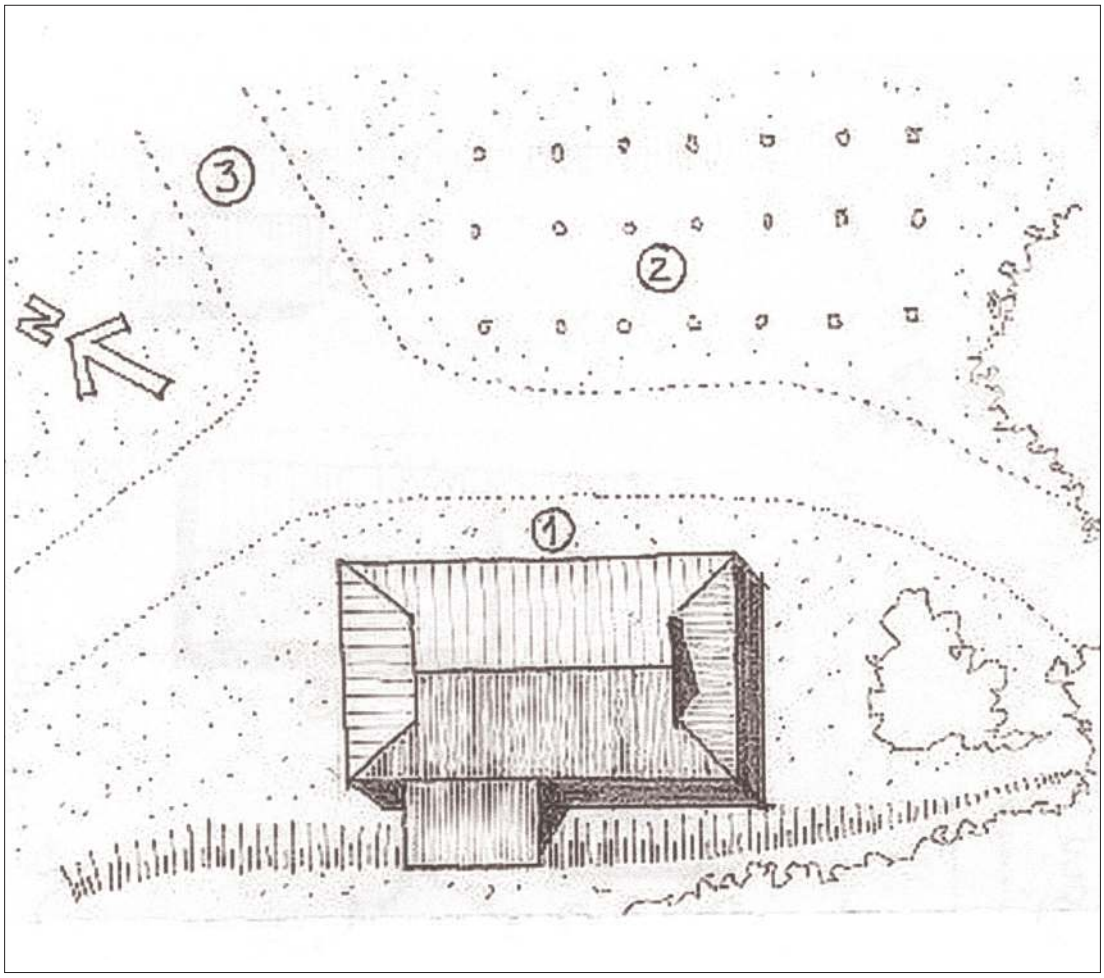
Fábrica de chá Shimizu. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

Nova fábrica de chá Shimizu utilizada como estufa de plantas. (Fonte: F. Brito, 2008)

Fábrica de chá Shimizu. (Fonte: F. Brito, 2008)

Detalhes construtivos da fábrica de chá Shimizu. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

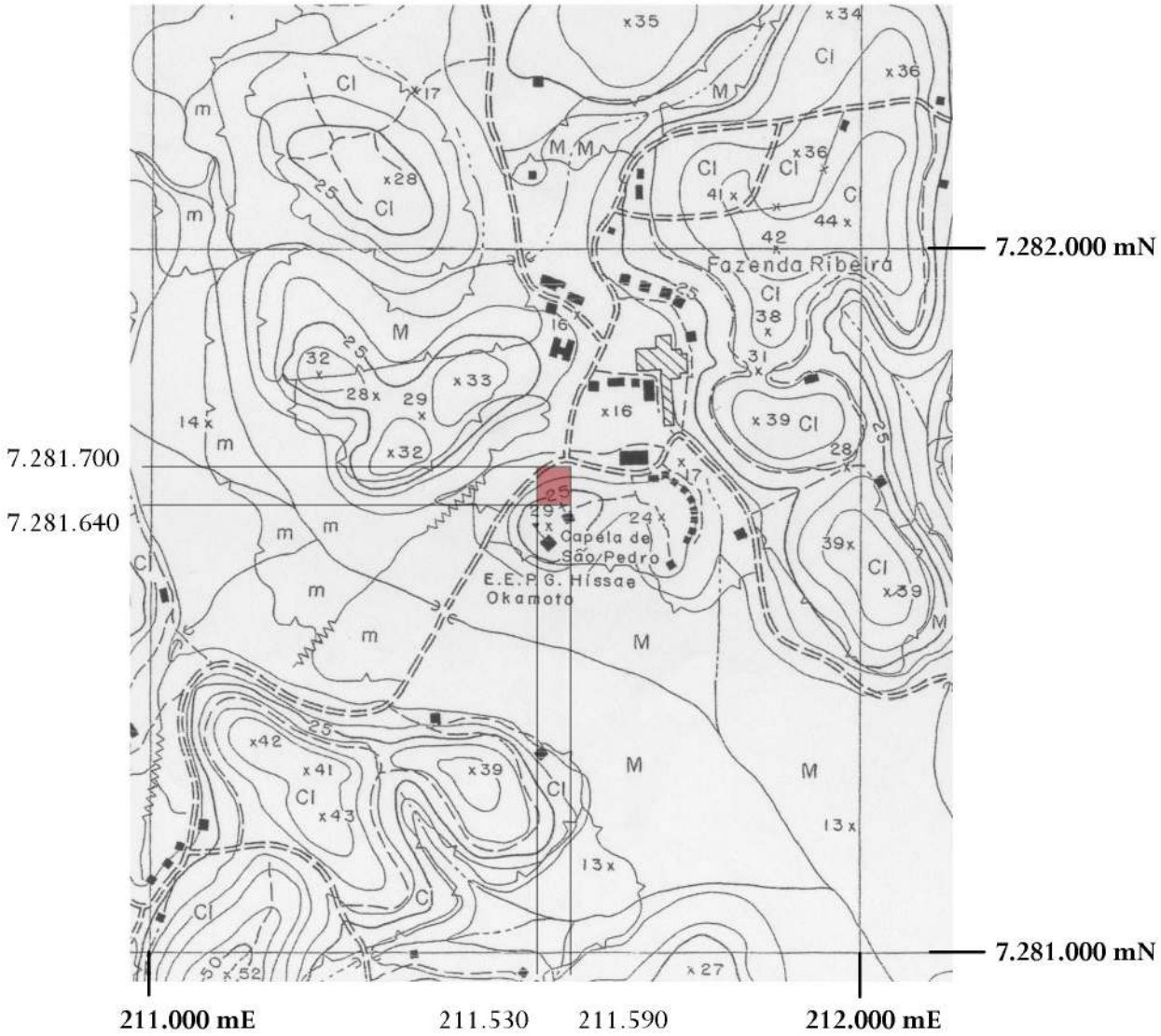
Detalhes construtivos da fábrica de chá Shimizu. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)



Fábrica de chá Shimizu. (Fonte: Gonçalves, 2003 - p. 105)

Legenda:

1. fábrica de chá e antiga moradia
2. antiga fábrica de chá incendiada
3. acesso



Fonte: folha
116/86
IGC - 1-10.000
1989

EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS DE REGISTRO

RESIDÊNCIA FUKASAWA

Como ocorria no processo de ocupação dos lotes da Colônia de Registro, a casa da família Fukasawa, que hoje encontramos não foi a primeira a ser construída. Uma morada primitiva foi erguida, porém não há vestígios ou informações mais substanciais sobre a mesma. Segundo Aoki (2006), a casa que hoje vemos foi construída em 1937 e foi mantida como tal até 1990, quando passou por reformas.

O acesso à casa se dá por meio de pequena estrada vicinal implantada em meio à vegetação nativa e à cultura de palmeiras, no bairro da Manga Larga. Seguindo pela mesma estrada atinge-se a Igreja Episcopal Anglicana construída em terreno doado pela família Fukasawa.

A casa foi construída pelo carpinteiro Wada, o mesmo da Igreja Episcopal de Todos os Santos. Conta com feições de sobrado, tendo em dois pavimentos, construídos em estrutura independente de madeira e vedações em pau a pique com bambus e argamassa com palha de arroz. No térreo as esquadrias são claramente situadas nos vãos dos esteios da estrutura do pau a pique e tem caixilhos de ripas de madeira, no sistema macho e fêmea. No segundo pavimento a estrutura é emboçada e destacam-se as janelas com desenhos mais elaborados, conjugando madeira e vidro, com pequenas fixas.

Uma varanda térrea percorre trecho da lateral da construção, servido também de garagem, e segue por parte da fachada dos fundos, onde se localiza a copa e a cozinha. Sua cobertura é em telhas capa e canal.

Quanto à distribuição interna, no térreo localizam-se a cozinha, área de serviço, sala e dois depósitos. Subindo pela escada em madeira, com desenho característico do trabalho dos mestres-carpinteiros, atinge-se corredor que dá acesso a cinco quartos e um depósito.

A singularidade do conjunto deve-se, em parte, à construção ao galpão de serviços anexo à residência. Seguindo o mesmo sistema construtivo, a cobertura da casa, o telhado

Residência Fukasawa. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

tem cumeeira alta e grande inclinação, destacando-se na composição.

Com o passar o tempo as casas originais vão requerendo medidas de manutenção, uma vez que a madeira é comumente atingida por xilófagos e a vedações sofrem com infiltrações. A demanda pela adaptação dos espaços das casas aos confortos contemporâneos, como banheiro incorporado à casa e cozinha.

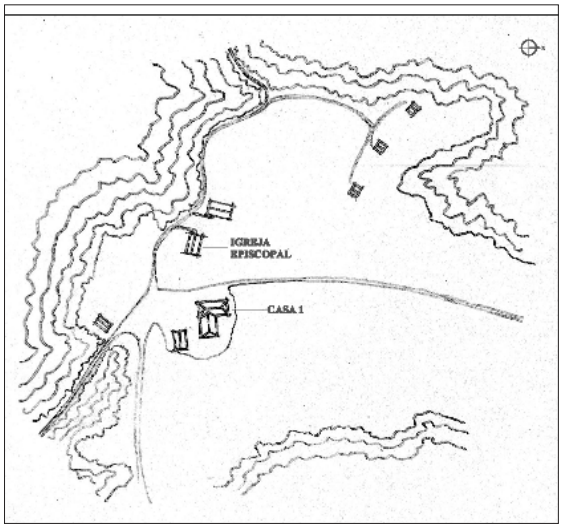
Na Casa Fukasawa o processo de adaptação e reforma ocorreu com a manutenção da casa principal, sem a demolição da mesma, tal como vêem acontecendo com diversas outras construídas pelos colonos japoneses. Em 1990 foi demolida a parte dos fundos que abrigava cozinha, copa, depósito de missô e furo. O depósito foi ampliado com a retirada de uma parede e a varanda foi ampliada. Foi construído um abrigo para máquinas independente do corpo da casa.

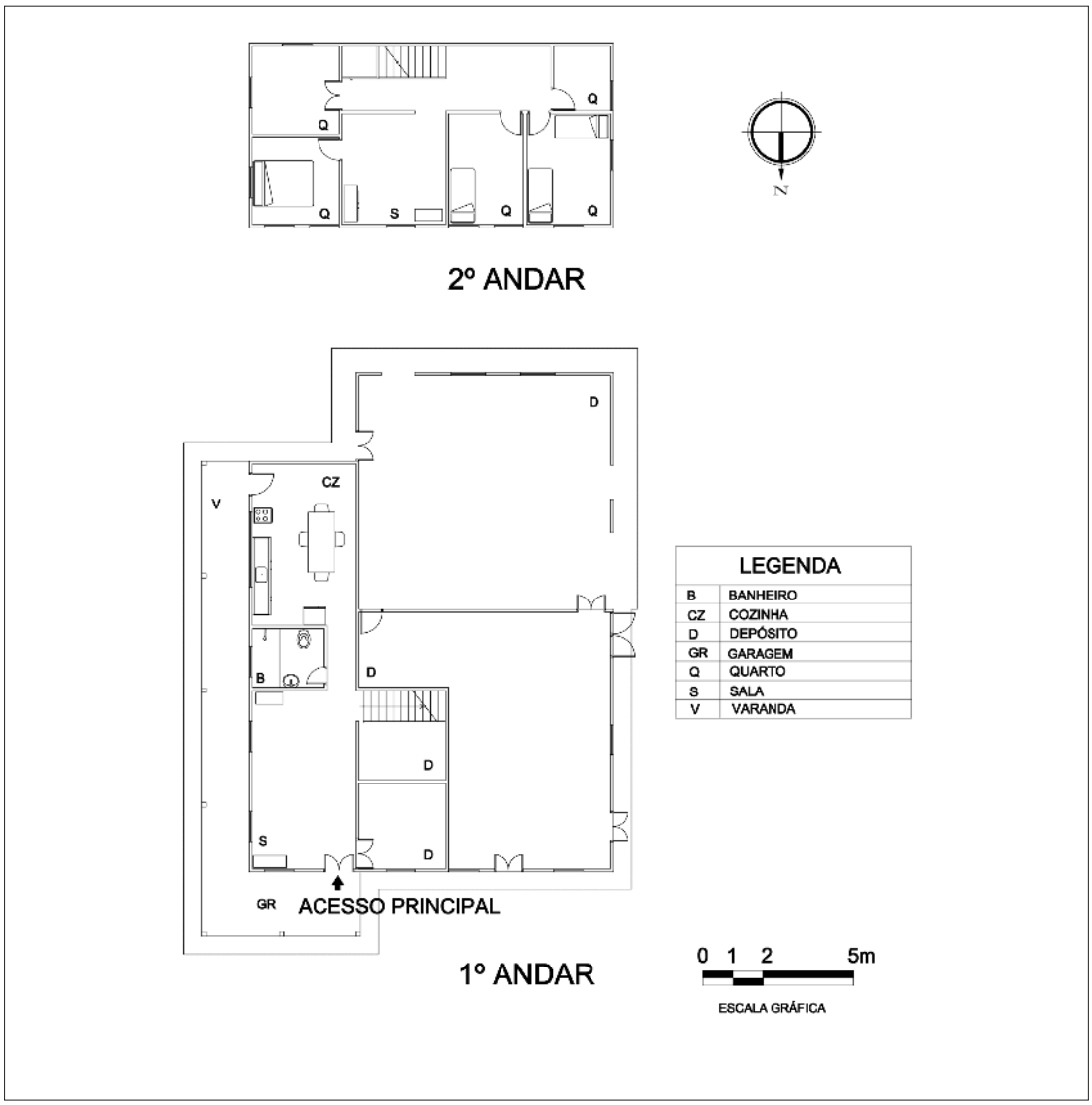
Residência Fukasawa. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

Residência Fukasawa. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

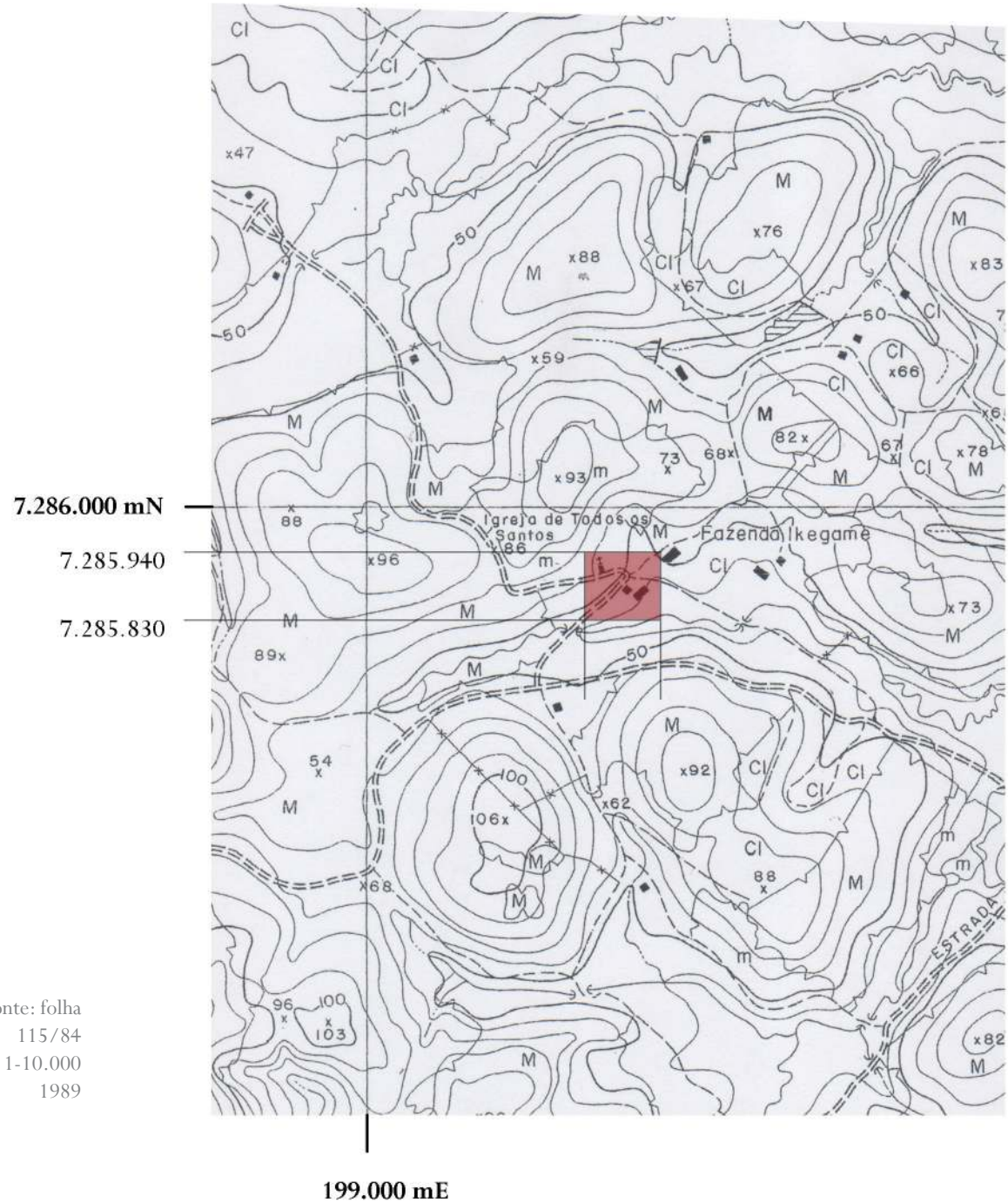
Detalhes da residência Fukasawa. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

Detalhes da residência Fukasawa. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)





Planta da residência Fukasawa. (Fonte: Adriana Aoki, 2006)



Fonte: folha
115/84
IGC - 1-10.000
1989

RESIDÊNCIA SR. GOZO OKIYAMA

A casa do Sr. Gozo Okiyama é composta por duas edificações contíguas erigidas em momentos distintos e que representam, também, tipologias distintas. O Sr. Gozo Okiyama, proprietário atual da casa e nela residente, nasceu no Brasil em 1931 e adquiriu a casa de seu tio, Takaito Osawa com o objetivo de criar bicho da seda. Acredita-se que a casa antiga foi edificada como primeira morada, sem que, contudo, se saiba a época de sua construção.

Está implantada em meio à vegetação espessa e seu acesso se dá pela frente da casa, onde há um terreiro cimentado. À frente da casa posta-se um pequeno barracão de serviços e na lateral direita uma casa pequena, que abrigava a criação de bicho da seda.

A primeira casa foi construída em acordo com os preceitos japoneses, evidentes na estrutura composta por troncos naturais e na organização da planta, conforme as plantas tradicionais japonesas chamadas genkey. No acesso à casa, um trecho retangular em terra batida tinha função de servir às tarefas de cocção. Junto a este, o piso em pranchas de madeira lavrada elevado do piso cerca de 20 cm, dada suporte ao outros quatro cômodos, separados entre si por divisórias, cujos vestígios são visíveis nas marcas de encaixe na estrutura do telhado. A estrutura da casa antiga se eleva do piso por meio de fundações em pedra. Chama atenção sua vedação, executada em pranchas de madeiras fixadas horizontalmente, junto de onde seriam os cômodos de estar. No acesso à casa a janela circular para ventilação e porta com caixilhos de madeira são particularmente impactantes.

A casa mais nova foi edificada em 1938 e conserva-se íntegra em seus elementos arquitetônicos. Foi construída em cota mais baixa do terreno, e, para se manter no nível da casa antiga, tem embasamento em madeira com alguns pilares de troncos naturais, não aparelhados de grande efeito plástico.

A estrutura eleva a casa do solo pouco mais de 1 metro e era acessada originalmente por escada em madeira junto à porta da casa original, que atingia a varanda frontal. Esta tem piso em pranchas de madeira lavrada e guarda-corpo também em madeira. Por questões de segurança, o acesso principal foi voltado para a lateral da casa.

A cobertura da casa mais tem desenho *irimoya*, com telhas francesas. Já a cobertura da casa antiga foi substituída por telhas de fibrocimento. As paredes tem os vedos em taipa de mão e estrutura em madeira aparente.

Não se sabe exatamente a data, mas a casa foi acrescida nos fundos, ganhando cozi-

nha, furô e depósitos, junto dos quais está o banheiro isolado do corpo da casa.

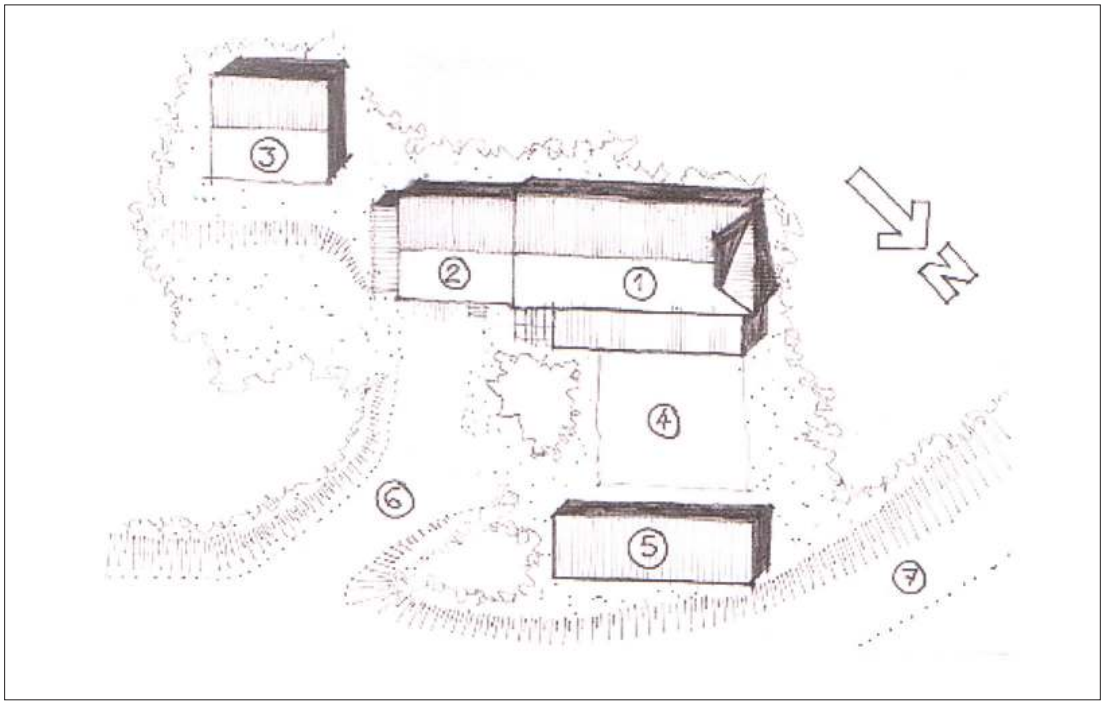
Em ambas as casas a estrutura de madeira da cobertura é rica executada com primor. As sambladuras e tratamento das peças não deixam dúvidas quanto à presença da carpintaria japonesa.

Residência Gozo Okiyama. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Residência Gozo Okiyama. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008 e R. Gonçalves, 2003)

Residência Gozo Okiyama. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Interior da residência e casa do bicho da seda. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

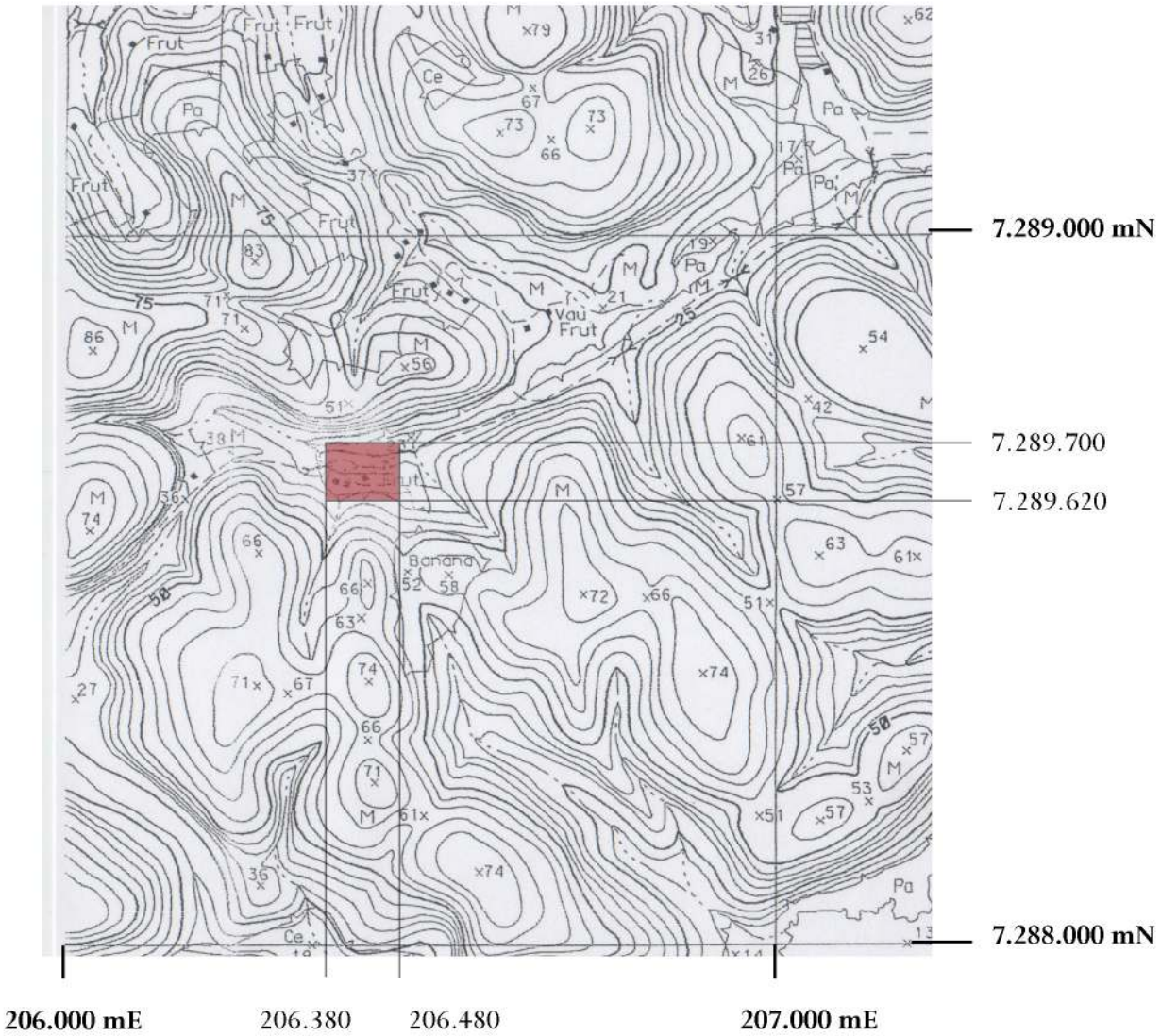


Residência Sr. Gozo Okiyama. (Fonte: Gonçalves, 2003 - p. 104)

Legenda:

1. moradia da família atual
2. antigo genkey
3. casa de criação de bicho da seda
4. pátio de secagem de grãos
5. edifício de guarda de implementos agrícolas
6. acesso

Planta da residência Gozo Okiyama. (Fonte: Adriana Aoki, 2006)



Fonte: folha
114/85
IGC - 1-10.000
2004

RESIDÊNCIA SRA. SUSU OKIYAMA

A casa pertencente ao Sr. Yataro Okiyama e à Sra. Susu Okiyama é exemplar das possibilidades de montagem e desmontagem da casas orientais, como decorrência do sistema construtivo modular. Várias casas passaram por este processo em Registro, tendo sido uma delas enviada para o Japão para o Meiji Mura Museum, na cidade de Inuyama, próxima a Nagoya.

A residência da senhora Okiyama pertencia a outro proprietatário e localizava-se no bairro da Raposa, quando foi comprada pela família. Ela foi desmontada e montada no local atual, no bairro Ribeirão de Registro aproveitando-se inclusive a malha da taipa feita em bambus. A desconexão da casa do seu local visível na sua fachada posterior, onde portas do primeiro e segundo pavimentos abrem-se para o vazio.

O conjunto é acessado pela estrada principal, junto ao cultivo de junco. Acessa-se o conjunto rural pela lateral da casa principal e à frente da casa nova, construída em concreto armado e tijolos, onde mora o filho da proprietária, e para o depósito de materiais e máquinas. Ao fundo deste há um pequeno barracão erguido em ripas de bambus, sem fechamento de barro, tal como teriam sido as primeiras moradas.

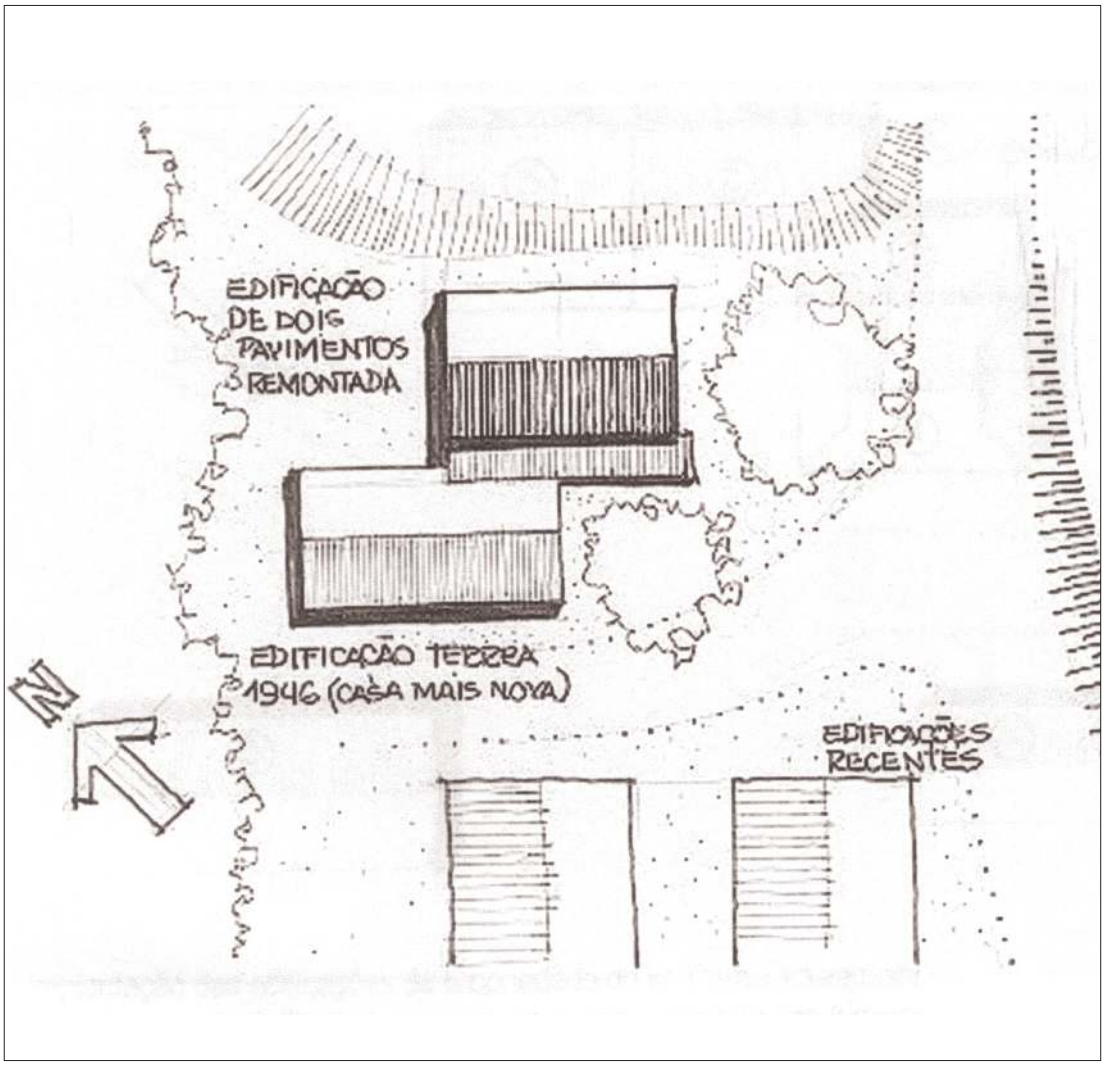
A casa nova foi montada junto a um singular afloramento de pedras, de modo a se conectar à antiga moradia, edificada entre 1925 e 1930. Esta tem apenas um pavimento, e organiza-se em planta segundo os princípios do genkey. A cozinha foi disposta em anexo na lateral e nos fundos da edificação. Apresenta pequena elevação do solo, com os baldrames repousando sobre terra compactada. A cobertura desta casa tem duas águas com telhas em capa e canal e francesas e está sensivelmente afetada pelas intempéries. Sendo utilizada para serviços e depósitos, conta com duas cozinhas, uma junto ao acesso principal da casa (sendo pouco utilizada) e outra aos fundos, como nas casas caboclas.

A casa nova é distribuída em dois pavimentos, elevada do piso por pilares em tijolos. A estrutura em madeira é aparente tanto interna, quanto externamente à casa. No interior algumas soluções também denotam a arquitetura japonesa: as divisórias em madeira nos dois andares e a escada bastante inclinada de acesso ao segundo pavimento. No segundo andar ficam aparentes (as quais se encontram gravemente afetadas por cupins) as tesouras do telhado, feitas segundo o sistema japonês, com peças curvas.

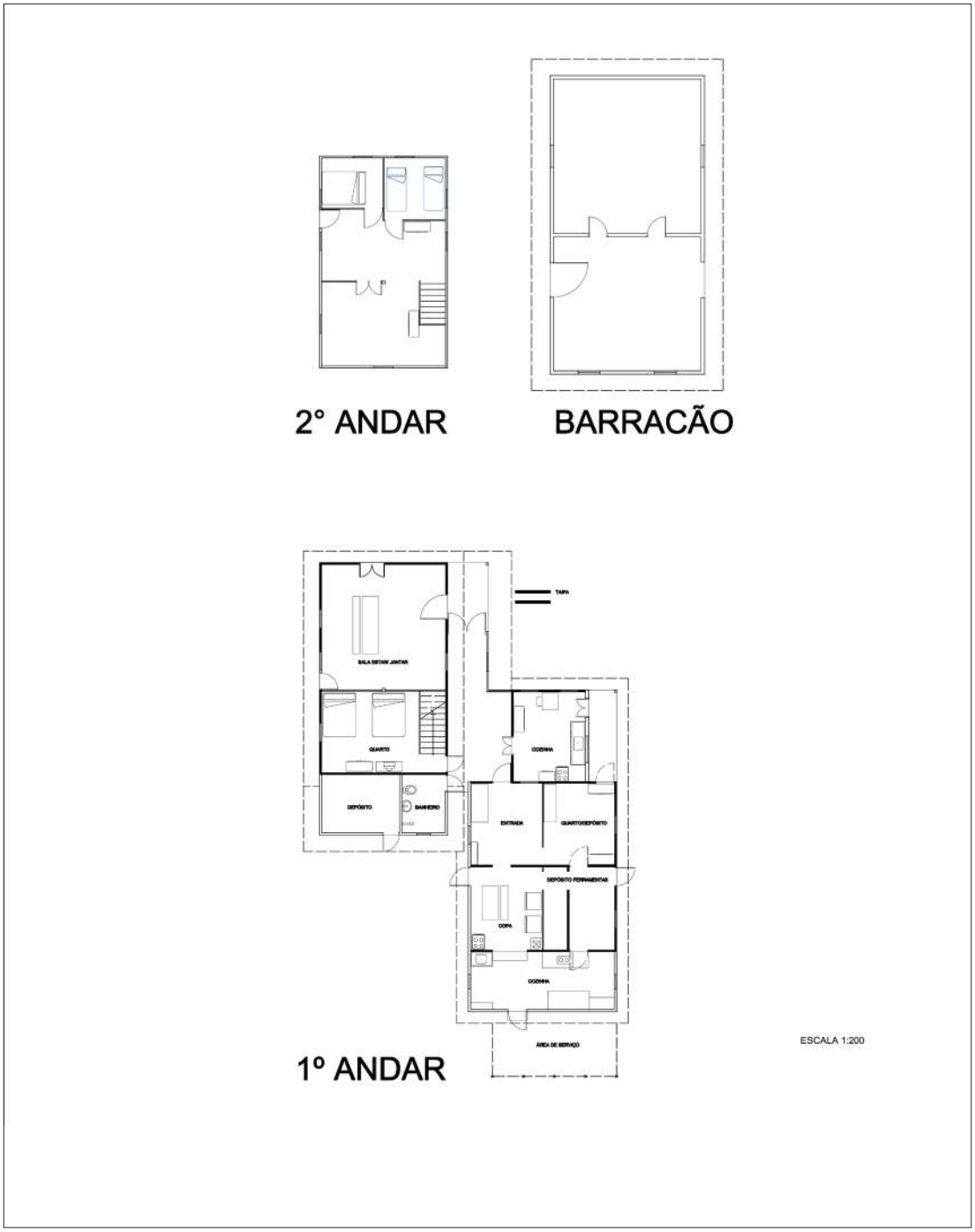
Residência Susu Okiyama. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Residência Susu Okiyama. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

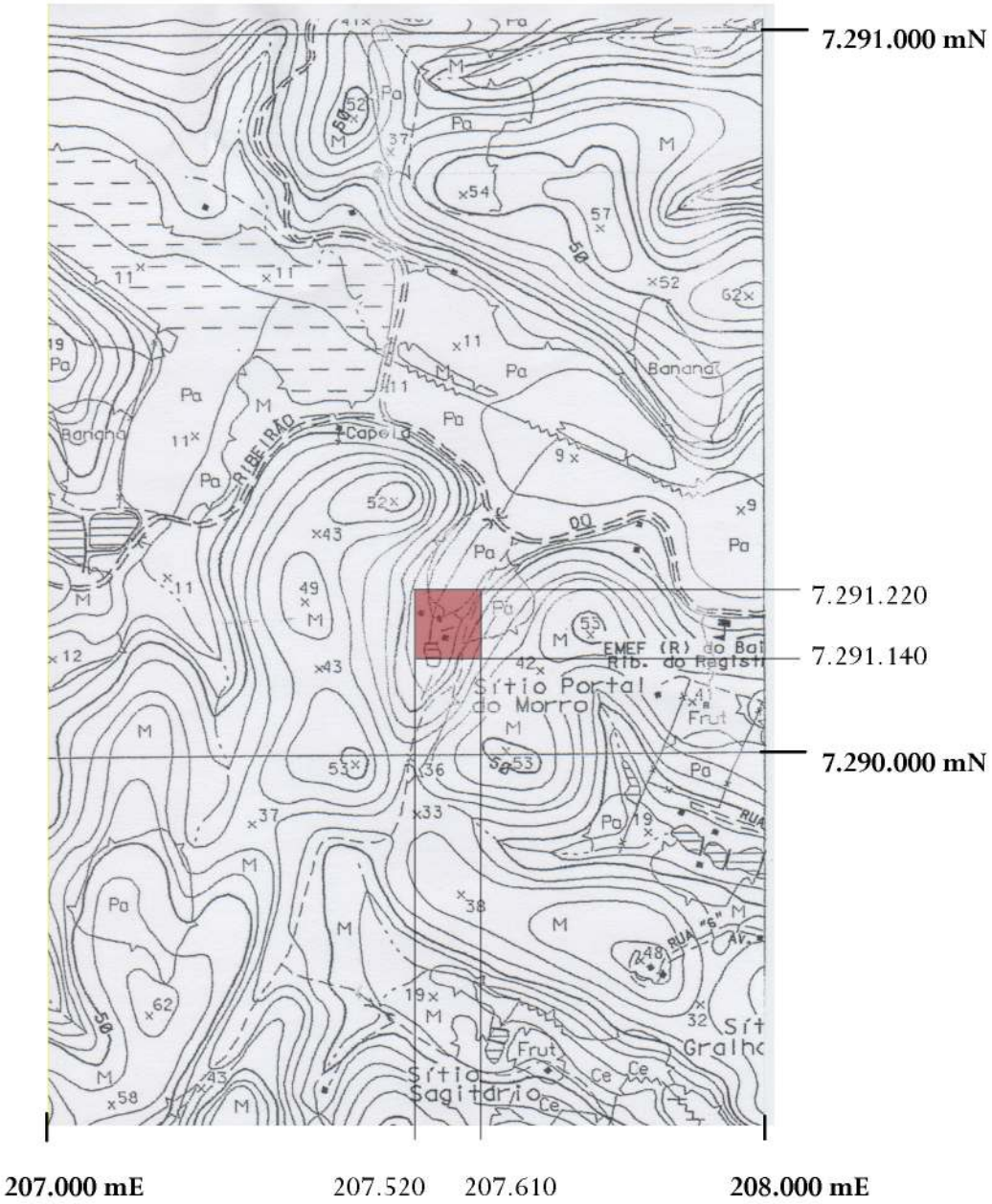
Residência Susu Okiyama. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)



Residência Susu Okiyama. (Fonte: Gonçalves, 2003 - p.103)



Planta da residência Susu Okiyama. (Fonte: Adriana Aoki, 2006)



Fonte: folha 114/85 IGC - 1-10.000 2004

RESIDÊNCIA FAMÍLIA HOKUGAWA

A casa da Família Hokugawa, situada no bairro da Manga Larga, está implantada singularmente, sobre pequeno curso de água, junto a afloramentos rochosos. A água na cultura oriental é revestida de inúmeros simbolismos, não sendo casual a escolha do sítio. A edificação está situada numa grande várzea descampada e plana, destacando-se em meio à paisagem. Segundo Gonçalves (2003) tal implantação não era completamente inédita nas soluções residenciais japonesas, embora não fosse comum. Isto não diminui sua plasticidade e sentido simbólico ligado às tradições orientais.

Por estar junto à água corrente, o embasamento em tijolos que suspende a casa do solo (recorrente nas casas dos imigrantes japoneses) é mais alto que o habitual, atingindo cerca de 1 metro, firmemente ancoradas nas pedras.

A casa é composta por dois blocos unidos na forma de "L" e dispostos em um pavimento. Na sua lateral esquerda encontra-se construção térrea, em estrutura de madeira com fechamento em tijolos, que serve de depósito.

Construída em estrutura de madeira independente com vedações em taipa de mão estrutura com bambus e com palha de arroz na argamassa. A estrutura é aparente no interior da casa, onde é possível verificar as sambladuras e a tesouras do telhado erigidas segundo a técnica japonesa, estando aparentes inclusive inscrições com caracteres orientais.

O telhado tem o desenho *irimoya*, com cobertura em telhas cerâmicas francesas, que se estende até a parte da frente da casa, onde se situava uma pequena varanda. Os caixilhos das janelas e portas são cuidadosamente confeccionados, com duas folhas de abrir e fechar (uma externa em vidro e outra interna em madeira) e bandeira fixa com vidros.

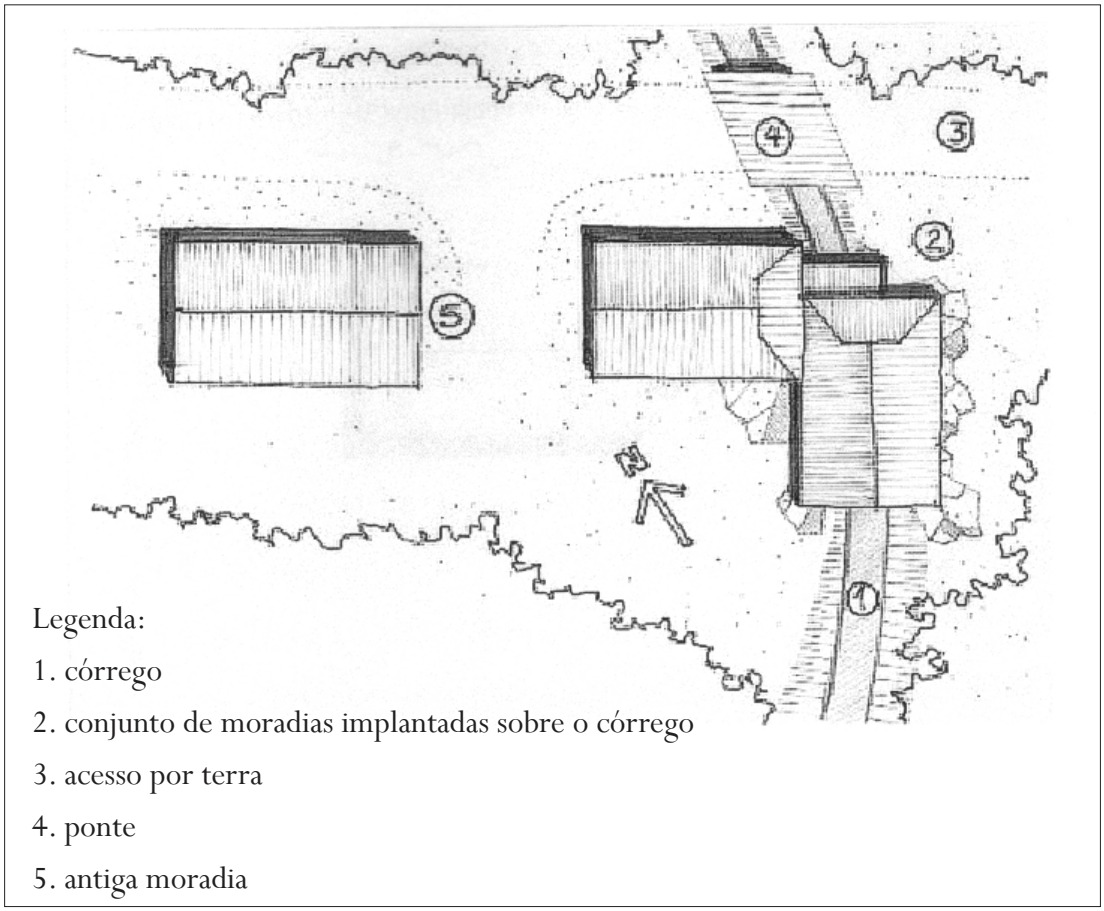
Encontra-se em estado de conservação extremamente precário, porém ainda está caracterizável e conta com elementos arquitetônicos presente.

Residência família Hokugawa. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

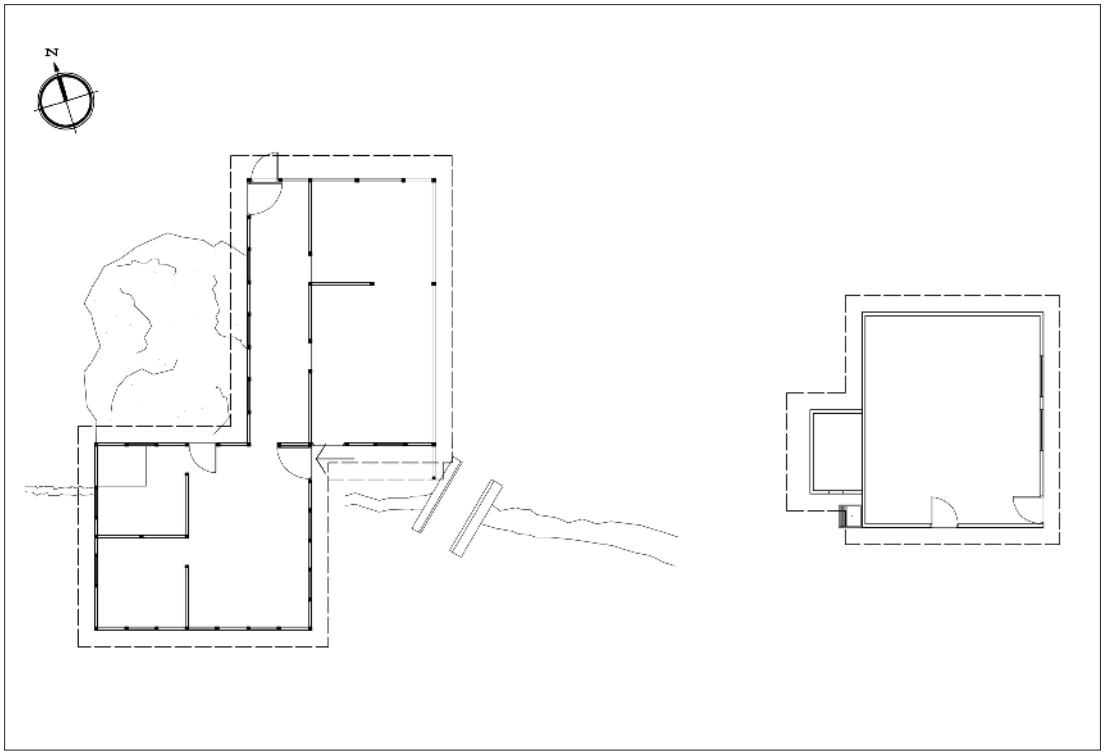
Residência família Hokugawa. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

Detalhes da residência família Hokugawa. (Fonte: F. Brito e S. Scifoni, 2008)

Residência família Hokugawa. (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)



Residência Família Hokugawa. (Fonte: Gonçalves, 2003 - p. 106)



Planta da Residência família Hokugawa. (Fonte: Adriana Aoki, 2006)

RESIDÊNCIA AMAYA

A casa da família Amaya está situada na mesma região da Fábrica Amaya, separada cerca de 2 km de cobertos com plantações de chá. A fachada principal da casa volta-se para os chazais e é visível da estrada de terra que dá acesso à mesma e pela qual se atinge o rio Ribeira de Iguape.

O acesso é feito por pequeno pátio retangular paralelo à casa de residência para o qual se volta um galpão de serviços e máquinas disposto em um pavimento no qual se lê "Chá Ipiranga", nome antigo da produção de chá do local. Na outra lateral da casa, um galpão recente, coloca à entrada do pátio. Outra construção menor para depósito e garagem está junto à casa.

Aos fundos da casa há terreiro cimentado que servia à secagem do café. Junto a este um grande galpão retangular percorre toda sua dimensão e faz os limites com o chazal. O terreiro tem cota mais alta que a parte da frente da casa e junta-se aos fundos desta edificação que neste trecho conta com um único pavimento.

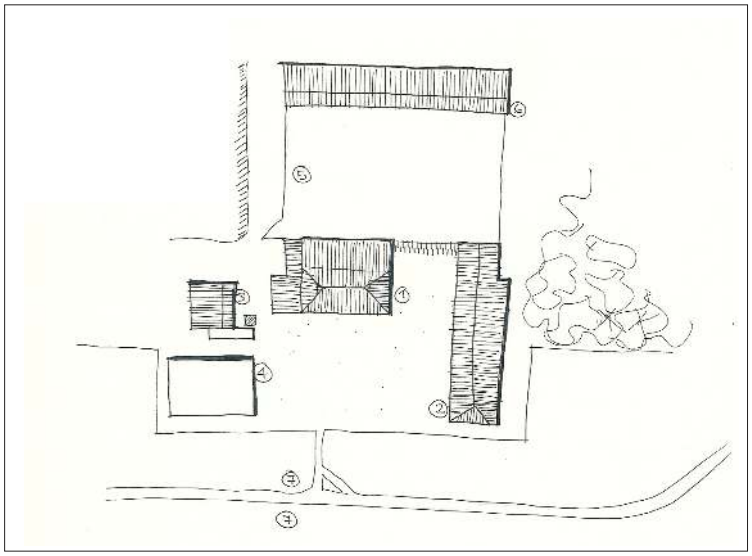
Construída em 1930, a casa com paredes brancas e janelas azul claro, destaca-se em meio à paisagem verde dos chazais. Tem volumetria assobradada, com dois pavimentos que servem de escritório e de residência. As paredes têm estrutura de madeira (aparente nos contornos da casa e nos fundos) e as esquadrias são com caixilhos de madeira escura e vidro. A cobertura tem quatro águas, com telhas francesas. Foi realizada uma ampliação na casa, onde ficava o poço para abrigar banheiro e cozinha.

Conta com varanda no andar superior, ambiente comum nas casas japonesas de Registro. A forma da mesma rompe com as proporções quadradas da construção e lhe assegura dinamismo.

Residência da família Amaya. (Fonte: F. Brito, 2008)

Detalhes da residência família Amaya. (Fonte: F. Brito,S. Scifon e R. Gomes da Silva, 2008)

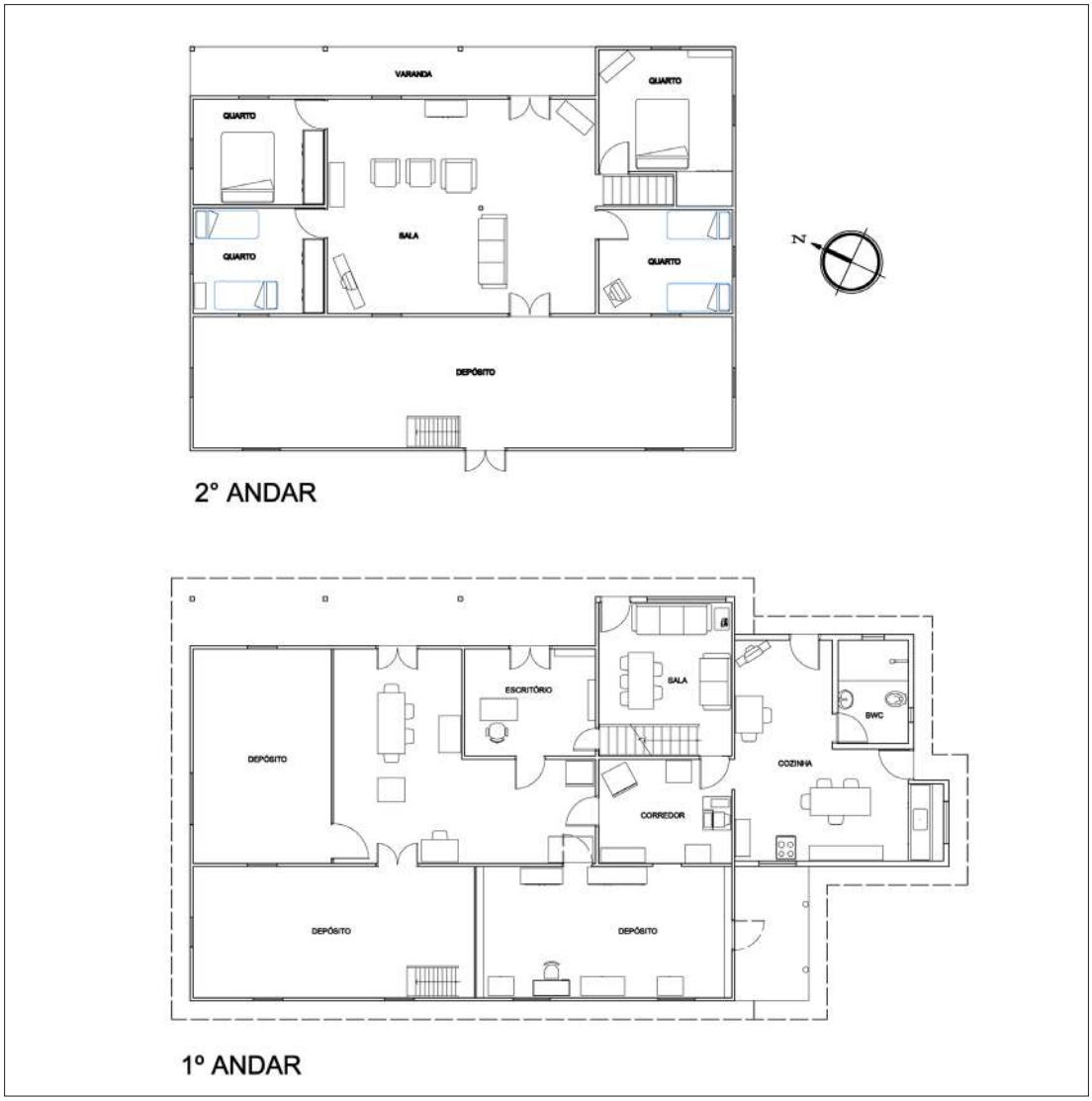
Residência da família Amaya. (Fonte: F. Brito e R. Gomes da Silva, 2008)



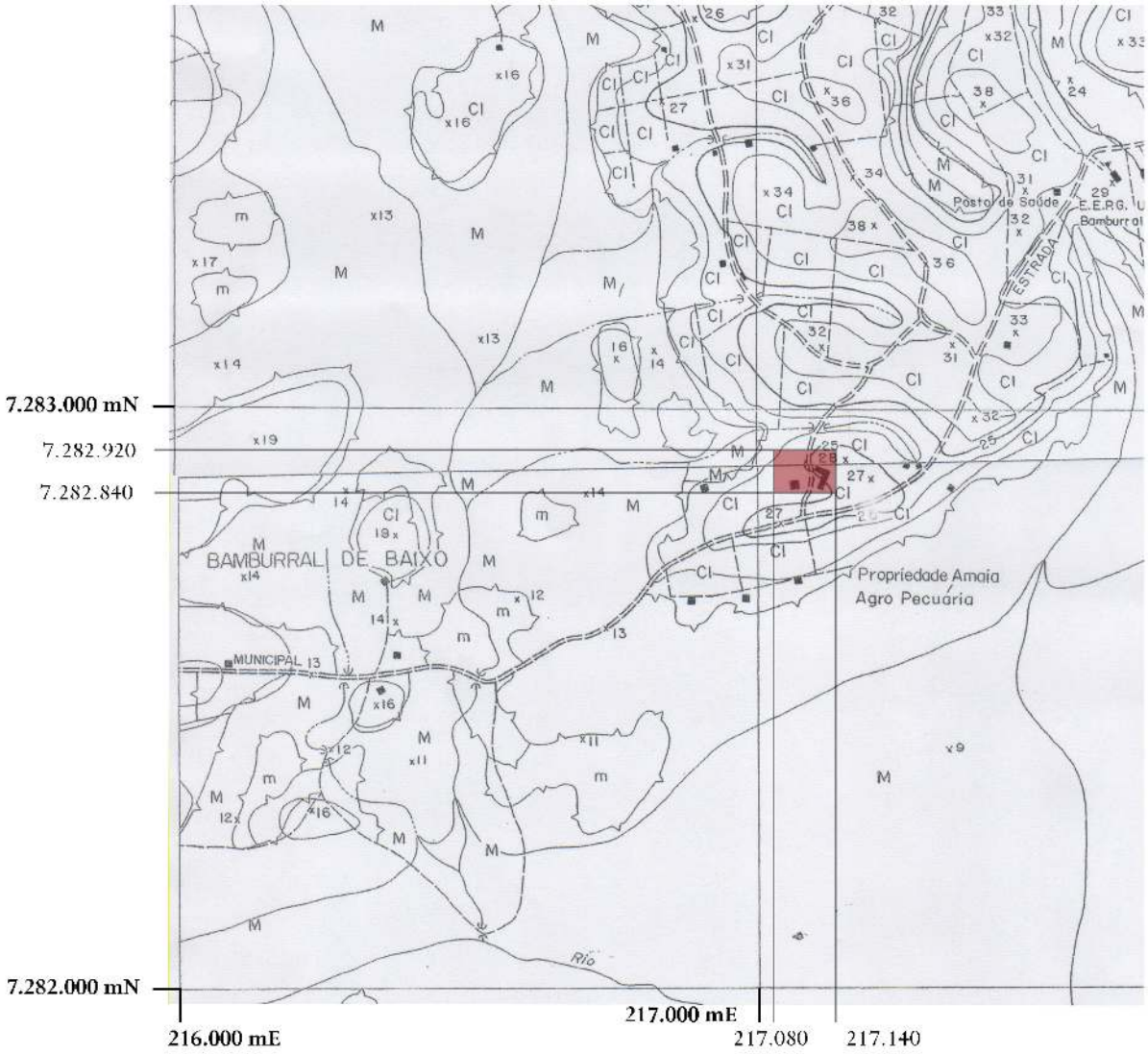
Legenda:

1. residência
2. fábrica
3. garagem
4. galpão novo
5. antigo terreiro de café
6. depósito

Implantação da residência da família Amaya. (Fonte: F. Brito)



Planta da residência da família Amaya. (Fonte: Adriana Aoki, 2006)



Fonte: folhas
115/87
116/87
IGC - 1-10.000
1989

EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS EM REGISTRO

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA

A Igreja Episcopal de Todos os Santos localiza-se a 15 quilômetros da cidade de Registro, no bairro da Manga Larga, junto ao Morro do Votupoca. Faz parte da Igreja Episcopal Anglicana e da Paróquia de Cristo Rei, que, por vez, integra a Diocese de São Paulo.

A história da Igreja inicia-se com a chegada, em 1923, do missionário João Yassoji Ito a Registro. Ito, sendo natural de Nagano, no Japão, veio para a região para ser missionário, também em razão da presença de seus irmãos que vieram ser colonos no empreendimento da KKKK.

Com o trabalho missioneiro crescendo e ganhando fiéis na colônia, o missionário contou com a ajuda de duas famílias, Ikegami e Fukasawa, ambas com participação direta no processo de construção do templo. Com a doação do terreno para construção da igreja por parte do Sr. Ikegami, em setembro 1927 foi lançada a pedra fundamental da Igreja, com a presença do Bispo Thomas. O lote onde está a igreja fazia parte da propriedade da família, que antes de habitarem a casa que ainda existe junto ao edifício religioso, já havia construído uma primeira morada.

O acesso é feito por estrada de terra, chegando-se pela lateral da edificação. Está implantada em pequena elevação do terreno, cuja vegetação mais imediata foi desmatada. À sua frente um amplo gramado faz as vezes de átrio rural. Neste foi erguido estrutura tipo galpão em concreto e amianto para as festas religiosas. Ao fundo, foram também construídos novos banheiros.

Foi edificada pelo mestre-carpinteiro Wada, o mesmo que realizou, alguns anos depois a casa da Família Fukasawa, e mão de obra utilizada foi a própria comunidade de imigrantes.

Em 1929 foi inaugurada esta que é para alguns, a primeira igreja construída por imigrantes japoneses no Brasil.

Apresenta grande riqueza de detalhes construtivos empregados pelo mestre-carpinteiro que a construiu. A estrutura independente em madeira encaixada e vedações em taipa de mão, ergue-se cerca de 30 cm do solo por pilares de tijolos maciços. O acesso se dá pelo *guenkan*, elemento da arquitetura japonesa vestíbulo de entrada, onde eram retirados e deixados os sapatos. A varanda, cuja cobertura é extensão da cobertura da própria casa, circunda a face frontal e as duas laterais. O telhado tem desenho *irimoya*, cuja empena que tradicionalmente serve à ventilação, é fechada. No topo desta, conforme podemos

verificar nas fotografias de época localizava-se a cruz, assim como na ponta da cumeira do *guenkan*. Hoje há apenas esta última cruz.

A fachada principal de acesso ao templo é composta por uma porta de madeira com duas folhas, e duas janelas pequenas, com vidro. As laterais são iguais e de composição simétrica: duas portas e três janelas com caixilhos de madeira e vidro. A fachada dos fundos, onde está o altar, tem três janelas altas em madeira e vidro, com vergas em arco trilobado.

A estrutura e as vedações da parede estão pintadas em branco. Pelas imagens de época pode-se perceber que, como nas residências estudadas, a estrutura era deixada ao natural e as vedações emboçadas, oferecendo um contraste e acentuando a composição geométrica.

A estrutura do telhado é escalonada e executada com peças de madeira roliça e semi-aparelhada. Todas as vigas possuem curvatura natural, simulando contra-flexas. As terças foram executadas com grossas vigas de madeira roliça, e suas curvaturas eram definidas nos vãos entre o conjunto das tesouras, o que confere, segundo Rogério Gonçalves (2003), caráter singular a esta cobertura.

A planta é simples: um retângulo sem divisões internas. Não há sacristia, e o altar é destacado um degrau do nível do restante da nave, e separa de desta por guarda-corpo com pilares de madeira trabalhada. O piso é em tábuas de madeira corrida e aparelhada que contrastam com as paredes e esquadrias alvas, sem ornamentos.

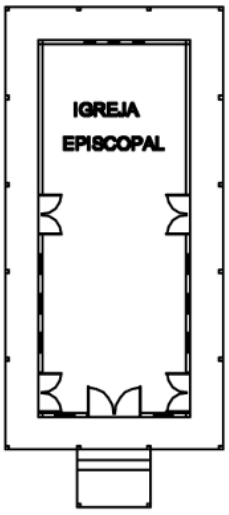
O espaço religioso foi utilizado também como escola primária de ensino bilíngue para as crianças do bairro.

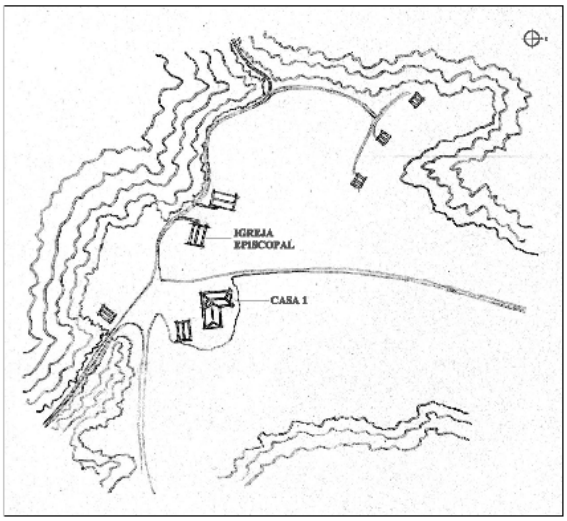
Todo o mobiliário bancos e mesas foi desenhado e executado à época de construção da igreja. Realizados com sambladuras com encaixer tipo "asa de andorinha" ou alma encavilhada são raros exemplares de bens móveis da colônia japonesa que sobreviveram ao tempo.

Igreja Episcopal Anglicana
(Fonte: R. Gomes da Silva, 2008)

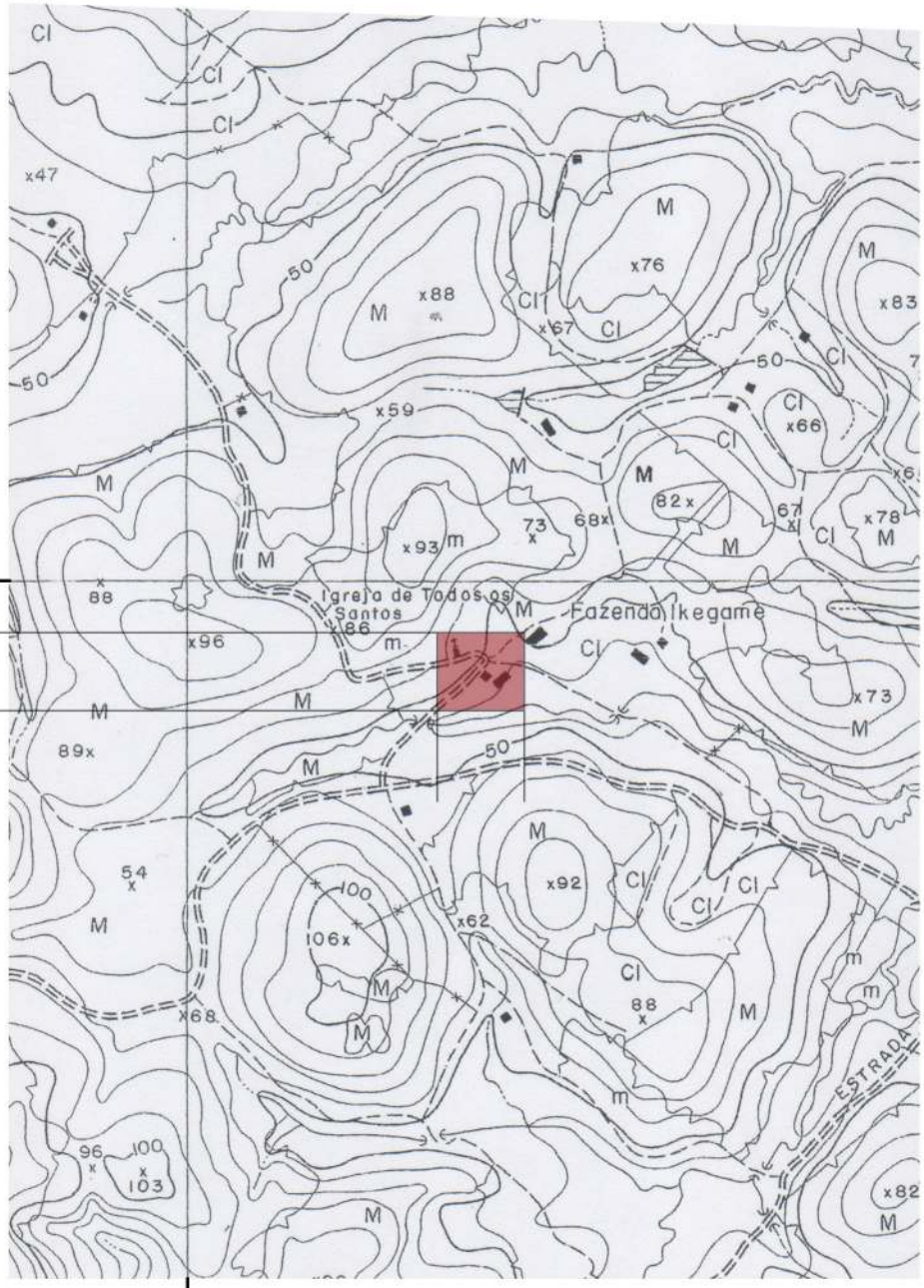
Igreja Episcopal Anglicana (Fonte: R. Gomes da Silva, 2008)

Interior da Igreja Episcopal Anglicana (Fonte: R. Gomes da Silva, 2008)





Planta e implantação da propriedade Fukasawa com a localização da Igreja Episcopal Anglicana. (Fonte: Adriana Aoki, 2006)



7.286.000 mN

7.285.940

7.285.830

199.000 mE

Fonte: folha
115/84
IGC - 1-10.000
1989

IGREJA DE SÃO FRANCISCO XAVIER

A Igreja de São Francisco Xavier foi erguida praticamente em conjunto à Igreja da Manga Larga, mas corresponde a expectativas e objetivos diversos. Foi feita a partir de iniciativa e empreendimento da própria KKKK, que angariou fundos junto aos colonos e a empresários japoneses para a construção.

A Igreja, implantada no topo do Morro da Espia, próxima aos galpões e ao engenho da empresa, representa o esforço de integração e de construção de símbolos religiosos que coadunassem com os valores brasileiros. A Kaigai, com a igreja católica, buscava criar no espaço da Colônia de Registro, estruturada com princípios e lógicas espaciais japonesas, certo modo de simbolismo urbano local. Como as cidades setecentistas brasileiras, implantadas pelos portugueses, Registro também teria símbolo religioso de destaque, visível a quem acessasse a cidade pelo rio Ribeira de Iguape e de diversos pontos do núcleo urbano.

No entanto a localização da Igreja era isolada da parte nevrálgica da colônia, o Porto de Registro, onde estavam os galpões da KKKK. Próxima, de fácil acesso, mas não dividindo espaços. Da rua principal, atual Jonas Banks Leite, vê-se a igreja ao fundo, subindo por cerca de dois quarteirões de rua perpendicular, sem que necessariamente se passe por sua frente, que não perfez adro ou praça.

Em 31 d agosto de 1926 foi lançada a pedra fundamental da Igreja, com a benção de Dom José Maria Pereira de Lara. Sua arquitetura vincula-se ao esforço de adaptação aos valores locais. Diferentemente da Igreja Episcopal e das inúmeras residências da colônia não há referências às técnicas e à estética da arquitetura japonesa. Uma única torre central, encimada por cúpula de triangular de base quadrada, eleva no meio da composição. Internamente é distribuída em nave principal e duas naves laterais. O altar tem forma de semi-círculo e tem paredes fechadas por vitrais coloridos.

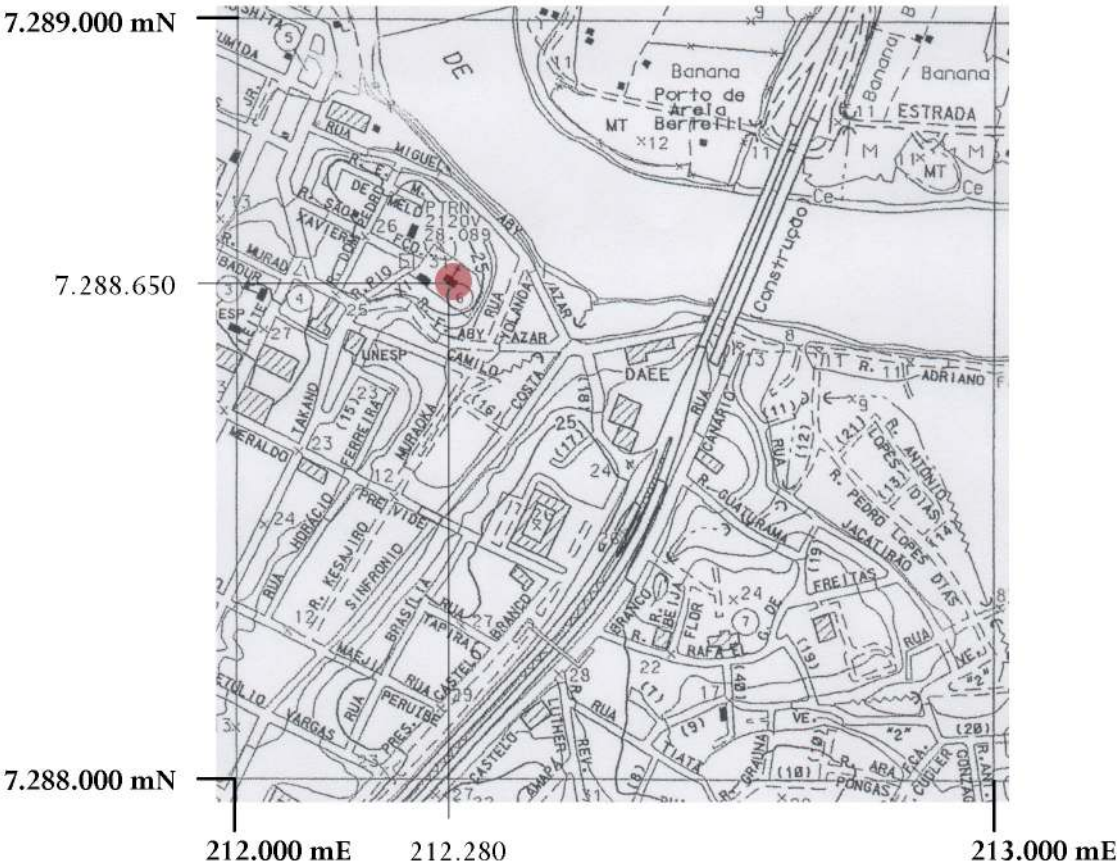
No centro da fachada simétrica, duas pilastras retas emolduram a porta e a imagem de São Francisco Xavier. A escolha do santo padroeiro da igreja é também revestida de simbolismos. São Francisco Xavier, co-fundador da Companhia de Jesus, foi um dos mais importantes missioneiros católicos, cujo epíteto é "Apóstolo do Oriente", por ter pregado no oriente e morrido na China.

O templo religioso tem grande significado para a comunidade japonesa do município que é composta de muitos católicos. Estes reconhecem a igreja como construção efetiva dos japoneses, já que feita com recursos da própria comunidade.

Igreja de São Francisco Xavier (Fonte: F. Brito, S. Scifoni e R. Gomes da Silva, 2008)

Interior da Igreja de São Francisco Xavier (Fonte: R. Gomes da Silva, 2008)

Igreja de São Francisco Xavier vista da Beira Rio (Fonte: F. Brito, 2008)



Fonte: folha
114/86
IGC - 1-10.000
2004

PRIMEIRAS MUDAS DE CHÁ DA VARIEDADE ASSAM

O plantio do chá preto no país teve início em 1935, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês estabelecido na colônia de Registro, introduziu em suas terras a variedade assam, de origem indiana, que apresenta folhas mais largas sendo, portanto, mais produtiva e de maior qualidade.

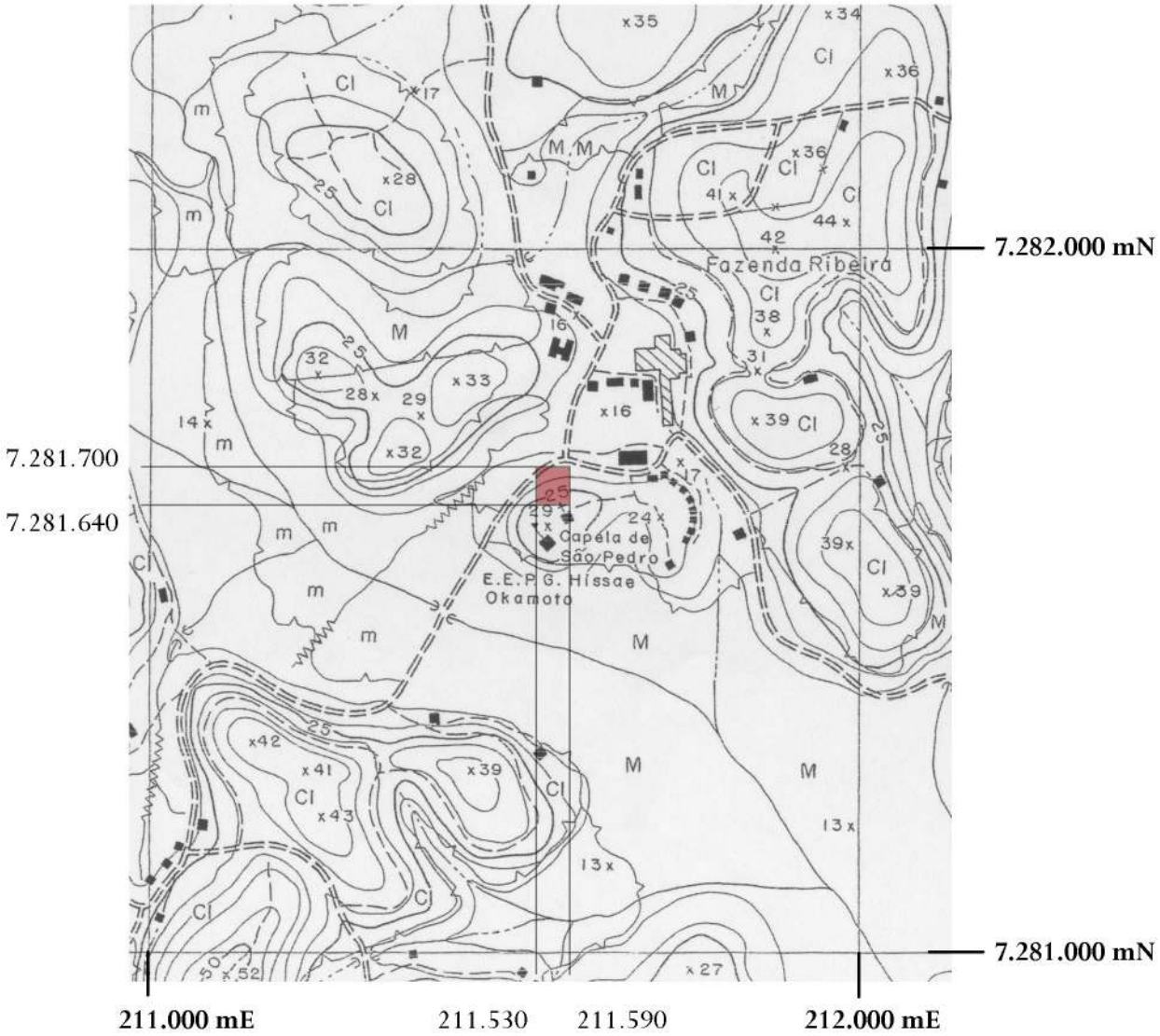
Regressando de uma viagem de navio pelo Japão, ao passar pelo Sri Lanka, Okamoto visitou uma plantação de chá e obteve, a muito custo, algumas sementes desta variedade. Como não era permitido embarcar com as sementes, escondeu-as dentro de um pão e, na viagem de volta, conseguiu fazê-las brotar. Ao desembarcar no porto de Santos, Okatomoto tinha em mãos 65 mudas de chá, as quais foram as matrizes de uma variedade que se espalhou por Registro. Essas matrizes encontram-se ainda hoje protegidas e preservadas em um canteiro cercado, no interior da Fazenda Chá Ribeira, da família Okamoto.

O chá é uma planta arbustiva e rústica que teve boa adaptação às condições naturais de Registro em terrenos com pequena declividade, chuvas regulares o ano todo e solos que não encharcam. Juntamente com o arroz, ele compôs, desde muito cedo, a trajetória dos imigrantes japoneses em terras brasileiras, tornando-se aliados no cotidiano dos colonos, seja para o consumo próprio ou como fonte de renda. Inicialmente ele foi plantado em fileiras, dispostas de alto a baixo pelas vertentes suaves das colinas, como assim se encontram as primeiras 65 mudas plantadas por Okamoto. Posteriormente, a percepção da necessidade de melhorias técnicas na produção e na conservação dos solos levou os colonos a plantarem seguindo as curvas de nível. Os cuidados contínuos com a plantação resultam na junção das plantas em cada fileira, formando uma copa única, baixa pelas constantes podas para colheita e para manutenção. Distantes poucos centímetros umas das outras, as fileiras, regularíssimas, formam uma cobertura densa, que protege o solo e garante uma paisagem singular. Espalhadas pelo município, tornaram Registro o principal produtor e exportador de chá preto do país, com índice na casa dos 99% do total brasileiro de chá dessa variedade exportado.

Dispostas em cinco fileiras acompanhando o declive do terreno, em colina suave situada próxima à Fábrica de Chá Ribeira, as 65 mudas de chá trazidas por Okamoto foram preservadas pela sua família, testemunhando a origem da trajetória de vida e de trabalho do imigrante japonês em terras brasileiras, em seu esforço de adaptação e criação de raízes em um novo espaço geográfico. As mudas representam uma história de êxito, que fez do Chá Ribeira uma das mais importantes empresas da região. Além disso, ao se dissemi-

nar as plantas entre outros agricultores japoneses da região, as mudas tornaram-se símbolo do espírito de cooperação e do sentido coletivo que envolvia cotidianamente a vida daqueles imigrantes assentados sob o domínio da tropicalidade no sudeste brasileiro.

Mudas de chá da variedade assam (Fonte: S. Scifoni, 2008)



Fonte: folha
116/86
IGC - 1-10.000
1989

MUNICÍPIO DE IGUAPE, COLÔNIA DE KATSURA

Diferentemente do núcleo colonial de Registro, o núcleo de Katsura, de proporções menores e colonizado por japoneses que já se encontravam no Brasil, não chegou a formar núcleo urbano ou cidade. Da implantação aos dias atuais houve momentos de intensa utilização que foram pouco a pouco cedendo em importância. Junto à curva do rio Ribeira de Iguape, na margem oposta do bairro Gererê do município de Iguape, onde se situava a Colônia de Katsura, poucos vestígios materiais são capazes de contar sua história.

Contudo, são testemunhos dos processos históricos nacionais, que, como o tempo, não lineares, evolutivos, sequer gloriosos. Representam o esforço empreendido para o estabelecimento no Brasil e a história da ocupação do território nacional com a mão de obra imigrante. Integram, tal como são, a paisagem cultural do Vale do Ribeira.

Na Colônia de Katsura, que tem este nome em homenagem a um de seus fundadores, Taro Katsura, de início os colonos se instalavam em barracões que serviam aos caboclos. Depois, como nas demais, iam para seus lotes e construíam as próprias casas, num processo descrito anteriormente. A empresa de colonização oferecia apenas as telhas de barro para a cobertura e o restante do material de construção consistiu de matéria prima local, como barro, palmeira e madeira. As casas localizavam-se em lotes afastadas do centro comercial e social da colônia, apartadas pela mata densa da várzea do rio Ribeira de Iguape.

Como se vê nas fotos antigas houve o estabelecimento de diversos equipamentos no local, como escola, sede social e armazém. Em 1968, segundo pesquisou Tomoo Handa (1987), restava, nas suas palavras, um modesto botequim, a antiga escola em ruínas e a construção que abrigou os colonos recém-chegados, onde estava em funcionamento uma escola. Moravam anda nove famílias, numa situação de decadência. A dois quilômetros rio abaixo do local da sede da colônia morava a senhora Disuke Tadano, com 85 anos. Relata também a existência da moradia de dois andares da família Yanagisawa. Passados quarenta anos, o que foi possível encontrar foi significativamente menos.

Logo na chegada, no desembarque do antigo porto, persiste uma construção em alvenaria de tijolos aparentes, parcialmente demolida, que era a fábrica de beneficiamento de arroz. Ao fundo, uma pequena construção sem cobertura, em alvenaria de tijolos revestidos, remetem à colônia. Esta era a sede social da colônia, de grande importância para a união e socialização dos colonos. As duas construções estão implantadas na grande área plana junto ao Morro de Jipovura, às margens do rio Ribeira.

Assim como os galpões e o engenho da KKKK, não remetem diretamente à arquitetura japonesa. O engenho é tipologia industrial, com planta retangular e telhado, ao que denota, em duas águas. Três portas voltadas para o rio tem vergas em arco pleno e, assim como as demais aberturas tem caixilhos em madeira. Uma parte da edificação foi revestida com argamassa, pintada com tinta da cor branca e recebeu cobertura em amianto. A porção restante da construção está abandonada, sem cobertura, mas ainda guarda alguns equipamentos agrícolas.

A antiga sede fica poucos metros recuada do engenho, voltada para uma área descampada. É composta por uma porta e duas janelas laterais. Seu estado de conservação é precário, tomada pela vegetação e sem cobertura.

Seguindo pela estrada de terra junto ao engenho, chega-se a uma antiga habitação de colonos, situada em meio à mata. Trata-se de pequena casa com um pavimento de estrutura independente de madeira, com vedações em pau a pique com bambus e palha de arroz mesclada ao barro. Eleva-se do solo cerca de 50 cm por pilares de tijolos aparentes maciços. Os caixilhos das aberturas são em madeira sem vidros, localizados pelos esteios da construção. A separação dos ambientes é feira por divisórias de madeira. A cobertura foi substituída por telha de amianto.

A cozinha, como nas casas caboclas localiza-se nos fundos da casa. Tem paredes apenas de tábuas de madeira fixadas horizontalmente e piso de terra batida. Abriga o fogão à lenha e o poço. À frente da entrada principal, independente do corpo da casa, encontra-se pequena construção em bambus e cobertura de telha cerâmica que servia de depósito.

Como se pode ver no álbum comemorativo dos 30 anos a colonização japonesa, havia em Katsura diversas casas com esta tipologia. Além de sua importância histórica, representa as formas de habitat dos colonos quando de sua chegada, muitas das quais, na Colônia de Registro, já foram substituídas por outras maiores ou demolidas.

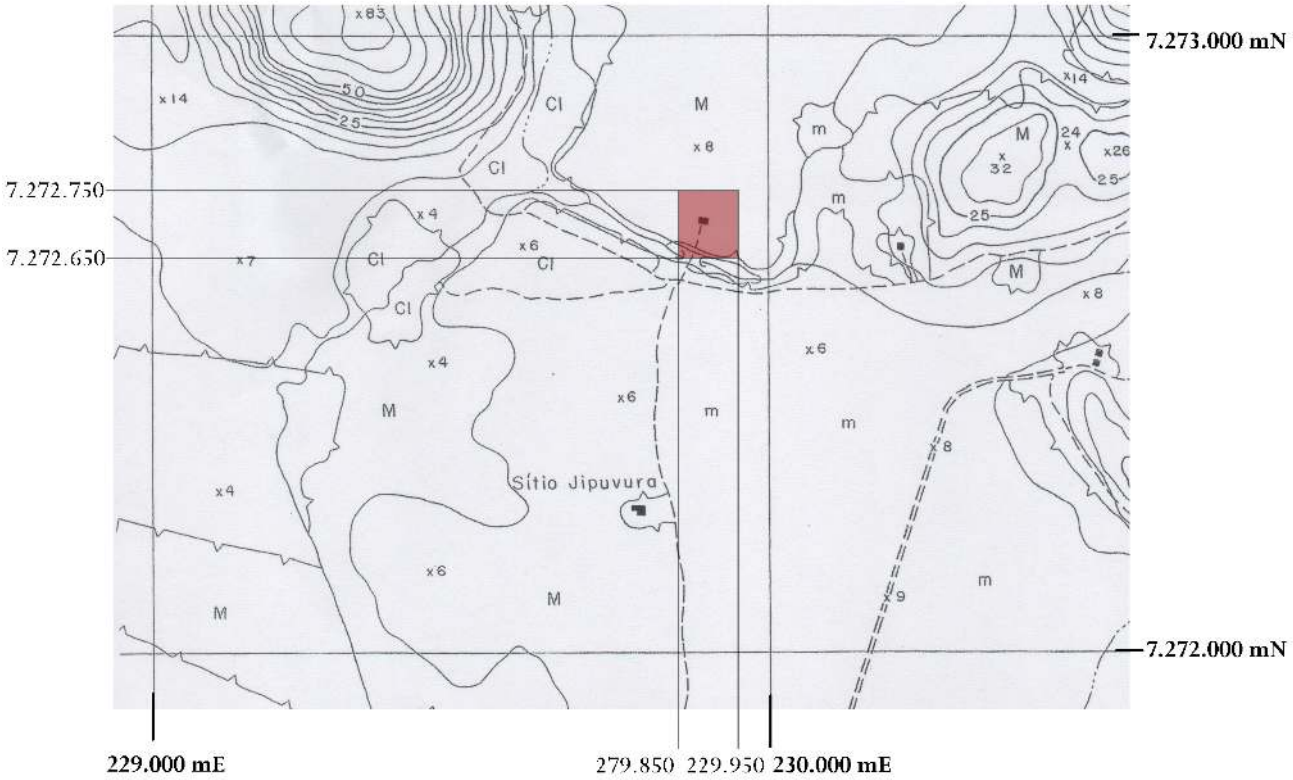
Rio Ribeira de Iguape em Jipovura (Fonte: F. Brito,2008)

Casa de Colono em Jipovura (Fonte: F. Brito,S. Scifon e R. Gomes da Silva, 2008)

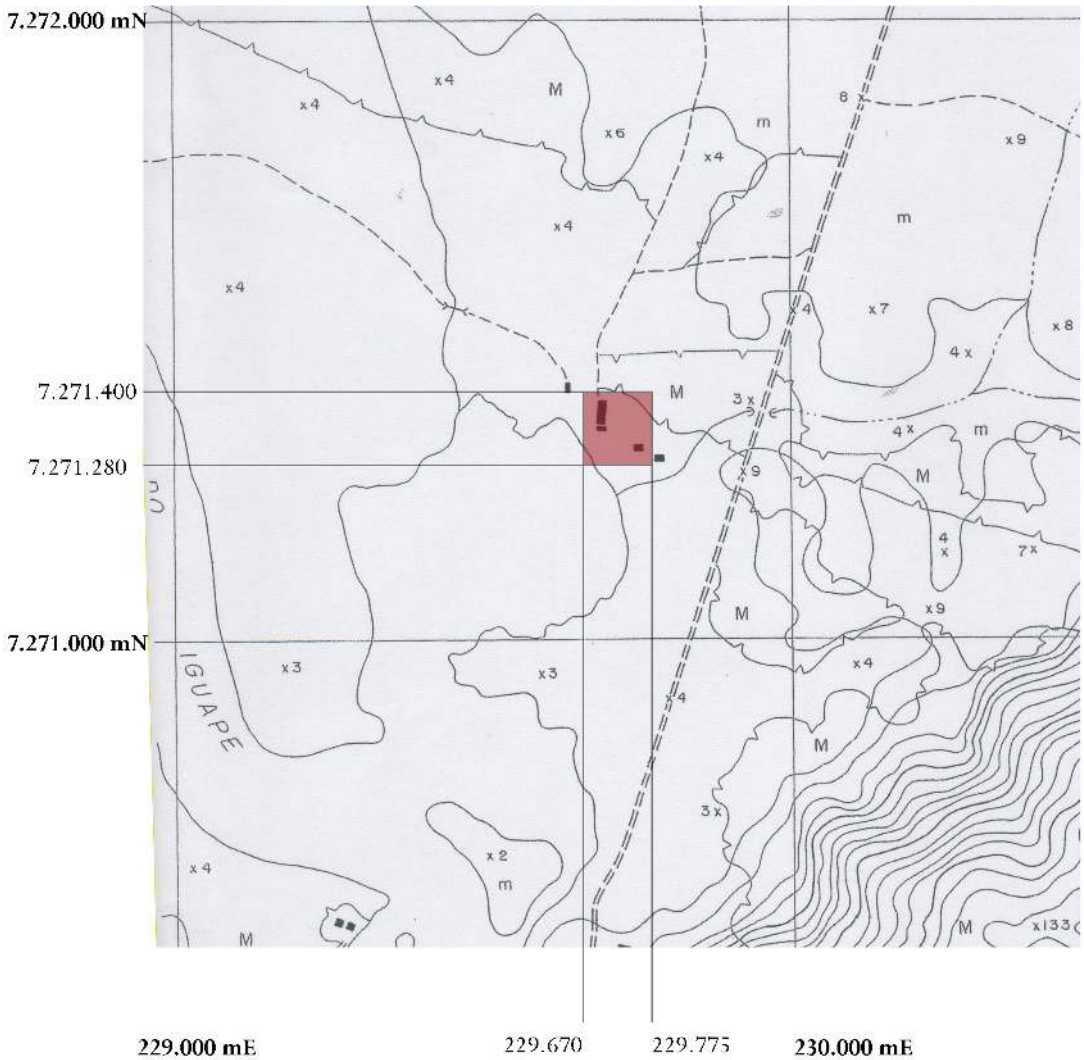
Rio Ribeira de Iguape (Fonte: F. Brito,S. Scifon e R. Gomes da Silva, 2008)

Sede Social e Engenho (Fonte: F. Brito,S. Scifon e R. Gomes da Silva, 2008)

Casa de Colono em Jipovura (Fonte: F. Brito,S. Scifon e R. Gomes da Silva, 2008)



Casa antiga de colonos
da Colônia de Katsura /
Jipovura
Fonte: folha 118/89
IGC - 1-10.000
1989



Engenho e sede social - Colônia Katsura / Jipovura
Fonte: folha 118/89 IGC - 1-10.000 1989

BIBLIOGRAFIA

------- **Antecedentes da Imigração japonesa no Brasil.** In: Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.

ÁLBUM COMEMORATIVO. **Vinte anos da Colônia de Registro, Katsura e Sete Barras 1913-1933.** [s.l: s.n], 1934.

ALMEIDA, A . P. **O Ribeira de Iguape.** Revista do Arquivo Municipal ano X, vol. CII, São Paulo, 1945.

ALMEIDA, Vicente Unzer. **Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro.** São Paulo: Comissão Nacional do Bem-Estar Social / Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1953.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Análise dos impactos provocados pela construção do sistema de barragens no Rio Ribeira de Iguape.** São Paulo: IPHAN, sem data.

AOKI, Adriana T. Paisagens de Registro. Identidade e Preservação. **Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, Universidade Estadual de Londrina. Londrina: mimeo, 2006.

BALDUS, Herbert & WILLEMS, Emílio. **Casas de japoneses no Vale da Ribeira de Iguape.** Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Ano VII, vol. LXXVII (junho-julho, 1941). pp.121-135.

BJÖRJLUND, Krister. **Migration in the interest of the nation – Population movements to and from Japan since the Meiji era.** Siirtolaisuusinstituutti, 2007.

Chá veio de contrabando e hoje é artigo exportado. In: O Dirigente Rural, vol.1, nº 5, São Paulo, 1962.

COELHO, Sérgio. **Aventuras na selva do Brasil.** Globo rural, edição especial. Ano 1, nº2, março de 1988.

COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA (CGG). **Exploração do Rio Ribeira de Iguape.** São Paulo, 1914.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária (projeto Lupa).** São Paulo, Secretaria de Agricultura do estado, 2008. Acessado em www.cati.sp.gov.br

CORREA, Lucelinda Schramm. **As políticas públicas de imigração européia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República.** In: Revista geo paisagem (online). Ano 4, nº 8, julho/dezembro de 2005.

FURTADO, E. et all. **Chá avanços e perspectivas.** In Casa da Agricultura, ano 9. São Paulo: Secretaria de Estado da Agricultura, 1987.

GONÇALVES, Rogério. **O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. Vol. 6, n.1, p. 11-46. Jan-jun, 2008.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil.** São Paulo: T.A. Queiroz/ Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HANDA, Toomo. **O imigrante japonês – história de sua vida no Brasil.** São Paulo, TA Queiroz e Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASEGAWA, T.; RUEDA, J. **Introdução dos imigrantes japoneses no Brasil e seu órgão instrutivo. Atividades da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha em São Paulo.** São Paulo: KKKK, 1932.

INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGICO. **Folha topográfica de Iguape**, escala 1:100.000, ano 1947.

INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGICO. **Folha topográfica de Iguape**, escala 1:250.000, 1954.

INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGICO. **Reconhecimento geológico e mineralógico de algumas regiões do Vale do Ribeira.** São Paulo, IGG, 1974.

IPHAN. Processo nº 1271/T-88. **Pedido de tombamento do bairro de Jipuvura (Katsura).** Rio de Janeiro, 1988.

KIYOTANY, Masuji e YAMASHIRO, José. Do Kasatu Maru até a década de 1920. In: Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.

KKKK. **Atividades dos imigrantes japonezes no Brasil e seu órgão instrutivo. Atividades da Kaigai Kogyo Kabushi Kaisha em São Paulo.** São Paulo: 1932.

KUNIYOSHI, Celina & PIRES, Walter. **Casarão do Chá.** Mogi das Cruzes. São Paulo: Condephaat, 1984.

KUNIYOSHI, Celina; SEGAWA, Hugo; PIRES, Walter. **Arquitetura da imigração japonesa**. Projeto, (72):99-104, São Paulo, fev. 1985.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras.** São Paulo: Editora Plantarum, 1992.

MAEYAMA, Takeshi. **O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950).** In: SAITO e MAEYAMA. Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra.** 8ª edição, Ed. Hucitec, 2004.

MEDEIROS, Narciso de; CUNHA, João Ferreira; AZZI, Reinaldo. **O Vale do Ribeira de Iguape**. In: Boletim Geográfico, Ano VIII, nº85, Rio de Janeiro, abril de 1950.

MIDORIKAWA, Jorge T. **As colônias japonesas na zona do Ribeira de Iguape.** Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1928.

MORI, Koichi. **Vida religiosa dos japoneses e seus descendentes residentes no Brasil e religiões de origem japonesa.** In: Uma epopéia moderna. 80 anos da imigração japonesa. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992

MORSE, Eduardo S. **Lares Japoneses, seus jardins e arredores.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1990.

MULLER, N.L. **Sítios e sitiantes no estado de São Paulo.** Boletim 132, Geografia nº7. São Paulo: Fac. Ciência e Letras/USP, 1951

NENO, S. **Homens de fibra. Revista da Folha.** São Paulo: Folha de São Paulo, 15/06/2008.

NISHI, Kazuo & HOZUMI, Kazuo. **What is japanese architecture? A survey of traditional japanese architecture.** Tókio, Nova York, Londres: Kodansha International, 1985.

NOGUEIRA, Arilnda.. **Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922**. In: : SAITO e MAEYAMA. Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**

ONO, Morio. **De colono a pequeno produtor. Considerações sobre a agricultura japonesa**. In: SAITO, Hiroshi (comp.). Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973.

PAPY, L. **À margem do império do café.** Boletim geográfico, ano XV, nº 137, 1957.

PEABIRU, **Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira do Iguape.** São Paulo: IPHAN, 2008

PENTEADO, L.A.C.; FURTADO, E.L. **Plante corretamente o chá preto.** São Paulo: Boletim da Cati nº 229, 1986.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Núcleos coloniais e construções rurais.** São Paulo: Eletrobrás, 2006.

PERES, L.H.;FREITAS, B.B. **Chá preto: estabilidade e mercado.** São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2003. Acessado em www.iea.sp.gov.br (banco de dados).

PETRONE, P. **Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira,** SP. Boletim Paulista de Geografia nº 39, São Paulo, 1961. pp.47-63.

PETRONE, Pasquale. **A baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana.** Boletim nº 283. Geografia nº 14. São Paulo: FFLCH/USP, 1966

PRADO JUNIOR, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAYMUNDO, B. **Ele tinha planos para mim.** São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2002.

ROSS, J.L.S. **Ecogeografia do Brasil.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil.** São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Hiroshi. **Habitação rural dos japoneses no Estado de São Paulo e Paraná**. Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia. Salvador, 1955. pp. 327-342

SAKATA E WAKISABA. **Uma epopéia moderna. 80 anos da imigração japonesa.** São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992

SAKURAI, Célia. **Imigração Japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada – 1908 – 1941.** XXII Encontro Nacional da ANPOCS, GT 9 Migrações Internacionais, Caxambu, 1998.

SANTOS, Ivison Poleto. **A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência -1886-1895.** In: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, nº 25, setembro de 2007. http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/. Acessado em 15 de setembro de 2008.

SCHMIDT, C.B. **Paisagens rurais.** São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, 1944.

SCHWARCZ, 2002.

SEGAWA, Hugo. **O conjunto KKKK.** São Paulo: Takano Editora, 2002.

SILVEIRA, João Dias da. **Baixadas litorâneas quentes e úmidas.** Boletim 152, Geografia nº 8, São Paulo, FFLCH/USP, 1952.

STANIFORD, Philip. **Nihon no itemo sho ga nai - o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar.** In: SAITO e MAEYAMA. Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

STROEDER, João Rodolfo. **A modernidade da arquitetura tradicional japonesa.** São Paulo: FAUUSP, 1962.

TAJIRI & YAMASHIRO. **A abertura dos portos e a imigração no Brasil do século XIX. In: Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil.** São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.

UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya e YAMASHIRO, José. **Emigração como política de Estado. In: Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil.** São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.

UEDA, Atsushi. **The inner harmony of the japanese house.** Tókio, Nova York, Londres: Kodansha International, 1998.

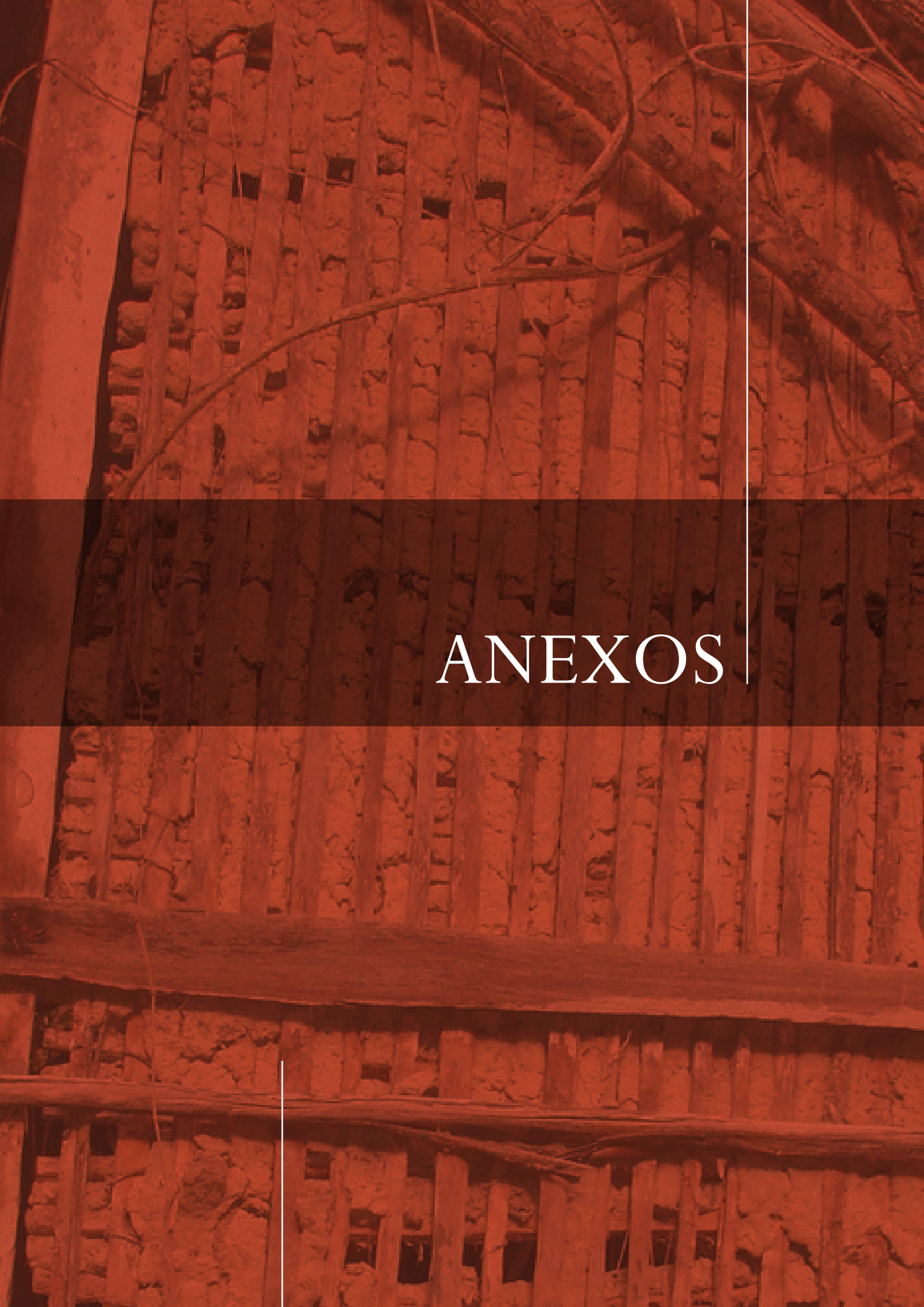
VEGRO, C.L.; BEMELMANS, P. **Proposta de plano de recuperação da teicultura do Vale do Ribeira.** Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola, v. 26, nº6, São Paulo, 1996.

VIOTTI, Emília. **Da Colônia à Senzala.** São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966.

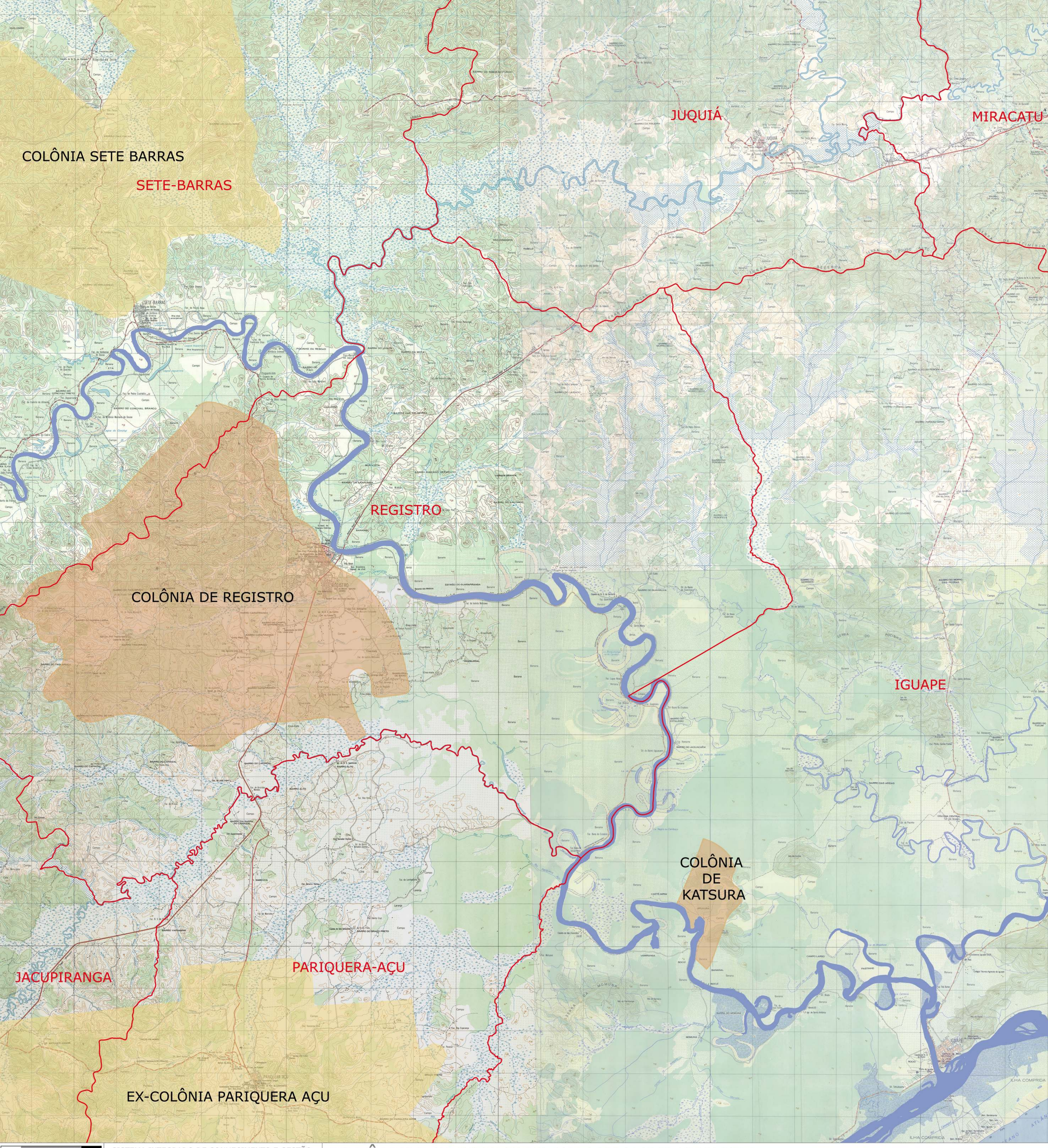
WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YAMAKI, Humberto. Verbete **Japanese**. In: OLIVER, Paul. Enclyclopedia of Vernacular Architecture of the World. Cambridge University, 1997, vol. 3.

YAMANAKA, I. **Início da imigração japonesa no Brasil. Brasília: Ministério de Relações Exteriores,2007.** Acessado em www.japaocentenario.mre.gov.br/textos-de-referencia/. Acessado em 13/08/2008.



ANEXOS



IPHAN

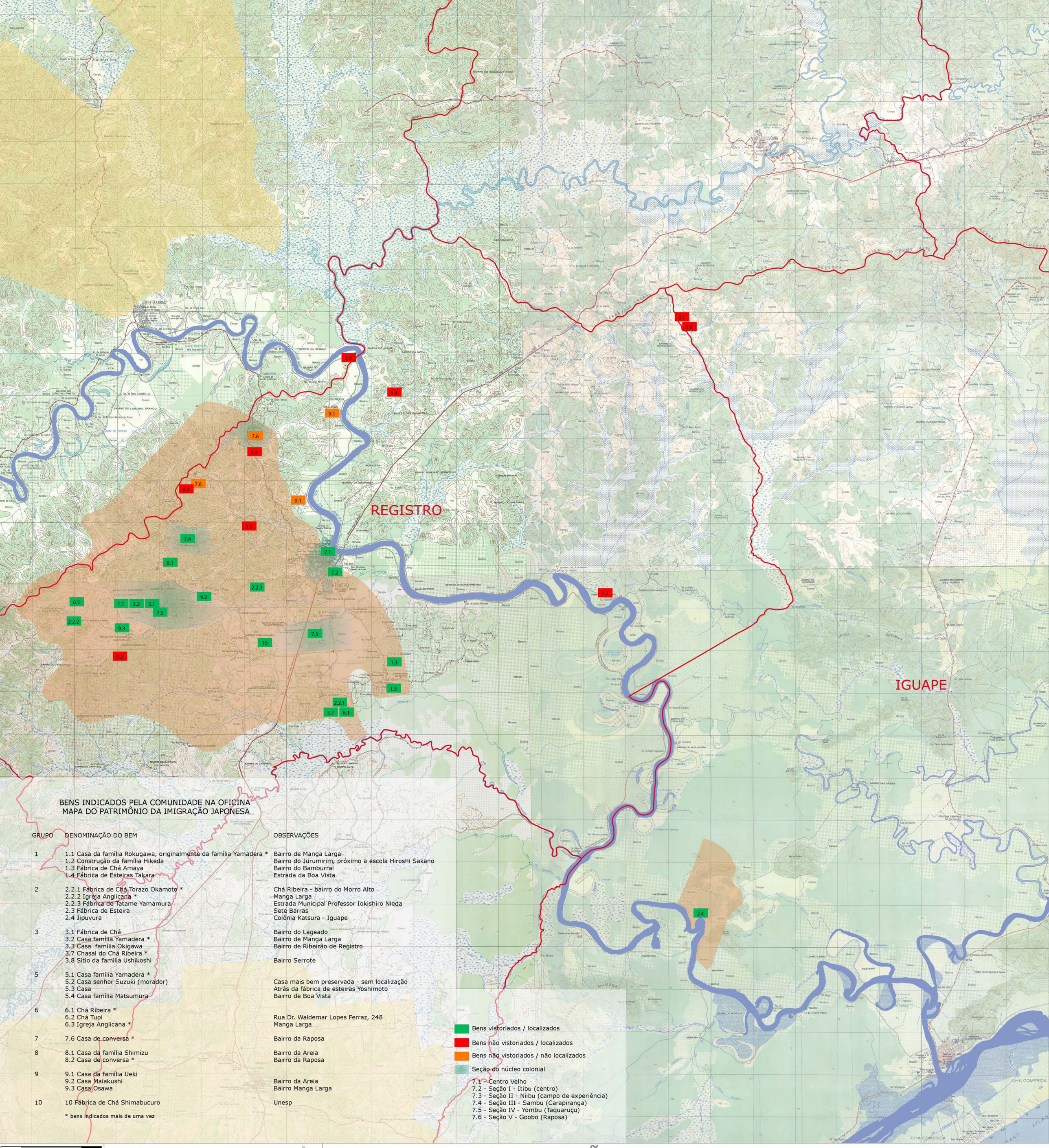
SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO
Módulo 01 - M1.03 - Análise Geral

COLÔNIAS JAPONESAS NO VALE DO RIBEIRA

CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA - REGISTRO E IGUAPE (SP)

ORGANIZAÇÃO E DESENHO: OLIVIA MALFATTI BUSCARIOLLI / FONTES DE DADOS: PETRONE, 1966

BASE: IBGE - SEM ESCALA / FOLHAS: SG-23-V-A-I-3-REGISTRO-1974; SG-23-V-A-I-4-JUQUIA-1974; SG-23-V-A-IV-1-PARIQUERA AÇU-1974; SG-23-V-A-IV-2-IGUAPE-1973



BENS INDICADOS PELA COMUNIDADE NA OFICINA MAPA DO PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

GRUPO	DENOMINAÇÃO DO BEM	OBSERVAÇÕES
1	1.1 Casa da família Rokugawa, originalmente da família Yamadera *	Bairro de Manga Larga
	1.2 Construção da família Hikeda	Bairro do Jurumirim, próximo a escola Hiroshi Sakano
	1.3 Fábrica de Chá Amaya	Bairro do Bamburral
	1.4 Fábrica de Esteiras Takara	Estrada da Boa Vista
2	2.2.1 Fábrica de Chá Torazo Okamoto *	Chá Ribeira - bairro do Morro Alto
	2.2.2 Igreja Anglicana *	Manga Larga
	2.2.3 Fábrica de Tatame Yamamura	Estrada Municipal Professor Iokishiro Nieda
	2.3 Fábrica de Esteira	Sete Barras
	2.4 Jipuvura	Colônia Katsura - Iguape
3	3.1 Fábrica de Chá	Bairro do Lageado
	3.2 Casa família Yamadera *	Bairro de Manga Larga
	3.3 Casa família Okigawa	Bairro de Ribeirão de Registro
	3.7 Chasal do Chá Ribeira *	
	3.8 Sítio da família Ushikoshi	Bairro Serrote
5	5.1 Casa família Yamadera *	
	5.2 Casa senhor Suzuki (morador)	Casa mais bem preservada - sem localização
	5.3 Casa	Atrás da fábrica de esteiras Yoshimoto
	5.4 Casa família Matsumura	Bairro de Boa Vista
6	6.1 Chá Ribeira *	
	6.2 Chá Tupi	Rua Dr. Waldemar Lopes Ferraz, 248
	6.3 Igreja Anglicana *	Manga Larga
7	7.6 Casa de conversa *	Bairro da Raposa
8	8.1 Casa da família Shimizu	Bairro da Areia
	8.2 Casa de conversa *	Bairro da Raposa
9	9.1 Casa da família Ueki	
	9.2 Casa Maiakushi	Bairro da Areia
	9.3 Casa Osawa	Bairro Manga Larga
10	10 Fábrica de Chá Shimabucuro	Unesp

* bens indicados mais de uma vez

IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO

MAPA OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM REGISTRO

CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA - REGISTRO E IGUAPE (SP)

ORGANIZAÇÃO: SIMONE SCIFONI / DESENHO: OLIVIA MALFATTI BUSCARIOLLI / FONTES DE DADOS: OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

BASE: IBGE - SEM ESCALA / FOLHAS: SG-23-V-A-I-3-REGISTRO-1974; SG-23-V-A-I-4-JUQUIÁ-1974; SG-23-V-A-IV-1-PARIQUÊRA AÇU-1974; SG-23-V-A-IV-2-IGUAPE-1973

01 - Residência Tomatsu

02 - Residência Chikaoka

03 - Residência Lotto

04 - Fábrica de Chá e Esteiras Kawagiro

05 - Sede da KKKK

06 - Residência Fukasawa

07 - Igreja Episcopal Manga Larga

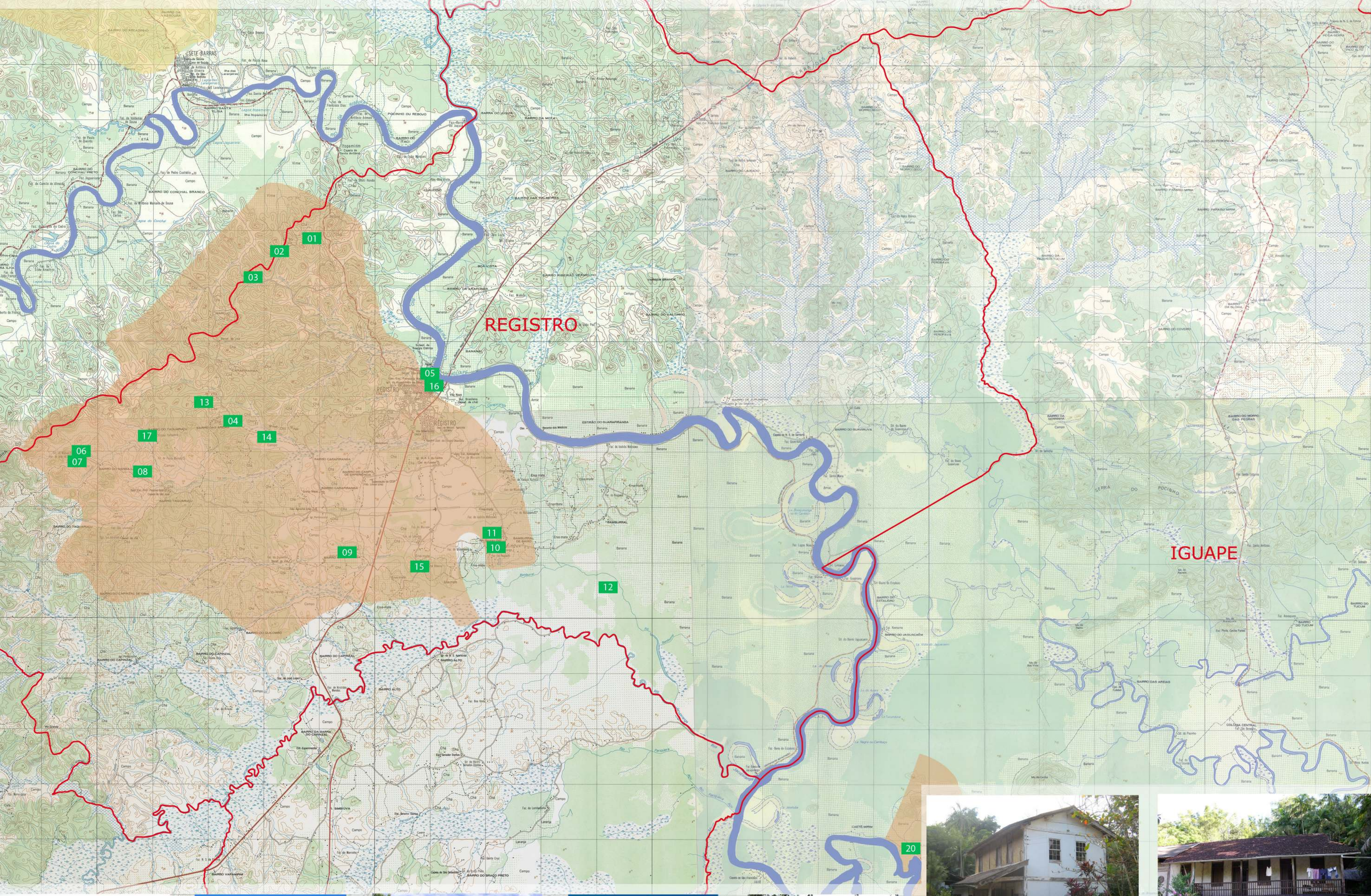
08 - Residência Osawa

09 - Fábrica de Chá Shimabukuro

10 - Residência Amaya

11 - Fábrica de Chá Amaya

12 - Paisagem do Chá



13 - Residência e Fábrica Shimizu

14 - Residência Myakushi

15 - Fábrica Chá Ribeira

16 - Igreja São Francisco Xavier

17 - Residência Hokugawa

18 - Casa sra. Okiyama

19 - Casa sr. Gozo Okiyama

20 - Armazém Jipovura

20 - Residência Jipovura

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO

IDENTIFICAÇÃO DE BENS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA - LEVANTAMENTO DE CAMPO

CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA - REGISTRO E IGUAPE (SP)

ORGANIZAÇÃO: FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO / DESENHO: OLIVIA MALFATTI BUSCARIOLLI / FONTES DE DADOS: LEVANTAMENTO DE CAMPO

BASE: IBGE - SEM ESCALA / FOLHAS: SG-23-V-A-I-3-REGISTRO-1974; SG-23-V-A-I-4-JUQUIA-1974; SG-23-V-A-IV-1-PARIQÜERA AÇU-1974; SG-23-V-A-IV-2-IGUAPE-1973

01 - Residência Kawagiro

02 - Sede da KKKK

03 - Residência Fukasawa

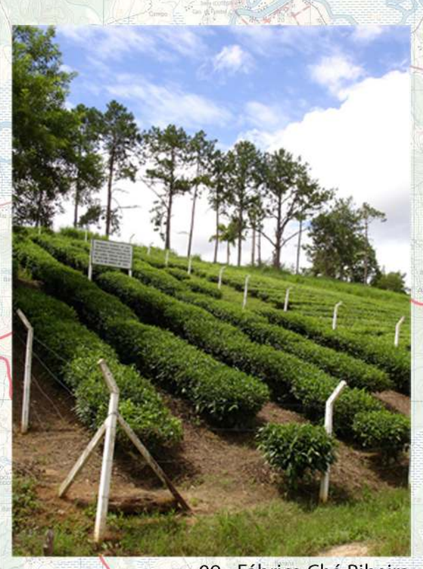
04 - Igreja Episcopal Manga Larga

05 - Fábrica de Chá Shimabukuro

06 - Residência Amaya

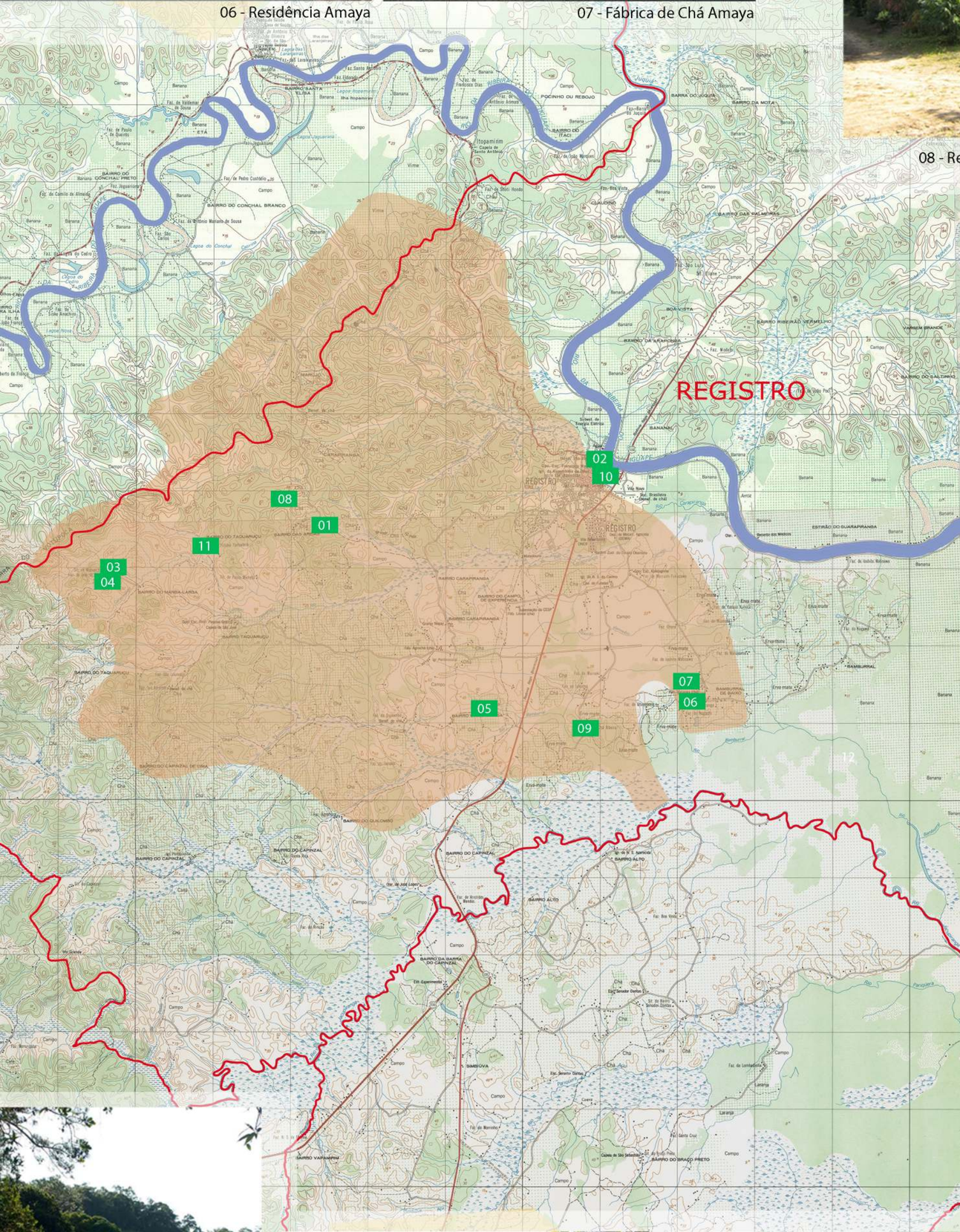
07 - Fábrica de Chá Amaya

08 - Residência e Fábrica Shimizu



09 - Fábrica Chá Ribeira

10 - Igreja São Francisco Xavier



11 - Residência Hokugawa / Yamadera

12 - Casa sra. Okiyama

13 - Casa sr. Gozo Okiyama

14 - Armazém Jipovura

14 - Residência Jipovura

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO

CONJUNTO HISTÓRICO, PAISAGÍSTICO E ARQUITETÔNICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM SÃO PAULO: PROPOSTA DE PROTEÇÃO DE BENS CULTURAIS

CONJUNTO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA - REGISTRO E IGUAPE (SP)

ORGANIZAÇÃO: FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO / DESENHO: OLIVIA MALFATTI BUSCARIOLLI / FONTES DE DADOS: LEVANTAMENTO DE CAMPO

BASE: IBGE - SEM ESCALA / FOLHAS: SG-23-V-A-I-3-REGISTRO-1974; SG-23-V-A-I-4-JUQUIA-1974; SG-23-V-A-IV-1-PARIQÜERA AÇU-1974; SG-23-V-A-IV-2-IGUAPE-1973

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da Imigração japonesa

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF(s)	Município (s)	Localidade (s)
SP	Registro e Iguape	Bamburral, Taquaruçu, Areias, Boa Vista, Carapiranga, Manga Larga e Raposa em Registro; Jipuvura em Iguape

Mesorregião(ões) – Dados IBGE	Microrregião(ões) – Dados IBGE
Litoral sul paulista	Registro

Mapa de Localização

No Brasil

Na região/ estado

Em relação ao contexto/ limites

Municípios limítrofes (nominar)

Registro (Sete Barras, Eldorado, Juquiá, Iguape, Pariquera-Açu, Jacupiranga) e Iguape (Ilha Comprida, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-Açu, Cananéia)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da Imigração japonesa

INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO BEM/ OBJETO DE ANÁLISE

A imigração japonesa no Brasil

Desde 1895, Brasil e Japão mantinham relações amistosas oficializadas com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, ainda sem qualquer entendimento sobre as questões de imigração.

Até o final do século XIX, o Brasil estava satisfeito com a imigração européia que afluía para as lavouras de café e para os núcleos coloniais no interior do país, apresentando ressalvas à "raça amarela", e assim, à vinda de asiáticos. Ao mesmo tempo, por essa época, o Japão tinha preferência por realizar a emigração de sua população aos países da América do Norte, considerando penosas as condições que os países da América do Sul apresentavam ao tratamento prestados a seus cidadãos.

Somente a partir do momento em que o governo da Itália proibiu o movimento emigratório ao Brasil em 1902, o governo brasileiro passou a considerar a possibilidade de permitir a entrada de japoneses, devido a urgência de mão-de-obra nas lavouras de café do país. Por outro lado, com a assinatura do *Gentlemen´s Agreement* entre países da América do Norte e Japão, restringindo a saída de japoneses para aquelas localidades, o governo japonês passou a considerar o Brasil como alternativa viável para continuar sua política de emigração. Nessa confluência de interesses é que Brasil e Japão, enfim iniciaram entendimentos a respeito da migração de grandes contingentes de pessoas.

Em 1907, representante da Companhia Imperial de Imigração, ligada ao governo japonês, visitou o Brasil e assinou compromissos com o governo da Província de São Paulo, principalmente por meio da Secretaria de Agricultura, comandada por Carlos Botelho, que à época era favorável à imigração de japoneses ao Brasil. Esse primeiro acordo estipulou a entrada dos primeiros três mil imigrantes japoneses como trabalhadores contratados para as lavouras paulistas de café (NOGUEIRA: 1973).

Em seguida, em 1908, representante da empresa particular Sindicato de Tókio, Ikutaro Aoyagui, viabilizando o interesse japonês de realizar a imigração que assentasse famílias japonesas em solo brasileiro, assinou com o governo da Província de São Paulo a concessão de 50.000 hectares de terras devolutas na zona do Rio Ribeira de Iguape (MIDORIKAWA: 1928).

Outras iniciativas foram implementadas por meio da associação de empresas de imigração japonesas com autoridades de províncias brasileiras, principalmente para garantir a contratação de trabalhadores para as fazendas de café.

A partir de 1919, o governo japonês decidiu se envolver diretamente com os projetos de imigração e colonização no Brasil e todas as companhias de iniciativa privada foram fundidas formando a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Desenvolvimento) ou mais conhecida no país como KKKK.

Na década de 1920, negociações entre as províncias do Pará e da Amazônia e autoridades japonesas resultaram no estabelecimento de famílias japonesas em terras cedidas nas regiões de Tomé-Açu e Parintins já em 1929 (UCHIYAMA & TAJIRI & YAMASHIRO: 1992).

Desse modo, a realização da imigração de japoneses no Brasil foi principalmente para fornecer trabalhadores contratados e para formação de núcleos coloniais pelo Brasil.

A imigração japonesa ao Brasil pode ser considerada de modo mais amplo, caracterizando-se por períodos significativos das políticas de imigração realizadas. O primeiro período de 1908 a 1923 é visto como a fase experimental, em que a entrada de japoneses no Brasil ainda é pequena e as ações de imigração são tateadas tanto por autoridades brasileiras quanto pelo governo japonês. O próximo período é de 1924 a 1941, em que 1924 marcou o ano em que os EUA proíbe definitivamente a entrada de japoneses e 1941 expressa a data em que o governo brasileiro, diante dos desdobramentos da II Guerra Mundial, proibiu a entrada de japoneses em nosso país. Nesse segundo período, a entrada massiva de imigrantes e o desenvolvimento de inúmeros núcleos coloniais pelas companhias japonesas se consolidaram. Com a proibição de entrada de japoneses no Brasil em 1941, a politica de emigração japonesa passou a se dirigir à região da Manchúria, região nordeste da China. O último período de imigração japonesa é estipulado entre 1952 a 1963, após a Segunda Guerra Mundial. Em 1951, o Brasil tornou a restabelecer relações diplomáticas com o Japão e já em 1952 novas levas de japoneses voltaram a imigrar, porém a maior parte deles vinha por meio de laços com parentes já estabelecidos no Brasil (SAKURAI: 1998).

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir do final da década de 1960, o rápido crescimento da economia japonesa retirou da política de emigração o status de prioridade.

A imigração japonesa no estado de São Paulo

A data oficial para a chegada ao Brasil da primeira embarcação, o navio Kasatu Maru, trazendo os primeiros imigrantes japoneses ao Porto de Santos, é o dia 18 de junho de 1908. Esses pioneiros foram encaminhados aos campos de fazendas do interior do estado de São Paulo e a partir daí, aponta a narrativa, tem início a construção da saga dos japoneses em terras brasileiras.

Como ocorreu com outros imigrantes, os japoneses em São Paulo foram agenciados de duas formas principais, a contratação de trabalho em fazendas no interior paulista e o desbravamento de terras devolutas no estado.

O encaminhamento para o trabalho nas fazendas era, sobretudo, definido pelo traçado das vias ferroviárias, porque as fazendas eram situadas ao longo delas. Assim, as famílias de imigrantes japoneses foram conduzidas para fazendas como a Dumont e Canaã, localizadas na linha Mogiana; fazendas como São Martinho e Guatapará, situadas na linha Paulista; fazenda Sobrado, na linha Sorocabana. Desse modo, os japoneses foram dispersos pelo estado conforme as terras de trabalho estavam distribuídas pelos caminhos férreos.

Do mesmo modo, a criação de núcleos coloniais, promovidos na associação entre governo paulista e companhias japonesas ou pela associação espontânea de trabalhadores cujo contrato de trabalho nas fazendas já haviam terminado, também irá acompanhar o traçado dos trilhos dos trens. No caso da concessão de terras devolutas pelo Estado de São Paulo a companhias japonesas, o núcleo do Vale do Ribeira localizava-se no final da linha Santos-Juquiá e o núcleo de Bastos situava-se no final da linha Paulista, mostrando o interesse do governo paulista em realizar a ocupação de áreas longínquas e pouco habitadas. Muitas famílias japonesas, após trabalharem como contratados nas lavouras do interior, compraram terras em áreas ainda não ocupadas ao longo da cadeia ferroviária. No caso da colônia Hirano, formada por imigrantes japoneses provenientes da fazenda Guatapará, foram desbravadas terras localizadas a 13 quilômetros da estação Presidente Pena, atual Cafelândia. No final da linha Sorocabana, foram formadas as colônias de Vai-Bem e Brejão, localizadas próximas à estação de Álvares Machado, noroeste de

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da Imigração japonesa

São Paulo.

Também nos locais de passagem de embarque e desembarque, como os centros metropolitanos de Santos e São Paulo, houve grande concentração de imigrantes japoneses, formando colônias como a de Cotia, nos arredores de São Paulo, e também realizando a mobilidade social de muitos imigrantes e descendentes por meio da educação e do emprego como profissionais liberais nessas cidades (UCHIYAMA & TAJIRI & YAMASHIRO: 1992).

As experiências de colonização no Vale do Ribeira

Segundo Petrone (1966), a região do Vale do Ribeira constituiu-se, desde meados do século XIX, num verdadeiro laboratório de experiências de colonização, em função de ser considerado como um vasto território despovoado, à margem do império do café, conforme apresentou Papy (1952), com propriedades a baixo preço, grandes extensões de terras devolutas e, ao mesmo tempo, uma região próxima ao litoral, contando com portos de expressão como Cananéia e Iguape.

Foram experiências de colonização diversas, quer iniciativas públicas do governo imperial, ou também privadas, de caráter individual ou empresarial. Além disso, implicaram na chegada de colonos de diferentes origens como italianos, alemães, poloneses, austríacos, entre outros e, também japoneses, esses representando o maior contingente numérico. Segundo Petrone, a colonização japonesa se destacou deste conjunto por ter constituído a única experiência realmente exitosa, que fixou os colonos a terra e que se consolidou no tempo e no espaço geográfico, criando uma paisagem peculiar, particularmente no que se refere ao núcleo de imigração de Registro.

A explicação para esse êxito e, ao mesmo tempo, para o fracasso das demais iniciativas prende-se a uma série de fatores que envolvem, de um lado, as sempre lembradas condições naturais locais, mas também e, principalmente, as características de organização e administração destas iniciativas.

No caso das iniciativas públicas – as Colônias de Pariquera-Açu e de Cananéia, criadas respectivamente em 1855/61 e 1862, projeto do governo imperial e posteriormente administradas pelo governo da província e estadual -, vieram europeus de diferentes procedências (Alemanha, Polônia, Suécia, Itália), além de russos, que tiveram como primeiro desafio o enfrentamento das condições típicas de ambiente tropical: umidade e temperaturas elevadas e uniformes, presença constante de brejos e vargedos com águas indecisas, mosquitos.

No caso das iniciativas particulares destaca-se a Colônia de Santa Maria, instalada em 1925-26, também em Cananéia, pela Empresa de Terras e Colonização Santa Maria, com sede em São Paulo, para a qual foram austríacos e alemães, e as experiências de colonização japonesa, a partir de 1913, pela Companhia Imperial Japonesa de Imigração, que fundou 3 colônias: Katsura, Registro e Sette Barras.

Para Francis Burton (apud Petrone, p.110) "o país era tropical demais para os europeus". Mata fechada, calor, umidade, drenagem indecisa abastecida de lençóis de água rasos em solos arenosos, insetos e toda a variedade de fauna local.

Mas, segundo o próprio autor, o papel dessas condições naturais deve ser relativizado, já que outros fatores contribuíram para o fracasso dos núcleos. Entre eles pode-se citar a desilusão dos colonos frente à realidade encontrada, principalmente em função da propaganda que se fez da terra, associando-se a exuberância da mata nativa à fertilidade dos solos.

Na realidade, os solos arenosos esgotaram-se rapidamente pelo cultivo sem adubação, ao mesmo tempo em que as condições climáticas não possibilitavam o cultivo de produtos da zona temperada. O ambiente natural era um grande desconhecido para o imigrante que não dispunha, nem de técnicas, nem de conhecimentos adequados para aquela situação.

Problemas relacionados ao isolamento geográfico e, conseqüentemente, a dificuldade de circulação e acesso aos mercados contribuíram para a desilusão dos colonos, fato agravado pela heterogeneidade dos grupos, com culturas e religiões diferentes, que dificultou a formação de comunidades. E por fim, a descontinuidade de soluções por parte das instituições responsáveis pela administração destes núcleos selaram seu destino.

A própria Secretaria de Agricultura, em Relatório do ano de 1897, admite que os resultados refletem a "defeituosa organização da administração dos núcleos", pois os colonos ficaram entregues a si próprios, sem qualquer orientação (Petrone, 1966:114). O fato é que, aos poucos, as famílias foram deixando a região, migrando para o planalto, principalmente nas primeiras décadas do século XX, permanecendo, na década de 1950, quando o autor realizou sua pesquisa, apenas uma população imigrante residual, de poloneses e italianos e alguns poucos alemães em Pariquera-Açu.

INFORMAÇÕES DO CONTEXTO GEOGRÁFICO DO BEM/ OBJETO DE ANÁLISE

Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, altitudes, etc...)

A **bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape** banha um território extenso que abarca 9 municípios no estado do Paraná e mais 25 municípios no estado de São Paulo, uma região com população superior a 600 mil habitantes, segundo o censo IBGE de 2000. Abrange uma área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 hectares no Estado do Paraná e 1.711.533 hectares no Estado de São Paulo, subdividindo-se em 13 sub-bacias.

É uma bacia formada em primeiro lugar por um conjunto de **terras altas**, com superfície média em torno de 850-950 metros, mas que contem serra residuais com altitudes acima de 1.000 metros, como é o caso da Serra de Paranapiacaba, em São Paulo. Essas terras altas envolvem, em forma de arco, uma extensa **baixada sedimentar**, de altitudes inferiores a 100 metros, uma várzea ampla pontuada por colinas baixas e suaves, vez ou outra interrompida por um morro mais elevado, como é o caso do Votupoca, em Registro. A baixada, por sua vez, pode ser dividida também em duas unidades, dois setores individualizados em função do tipo de sedimentação: um trecho interior, recoberto há milhares de anos por um processo de deposição fluvial e um trecho, próximo à costa, formado predominantemente por sedimentos marinhos.

Processos complexos de longa duração explicam a formação geológico-geomorfológica do Vale do Ribeira e também ajudam a compreender as diferenciações internas nesta paisagem, como quadros específicos dentro de um conjunto ou como setores individualizados dentro de uma mesma unidade paisagística. Em cada um destes setores há um arranjo articulado entre os diversos elementos da natureza, que justificam as formas particulares que o Rio Ribeira de Iguape adquire ao longo de seu trajeto. Há, também, uma estreita **relação entre esse quadro natural e as formas históricas de apropriação da natureza e de construção do território**, que configuram diferentes matizes da paisagem cultural as quais tem no Rio Ribeira de Iguape o

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da Imigração japonesa

elemento articulador. O Ribeira de Iguape pode ser entendido como o grande corredor de ligação entre planalto, baixada e região costeira que, ao viabilizar o escoamento da produção de riquezas e o transporte de pessoas e gêneros de subsistência, estimulou um intenso intercâmbio cultural, além de propiciar a formação de novos núcleos de ocupação em seu trajeto. As cidades e os pequenos povoados existentes hoje ao longo do rio justificam sua existência por meio das possibilidades abertas pela sua navegação.

As diferentes matizes da paisagem cultural do Vale do Ribeira testemunham formas específicas de ocupação do território a partir da apropriação dos recursos e da íntima relação que os grupos sociais locais estabeleceram com as condições naturais singulares.

A paisagem das terras baixas do Ribeira

Com altitudes médias abaixo de 100 metros, onde se alternam colinas suaves de topos arredondados e várzeas baixas, planas e amplas, cortadas por rios de padrão meandrante, a área é eminentemente sedimentar, com exceção de trechos onde afloram rochas do embasamento cristalino como, por exemplo, nas pequenas serras como a do Votupoca (412 metros), entre Registro e Eldorado, a Serra da Momuna (185 metros) e o Morro de Jipovura (298 metros), em Iguape.

A formação sedimentar relaciona-se a um longo processo de deposição fluvial, de idade cenozóica terciária, conduzido por ação do Rio Ribeira de Iguape e afluentes, os quais escavaram e aprofundaram as suas cabeceiras na Serra do Mar, transportando e depositando os aluviões em direção à baixada, formando assim, uma extensa bacia sedimentar. Acrescenta-se, ainda, a dinâmica marinha e o seu papel milenar de transporte de sedimentos que construiu a faixa costeira dessa bacia sedimentar por meio de variação do nível dos oceanos (transgressão e regressão marinha).

Uma das características mais marcantes dessa paisagem são os banhados de águas indecisas, formados por rios que serpenteiam longamente, em movimentos de vai e vem, em curvas harmônicas que, por vezes, são desligadas do curso principal, formando lagoas marginais, coroas abandonadas chamadas de "deixas". Durante as cheias os banhados se alargam, os depósitos de aluvião adubam os solos, contribuindo para a preservação de uma rica biodiversidade de vida vegetal e animal.

Originariamente toda a região era recoberta pela exuberante Mata Atlântica que, nos trechos de banhados, apresentava característica de flora higrófila (vegetação adaptada à presença de água). Esta vegetação foi sendo retirada após a implantação dos núcleos de colonização japonesa, para o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência e comercial, cujos produtos de maior destaque eram o arroz e o chá. No entanto, ainda se encontram preservados nestes municípios, bem como em toda a região do Vale do Ribeira, vastos trechos de Mata Atlântica, os quais representam a maior extensão contínua de remanescentes de vegetação original do estado de São Paulo.

As colinas que predominam em Registro, com no máximo 80 a 100 metros de altitude, formaram um ambiente propício à implantação da cultura do chá pelos imigrantes japoneses: terrenos um pouco elevados, abrigados das cheias do Ribeira, mas com pouca declividade; solos com boa drenagem, que não encharcam e favorecem a penetração das raízes; boas condições climáticas como chuvas bem distribuídas e temperaturas altas, características típicas de tropicalidade.

Por outro lado, as características naturais locais também foram propícias ao cultivo do arroz, que, em sendo planta tipicamente ribeirinha, estabeleceu-se nas vastas áreas planas, baixas e inundáveis, os vargedos onde essa cultura se desenvolve com maior facilidade.

SELEÇÃO DE IMAGENS (repetir quantas linhas forem necessárias)

Várzea do Ribeira com suas "deixas" e vegetação de banhado. Fonte: Projeto Brasil das Águas, de Gerard e Margi Moss.

Colinas entremeadas por várzeas em Registro. Fonte: S.Scifoni, 2008.

Serra da Momuna, Iguape. Paleo-ilha. Fonte: S.Scifoni, 2008.

Serra do Votupoca, 412 metros. Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008.

Edificação rural japonesa construída sobre matacões e córrego (Registro). Fonte: S.Scifoni, 2008.

Fábrica de Chá Shimizu (Registro). Fonte: S.Scifoni, 2008.

Edificação rural japonesa em Jipuvura (Iguape). Fonte: S.Scifoni, 2008.

Galpões da KKKK e antigo Porto de Registro, junto ao Rio Ribeira de Iguape. Fonte: S.Scifoni, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da Imigração japonesa

Chazal ao lado de mancha de mata. Fonte: S.Scifoni, 2007.

Primeiras mudas da variedade de chá assam plantadas no Brasil em 1935. Fonte: S.Scifoni, 2007.

Cultivo de arroz na várzea. Fonte: S.Scifoni, 2008.

Secagem do junco. Registro. Fonte: S.Scifoni, 2008.

MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIA DISPONÍVEIS (inserir miniaturas e/ou listar referências)

Carta topográfica, escala 1:250.000, IBGE, folha Iguape (1979) – (www.ibge.gov.br/biblioteca)

Cartas topográficas, escala 1:50.000, IBGE, folhas: Iguape, Registro e Pariquera-Açu (1973/74) – (www.ibge.gov.br/biblioteca)

Cartas topográficas, escala 1:10.000, IGC, Levantamento Vale do Ribeira II (1988), folhas 115/86 e 115/87 (Registro) e 118/90, 118/91, 118/92, 118/93, 119/90, 119/91, 119/92, 119/93, 120/90 e 120/91.

Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do estado de São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente do estado, 1998.

Mapa geomorfológico do Est. de SP, escala 1:500.000, IPT/Fapesp, 1997.

Atlas Regional do estado de São Paulo – Litoral – Secretaria de Economia e Planejamento/Coordenadoria de Ação Regional, 1978.

Mapa das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo e Mapa das Regiões de Governo do estado de São Paulo – IGC – 1:1.000.000 (disponível no site)

Mapa das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de recursos Hídricos - IGC – 1:1.000.000 (www.igc.sp.gov.br)

FONTES DE INFORMAÇÃO/ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (listar)

------- "Antecedentes da Imigração japonesa no Brasil". In: *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.
- ALMEIDA, A . P. O Ribeira de Iguape. Revista do Arquivo Municipal ano X, vol. CII, São Paulo, 1945.
- BALDUS, H.; WILLEMS, E. Casas e túmulos japoneses no Vale da Riberia de Iguape. Revista do Arquivo Municipal. Ano VII, vol. LXXVII, São Paulo, 1941. pp.121-136
- Chá veio de contrabando e hoje é artigo exportado. In: O Dirigente Rural, vol.1, nº 5, São Paulo, 1962.
- COELHO, Sérgio Aventuras na selva do Brasil. Globo rural, edição especial. Ano 1, nº2, março de 1988.
- COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA (CGG). Exploração do Rio Ribeira de Iguape. São Paulo, 1914.
- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Levantamento censitário das unidades de produção agropecuária (projeto Lupa). São Paulo, Secretaria de Agricultura do estado, 2008. Acessado em www.cati.sp.gov.br
- FURTADO, E. et all. Chá avanços e perspectivas. In Casa da Agricultura, ano 9. São Paulo: Secretaria de Estado da Agricultura, 1987.
- HASEGAWA, T.; RUEDA, J. Introdução dos imigrantes japoneses no Brasil e seu órgão instrutivo. Atividades da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha em São Paulo. São Paulo: KKKK, 1932.
- INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGICO. Folha topografia de Iguape, escala 1:100.000, ano 1947.
- INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGICO. Folha topográfica de Iguape, escala 1:250.000, 1954.
- INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGICO. Reconhecimento geológico e mineralógico de algumas regiões do Vale do Ribeira. São Paulo, IGG, 1974.
- IPHAN. Processo nº 1271/T-88. Pedido de tombamento do bairro de Jipuvura (Katsura). Rio de Janeiro, 1988.
- KUNIYOSHI, C.; PIRES, W. Casarão do Chá. São Paulo: Condephaat, 1984.
- MEDEIROS, N.; CUNHA, J.F.; AZZI, R. O Vale do Ribeira de Iguape. Boletim de Agricultura nº único, 1948. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.
- MORI, Koichi. Vida religiosa dos japoneses e seus descendentes residentes no Brasil e religiões de origem japonesa. In: Uma epopéia moderna. 80 anos da imigração japonesa. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992
- NENO, S. Homens de fibra. Revista da Folha. São Paulo: Folha de São Paulo, 15/06/2008.
- PAPY, L. À margem do império do café. Boletim geográfico, ano XV, nº 137, 1957.
- PENTEADO, L.A.C.; FURTADO, E.L. Plante corretamente o chá preto. São Paulo: Boletim da Cati nº 229, 1986.
- PETRONE, P. Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP. Boletim Paulista de Geografia nº 39, São Paulo, 1961. pp.47-63.
- PETRONE, Pasquale A baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana. Boletim nº 283. Geografia nº 14. São Paulo: FFLCH/USP, 1966
- RAYMUNDO, B. Ele tinha planos para mim. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2002.
- ROSS, J.L.S. Ecogeografia do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
- SAKATA E WAKISABA..... Uma epopéia moderna. 80 anos da imigração japonesa. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992
- SCHMIDT, C.B. Paisagens rurais. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, 1944.
- SEGAWA, Hugo. O conjunto KKKK. São Paulo: Takano Editora, 2002.
- SILVEIRA, João Dias da. Baixadas litorâneas quentes e úmidas. Boletim 152, Geografia nº 8, São Paulo, FFLCH/USP, 1952.

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da Imigração japonesa

- VEGRO, C.L.; BEMELMANS, P. Proposta de plano de recuperação da teicultura do Vale do Ribeira. Revista Técnica do Instituto de Economia Agrícola, v.26, nº6, São Paulo, 1996.
- YAMANAKA, I. Início da imigração japonesa no Brasil. Brasília: Ministério de Relações Exteriores,2007. Acessado em www.japaocentenario.mre.gov.br/textos-de-referencia/. Acessado em 13/08/2008.
BJÖRJLUND, Krister. "Migration in the interest of the nation – Population movements to and from Japan since the Meiji era". Siirtolaisuusinstituutti, 2007.
CORREA, Lucelinda Schramm. "As políticas públicas de imigração européia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República". In: *Revista geo paisagem (online)*. Ano 4, nº 8, julho/dezembro de 2005.
HANDA, Toomo. *O imigrante japonês – história de sua vida no Brasil*. São Paulo, TA Queiroz e Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
KIYOTANY, Masuji e YAMASHIRO, José. "Do Kasatu Maru até a década de 1920". In: *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.
-LORENZI, H. Árvores brasileiras. São Paulo: Editora Plantarum, 1992.
MAEYAMA, Takeshi. "O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950). In: SAITO e MAEYAMA. *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 8ª edição, Ed. Hucitec, 2004.
MIDORIKAWA, Jorge T. *As colônias japonezas na zona do Ribeira de Iguape*.Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1928.
-MULLER, N.L. Sítios e sitiantes no estado de São Paulo. Boletim 132, Geografia nº7. São Paulo: Fac. Ciência e Letras/USP, 1951
NOGUEIRA, Arilnda.. "Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o estado de São Paulo entre 1908 e 1922". In: : SAITO e MAEYAMA. *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*
-PERES, L.H.;FREITAS, B.B. Chá preto: estabilidade e mercado. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2003. Acessado em www.iea.sp.gov.br (banco de dados).
-PRADO JUNIOR, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
SAKURAI, Célia. "Imigração Japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada – 1908 – 1941." XXII Encontro Nacional da ANPOCS, GT 9 Migrações Internacionais, Caxambu, 1998.
SANTOS, Ivison Poleto. "A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência -1886-1895". In: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, nº 25, setembro de 2007. http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/. Acessado em 15 de setembro de 2008.
SCHWARCZ, 2002.
STANIFORD, Philip. "Nihon no itemo sho ga nai - o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar". In: SAITO e MAEYAMA. *Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo, Ed. Vozes e Ed. Universidade de São Paulo, 1973.
TAJIRI & YAMASHIRO. "A abertura dos portos e a imigração no Brasil do século XIX". In: *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.
UCHIYAMA, Katsuo; TAJIRI, Tetsuya e YAMASHIRO, José. "Emigração como política de Estado". In: *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura japonesa, 1992.
VIOTTI, Emília. *Da Colônia à Senzala*. São Paulo. Difusão Européia doLivro, 1966.

PALAVRAS-CHAVE

Imigração no Brasil; imigração japonesa em São Paulo; Vale do Ribeira; Colônia de Registro; Colônia de Katsura

Preenchimento	Responsável	Simone Scifoni	Data	

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da imigração japonesa

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF(s)	Município (s)	Localidade (s)
SP	Registro e Iguape	Bamburral, Taquaruçu, Areias, Boa Vista, Carapiranga, Manga Larga e Raposa em Registro; Jipuvura em Iguape

Mesorregião(ões) – Dados IBGE	Microrregião(ões) – Dados IBGE
Litoral sul paulista	Registro

SÍNTESE HISTÓRICA DO BEM

As três colônias japonesas no Vale do Ribeira: Katsura, Registro e Sete Barras

O primeiro passo para viabilizar a constituição das colônias japonesas no Vale do Ribeira foi dado quando, em 1912, o Governo do Estado de São Paulo assinou um contrato com o Sindicato de Tóquio, com o compromisso de doação de uma vasta extensão de terras devolutas, com a concessão de recursos financeiros e de isenção de impostos. Em contrapartida, a instituição japonesa deveria introduzir duas mil famílias na região, num período de quatro anos. A escolha do Vale do Ribeira foi estratégica: ao percorrer o Brasil procurando terras para os colonos, o advogado do Sindicato se interessou pela ampla região de várzea, ideal para o cultivo do arroz ao qual o colono estava acostumado e, além disso, próxima ao litoral. A concessão das terras, alguns anos mais tarde, foi repassada para a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), empresa que, a partir de 1917, conduziu toda a colonização japonesa no Vale do Ribeira.

As terras doadas pelo estado localizavam-se junto ao Porto fluvial de Registro, atual município de mesmo nome, mas que à época pertencia a Iguape. Apesar disso, foi em outro local, a quilômetros de distância e à jusante do Porto fluvial de Registro, que foi instalada a primeira colônia de japoneses no Vale: **a Colônia Katsura**. Criada em 1914, a partir da doação de terras por parte da Câmara Municipal de Iguape, o nome era uma homenagem ao primeiro-ministro japonês Taro Katsura. Ela foi instalada em terras do antigo Sítio Jipovura, adquirido um ano antes com o intuito justamente de formação de uma colônia agrícola.

As terras da colônia, o equivalente a 859 hectares e situadas na várzea do Rio Ribeira de Iguape, receberam inicialmente 20 famílias. Dados mostram que a população do núcleo oscilou pouco, entre 1917 e 1931, em geral entre 25 a 31 famílias, correspondendo de 150 a 170 pessoas (KKKK, 1932). A principal atividade econômica era o cultivo do arroz, que atingiu tal expressão chegando a contar com quatro engenhos de beneficiamento do produto. A proximidade com o rio Ribeira garantiu, desde cedo, para a colônia de Katsura meios de transporte eficiente para o escoamento dessa produção, já que desde meados do século XX funcionava regularmente a linha de navegação a vapor entre Xiririca e Iguape, subvencionada pelo governo. Como atividades de finalidade comercial contava ainda com a produção de farinha de mandioca e de aguardente, processado em diversos alambiques. A KKKK criou uma boa infra-estrutura para viabilização das atividades da colônia, dentre elas a implantação de Campo de Experiência Agrícola, no qual os japoneses introduziram culturas que vieram de sua terra natal como alho nira, berinjela nasubi, soja e arroz moti. O núcleo foi bastante florescente até a 2ª Guerra Mundial, contando com escola, agência de correio, casas de comércio, clube social, igreja católica e até luz elétrica produzida por máquina à vapor (PEREIRA JUNIOR, 2005). Após a segunda guerra, Katsura entrou em declínio, principalmente devido à desativação dos vapores que circulavam pelo Rio, o que deixou as famílias isoladas. As famílias dos colonos, a partir dos anos 1960, começaram a migrar para Registro, para a cidade de Iguape, entre outras.

Apesar da importância adquirida pelo núcleo de Katsura, foi em Registro que a colonização atingiu uma dimensão mais expressiva. Além de constituir-se no maior núcleo, em terras que totalizavam 50 mil hectares, concentrou também a maior parte dos colonos japoneses, além de contar com maior estrutura por parte da empresa administradora, a KKKK. A empresa não somente loteou e introduziu as famílias nas colônias por ela administradas, como também prestou assistência técnica aos colonos nos primeiros anos de estada, criou Campos de Experiência Agrícola (em Registro e Katsura), instalou escolas e posto médico e, ainda nesta primeira década do século XX, adquiriu cerca de 25 mil hectares para criar a **Colônia de Sete Barras.** No caso da **Colônia de Registro,** a KKKK implantou uma rede de estradas vicinais com a função de ligar os lotes mais distantes ao Porto fluvial de Registro, rompendo com a condição de isolamento que dificultou a vida nas outras colônias como Pariquera-Açu e Cananéia. Os lotes com cerca de 10 alqueires (24,2 ha.), de formato retangular com testada de 200 metros por 1.000 metros de fundos foram planejados com a garantia de frente para as vicinais e de acesso aos cursos d'água (Petrone, 1966).

A criação da colônia de Registro – a qual foi a maior e a mais próspera das três - fomentou o crescimento urbano do que era, até então, apenas um pequeno povoado do município de Iguape. O povoado mantinha-se pela importância que o Porto fluvial de Registro desempenhava no contexto da navegação no Rio Ribeira. O porto surgiu no período colonial, quando funcionou o garimpo de ouro nas localidades de Apiaí, Eldorado e Iporanga, à montante de Registro. O ouro era transportado pelo rio até o Porto de Iguape, no litoral, sendo o controle da extração e comércio feito na localidade que recebeu o nome de Porto de Registro e onde funcionava um posto fiscal, criado em 1746. O posto foi estrategicamente montado no alto do Morro da Espia, junto a uma curva do Rio Ribeira, ponto de importante visualização do trajeto do rio e de quem por ele passava. A navegação fluvial por meio dos vapores, que desde o século XIX funcionava com regularidade, tinha no Porto de Registro seu ponto final. Assim, a colonização japonesa em Registro reforçou o papel do antigo porto fluvial, principalmente com o incremento do transporte e comercialização da produção de arroz e chá, fato que provocou o crescimento da ocupação em seus arredores. Em 1922 a KKKK instalou ali seu centro de operações contando com quatro galpões de armazenamento, unidade de beneficiamento de arroz, escritórios e armazéns de secos e molhados. Segundo Petrone (1966), este fato beneficiou Registro, que se tornou a "capital das colônias japonesas". A KKKK também foi a responsável pela construção da Igreja de São Francisco de Assis, no alto do Morro da Espia, organizando a arrecadação de recursos junto à comunidade e inclusive junto a empresas situadas no Japão. A pedra fundamental foi lançada em 1926 em razão da quantidade de adeptos do catolicismo e a necessidade de mostrar a integração dos imigrantes à nova terra.

Além do cultivo dos produtos já conhecidos na região, como o arroz que era produzido desde o século XIX e de outros de subsistência como o milho, mandioca e feijão, a **Colônia de Registro** se destacou pela introdução de um fato inteiramente novo, segundo Petrone: a cultura do chá. Para o autor, a paisagem do chá é típica de Registro, pois fora daí só aparece esporadicamente. Cultivado inicialmente na variedade chinesa, desde 1918, a partir de 1938 foi introduzida uma nova variedade que acabou se generalizando e garantindo maiores mercados: o chá assam ou chá preto. As primeiras sementes dessa variedade em Registro chegaram pelas mãos de Torazo Okamoto, quando de sua viagem ao Ceilão as trouxe escondidas em meio a um pão. Foram plantadas em sua propriedade e até hoje estão preservadas em canteiro separado dos demais campos de cultivo.

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da imigração japonesa

O sucesso de Okamoto com o chá preto estimulou os colonos a plantarem em suas terras e resultou na formação, na década de 1930, da Cooperativa de Produtores de Chá do Sul de São Paulo. Por meio da cooperativa foi trazido para Registro um técnico japonês responsável pela orientação sobre o processo de beneficiamento do chá, o que resultou em uma melhoria do produto final e, conseqüentemente um aumento das exportações. Durante a segunda guerra, as dificuldades com o comércio internacional no Pacífico, estimularam a exportação do chá de Registro, sendo responsável pela transformação do Brasil, da condição de importador para exportador. O chá preto do vale atingiu mercados como Argentina, Chile, EUA, Holanda e Alemanha.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS (Estatísticos e Sócio-econômicos)

Registro:

- Área do município: 716 km^2
- População: (2007/IBGE) 53.369 hab.
- Densidade demográfica: 74,5 hab./km^2
- IDH: 0,777 (2000/IBGE)
- PIB: 389.677 mil reais (2005/IBGE)
- PIB per capta: 7.301,56 reais/hab.
- Altitude média e ponto mais elevado: 50 metros/ 412 metros (Serra de Votupoca. Fonte: IBGE)
- Clima: tropical

Iguape:

- Área do município: 1.981 km^2
- População: 28.977 hab. (2007/IBGE)
- Densidade demográfica: 14,6 hab/km^2
- IDH:0,757
- PIB: 185.530 mil reais
- PIB per capta: 6.402 reais/hab.
- Altitude média e ponto mais elevado: 10 metros/490 (Morro dos Engenhos. Fonte:IBGE)

Morfologia da paisagem, características da implantação do bem

A **Colônia Katsura (Iguape)** encontra-se situada no baixo curso do Rio Ribeira de Iguape, área em que a planície costeira alterna sedimentação de origem fluvial com a contribuição marinha, em terrenos praticamente planos, com altitudes um pouco acima do nível do mar (5-10 metros). A umidade elevada e a abundante pluviosidade, típicas desta zona climática, contribuem para o rico potencial de recursos hídricos, que é uma realidade que salta aos olhos quando se percorre a área: águas indecisas que vão e que vem, curvas de rios que se ampliam em lagoas as quais funcionam como ancoradouros naturais para os barcos, ou berçário para peixes que buscam águas calmas para a sua reprodução. Desse conjunto de terras baixas se destacam alguns morros cristalinos, de altitude que atinge no máximo 200 metros (Serra da Momuna, Morro de Jipovura), cobertos ainda por Mata Atlântica e que são um referencial no horizonte dessa paisagem plana: os lugares são reconhecidos principalmente por essa geografia especial.

O que restou hoje do antigo núcleo de Katsura é pouco: ruínas de um antigo engenho de beneficiamento de arroz e de sua sede social, duas últimas residências da época dos colonos japoneses, um maquinário espalhado e abandonado em meio à planície arenosa. Atualmente na área da antiga Colônia Katsura predomina uma ocupação rural extremamente rarefeita. A dificuldade de acesso é um dos fatores que explicam esse isolamento geográfico, pois só é possível chegar por barco, atravessando o Rio Ribeira. Os últimos colonos japoneses que ali ainda resistiram (o casal Tuneo e Sumie Hayashi), deixaram o povoado depois dos anos 1980. A propriedade foi adquirida recentemente para implantação de projeto de exploração agrícola e nela se encontra um das últimas residências de colonos ainda existente. Não há população moradora, a não ser os trabalhadores que para lá se deslocam durante a jornada de trabalho.

Junto à margem esquerda do rio Ribeira encontra-se mais uma das residências tradicionais de colonos, porém já parcialmente destruída pela erosão da margem do rio e, junto dela, um antigo alambique, com maquinário e tonéis. Nesta residência mora uma família de caseiros que cuida da propriedade. A destruição da casa testemunha as conseqüências de uma dinâmica natural típica daqueles terrenos e que é condicionada pelos processos de erosão/sedimentação conduzidos pelo Rio Ribeira de Iguape: suas pronunciadas curvas são resultado do trabalho executado pela corrente de água do rio que escava a margem côncava, zona de maior velocidade da água, depositando material na margem convexa, que é constantemente construída pelo acréscimo de aluvião. Em seus arredores aparece uma vegetação adaptada a essas condições naturais: flora higrófila, com espécies como lírios do brejo, taboa e peri, que formam coberturas densas e extensas ao longo dos cursos d' água.

Mais à montante pelo rio, nessa mesma margem esquerda e junto a uma lagoa marginal que serve de ancoradouro encontra-se como primeiros vestígios, o engenho e a sede social da Cooperativa de Agricultores, implantados pela KKKK. Situados em meio à planície arenosa, área já sem vegetação, mas cercada em seu horizonte por uma mata densa. Das estruturas restaram praticamente só paredes e, no caso do engenho, algumas peças de maquinário sujeitas à deterioração pelo tempo. Nas áreas limítrofes ficavam igreja, campo de futebol, escola, assim dizem aqueles que conheceram o que era o núcleo, mas sem evidência materiais a não ser pedaços de telhas, tijolos e outros materiais de construção. A empresa de adquiriu a propriedade está realizando atividades de terraplenagem no local, o que contribui para um cenário de deterioração.

Caminhando pela planície, entrando por um acesso novo aberto em meio a exuberante mata de restinga encontra-se outra das residências de colonos japoneses localizada em meio da floresta, já distante da margem do Ribeira e abrigada, portanto das cheias e da erosão fluvial. Encontra-se abandonada, mas ainda guarda algum mobiliário interno como cama, fogão de lenha e até um *usso*, o típico pilão de amassar moti, o arroz japonês. Um exemplar que parece testemunhar os primeiros tempos do que foi a colonização japonesa no início do século, com o desafio do enfrentamento daquelas condições naturais típicas, da mata alta e fechada cercando o horizonte, o calor, os pequenos rios de águas escuras que aparecem à todo momento e em todo lugar, os sons dos pássaros, o incômodo das picadas dos mosquitos. Está cercada da mata original que recobria a planície, a chamada mata de restinga, uma vegetação de clima quente e úmido, alta e biodiversa, que destaca dos demais tipos de mata atlântica por ter se

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da imigração japonesa

adaptado a condições ecológicas específicas como solo arenoso e ambiente de alta salinidade que constituem fatores de limitação ao desenvolvimento dessa vegetação.

Já a **Colônia de Registro,** apesar de situada ainda nesse conjunto de terras baixas e sedimentares, quentes e úmidas, a morfologia da paisagem se diferencia. O núcleo, situado mais à montante de Katsura e na margem direita do Rio Ribeira, assentou-se sobre um sítio físico no qual predominam colinas baixas e pequenas, entre 20 e 100 metros de altitude, cortadas por vales de fundo plano onde correm os afluentes do Ribeira (Carapiranga, Quilombo, Taquaruçu, Boa Vista, todos que deram origem ao nome dos bairros rurais ou dos setores do núcleo). Neste cenário de relevo suave destacam algumas elevações que se tornaram importantes referências locais. A primeira delas é o Morro da Espia, elevação de aproximadamente 50 metros de altitude, ponto mais alto próximo ao centro antigo e a Serra de Votupoca (4.. metros de altitude), que funciona como uma moldura da paisagem, sendo visualizada de diferentes partes do município e representando seu ponto culminante.

Ao contrário de Katsura, a Colônia de Registro ainda contém diversos vestígios materiais do que foi o auge da colonização: são antigas residências de colonos, construções que guardam uma técnica específica que alia conhecimento japonês à adaptação ao meio tropical; antigas fábricas de chá e os campos de cultivo que conformam uma paisagem rural única e típica, além de equipamentos de infra-estrutura e apoio que foram o diferencial que tornou Registro a capital das colônias japonesas do Vale, conforme diz Petrone (1966), como é o caso dos galpões da KKKK e do Porto fluvial de Registro, ou que tiveram um papel fundamental na formação da comunidade como a Igreja São Francisco de Assis, a Igreja Anglicana.

ICONOGRAFIA HISTÓRICA (inserir miniaturas e/ou listar referências)

Imagens (repetir tantas linhas quanto forem necessárias)

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Habitação rural. Arquivo Iphan, dec.40

Porto de Jipovura, 1941. Fonte: Revista do Arquivo Municipal, LXXVII, p. 130.

Fazenda de chá em Registro, 1949. Fonte: Medeiros et al.

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da imigração japonesa

Registro, 1939-1940. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC)

Residência rural em Registro, 1941. Fonte: Revista do Arquivo Municipal, LXXVII, p. 126.

Usina beneficiamento de arroz em Katsura (Iguape), sem data. Fonte: Luís Francisco da Silva.

Fontes/ referências das imagens

Indicações acima

INFORMAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS
(Apontar tipos de uso e apropriação pertinentes, que devam ser considerados quando da proposta de preservação e/ou plano de gestão/ normatização da área)

SELEÇÃO DE IMAGENS (reproduzir quantas linhas forem necessárias)

Legenda: Casa família Amaya (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008.

Legenda: Casa Família Amaya (nº2)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Fábrica de Chá Amaya (Registro)
Fonte: Simone Scifoni, 2008

Legenda: Casa Família Chicaoka (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Residência da Família Lotto (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Casa Família Mayakushi (Registro).
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Casa Família Shimizu (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Casa Família Tomatsu (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Casa Família Rokugawa (Registro)
Fonte: S.Scifoni, 2008.

Legenda: Fábrica de Chá Shimabucuro (Registro)
Fonte: S.Scifoni, 2007.

Legenda: Casa Família Fukasawa (Registro)
Fonte: S.Scifoni, 2007.

Legenda: Fábrica de Chá e Esteira Kawagiro (Registro)
Fonte: S.Scifoni, 2008.

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da imigração japonesa

Legenda: Igreja Anglicana (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008.

Legenda: Edifícios da KKKK (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008.

Legenda: Igreja de S.Francisco de Assis (Centro de Regsitro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008.

Legenda: Porto de Registro
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008.

Legenda: Interior de casa japonesa em Jipuvura.
Fonte: S.Scifoni, 2008.

Legenda: Usina de Beneficiamento de Arroz de Katsura.
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

Legenda: Ruínas da sede Social da Colônia Katsura
Fonte: Simone Scifoni, 2008

Legenda: Fábrica de Chá e Esteiras Kawagiro (Registro)
Fonte: Ricardo G. da Silva, 2008

MAPEAMENTO TEMÁTICO (reproduzir quantas linhas forem necessárias)

Tipos de mapas (nomear)		Escala	Localização e base (meio digital, planta impressa...)	Data (dd/mm/aaaa)
	Planta cadastral			
	Evolução do traçado urbano			
	Usos			
	Gabaritos			
	Tipologias arquitetônicas			
	Setores morfológicos			
	Setores de planejamento			
	Perímetro de proteção			
	Perímetro de entorno			

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração no Brasil

Identificação do Bem (Objeto de preenchimento da ficha)

Conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico da imigração japonesa

Preenchimento	Responsável		Data	

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)
Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)
Sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha KKKK

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Centro

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Rua Miguel Aby Azar, nº 53	11900-000

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	7.288.860 mN	212.100mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural	X	estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:		nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
	rural				
X	urbano				

IMAGEM

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado	X	pública		íntegro	X	bom
	entorno transformado		privada	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		mista		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Prefeitura Municipal de Registro	Tel. 13-3828-1000

Informações Históricas (síntese)

O conjunto foi construído pela KKKK entre os anos 1920 e 1922, para apoiar os imigrantes japoneses e centralizar as operações comerciais, industriais e burocráticas da empresa, as quais foram ativas por cerca de dezessete anos. Funcionavam neste conjunto o beneficiamento do arroz (com caldeiras para movimentar as máquinas), a armazenagem do arroz, os escritórios da empresa KKKK e um armazém de secos e molhados. Estas atividades eram organizadas em quatro galpões de armazenamento e um edifício com instalações para beneficiamento.

As obras começaram em 1920 e, segundo informa Hugo Segawa, o projeto teria vindo de fora. Os quatro galpões são de tijolo aparente (alvenaria portante), têm arcadas nas elevações principais, as coberturas são em duas águas, apoiadas em tesouras em madeira. As laterais são abertas por bandeiras semi-circulares em ferro que garantem sua iluminação natural.

Nos anos 90 iniciou-se o processo de restauro do KKKK com projeto do escritório Brasil Arquitetura realizado pela Prefeitura Municipal de Registro com vistas a abrigar um centro de cultura e educação. O programa de ocupação das edificações propôs para os galpões áreas de estar e convivência, salas de aulas e espaço para exposições temporárias. Foi construída edificação nova destinada ao auditório reversível, possibilitando apresentações internas e externas. O antigo engenho foi restaurado para abrigar o Memorial da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira, com acervo de objetos doados pelas famílias descendentes dos primeiros colonos, como ferramentas, fotos, maquinário, mapas e desenhos.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica de chá Amaya

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	**Registro**	Bamburral

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Estrada do Bamburral, Km 07	

Coordenadas Geográficas	**Latitude**	Entre 7.282.850 e 7.283.230m N	**Longitude**	Entre 214.370 e 214.700 mE	**Altitude [m]**	**Erro Horiz. [m]**

CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
CONTEXTO		**Tipo:**		**Tipo:**	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	entorno preservado		íntegro	X	bom
	entorno transformado	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	**Contatos**
Hélio Amaya e Cia Ltda	Hélio Amaya/ Mário Makoto Amaya (sócio e adm. da fábrica de chá) (13) 3821-2720 / 3821-3728

Informações Históricas (síntese)

O complexo fabril Amaya é dos maiores ainda em atividade na região. Diferentemente do chá Shimabucuro, não conta com a sede característica da época de implantação da agroindústria do chá em Registro.

Está implantado junto à estrada de terra, no bairro Campo de Experiência, e dois acessos à propriedade são possíveis: um junto à própria fábrica e outro junto à área de residência. Um grande lago dividido ao meio por barragem confere o ar bucólico do local. A moradia da família, construída entre os anos 70 e 80, volta-se para o lago e está envolta em vegetação ornamental. Nos fundos da casa de moradia atual, está a área de produção.

A casa antiga dos Amaya, construída em 1923, é disposta em dois pavimentos, contando com uma varanda no piso superior. O corpo principal tem cobertura de duas águas em telha francesa e está edificado com estrutura independente de madeira, aparente nas fachadas. Anexos para equipamentos hidro-sanitários e quartos foram erigidos em um pavimento à volta de toda edificação, com cobertura em meia-água.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica de chá Amaya

Código Identificador (Iphan)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica de Chá Amaya

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Edificações de fabris		Técnicas e materiais variados, conforme a sua época de construção.
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?	x	sim		não	Quais?	Da residência original
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	Processamento de Chá
Atual	Processamento de Chá

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	01	Base digital, scaneada.	18/10/2008
Plantas Baixas				
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

	Levantamento Fotográfico	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
	Profissional			
x	De campo		Base digital	18/10/2008

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica Chá Kawagiri

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Areias

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
		Tipo:		Tipo:	

IMAGEM

	CONTEXTO
X	rural
	urbano
	entorno preservado
	entorno transformado
	forma conjunto
	bem isolado

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	pública		íntegro		bom
X	privada	x	pouco alterado	X	precário
	mista		muito alterado		em arruinamento
	outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos

Informações Históricas (síntese)

A moradia primitiva e a segunda moradia dos colonos foram demolidas, não restando vestígios das mesmas. Uma nova edificação em alvenaria de tijolos e estrutura de concreto armado foi construída para abrigar a família.

A fábrica de chá Kawagiri está implantada em terreno sem desníveis, junto à estrada de terra principal de acesso à propriedade, no bairro Areias. Sua edificação segue as proporções das demais fábricas de chá estudadas, como a Shimizu e a Shimabukuro, com estrutura modulada em madeira, vedações em taipa ou em tijolos e diversas aberturas, sobretudo no pavimento superior para garantir a aeração e secagem das folhas de chá.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

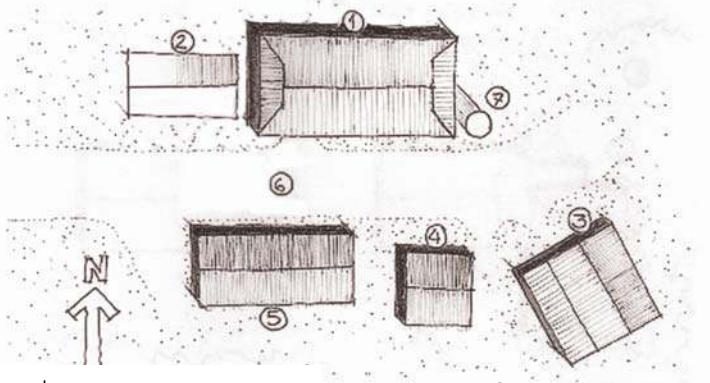
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica Chá Kawagiri

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



Legenda:
1. Fábrica de chá
2. posição da primeira morada, demolida
3. segunda morada
4. casa de colono
5. moradia atual em alvenaria
6. acesso
7. chaminé da fábrica de chá

Fonte: GONÇALVES, 2002:105.

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.			
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim		não	Quais?	
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	
Atual	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote				
Plantas Baixas				
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Profissional			
De campo			

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável		Data	

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica Chá Shimabukuro

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bairro Agrochá

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Estrada Municipal do Bairro Agrochá RGT-265	

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.282.450 e 7.282.550 mN	209.285 e 209.385 mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado		íntegro		bom
	entorno transformado	X	pouco alterado	X	precário
	forma conjunto		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Prefeitura Municipal de Registro	(13) 3828-1000

Informações Históricas (síntese)

A edificação construída para abrigar a fábrica de chá Shimabucuro, obedece à tipologia das fábricas de chá da região de Registro. Tem partido assobradado, planta com as dimensões de cerca de 7 x 14 metros, com estrutura de madeira rica em sambladuras caracteristicamente orientais.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação para a implantação do Campus da Unesp. Ainda não foi transferido para a Unesp.

Seleção de Imagens (5cm de largura)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

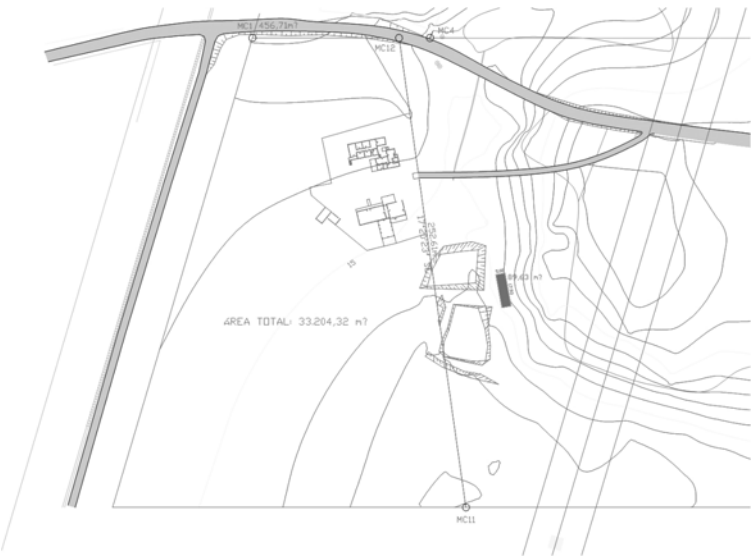
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Fábrica de Chá Shimabukuro

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Casa de residência		Em alvenaria de tijolos. Construção contemporânea.
B.	Anexo		
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?	x	sim		não	Quais?	Anexo da fábrica de chá
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	Processamento e produção de chá
Atual	Desativada.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Abrigará o Campus da Unesp, onde se pretende instalar o Museu do Chá

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Verificar no ppoint	01	digital	Verificar no ppoint
Plantas Baixas	Verificar no ppoint	01	digital	Verificar no ppoint
Elevações	Verificar no ppoint	02	digital	Verificar no ppoint
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico		Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
	Profissional			
x	De campo		Digital	Jan/2008

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Sr. Gozo Okiyama

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bairro Ribeirão de Registro

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Bairro Ribeirão de Registro, km 6 – Sítio Okiyama	

Coord. Geográficas UTM	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.288.620 e 7.288.700 mN	Entre 206.380 e 206.480mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado		íntegro		bom
	entorno transformado	X	pouco alterado	X	precário
	forma conjunto		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/08

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Sr. Gozo Okiyama	

Informações Históricas (síntese)

O Sr. Gozo Okiyama, proprietário atual da casa e nela residente, nasceu no Brasil em 1931 e adquiriu a casa de seu tio, Takaito Osawa com o objetivo de criar bicho da seda. Acredita-se que a casa antiga foi edificada como primeira morada, sem que, contudo, se saiba a época de sua construção.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

A casa do Sr. Gozo Okiyama é composta por duas edificações contíguas erigidas em momentos distintos e que representam, também, tipologias distintas. A primeira casa foi construída em acordo com os preceitos japoneses, evidentes na estrutura composta por troncos naturais e na organização da planta, conforme as plantas tradicionais japonesas chamadas genkey. Não se sabe exatamente a data, mas a casa foi acrescida nos fundos, ganhando cozinha, furô e depósitos, junto dos quais está o banheiro isolado do corpo da casa. A casa mais nova foi edificada em 1938 e conserva-se íntegra em seus elementos arquitetônicos. Foi construída em cota mais baixa do terreno, e, para se manter no nível da casa antiga, tem embasamento em madeira com alguns pilares de troncos naturais, não aparelhados de grande efeito plástico.

Seleção de Imagens (5cm de largura)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

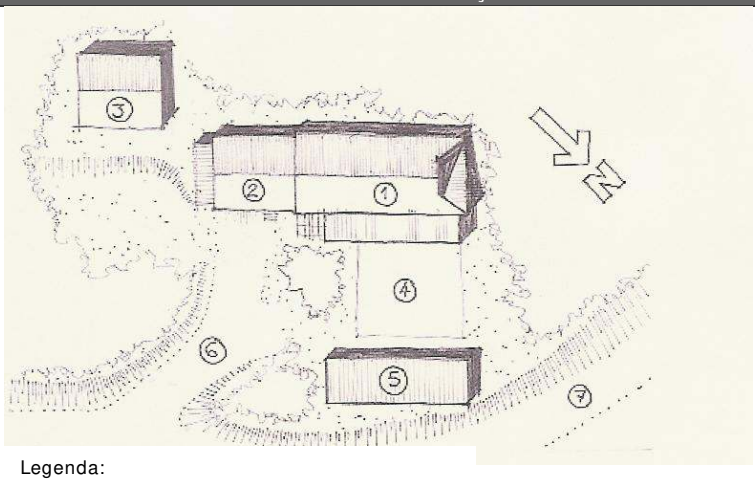
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Sr. Gozo Okiyama

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



Legenda:
1. moradia da família atual
2. antigo genkey
3. casa de criação de bicho da seda
4. pátio de secagem de grãos
5. edifício de guarda de implementos agrícolas
6. acesso

Fonte: GONÇALVES, 2002:104.

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Casa do Bicho da Seda		Estrutura independente em madeira, vedos em ripas de jiçara com taipa de mão. Cobertura em telha francesa.
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim	x	não	Quais?	
Realizar outros levantamentos?		sim	x	não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	Cultivo de chá, café e bicho da seda.
Atual	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	02	Base digital. Levantamento Rogério Gonçalves e Adriana Aoki	2002 e 2006
Plantas Baixas		01	Base digital, Levantamento Adriana Aoki	2006
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

	Levantamento Fotográfico	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
	Profissional			
x	De campo		Base digital	18/ 10/2008

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Sra. Susu Okiyama

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bairro Ribeirão de Registro

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Bairro Ribeirão de Registro	

Coord. Geográficas UTM	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.290.140 e 7.290.220 mN	Entre 207.520 e 207.610 mE		

CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
		Tipo:		Tipo:	

IMAGEM

CONTEXTO	
X	rural
	urbano
	entorno preservado
	entorno transformado
	forma conjunto
	bem isolado

PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	pública		íntegro		bom
X	privada	X	pouco alterado	X	precário
	mista		muito alterado		em arruinamento
	outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Sra. Susu Okiyama	Katsuo Okiyama, filho (Tel.9742-3633); Lourdes Kinue Nampo, filha (Rua Shitiro Maeji, 289 Centro Registro-SP cep 11900-000Tel.3821-7435); Eunice, nora.

Informações Históricas (síntese)

A residência da senhora Okiyama pertencia a outro proprietário e localizava-se no bairro da Raposa, quando foi comprada pela família. Ela foi desmontada e montada no local atual, no bairro Ribeirão de Registro aproveitando-se inclusive a malha da taipa feita em bambus. A desconexão da casa do seu local visível na sua fachada posterior, onde portas do primeiro e segundo pavimentos abrem-se para o vazio. A casa nova foi montada junto a um singular afloramento de pedras, de modo a se conectar à antiga moradia, edificada entre 1925 e 1930. Esta tem apenas um pavimento, e organiza-se em planta segundo os princípios do genkey. A cozinha foi disposta em anexo na lateral e nos fundos da edificação.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Propriedades/ Conjuntos Rurais	04

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

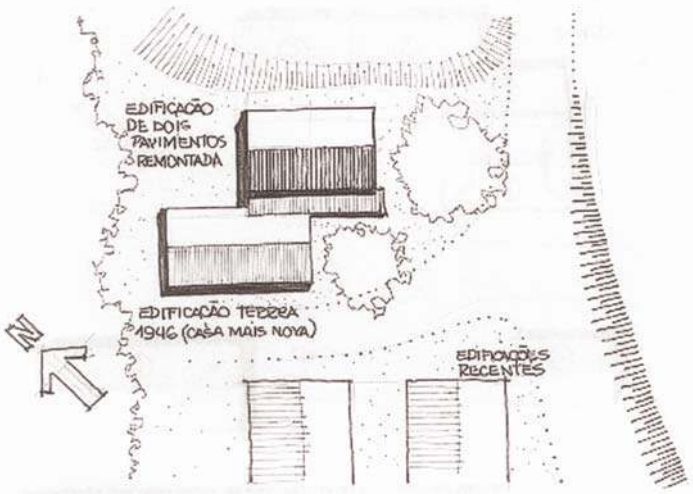
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Casa Sra. Susuko Okiyama

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Galpão para depósito		Paredes em pau-a-pique e em tijolos
B.	Depósito		Paredes em ripas de jiçara
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim		não	Quais?	
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	
Atual	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	02	Base digital Rogério Gonçalves e Adriana Aoki	2002 e 2006
Plantas Baixas	1/200	01	Base digital. Levantamento Adriana Aoki	2006
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

	Levantamento Fotográfico	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
	Profissional			
x	De campo		Base digital	18/10/2008

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	Código Identificador (Iphan)
Residência Fukasawa	

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bairro Manga Larga

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Próxima da E.E. Pascoal Griecco – 3km depois da Escola	

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.285.830 e 7.285.940 mN	Entre 199.340 e 199.450 mE		

CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
CONTEXTO		Tipo:		Tipo:	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
	entorno preservado		íntegro	X	bom
	entorno transformado	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Miguel Kiyoshi Ikegami Fukasawa	Tel. 13-3821-2811

Informações Históricas (síntese)

Como ocorria no processo de ocupação dos lotes da Colônia de Registro, a casa da família Fukasawa, que hoje encontramos não foi a primeira a ser construída. Uma morada primitiva foi erguida, porém não há vestígios ou informações mais substanciais sobre a mesma. Segundo Aoki (2006), a casa que hoje vemos foi construída em 1937 e foi mantida como tal até 1990, quando passou por reformas.

A casa foi construída pelo carpinteiro Wada, o mesmo da Igreja Episcopal de Todos os Santos. Conta com feições de sobrado, tendo em dois pavimentos, construídos em estrutura independente de madeira e vedações em pau a pique com bambus e argamassa com palha de arroz.

Na Casa Fukasawa o processo de adaptação e reforma ocorreu com a manutenção da casa principal, sem a demolição da mesma, tal como vêem acontecendo com diversas outras construídas pelos colonos japoneses. Em 1990 foi demolida a parte dos fundos que abrigava cozinha, copa, depósito de missô e furo. O depósito foi ampliado com a retirada de uma parede e a varanda foi ampliada. Foi construído um abrigo para máquinas independente do corpo da casa.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Propriedades/ Conjuntos Rurais	04

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

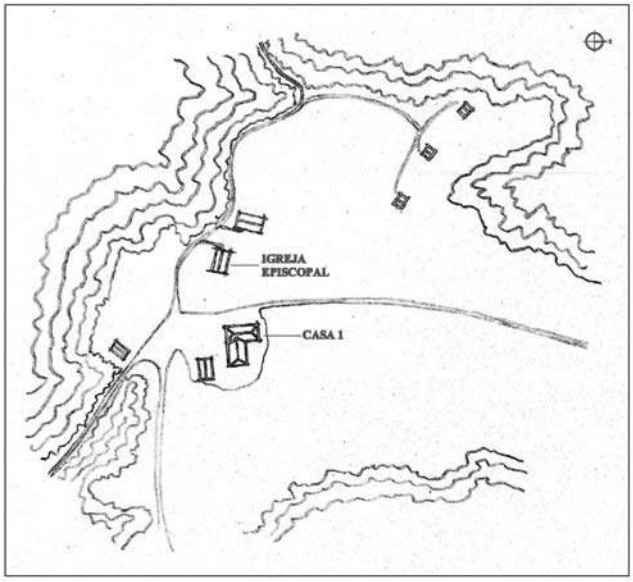
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Fukasawa

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



Fonte: Adriana Aoki, 2006.

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.			
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim	x	não	Quais?	
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	
Atual	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	01	Base digital scaneada	2006
Plantas Baixas	1/200	01	Base digital scaneada	2006
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico		Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
x	Profissional		Base digital	Jun/2008
	De campo			

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Hokugawa

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Manga Larga

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Bairro Manga Larga – Fazenda Manga Larga, Registro (SP)	

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.286.420 e 7.286.490 mN	Ente 201.790 e 201.890 mE		

CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
		Tipo:		Tipo:	

IMAGEM

CONTEXTO		PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
X	rural						
	urbano						
	entorno preservado		pública		íntegro		bom
	entorno transformado	X	privada		pouco alterado		precário
	forma conjunto		mista	X	muito alterado	X	em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
ELICIANI CRISTIAN CUNHA ROKUGAWA	Marceli, filha do proprietário tel. 3821-3656 (Elizandra – sobrinha e procuradora)

Informações Históricas (síntese)

A casa da Família Hokugawa, situada no bairro da Manga Larga, está implantada singularmente, sobre pequeno curso de água, junto a afloramentos rochosos. A água na cultura oriental é revestida de inúmeros simbolismos, não sendo casual a escolha do sítio. A edificação está situada numa grande várzea descampada e plana, destacando-se em meio à paisagem. Segundo Gonçalves (2003) tal implantação não era completamente inédita nas soluções residenciais japonesas, embora não fosse comum. Isto não diminui sua plasticidade e sentido simbólico ligado às tradições orientais.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Propriedades/ Conjuntos Rurais	04

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

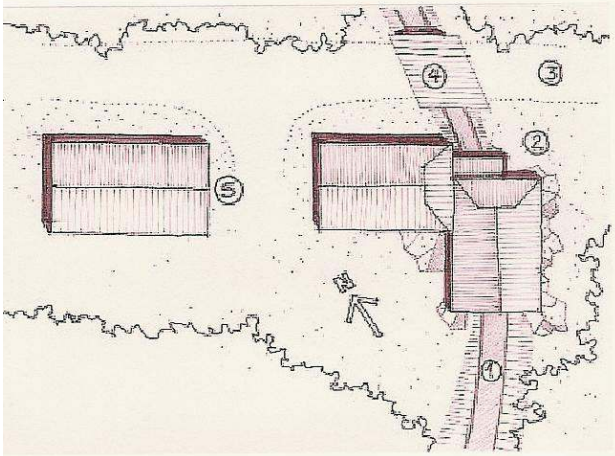
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Hokugawa

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



Legenda:
1. córrego
2. conjunto de moradias implantadas sobre o córrego
3. acesso por terra
4. ponte
5. antiga moradia

Fonte: GONÇALVES, 2002:106.

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Depósito		Estrutura independente em madeira com vedação em tijolos
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim		não	Quais?	
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	
Atual	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	01	Base digital scaneada	2006
Plantas Baixas	1/200	01	Base digital scaneada	2006
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico		Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
x	Profissional		Base digital scaneada	Jun/2008
	De campo			

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Amaya

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bamburral

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Estrada do Bamburral, Km 10	

Coord. Geográficas UTM	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.282.840 e 7.282.920 mN	Entre 217.030 e 217.140 mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado		íntegro	X	bom
	entorno transformado	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Amaya Agro Pecuária Ltda.	Mario Makoto Amaya – (13) 3821-2720 / 3821-3728

Informações Históricas (síntese)

A casa da família Amaya está situada na mesma região da Fábrica Amaya, separada cerca de 2 km de cobertos com plantações de chá. A fachada principal da casa volta-se para os chazais e é visível da estrada de terra que dá acesso à mesma e pela qual se atinge o rio Ribeira de Iguape.

Construída em 1930, a casa com paredes brancas e janelas azul claro, destaca-se em meio à paisagem verde dos chazais. Tem volumetria assobradada, com dois pavimentos que servem de escritório e de residência. As paredes têm estrutura de madeira (aparente nos contornos da casa e nos fundos) e as esquadrias são com caixilhos de madeira escura e vidro. A cobertura tem quatro águas, com telhas francesas. Foi realizada uma ampliação na casa, onde ficava o poço para abrigar banheiro e cozinha.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Propriedades/ Conjuntos Rurais	04

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Amaya

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Edificações fabris		Técnicas e materiais variados, conforme a sua época de construção.
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?	x	sim		não	Quais?	Da residência original
Realizar outros levantamentos?		sim		não	Quais?	

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	Processamento de Chá
Atual	Processamento de Chá

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	01	Base digital, scaneada.	18/10/2008
Plantas Baixas	1/200	01	Base digital scaneada	2006
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico		Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
x	Profissional		Base digital	Jan/Jun/Set/2008
x	De campo		Base digital	18/10/2008

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Shimizu

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bairro Areias

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.287.840 e 7.287.940 mN	Entre 204.340 e 204.470 mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado		íntegro	X	bom
	entorno transformado	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Toshio Shimizu	13-3829-1061

Informações Históricas (síntese)

A fábrica de chá Shimizu foi construída para ter dupla função, abrigar a família e a fábrica de chá e é dos exemplares arquitetônicos fabris que apresenta o maior apuro técnico e cuidado plástico.

A edificação foi construída pelo Sr. Sojiro Shimizu, que chegou ao Brasil em julho de 1925 por meio do empreendimento da KKKK, aos 38 anos. Inicialmente aventurou-se no cultivo do café, para depois iniciar a plantação e processamento do chá. Como os demais imigrantes, habitou de pronto uma casa provisória, próxima de onde está a fábrica. Com o incremento do chá, contratou o mestre-carpinteiro Minoru Ushino para executar a obra do edifício em questão que passou a abrigar a família.

Segundo relato do Sr. Toshiro Shimizu, filho de Sojiro Shimizu e atual proprietário da casa, seu pai entregou o projeto ao carpinteiro para que ele fizesse a casa conforme seu desejo, já que o mesmo estava prestes a parar de trabalhar como carpinteiro.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Propriedades/ Conjuntos Rurais	04

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

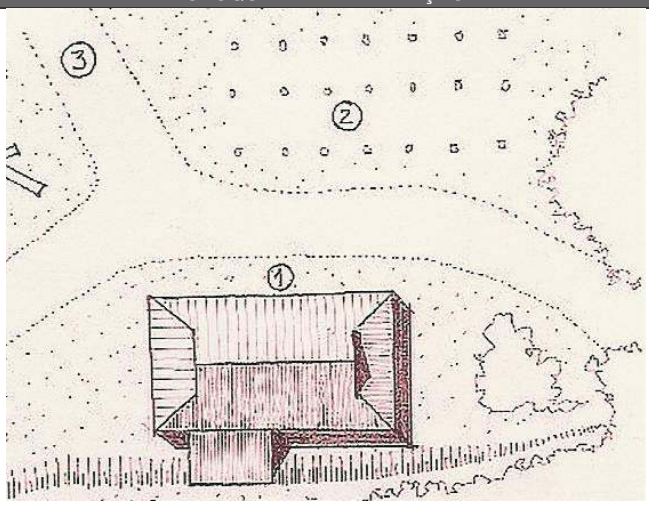
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Shimizu

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



Legenda:
1. fábrica de chá e antiga moradia
2. antiga fábrica de chá incendiada
3. acesso

Fonte: GONÇALVES, 2002:105.

SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.	Fábrica de Chá Nova		Construção de grande porte em tijolos.
B.	Casa de Residência		Construção recente
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?	x	sim		não	Quais?	Antiga fábrica de chá e residência e da Fábrica de Chá Nova
Realizar outros levantamentos?	x	sim		não	Quais?	Levantamento da propriedade

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	
Atual	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote	Sem escala	01	Base digital scaneada	
Plantas Baixas				
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico		Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
x	Profissional		Base digital	Jun/2008
	De campo			

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

SPMinistério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Manga Larga

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Próxima da E.E. Pascoal Grecco, 3km depois da Escola	

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.285.830 e 7.285.940 mN	Ente 211.530 e 211.590 mE		

CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
		Tipo:		Tipo:	

IMAGEM

CONTEXTO		PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
X	rural						
	urbano						
	entorno preservado		pública		íntegro	X	bom
	entorno transformado	X	privada	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		mista		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – Diocese Anglicana de São Paulo	(13) 3821-2811 (Miguel/Odete) Sede: Rua Borges Lagoa, nº 172 – Vila Clementino, São Paulo (SP), CEP: 04038-000

Informações Históricas (síntese)

Foi edificada pelo mestre-carpinteiro Wada, o mesmo que realizou, alguns anos depois a casa da Família Fukasawa, e mão de obra utilizada foi a própria comunidade de imigrantes.

Em 1929 foi inaugurada esta que é para alguns, a primeira igreja construída por imigrantes japoneses no Brasil.

A história da Igreja inicia-se com a chegada, em 1923, do missionário João Yasoji Ito a Registro. Com a doação do terreno por parte do Sr. Ikegami, em setembro 1927 foi lançada a pedra fundamental da Igreja, com a presença do Bispo Thomas. O lote onde está a igreja fazia parte da propriedade da família, que antes de habitarem a casa que ainda existe junto ao edifício religioso, já havia construído uma primeira morada.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Igreja de São Francisco Xavier

Código Identificador (Iphan)

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Centro

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Rua Pio XI, nº 78, centro, Registro (SP) – CEP: 11900-000	

Coord. Geográficas UTM	Latitude	7.288.650 mN	Longitude	212.280 mE	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
	rural				
X	urbano				

IMAGEM

	PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado		pública		íntegro	X	bom
	entorno transformado	X	privada	X	pouco alterado		precário
	forma conjunto		mista		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Mitra Diocesana de Registro - Paróquia São Francisco Xavier	Pe. Brandi (13) 3821-1019

Informações Históricas (síntese)

Em 31 d agosto de 1926 foi lançada a pedra fundamental da Igreja, com a benção de Dom José Maria Pereira de Lara. Sua arquitetura vincula-se ao esforço de adaptação aos valores locais. Diferentemente da Igreja Episcopal e das inúmeras residências da colônia não há referências às técnicas e à estética da arquitetura japonesa. Uma única torre central, encimada por cúpula de triangular de base quadrada, eleva no meio da composição. Internamente é distribuída em nave principal e duas naves laterais. O altar tem forma de semi-círculo e tem paredes fechadas por vitrais coloridos.

No centro da fachada simétrica, duas pilastras retas emolduram a porta e a imagem de São Francisco Xavier. A escolha do santo padroeiro da igreja é também revestida de simbolismos. São Francisco Xavier, co-fundador da Companhia de Jesus, foi um dos mais importantes missioneiros católicos, cujo epíteto é "Apóstolo do Oriente", por ter pregado no oriente e morrido na China.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	Código Identificador (Iphan)
Primeiras mudas de chá preto - Fábrica Chá Ribeira	

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Registro	Bairro Morro Alto

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Fazenda Chá Ribeira, s/nº, Bairro Morro Alto (Acesso pelo Rodovia Régis Bitencourt, Km 451)	11900-000

Coord. Geográficas UTM	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.281.700 e 7.281.640 mN	Entre 211.530 e 211.590mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual
X	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual
	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido
	outra:	X	nenhuma		nenhuma
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:	
X	rural				
	urbano				

IMAGEM

			PROPRIEDADE		ESTADO DE PRESERVAÇÃO		ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	entorno preservado		pública		íntegro		bom
	entorno transformado	X	privada		pouco alterado		precário
	forma conjunto		mista		muito alterado		em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado		arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Out/2008

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos
Torazo Okamoto Chá Ribeira Ltda	Roberto e Ricardo Okamoto

Informações Históricas (síntese)

O plantio do chá preto no país teve início em 1935, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês estabelecido na colônia de Registro, introduziu em suas terras a variedade assam, de origem indiana, que apresenta folhas mais largas sendo, portanto, mais produtiva e de maior qualidade.

Regressando de uma viagem de navio pelo Japão, ao passar pelo Sri Lanka, Okamoto visitou uma plantação de chá e obteve, a muito custo, algumas sementes desta variedade. Como não era permitido embarcar com as sementes, escondeu-as dentro de um pão e, na viagem de volta, conseguiu fazê-las brotar. Ao desembarcar no porto de Santos, Okatomoto tinha em mãos 65 mudas de chá, as quais foram as matrizes de uma variedade que se espalhou por Registro. Essas matrizes encontram-se ainda hoje protegidas e preservadas em um canteiro cercado, no interior da Fazenda Chá Ribeira, da família Okamoto.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Propriedades/ Conjuntos Rurais	04

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (identificação do estudo)

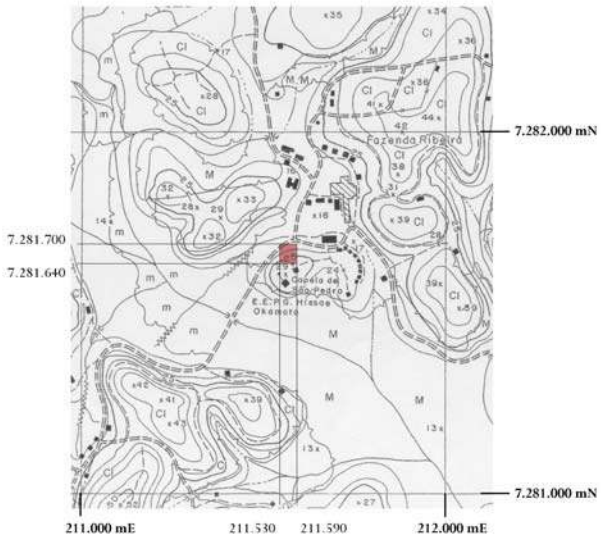
Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Primeiras mudas de chá preto - Fábrica Chá Ribeira

Código Identificador (Iphan)

CROQUI DE IMPLANTAÇÃO



SELEÇÃO DE IMAGENS

EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede)

	Denominação	Época de construção	Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)
A.			
B.			
C.			
D.			
E.			
F.			
G.			
H.			
I.			
J.			

Realizar levantamentos de algum imóvel?		sim		não	Quais?	
Realizar outros levantamentos?	x	sim		não	Quais?	Implantação da propriedade

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA

Original	Produção e processamento de chá
Atual	Produção e processamento de chá

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
Implantação no Lote				
Plantas Baixas				
Elevações				
Cortes				
Plantas de Cobertura				
Detalhes				

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico		Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)
	Profissional			
x	De campo		Base digital	Jun/2008

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável	Flávia Brito do Nascimento	Data	Out/2008

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	Código Identificador (Iphan)
Engenho e Sede Social da Colônia Katsura	

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Iguape	Bairro de Jipovura

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Bairro de Jipovura	

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.271.280 e 7.271.400 mN	Entre 229.670 e 229.775 mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	IMAGEM
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial	
X	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual	
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto	
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual	
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto	
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual	
	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto	
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido	
	outra:	X	nenhuma		nenhuma	
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:		
	rural					
X	urbano		**PROPRIEDADE**		**ESTADO DE PRESERVAÇÃO**	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**
	entorno preservado		pública		íntegro	bom
	entorno transformado	X	privada		pouco alterado	precário
	forma conjunto		mista	X	muito alterado	em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado	X arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos

Informações Históricas (síntese)

Diferentemente do núcleo colonial de Registro, o núcleo de Katsura, de proporções menores e colonizado por japoneses que já se encontravam no Brasil, não chegou a formar núcleo urbano ou cidade. Da implantação aos dias atuais houve momentos de intensa utilização que foram pouco a pouco cedendo em importância. Junto à curva do rio Ribeira de Iguape, na margem oposta do bairro Gererê do município de Iguape, onde se situava a Colônia de Katsura, poucos vestígios materiais são capazes de contar sua história.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 – Cadastro Cadastro Geral/ Informações Básicas	M3 01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	Código Identificador (Iphan)
Residência Colônia Katsura	

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade
SP	Iguape	Jipovura

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal
Bairro de Jipovura	

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]
	Entre 7.272.650 e 7.272.750 mN	Entre 229.850 e 229.950 mE		

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	IMAGEM
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial	
	bem arqueológico		federal/ individual	X	federal/ individual	
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto	
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual	
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto	
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual	
X	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto	
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido	
	outra:	X	nenhuma		nenhuma	
	CONTEXTO	Tipo:		Tipo:		
	rural					
X	urbano		**PROPRIEDADE**		**ESTADO DE PRESERVAÇÃO**	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**
	entorno preservado		pública		íntegro	bom
	entorno transformado	X	privada	X	pouco alterado	X precário
	forma conjunto		mista		muito alterado	em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado	arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Data
Técnico Responsável	Flávia Brito do Nascimento	

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário

Nome	Contatos

Informações Históricas (síntese)

Na Colônia de Katsura, que tem este nome em homenagem a um de seus fundadores, Taro Katsura, de início os colonos se instalavam em barracões que serviam aos caboclos. Depois, como nas demais, iam para seus lotes e construíam as próprias casas, num processo descrito anteriormente. A empresa de colonização oferecia apenas as telhas de barro para a cobertura e o restante do material de construção consistiu de matéria prima local, como barro, palmeira e madeira. As casas localizavam-se em lotes afastadas do centro comercial e social da colônia, apartadas pela mata densa da várzea do rio Ribeira de Iguape.

Seguindo pela estrada de terra junto ao engenho, chega-se a uma antiga habitação de colonos, situada em meio à mata. Trata-se de pequena casa com um pavimento de estrutura independente de madeira, com vedações em pau a pique com bambus e palha de arroz mesclada ao barro. Eleva-se do solo cerca de 50 cm por pilares de tijolos aparentes maciços. Os caixilhos das aberturas são em madeira sem vidros, localizados pelos esteios da construção. A separação dos ambientes é feira por divisórias de madeira. A cobertura foi substituída por telha de amianto.

A cozinha, como nas casas caboclas localiza-se nos fundos da casa. Tem paredes apenas de tábuas de madeira fixadas horizontalmente e piso de terra batida. Abriga o fogão à lenha e o poço. À frente da entrada principal, independente do corpo da casa, encontra-se pequena construção em bambus e cobertura de telha cerâmica que servia de depósito.

Como se pode ver no álbum comemorativo dos 30 anos a colonização japonesa, havia em Katsura diversas casas com esta tipologia. Além de sua importância histórica, representa as formas de habitat dos colonos quando de sua chegada, muitas das quais, na Colônia de Registro, já foram substituídas por outras maiores ou demolidas.

Outras informações (especializadas, temáticas...)

Seleção de Imagens (5cm de largura)

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Vale do Ribeira

Recorte Temático (Identificação do estudo)

Imigração

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)

Residência Colônia Katsura

Código Identificador (Iphan)

IPHAN

Ministério da Cultura

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL